

RELATÓRIO DE GESTÃO

2012

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Marcia Maria Melo Quintslr

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Denise Britz do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria-Executiva
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

Coordenação de Planejamento e Supervisão
Gylcilene Ribeiro Storino

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Diretoria-Executiva - DE

RELATÓRIO DE GESTÃO
2012

Rio de Janeiro
Abril 2013

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Diretoria-Executiva - DE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

ISBN 978-85-240-4288-1

© IBGE. 2013

Capa

Mauro Emílio Araújo - Coordenação de Planejamento e
Supervisão/Diretoria-Executiva - DE

IBGE. Diretoria Executiva

Relatório de Gestão: 2012/IBGE. Diretoria Executiva. - Rio de Janeiro:
IBGE, 2013.

332p.

ISBN 978-85-240-4288-1

1. IBGE - Relatórios. 2. IBGE - Planejamento. 3. IBGE - Organização.
4. IBGE - Diretoria-Executiva. I. Relatório de Gestão 2012.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/2013-10

CDU 061.27IBGE
IBGE

Diretoria-Executiva

Relatório de Gestão do exercício 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e das orientações do órgão de controle interno constantes na Portaria nº 133, de 18 de janeiro de 2013.

Coordenação

Gylcilene Ribeiro Storino

Gerente do Projeto

Fábio Thomaz Barbosa

Equipe Técnica

Affonso Henriques de Lacerda M. Duarte
Ana Cláudia Neves do Livramento
Ana Maria Martins Neves
Mariana Carneiro da Silva
Mônica Mendanha Piquet de Alcantara

Programação Visual e Editoração

Mauro Emílio Araújo

Revisão de Texto

Sandra Márcia de Melo

Colaboradores

André Eduardo O. de Paula Lico	Marise Maria Ferreira
André Coelho Vaz Henrique	Massashige Takiguchi
Ângela Maria Francisco de Paula	Paula Dias Azevedo
Antônio Ferreira Antunes	Paulo César de Souza Quintslr
Célia Regina Fonseca Granjeiro	Rafael Magalhães Costa
Celso José Pereira	Roberto Neves Sant Anna
Dorian Fikota	Rose Mary Rodrigues
Dulce Maria Teixeira	Sergio Ribamar Horta P. Pereira
Fernando José de Araújo Abrantes	Taurino Vasconcelos Muller
Geisa Maria Tavares da Silva	Valéria Pereira Franco
Luiz Gutman	Valmir Ferreira da Silva Junior
Maria Angélica Vasconcelos de Araújo	Walid Nemer Damous Sobrinho
Maria Vilma Salles Garcia	Wanderley Mazzei C. da Silva

Apresentação

O presente relatório tem por objetivo revelar aos órgãos de controle e à sociedade em geral o desempenho do IBGE, no que diz respeito aos direcionamentos estratégicos da Instituição e à gestão das Ações sob sua responsabilidade.

Dentre as informações encontradas neste documento, destacam-se: responsabilidades institucionais; implementação dos macroprocessos finalísticos e de apoio; estratégias adotadas no decurso do exercício; parcerias firmadas; principais resultados das Ações implementadas em 2012 e suas mais expressivas despesas; metas alcançadas, não alcançadas e respectivas justificativas; programação e execução orçamentária, em seus múltiplos focos; indicadores gerenciais sobre recursos humanos; gestão do patrimônio e gestão da Tecnologia da Informação e do Conhecimento.

A consolidação das informações que compõem o Relatório de Gestão se materializa como veículo informativo e instrumento de transparência, fundamental ao processo de gestão institucional, e necessário à prestação de contas diante do Tribunal de Contas da União no exercício de 2012.

Por fim, trata-se do resultado de um processo de trabalho que envolve diferentes equipes do IBGE, tendo a participação de praticamente toda a Instituição.



Wasmália Bivar
Presidenta do IBGE



Sumário

23	INTRODUÇÃO
29	1 UNIDADE JURISDICIONADA
45	2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES
67	3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO
81	4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
193	5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
205	6 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DO IBGE
223	7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO
231	8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO
235	9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
239	10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS
247	11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
253	12 ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA
259	ANEXOS

Lista de Quadros

- 33** Quadro 1 – Identificação das Unidades Orçamentárias do IBGE
- 48** Quadro 2 - Relacionamento entre PPA 2012-2015, Plano estratégico do IBGE e Ações Orçamentárias
- 53** Quadro 3 - – Execução Física e Financeira de Projetos e Atividades em 2012
- 61** Quadro 4 – Indicadores de Desempenho
- 79** Quadro 5– Número de Procedimento Disciplinares do IBGE em 2012
- 83** Quadro 6 - Função e Subfunção das Ações vinculadas ao Programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
- 84** Quadro 7 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 4227
- 85** Quadro 8 - Principais Despesas da Ação 4227 – LOA2012
- 86** Quadro 9 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 4228
- 89** Quadro 10 - Principais Despesas da Ação 4228 - LOA2012
- 90** Quadro 11 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 2228
- 92** Quadro 12 - Principais Despesas da Ação 2228 – LOA2012
- 93** Quadro 13 - Principais Despesas Relativas a Convênios da Ação 2228 em 2012
- 94** Quadro 14 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 2230
- 95** Quadro 15 - Principais Despesas da Ação 2230 - LOA2012
- 96** Quadro 16 - Principais Despesas Relativas ao Convênio da Ação 2230 em 2012
- 97** Quadro 17 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 2665
- 101** Quadro 18 - Principais Despesas da Ação 2665 – LOA2012
- 102** Quadro 19 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 2229
- 106** Quadro 20 - Principais Despesas da Ação 2229 - LOA2012

Lista de Quadros

- 107** Quadro 21 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 2231
- 109** Quadro 22 - RBMC: Dados coletados e disponibilizados 2011 e 2012
- 110** Quadro 23 - RMPG: Dados coletados e disponibilizados 2011 e 2012
- 111** Quadro 24 - Principais Despesas da Ação 2231 – LOA2012
- 112** Quadro 25 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 200J
- 114** Quadro 26 - Principais Despesas da Ação 200J - LOA2012
- 115** Quadro 27 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 20DA
- 116** Quadro 28 - Principais Despesas da Ação 20DA - LOA2012
- 117** Quadro 29 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 2C51
- 121** Quadro 30 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 2236
- 124** Quadro 31 - Principais Despesas da Ação 2236 - LOA2012
- 125** Quadro 32 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 5280
- 126** Quadro 33 - Principais Despesas da Ação 5280 – LOA2012
- 127** Quadro 34 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 1793
- 128** Quadro 35 - Principais Despesas da Ação 1793 – LOA2012
- 129** Quadro 36 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 12E0
- 130** Quadro 37 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 110G
- 131** Quadro 38 - Principais Despesas da Ação 110G em 2012
- 132** Quadro 39 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 11IA

Lista de Quadros

- 133** Quadro 40 - Principais Despesas da Ação 11IA – LOA2012
- 134** Quadro 41 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 11EF
- 135** Quadro 42 - Principais Despesas da Ação 11EF – LOA2012
- 136** Quadro 43 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 12DT
- 137** Quadro 44 - Principais Despesas da Ação 12DT – LOA2012
- 138** Quadro 45 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 3596
- 139** Quadro 46 - Principais Despesas da Ação 3596 – LOA2012
- 140** Quadro 47 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 1K32
- 141** Quadro 48 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 5292
- 142** Quadro 49 - Principais Despesas da Ação 5292 em 2012
- 143** Quadro 50 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 10RY
- 145** Quadro 51 - Principais Despesas da Ação 10RY em 2012
- 145** Quadro 52 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 12DU
- 146** Quadro 53 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 1471
- 147** Quadro 54 - Principais Despesas da Ação 1471 em 2012
- 147** Quadro 55 - Principais Despesas Relativas a Convênios da Ação 1471 em 2012
- 148** Quadro 56 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 20U6
- 149** Quadro 57 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 20U7
- 150** Quadro 58 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 20U8

Lista de Quadros

- 151** Quadro 59 - Função e Subfunção das Ações do Programa Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
- 151** Quadro 60 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 8547
- 155** Quadro 61 - Principais Despesas da Ação 8547 em 2012
- 156** Quadro 62 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 8015
- 159** Quadro 63 - Principais Despesas da Ação 8015 em 2012
- 160** Quadro 64 - Principais Despesas Relativas aos Convênios da Ação 8015 em 2012
- 161** Quadro 65 - Função e Subfunção das Ações vinculadas ao Programa Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- 162** Quadro 66 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 2000
- 164** Quadro 67 - Principais Despesas da Ação 2000 em 2012
- 165** Quadro 68 - Despesas Relativas ao Termo de Cooperação IBGE na Ação 2000 em 2012
- 166** Quadro 69 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 20TP
- 166** Quadro 70 - Principais Despesas da Ação 20TP em 2012
- 167** Quadro 71 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 4572
- 168** Quadro 72 - Principais Despesas da Ação 4572 – LOA2012
- 169** Quadro 73 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 4641
- 170** Quadro 74 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 2004
- 171** Quadro 75 - Principais Despesas da Ação 2004 – LOA2012
- 171** Quadro 76 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 2012
- 172** Quadro 77 - Principais Despesas da Ação 2012 – LOA2012

Lista de Quadros

- 172** Quadro 78 - Ações vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de responsabilidade do IBGE - Ação 20CW
- 174** Quadro 79 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 2011
- 174** Quadro 80 - Principais Despesas da Ação 2011 – LOA2012
- 175** Quadro 81 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 2010
- 175** Quadro 82 - Principais Despesas da Ação 2010 – LOA2012
- 176** Quadro 83 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 09HB
- 176** Quadro 84 - Principais Despesas da Ação 09HB – LOA2012
- 177** Quadro 85 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 148E
- 179** Quadro 86 - Função e Subfunção das Ações Vinculadas às Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
- 179** Quadro 87 - Ações Vinculadas às Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais - Ação 00G5
- 180** Quadro 88 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 0005
- 180** Quadro 89 - Função e Subfunção da Ação Vinculada ao Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União
- 181** Quadro 90 - Ações Vinculadas a Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União - Ação 0181
- 182** Quadro 91 - Programação de Despesas Correntes
- 183** Quadro 92 - Programação de Despesas de Capital
- 183** Quadro 93 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
- 185** Quadro 94 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
- 187** Quadro 95 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários
- 188** Quadro 96 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Lista de Quadros

- 189** Quadro 97 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
- 190** Quadro 98 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
- 195** Quadro 99 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
- 196** Quadro 100 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência
- 196** Quadro 101 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios
- 197** Quadro 102 - Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes
- 197** Quadro 103 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse
- 198** Quadro 104 - Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos - SF
- 199** Quadro 105 - Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)
- 199** Quadro 106 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)
- 207** Quadro 107 - Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31 de Dezembro
- 208** Quadro 108 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31 de Dezembro
- 208** Quadro 109 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ - Situação em 31 de Dezembro
- 209** Quadro 110 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31 de Dezembro
- 209** Quadro 111 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31 de Dezembro
- 210** Quadro 112 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores
- 211** Quadro 113 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31 de Dezembro

Lista de Quadros

- 211 Quadro 114 - Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31 de Dezembro
- 213 Quadro 115 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)
- 214 Quadro 116 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)
- 214 Quadro 117 - Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC
- 215 Quadro 118 - Taxa de Absenteísmo por Doença- Força de Trabalho em 2012
- 215 Quadro 119 - Índice de Gravidade de Absenteísmo por Doença- Força de Trabalho em 2012
- 215 Quadro 120 - Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais
- 216 Quadro 121 - *Turnover* 2012 – Servidores Efetivos + Contratados
- 216 Quadro 122 - *Turnover* 2012 – Servidores Efetivos
- 216 Quadro 123 - *Turnover* 2012– Servidores Contratados
- 218 Quadro 124 – Incidências de Infrações Disciplinares Ocorridas nas Unidades Estaduais do IBGE
- 220 Quadro 125 – Ingressos e Aposentadorias, por Cargo, Ocorridos em 2012
- 221 Quadro 126 - Composição do Quadro de Estagiários
- 226 Quadro 127 - Locações de Veículos por Unidade Estadual do IBGE
- 227 Quadro 128 - Controle de Utilização e Despesas com a Frota de Veículos Próprios e Alugados Utilizada pelo IBGE no Ano de 2012
- 237 Quadro 129 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água
- 243 Quadro 130 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR
- 244 Quadro 131 - Declarações de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV
- 251 Quadro 132 – Declaração Plena do Contador
- 255 Quadro 133 - Salário de Contribuição e Contribuição IBGE – Plano RJU - 2012
- 256 Quadro 134 - Posição de Alocação dos Recursos Consolidados por Segmento de Aplicação em 2012
- 256 Quadro 135 - Rentabilidade dos Segmentos - 2012

Lista de Gráficos

- 62** Gráfico 1 - Resultados do Indicador Taxa de Resultados Alcançados – IBGE 2006-2012
- 63** Gráfico 2 - Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas segundo os Anos do Plano Plurianual - IBGE - 2008-2012 e 2012-2015
- 64** Gráfico 3 - Tempo médio de Resposta em Dias do Serviço de Atendimento
- 65** Gráfico 4 - Taxa de Satisfação dos Usuários de Informações Estatísticas e Geocientíficas: IBGE – 2003/2012
- 108** Gráfico 5 - Número de usuários por estação da RBMC-IP
- 108** Gráfico 6 - Número de usuários por estação da RBMC-IP
- 110** Gráfico 7 - Evolução no atendimento de usuários
- 217** Gráfico 8 - Quantidade de Cursos Presenciais em 2012 por Mês
- 217** Gráfico 9 - Distribuição de Servidores Treinados via EAD em 2012 - Turmas por Mês
- 219** Gráfico 10 - Tipos de Infrações Disciplinares Ocorridos no Exercício de 2012 - Unidades Estaduais
- 219** Gráfico 11 - Procedimentos Disciplinares Instaurados no Exercício de 2012 - Unidades Estaduais
- 220** Gráfico 12 - Tipos de Procedimentos Instaurados no Exercício de 2012 no IBGE

Lista de Figuras

- 37** Figura 1 - Organograma Funcional do IBGE
- 87** Figura 2 - Pesquisa Anual da Indústria da Construção
- 87** Figura 3 - Pesquisa Anual do Comércio
- 87** Figura 4 - Cadastro Central de Empresas
- 91** Figura 5 - PNAD Brasil
- 91** Figura 6 - PNAD Síntese dos Indicadores
- 99** Figura 7 - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
- 99** Figura 8 - Atlas do Espaço Rural Brasileiro
- 99** Figura 9 - Censo Demográfico 2010: Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios
- 100** Figura 10 - Fluxos aéreos: Ligações aéreas – Passageiros 2010
- 103** Figura 11 - Divisão dos blocos de contratação externa para o mapeamento da Base Cartográfica Contínua na escala de 1:250.000
- 103** Figura 12 - Mapa Físico do estado de Minas Gerais
- 104** Figura 13 - Cena ortorretificada disponibilizada do estado de Goiás
- 104** Figura 14 - Cenas ortorretificadas disponibilizadas do estado de Pernambuco
- 105** Figura 15 - Visualização de informações no Mapa Índice Digital
- 105** Figura 16 - BNGB
- 109** Figura 17 - IBGE-PPP: estações processadas de Abril de 2009 a Agosto de 2012
- 113** Figura 18 - Mapa municipal estatístico do Rio de Janeiro

Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABER	Associação Brasileira de Estudos Regionais
ALAP	Asociación Latinoamericana de Población
ANA	Agência Nacional de Águas
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ASA	American Sociological Association
BDG	Banco de Dados Geodésicos
BME	Banco Multidimensional de Estatística
BNGB	Banco de Nomes Geográficos do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDDI	Centro de Documentação e Disseminação de Informações
CEA-CEPAL	Conferência Estatística das Américas da CEPAL
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas do IBGE
CEPAL	Comisión Económica para América Latina
CEPGRAD	Comissão de Ensino e Pesquisa da Graduação
CES	Conference of European Statisticians
CGPOF	Coordenadoria Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças
CGU	Controladoria Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Classificação Nacional de Atividade Econômica
CNEFE	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COC	Coordenação Operacional dos Censos
CONCAR	Comissão Nacional de Cartografia
CONFEGE	Conferências Nacionais de Geociências
CONFEST	Conferências Nacionais de Estatística
CONTEC	Conselho Técnico do IBGE
COREN	Coordenação de Trabalho e Rendimento
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPLP	Conferência Estatística da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTIC	Comitê de Tecnologias de Informação e Comunicação
DE	Diretoria-Executiva
DECAP	Departamento de Caracterização do Patrimônio
DERAP	Departamento de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos
DGC	Diretoria de Geociências
DI	Diretoria de Informática
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União

Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

DPE	Diretoria de Pesquisas
DS	Programa de Desenvolvimento Social
EAD	Ensino a Distância
ECINF	Pesquisa de Economia Informal Urbana
ECT	Empresa de Correios e Telégrafos
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
ENESTE	Encontro Nacional dos Estudantes de Estatística
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
EXE-SISP	Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática do Poder Executivo
FETRANSPOR	Federação das empresas de transportes de passageiros do estado do Rio de Janeiro
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GEPAD	Gerência de Processos Administrativos Disciplinares
GERAP	Gerência de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos
GNSS	Sistemas de Navegação Global por Satélites
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IAOS	Associação Internacional de Estatísticas Oficiais
IASI	Inter-American Statistical Institute
IASS	International Association of Survey Statisticians
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE	Infraestrutura de dados espaciais
IGS	International GNSS Service
IN	Instrução Normativa
INDA	Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
INDE	Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPGH	Instituto Panamericano de Geografia e História
IPP	Índice de Preços ao Produtor
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ISI	International Statistical Institute
LOA	Lei Orçamentária Anual

Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MACUV	Mapa Auxiliar de Controle de Utilização de Veículo
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPLS	Multiprotocol Label Switching
MS	Ministério da Saúde
MTur	Ministério do Turismo
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NIC.BR	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCI	Órgão de Controle Interno
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC	Pesquisa Anual do Comércio
PAIC	Pesquisa Anual da Indústria da Construção
PAM	Pesquisa da Produção Agrícola Municipal
PAS	Pesquisa Anual de Serviços
PAT	Programa Anual de Treinamento
PCADE	Pesquisa Cadastro Estrutural
PDA	Personal Digital Assistant
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE
PENSE	Pesquisa Nacional de Saúde Escolar
PEVS	Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PGIEG	Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Projeto de Iniciação Científica
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual

Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

PIMES	Pesquisa de Emprego e Salário
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física
PINTEC	Pesquisa de Inovação Tecnológica
PMC	Pesquisa Mensal de Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMQGI	Programa de Melhoria da Qualidade na Gestão Institucional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAG	Pesquisa Nacional da Atividade Agropecuária
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
POF Contínua	Pesquisa de Orçamento Familiar Contínua
PPA	Plano Plurianual
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PROAP	Programas de Apoio à Pós-Graduação
PSD	Processo Seletivo Discente
RA	Taxa de Resultados Alcançados
RBEs	Revista Brasileira de Estatística
RBMC	Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
Rede MPLS	Rede de multiprotocolos com comutação por rótulos
REES	Reunião Especializada de Estatística do Mercosul
REV	Requisição de Veículo
RIDE	Regiões Integradas de Desenvolvimento
RJU	Regime Jurídico Único
RMPG	Rede Maregráfica Permanente para Geodésia
S	Taxa de Satisfação do Usuário
SAS	Statistical Analysis System
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDDI	Setores de Documentação e Disseminação de Informações
SDMX	Statistical Data and Metadata Exchange
SEAPEC	Secretaria de Estado de agricultura e Pecuária
SEEA	Sistema de Contas Econômico-Ambientais
SERVQUAL	Service Quality Framework

Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

SEV	Serviço de Veículo
SGB	Sistema Geodésico Brasileiro
SIAD	Sistema Informatizado dos Atos Deliberativos do IBGE
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAPENET	Sítio oficial das informações do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos SIAPE
SIAS	Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SIDs	Supervisões de Documentação e Disseminação de Informações
SIDRA	Banco de Dados Agregados - Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIG Brasil	Sistema de Informações Geográficas do Brasil
SIGC	Sistema de Indicadores Gerencias da Coleta
SIMGEO	Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação
SINAPI	Informações sobre Índices da Construção Civil
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPD	Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SIRGAS	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões
SISMAP	Sistema de Mapeamento de Base Territorial
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SMI	Seminário de Metodologia do IBGE
SNIPC	Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
SPU	Superintendência do Patrimônio da União

Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

SPTRANS	São Paulo Transportes
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TDIEG	Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TR	Tempo de Resposta (Médio)
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TRF	Tribunal Regional Federal
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNCEEA	Comitê de Especialistas em Contas Econômico-Ambientais
UPAs	Unidades Primárias de Seleção
VISA	Visa International Service Association

Introdução

O Relatório de Gestão do IBGE tem por objetivo apresentar e analisar os aspectos inerentes ao processo de gestão institucional e as práticas ocorridas no exercício, de forma a propiciar a visão mais completa possível dessa gestão aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

O exercício de 2012 é especialmente marcado pelo início de um novo Plano Plurianual - PPA do Governo Federal, referente ao período de 2012-2015, que tem como propósito resgatar a função planejamento, incorporando ao PPA os objetivos do governo, tais como declarados, e permitir o efetivo monitoramento desses objetivos.

Nesse contexto surgem novos elementos que norteiam as ações a serem implementadas pelos diversos órgãos federais na busca de resultados, alinhando-as ao planejamento estratégico do Governo Federal, dando novas dimensões ao Plano.

Na dimensão estratégica, relacionados à efetividade, estão os Macrodesafios, que são as diretrizes elaboradas com base no Programa e na Visão Estratégica de Governo que orientarão a formulação dos Programas do PPA 2012–2015.

Na dimensão tática, relacionados à eficácia, estão os Programas Temáticos, que retratam no PPA a agenda de governo organizada pelos temas das políticas públicas e orientam a ação governamental; os Objetivos que expressam o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de iniciativas com desdobramento no território; e as Iniciativas que declaram as entregas de bens e serviços à sociedade.

Ainda na dimensão tática, estão os Programas de Gestão e Manutenção e Serviços do Estado, que, embora não possuam Objetivos e Iniciativas específicos, classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos por meio de suas Iniciativas.

A dimensão operacional relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é especialmente tratada no orçamento. Busca a

otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.

O Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo, a quem esta Unidade se reporta nos termos do art. 70 da Constituição Federal, foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012, da Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de 2012, da Portaria CGU nº 2546, de 27 de dezembro de 2010 e da Decisão Normativa TCU nº 124, de 05 de dezembro de 2012.

Cabe ressaltar que o IBGE terá suas contas julgadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU, de acordo com a DN-TCU 124 de 05 de dezembro de 2012.

O conteúdo do presente documento está apresentado conforme a estrutura definida no Anexo II da Portaria TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012 e orientada pela portaria TCU nº 150, de 3 de julho de 2012, tendo sido dividido em duas partes: A – Conteúdo Geral; B – Conteúdo Específico.

Os itens ou subitens que não se aplicam ao IBGE e respectivas justificativas encontram-se listados a seguir:

4.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ: No PPA 2012-2015 o IBGE não consta como responsável por Programas Temáticos de governo;

5.5 Renúncias Tributárias Sob a Gestão do IBGE: O IBGE não faz arrecadação tributária;

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do IBGE, quadro A.6.14 Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada: O IBGE não possui terceirizados ocupando cargos e desempenhando atividades inerentes às do Plano de Cargos e Carreiras do órgão;

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público, quadro A.6.15 Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público

ou de Provimento Adicional: O IBGE não terceiriza os cargos e atividades pertencentes ao Plano de Cargos e Carreiras na Instituição; portanto, o presente item não se aplica à mesma;

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados, quadro A.6.16 Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados: O IBGE não possui terceirizados ocupando cargos e desempenhando atividades inerentes às do Plano de Cargos e Carreiras do órgão. Assim, não houve a realização de concurso público com intuito de substituir terceirizados, pois essa prática não ocorre na Fundação;

11.2.2 Declaração com Ressalva: A Declaração com Ressalva não se aplica quando há a Declaração Plena do Contador;

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008: O IBGE participa do SIAFI integralmente tendo suas Demonstrações Contábeis consolidadas diretamente no Sistema.

Dos itens ou subitens que não possuem conteúdo a ser declarado no exercício de 2012:

5.1 Reconhecimento de Passivos: No exercício de 2012 não houve registros de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse, quadro A.5.7 Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse e 5.3.6 Análise Crítica: O IBGE não tem como prática firmar parcerias na qualidade de Concedente, sendo que, no ano de 2012, não celebrou parcerias na modalidade de Convênios e/ou Contrato de Repasse;

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”, quadro A.5.9 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”): O IBGE não utiliza a conta tipo “B”;

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico, quadro A.6.12 Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007): Não houve auditoria do TCU nos referidos anos;

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos, quadro A.6.13 Atuação do OCI sobre os Atos Submetidos a Registro: As informações prestadas acima foram consultadas no sistema SISACNET, onde se verificou que os atos de aposentadoria e pensão referentes aos anos de 2011 e 2012 encontram-se no órgão de Controle Interno aguardando parecer. Os atos de admissão referentes ao ano de 2011 já foram julgados pelo Tribunal de Contas da União com parecer pela Legalidade, já os atos referentes ao ano de 2012 encontram-se no órgão Controle Interno aguardando parecer.

Parte B, 28 Informações sobre as Contratações de Consultores na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais, 28.1 Contratação de Consultores na Modalidade Produto, quadro B.16.1 Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais: No exercício de 2012, o IBGE não celebrou cooperação técnica com organismos internacionais, portanto, não houve contratação dessa natureza.

Parte B, 48, II Informações sobre as Ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas: Durante o exercício de 2012 não ocorreram ações de fiscalização realizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

No tocante às principais realizações da gestão institucional do IBGE em 2012, abordadas neste relatório, podem ser destacadas:

- ✓ Lançamento da publicação “Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo”;
- ✓ Realização da coleta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua em todo território nacional e planejamento da Pesquisa Nacional de Saúde;

- ✓ Prosseguimento ao planejamento do Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários – SNPA, fundamentado nas discussões para a implementação, na América Latina, da Estratégia Global para Aprimoramento das Estatísticas Agropecuárias, as quais, o IBGE lidera;
- ✓ Divulgação das informações de duas pesquisas inéditas: “Pesquisa de Meios de Hospedagem 2011” e “Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Empresas – 2010”;
- ✓ Lançamento do Atlas do Espaço Rural Brasileiro;
- ✓ Capacitação, sensibilização e divulgação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE junto a órgãos do Governo Federal, com vistas à ampliação de sua utilização e à agregação de mais produtores de informações geoespaciais.

Os resultados das Ações Orçamentárias finalísticas, sob responsabilidade do IBGE, desenvolvidas em Programas Temáticos e também das Ações Orçamentárias pertencentes aos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, geridas pela Instituição, são apresentados com maior riqueza de detalhes ao longo do documento.

É fornecido um panorama dos aspectos orçamentários, financeiros, humanos e patrimoniais no que diz respeito aos recursos utilizados pela organização.

São também apresentadas informações contábeis e os conteúdos específicos da gestão. Por fim, os anexos complementam e elucidam a forma como a Instituição administrou os recursos públicos em prol do atendimento às demandas do Governo e da sociedade.





1

Unidade Jurisdicionada



1.1 Poder e Órgão de Vinculação

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é uma fundação pública do Poder Executivo, de direito público vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

1.1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

O IBGE, constante na tabela institucional da Lei Orçamentária Anual – LOA, sob o código 47205, encontra-se cadastrado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIOG, sob o número 29813, e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, sob o número 11301, com todas as suas Unidades Gestoras - UG em funcionamento, tendo como principal atividade econômica a produção de informações geográficas e estatísticas - federal, estadual e municipal - classificada na Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE sob o código 8411-6/00.

A Presidência do IBGE está situada na cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Franklin Roosevelt número 166, Centro, CEP 20021-120, de onde são articuladas, coordenadas e supervisionadas, por meio de suas Unidades Estaduais, as atividades da Fundação nas 27 unidades da federação e nas 581 agências espalhadas em todo o território nacional, podendo ser contatada pelos telefones (21)21424501, (21)21424502 e 0800.7218181 e fac-símile: (21)-21420893.

O endereço da página institucional na internet é <http://www.ibge.gov.br> e está voltado para atender um conjunto diversificado de usuários, com canais de conteúdos direcionados aos jovens e adolescentes, canais de banco de dados e downloads de resultados de estudos e pesquisas, canais de conteúdo histórico e loja virtual.

1.1.2 Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

1.1.2.1 Normas de Criação e Alteração

O IBGE foi instituído nos termos do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, com duração indeterminada, e sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro. Rege-se pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, publicado no DOU 114, de 16 de junho de 2003,



pelo Regimento Interno aprovado na Portaria MP nº 215, de 12 de agosto de 2004, e publicado no DOU nº156, de 13 de agosto de 2004, e demais disposições que lhe sejam aplicáveis.

Os atos normativos de criação do IBGE conferiram-lhe por missão “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”¹, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica, e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental, sendo ainda de competência do IBGE propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG; atuar nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico e no Sistema Estatístico Nacional, mediante a produção de informações e a coordenação das atividades técnicas, em consonância com o PGIEG, sob sua responsabilidade, instituído pela Lei nº 5.878, de 1973, e aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974, como também acompanhar a elaboração da proposta orçamentária da União referente ao previsto no Plano.

1.1.2.2 Normas Relacionadas à Gestão e Estrutura do IBGE

O IBGE conta com o Sistema Informatizado dos Atos Deliberativos do IBGE - SIAD, disponível na intranet, que agrega os atos deliberativos, estabelecidos no seu Regimento Interno, classificados por data, assunto, órgão, tipo de ato e situação, conformando as normas regulamentadoras da gestão e estrutura organizacional da instituição.

1.1.2.3 Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades do IBGE

O portal do IBGE na internet² mantém disponibilizado, para toda a sociedade, os produtos e serviços da instituição, as informações sobre metodologias e tecnologias utilizadas nas diversas atividades que desenvolve, bem como dá transparência aos processos de contas anuais dos quais este Relatório de Gestão faz parte.

Em relação à gestão, cabe também informar que, paralelamente à distribuição aos líderes estratégicos da Casa, todos os relatórios se encontram disponíveis a todos os servidores, na rede interna do IBGE, precisamente no portal da Diretoria-Executiva.

¹ <http://www.ibge.gov.br>

² <http://www.ibge.gov.br>



1.1.3 Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

A Fundação IBGE - Administração Central (RJ), cadastrada no SIAFI sob o número 114601, é a unidade gestora onde é centralizado o orçamento, cujo código de gestão é 11301 para todas as gestões relacionadas ao IBGE. A seguir são apresentadas todas as Unidades Gestoras relacionadas ao IBGE.

Quadro 1 – Identificação das Unidades Orçamentárias do IBGE

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
IBGE- Diretoria Executiva - ATUFOLHA	47205	110325
Fundação IBGE - Administração Central (RJ)	47205	114601
Unidade Estadual do IBGE em Rondônia	47205	114602
Unidade Estadual do IBGE no Acre	47205	114603
Unidade Estadual do IBGE no Amazonas	47205	114604
Unidade Estadual do IBGE em Roraima	47205	114605
Unidade Estadual do IBGE no Pará	47205	114606
Unidade Estadual do IBGE no Amapá	47205	114607
Unidade Estadual do IBGE no Maranhão	47205	114608
Unidade Estadual do IBGE no Piauí	47205	114609
Unidade Estadual do IBGE no Ceará	47205	114610
Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Norte	47205	114612
Unidade Estadual do IBGE na Paraíba	47205	114613
Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco	47205	114614
Unidade Estadual do IBGE em Alagoas	47205	114615
Unidade Estadual do IBGE em Sergipe	47205	114616
Unidade Estadual do IBGE na Bahia	47205	114617
Unidade Estadual do IBGE em Minas Gerais	47205	114618
Unidade Estadual do IBGE no Espírito Santo	47205	114619
Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso Sul	47205	114620
Coordenação de Recursos Materiais	47205	114621
Unidade Estadual do IBGE em São Paulo	47205	114622
Unidade Estadual do IBGE no Paraná	47205	114623
Unidade Estadual do IBGE em Santa Catarina	47205	114624
Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul	47205	114625
Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso	47205	114626
Unidade Estadual do IBGE em Goiás	47205	114627
Unidade Estadual do IBGE no Distrito Federal	47205	114629
Unidade Estadual do IBGE no Rio de Janeiro	47205	114631
Presidência/IBGE	47205	114632
Escola Nacional de Ciências Estatística	47205	114633
Diretoria de Informática/IBGE	47205	114634
Diretoria de Pesquisas/IBGE	47205	114635
Diretoria de Geociências/IBGE	47205	114636
Centro Documentação e Disseminação da Informações/IBGE	47205	114637
Unidade Estadual do IBGE em Tocantins	47205	114639
Reforma p/ setor Desenvolvimento Humano BIRD.	47205	114640
Contrato de Empréstimo Ext. BID-991/OC/BR/BRA/97/013	47205	114641

Fonte: SIAFI, 2012



1.2 Finalidade e Competências Institucionais do IBGE

O IBGE, coordenador das atividades do sistema estatístico nacional, e das de natureza geográfica e cartográfica, realiza levantamentos e estudos nesses campos, para assegurar informações necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando, especificamente, ao planejamento econômico e social e à segurança nacional. Daí, constituir-se no principal provedor de dados e informações imprescindíveis ao diagnóstico e monitoramento da dinâmica econômica, demográfica, social, política e espacial de uma sociedade, à fundamentação de ações de planejamento, tanto na área pública como na iniciativa privada, e à contribuição para o processo de consolidação da cidadania.

Em 2012, o IBGE atuou diretamente nas *Iniciativas* (i) “Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais, ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania” e (ii) “Coordenação, aperfeiçoamento e integração dos Sistemas Nacionais de Estatísticas e de Geociências” componentes do *Objetivo* “Fortalecer a governança e ampliar a capacidade Institucional da Administração Pública”, relativo ao Programa Temático “Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública”, orientado pelo *Macrodesafio* de Aperfeiçoar os Instrumentos de Gestão e inserido no *eixo* de Gestão Infraestrutura e PAC. Além disso, a Instituição participou, também, no desenvolvimento de Ações em Programas sob responsabilidade de outros Ministérios como o da Educação e o da Previdência Social.

O exercício de 2012 foi especialmente marcante para o IBGE, tanto no que diz respeito à gestão institucional quanto à produção estatística e geocientífica.

Após a disseminação da série de informações do Censo Demográfico 2010 ao longo do ano de 2011, em 2012, encerrou-se o calendário de divulgação, conforme previsto. Cabe destacar que essas divulgações abrangeram temas importantes como Educação, Trabalho e Rendimento, Deficiência, Migração, Fecundidade, Famílias e Domicílios, entre outros. Importante também mencionar o lançamento da publicação “Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo”, com informações inéditas relativas ao pertencimento étnico e à língua falada pelos indígenas, como também, resultados para as Terras Indígenas.



Ainda no contexto da disseminação de resultados em 2012, cabe registrar a divulgação das informações de duas pesquisas inéditas: a Pesquisa de Serviços de Hospedagem - 2011, em parceria com o Ministério do Turismo - MTur, que forneceu um quadro atualizado da capacidade de hospedagem disponível nos municípios das capitais, nas Regiões Metropolitanas das Capitais e nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDE; e a Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Empresas – 2010, que disponibilizou conjunto de indicadores, com elaboração pautada por recomendações internacionais, tornando-se importante ferramenta para o desenvolvimento de políticas, visando a universalização do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC nas empresas brasileiras.

Em 2012, prosseguiu a implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD com a realização da coleta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua em todo território nacional e com o planejamento da Pesquisa Nacional de Saúde, em parceria com o Ministério da Saúde, com vistas à implantação em 2013. O SIPD se constitui em importante marco no aprimoramento do sistema de pesquisas domiciliares do País, tornando-o mais eficaz diante das muitas demandas por informações sobre as condições socioeconômicas da população brasileira. O projeto do novo modelo de produção de pesquisas domiciliares contou com a participação da representação de órgãos especializados e da sociedade em geral, através da institucionalização de fórum de discussão.

Na área da produção de estatísticas agropecuárias, prosseguiu o planejamento do Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários - SNPA, que virá a responder à necessidade de aprimorar e disponibilizar novas informações nesse âmbito, incluindo, entre elas, as condições de vida e pobreza nas áreas rurais. O IBGE tem a liderança da discussão para a implementação, na América Latina, da Estratégia Global para Aprimoramento das Estatísticas Agropecuárias, movimento capitaneado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas e pelo Banco Mundial, na qual se fundamenta o SNPA. O Plano de Ação da Estratégia Global visa contribuir com informações para o combate à fome no mundo, para o diagnóstico de risco em segurança alimentar e para a correta definição de políticas públicas na área.

Foi dado início ao projeto de implantação da Série de Contas Nacionais - referência 2010, atendendo às recomendações internacionais do manual das Nações Unidas, *System of National Accounts* – revisão 2008, e à necessidade de incorporação



de nova classificação de atividades e produtos, de novas fontes de dados disponibilizadas sobre a economia brasileira, bem como de resultados de pesquisas realizadas, visando ao estabelecimento de marcos estruturais. Para promover a transparência e a compreensão desse complexo processo, foram organizadas as primeiras reuniões sobre o projeto no âmbito do Governo Federal e foi dado início, também, à disponibilização de Notas Metodológicas na página do IBGE na internet.

No âmbito da área de geociências, merece destaque o lançamento do “Atlas do Espaço Rural Brasileiro” que integra dados do Censo Agropecuário 2006 e das pesquisas populacionais, sociais, econômicas e ambientais do IBGE, oferecendo-lhes uma dimensão espacial, com o objetivo de retratar a complexa realidade territorial do campo brasileiro; dos “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2012” e dos “Mapas Municipais Estatísticos do Censo Demográfico 2010”, representando o conjunto de setores censitários urbanos e rurais para cada município brasileiro, além dos limites municipais, distritais e de perímetros urbanos.

Destaca-se também a realização de atividades de capacitação, sensibilização e divulgação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE junto a órgãos do Governo Federal com o objetivo, não só de ampliar sua utilização, mas também agregar mais produtores de informações geoespaciais; e a análise e validação das informações constantes da base territorial das áreas indígenas que objetivou a melhoria e o ajuste dos polígonos dessas terras aos setores censitários.

No âmbito internacional, a Instituição exerceu, em 2012, a presidência *pró-tempore* da Reunião Especializada de Estatísticas do MERCOSUL³ – REES, integrada pelos dirigentes dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos Estados membros, cujo objetivo principal é elaborar um Plano Estratégico Estatístico do MERCOSUL que permita a adoção de um sistema estatístico harmonizado no âmbito do bloco.

No que tange às atividades de disseminação de informações, realizadas em âmbito nacional, o IBGE disponibilizou dados que refletem a realidade do Brasil em seus múltiplos aspectos, tanto por meio de livrarias e bibliotecas quanto por telefone, incluindo chamada gratuita de qualquer localidade do país (0800), correspondência, *e-mail* e serviço *on-line* no Portal do IBGE na internet. Os atendimentos à sociedade feitos pela instituição em todo o país, através dos serviços de atendimento e do Portal na internet atingiram no exercício de 2012 a marca de 27,5 milhões de usuários.

³ Mercado Comum do Sul: livre comércio intrazona e política comercial comum entre cinco países da América do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela).

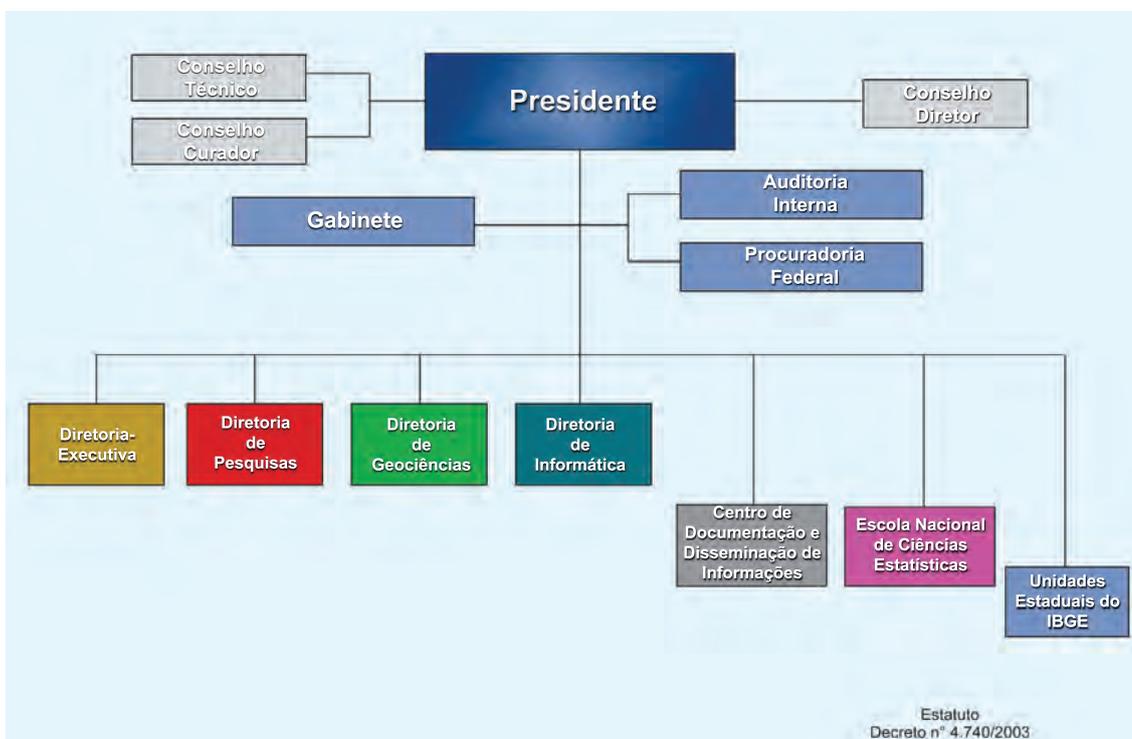


Por fim, no âmbito da gestão financeira e melhoria da qualidade do gasto no IBGE, valeria citar como exemplo, o expressivo avanço no uso, em todo território brasileiro, das ferramentas de videoconferência, que vêm propiciando ganhos em tempo e economicidade, ao tornar possível fazer reuniões e treinamentos com vários estados simultaneamente. A utilização de VOIP (*Voice over Internet Protocol*), para comunicações de voz (telefonia de longa distância) usando a rede de dados, já é uma realidade na Instituição. Atualmente 534 Agências usam essa tecnologia para comunicação telefônica com qualquer outra unidade do IBGE.

Destaca-se, ainda, o recebimento do prêmio “Instituição Pública de Maior Destaque” no maior evento de geotecnologia da América Latina, o Mundo GEO#Connect 2012, onde são reconhecidos profissionais, instituições, empresas e marcas que são destaque no setor, bem como o recebimento do Prêmio TI & Governo 2012⁴ para o projeto VINDE - O Visualizador da INDE, desenvolvido pelo IBGE, que permite às instituições produtoras de dados georreferenciados disponibilizá-los na INDE.

1.3 Organograma Funcional

Figura 1 - Organograma Funcional do IBGE



Fonte: Estatuto/Decreto nº 4.740/2003

⁴ Prêmio TI & Governo: Premiação anual dada por uma comissão julgadora formada por profissionais do mercado e jornalistas especializados aos projetos de instituições públicas que ofereceram melhorias aos serviços prestados à população. Esse prêmio objetiva divulgar as melhores iniciativas de governo eletrônico no Brasil.



1.4 Macroprocessos Finalísticos

O planejamento estratégico 2012-2015 do IBGE, contempla oito macroprocessos relacionados às atividades (de negócio) primárias da Instituição, ou seja, à produção de bens ou serviços e à logística de entrega de seus estudos e levantamentos estatísticos e geocientíficos para o Governo e a sociedade. Esses macroprocessos contribuem de forma direta para o cumprimento dos objetivos da organização. São eles:

a. Produção de Informações Estatísticas

Este macroprocesso abrange as atividades envolvidas na produção e sistematização de estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, social e econômica do País. Tem por objetivo produzir informações estatísticas necessárias ao conhecimento da realidade socioeconômica brasileira.

No exercício de 2012 o IBGE atuou nesse macroprocesso por meio: da realização das atividades de planejamento técnico-operacional da produção estatística; do desenvolvimento de sistemas e instrumentos de levantamentos estatísticos; da realização do treinamento da equipe de produção de levantamento estatístico; da coleta de dados; da apuração de dados; da análise dos resultados das pesquisas conduzidas; do tratamento e consolidação das informações para os sistemas síntese; dos estudos e análises temáticas; da elaboração dos sistemas síntese e estudos e análise temáticas; da preparação para disseminação.

b. Produção de Informações Geocientíficas

Este macroprocesso abrange os processos de produção de dados e informações geoespaciais - IG de referência, temáticos e especiais, compreendendo, dentre outros: redes de controle geodésico e todos os seus produtos derivados, planos cartográficos básicos e temáticos de qualquer tipo, malhas territoriais, informações de recursos naturais e produtos cartográficos especiais. Inclui também a operacionalização de produtos especiais. O mesmo tem por objetivo produzir informações geocientíficas de referência, temáticas e especiais, componentes da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, necessárias ao conhecimento do território brasileiro e de suas características.

No exercício de 2012, o IBGE atuou nesse macroprocesso por meio da realização das atividades de planejamento técnico-operacional das atividades geocientíficas, produção de informações geodésicas, produção de informações cartográficas, produção de informações das estruturas territoriais e da produção de informações geográficas.



c. Produção de Informações Ambientais

Este macroprocesso abrange os processos de produção sistemática de dados e informações ambientais, desenvolvidos em âmbito nacional e estruturados em sistema de informação geográfica (banco de dados), compreendendo temas de geologia, geomorfologia, solos, vegetação, recursos hídricos, cobertura e uso da terra, fauna e flora, e a produção de estatísticas e indicadores ambientais e de desenvolvimento sustentável sobre as interações entre os processos socioeconômicos, naturais e demográficos.

No exercício de 2012, o IBGE atuou nesse macroprocesso por meio da realização das atividades de levantamento de dados e informações ambientais primárias e secundárias, com apoio de campo, processamento e análise das informações levantadas, armazenamento, documentação (metadados) e preparo para disseminação e gestão do plano de manejo.

d. Produção de Informações Censitárias

Este macroprocesso abrange as atividades envolvidas na produção e sistematização de estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos ao conhecimento da realidade física, humana, social e econômica do Brasil, e a necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.

No exercício de 2012, o IBGE atuou nesse macroprocesso por meio da realização das atividades de Atualização Contínua da Base Territorial, Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos e Estudo de Modalidades Alternativas de Censo Demográfico. Já os projetos Censo Agropecuário 2015 e Contagem da População 2015 deverão ter suas atividades intensificadas a partir de 2013.

e. Infraestrutura, Metodologia e Qualidade para a Produção de Informações

Este macroprocesso abrange os processos de pesquisa, difusão e implementação de metodologias estatísticas e computacionais ligadas à modernização do processo de produção das informações. O mesmo tem por objetivo consolidar a gestão da qualidade, desenvolver, assimilar e disseminar novas metodologias, novas tecnologias e sistemas voltados para a coleta, aprimorar os mecanismos de acompanhamento e atualização da Base Territorial - BT e do Cadastro Nacional de Endereços para



Fins Estatísticos - CNEFE, ampliar a abrangência do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE e avançar na consolidação das Classificações Estatísticas.

Um exemplo da atuação do IBGE nesse macroprocesso em 2012 pode ser demonstrado pela publicação da sexta edição da “Série Relatórios Metodológicos: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor”, que apresenta as modificações adotadas em relação à metodologia aplicada na edição anterior.

f. Disseminação de Informações

Este macroprocesso abrange os processos de organização, formatação e disseminação das informações produzidas pelo IBGE para o governo e a sociedade, bem como os processos de organização e disponibilização das informações em bases de dados e metadados apoiadas por ferramentas adequadas à recuperação personalizada da informação. Considera a capacitação do usuário final na utilização dessas informações. O mesmo tem por objetivo garantir o fornecimento de produtos e serviços necessários aos diversos segmentos da sociedade, visando à universalização do acesso e do uso das informações produzidas pela instituição.

No exercício de 2012, o IBGE atuou nesse macroprocesso por meio da realização das atividades de análise, definição, elaboração e promoção dos produtos e serviços, além de sua distribuição ao público, preparação de divulgação à imprensa e do atendimento ao usuário sobre resultado.

g. Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas

Este macroprocesso abrange as atividades de planejamento e organização da produção nacional de informações estatísticas e geocientíficas estabelecendo normas, classificações e padrões. O mesmo tem por objetivo garantir que todas as informações estatísticas e geocientíficas sejam produzidas de forma padronizada, harmônica e comparável.

No exercício de 2012, o IBGE atuou nesse macroprocesso por meio da realização das atividades de coordenação do Sistema Estatístico Nacional, coordenação do Sistema Cartográfico Nacional e, também, através da manutenção do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

h. Ensino Superior, Pesquisa e Extensão

Este macroprocesso abrange os processos de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de estatística e geociências, no âmbito da graduação e pós-graduação (*stricto* e *lato sensu*). Compreende também a formação especializada para a produção e análise de informações estatísticas e geocientíficas oficiais. O mesmo tem por objetivo



formar, aperfeiçoar e especializar profissionais nas áreas de estatística e geociências; capacitar e treinar profissionais nos diversos campos de atividades relacionados com as áreas de competência do IBGE; promover a pesquisa nos campos do conhecimento relacionados com a área de estatística e áreas correlatas; realizar estudos, cursos e divulgação de conhecimentos técnicos para a sociedade.

No exercício de 2012, o IBGE atuou nesse macroprocesso por meio da realização das atividades de seleção do corpo discente, planejamento do ensino, implementação dos cursos, orientação de monografias e dissertações e desenvolvimento de pesquisa.

1.5 Macroprocessos de Apoio

No Planejamento Estratégico 2012-2015, estão definidos quatro macroprocessos relacionados às atividades de suporte e gestão necessárias ao bom funcionamento da Instituição. São eles:

a. Governança Institucional

Este macroprocesso abrange os processos de definição e garantia do cumprimento das políticas e diretrizes, o desenvolvimento organizacional, a garantia da manutenção da imagem institucional, a comunicação institucional com a sociedade e com os servidores. O mesmo tem por objetivo garantir a qualidade da gestão, assegurando a legitimidade e a transparência, com base nas boas práticas de gestão, nas políticas e diretrizes da Instituição e no envolvimento dos colaboradores internos e externos.

No exercício de 2012, o IBGE atuou nesse macroprocesso por meio da realização das atividades de auditoria, assessoramento jurídico, planejamento institucional e no desenvolvimento de atividades relacionadas ao Programa de Melhoria da Qualidade da Gestão Institucional.

b. Gestão Administrativa

Este macroprocesso abrange as atividades de garantia do funcionamento da infraestrutura, proporcionando o bem estar funcional e a preservação do patrimônio, bem como os processos de aquisição de bens e serviços, a gestão de contratos, administração, manutenção, controle dos bens móveis e imóveis, com base em estudos de logística, atividades de gestão dos créditos e de recursos, da execução da despesa e os processos de análise e conformidade contábeis.

No exercício de 2012, o IBGE atuou nesse macroprocesso por meio da realização das atividades de programação e realização de aquisições, acompanhamento de



contratos, gerenciamento de bens móveis (material permanente), gerenciamento de estoques (material de consumo), gerenciamento de transportes, gerenciamento de bens imóveis, alienação, cessão e outras formas de desfazimento, expedição de materiais e gerenciamento dos serviços de infraestrutura.

c. Gestão de Pessoas

Este macroprocesso abrange as atividades de recrutamento e seleção, desenvolvimento de pessoas, análise, acompanhamento e registros funcionais desde o ingresso até a pós-aposentadoria, garantindo a remuneração. Compreende também os processos necessários à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. O mesmo tem por objetivo assegurar um sistema de gestão de pessoas que valorize o potencial humano e gere um ambiente organizacional favorável à motivação das pessoas, levando-as a contribuir e se comprometerem com a excelência do desempenho e dos resultados organizacionais.

No exercício de 2012, o IBGE atuou nesse macroprocesso por meio da realização das atividades de recrutamento e seleção, desenvolvimento de pessoas, análise, acompanhamento e registro funcional, qualidade de vida e remuneração.

d. Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação

Este macroprocesso abrange as atividades de planejamento e implementação dos projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC para os sistemas informatizados e demais processos da Instituição; gestão de demandas de TIC, da infraestrutura tecnológica (*hardware*, dados, rede e serviços), do atendimento dos serviços de informática. O mesmo tem por objetivo garantir infraestrutura tecnológica adequada, acompanhando o estado da arte, para os processos da Instituição, de forma planejada, segura e aderente às diretrizes, metodologias, padrões e normas de TIC.

No exercício de 2012, o IBGE atuou nesse macroprocesso por meio da realização das atividades de planejamento de solução de TIC, especificação, homologação, implantação e administração da infraestrutura e serviços de TIC, concepção, elaboração, construção e implantação do sistema de informação e de acesso a base de dados, gestão da segurança da informação, prospecção de novas tecnologias de informação, comunicação e gestão de diretrizes, bem como atualização do Acervo Normativo e Metodologias de TIC.

No exercício de 2012, o IBGE realizou algumas das atividades relacionadas a seus macroprocessos finalísticos com o auxílio de parcerias estratégicas e fundamentais para sua consecução, quais sejam:



1.6 Principais Parceiros

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Auxiliou a Instituição através da aquisição compartilhada de serviço de fornecimento de imagens de acervo, orbitais multiespectrais e ortorretificadas, coletadas no ano 2011. A obtenção desse material contribuiu para a realização das metas físicas das Ações Mapeamento Terrestre de Referência, Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais, Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias e Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais.

Ministério do Turismo – MTur

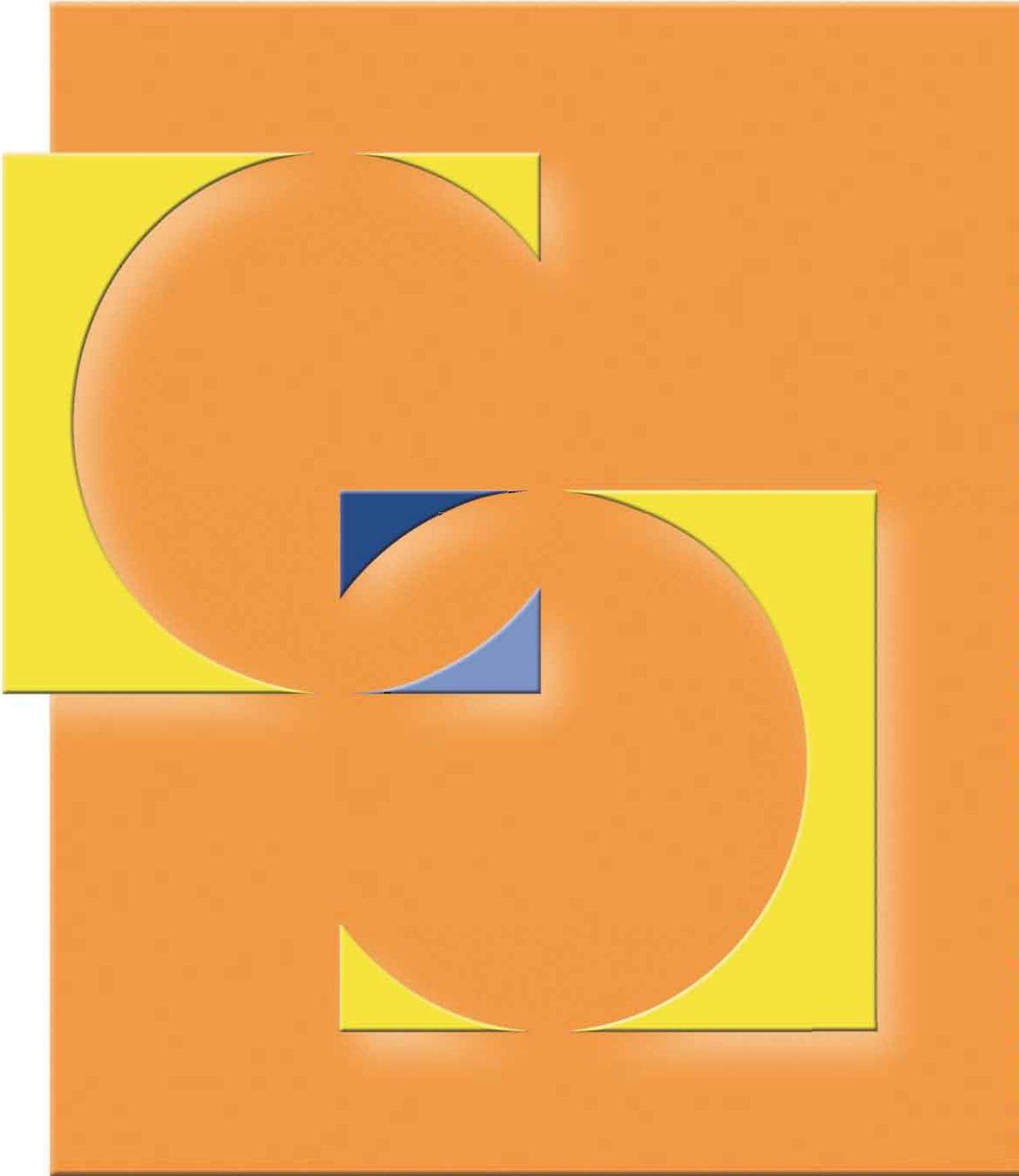
Atuou junto ao IBGE na realização da Pesquisa de Serviços de Hospedagem. Essa pesquisa teve por objetivos identificar os tipos e categorias de estabelecimentos desse segmento e mensurar o número de unidades habitacionais e leitos existentes, fornecendo, assim, um quadro atualizado da capacidade de hospedagem disponível nos municípios das Capitais, nas Regiões Metropolitanas das Capitais e nas Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDE. Essas estatísticas constituem importantes ferramentas para os planejamentos público e privado, especialmente em um momento em que o País se prepara para sediar grandes eventos esportivos internacionais.

Ministério da Saúde e Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

No âmbito do Sistema de Contas Nacionais, foi divulgada a Conta-Satélite de Saúde do Brasil 2007–2009, fruto da parceria do IBGE com a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e o Ministério da Saúde - MS, que apresenta dados sistematizados sobre a estrutura produtiva e a dinâmica da saúde no Brasil, oferecendo, assim, um panorama dos recursos e usos do setor no País.

Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão

Colaborou com despesas de serviços gráficos referentes ao Guia de Monitoramento Temático do PPA e Guia de Indicadores, impressão de 500 exemplares do Plano Plurianual 2012-2015–Mensagem presidencial e para impressão e acabamento do livro “Relatório Anual e Perfil das Empresas Estatais – 2011”.





2

Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações



2.1 Planejamento das Ações do IBGE

Os atos normativos de criação do IBGE, bem como a missão que lhe foi conferida, já relatada no item 1.2 deste relatório, pressupõe todo um processo que parte das necessidades e demandas por informação existentes na sociedade e governos. Com a finalidade de estabelecer os caminhos a serem percorridos pelo IBGE para o cumprimento de sua missão institucional, foi definido em seu plano estratégico um conjunto de macroprocessos que compreendem as competências atribuídas à Instituição, quais sejam:

- ✓ Governança Institucional;
- ✓ Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas Estatísticas;
- ✓ Produção de Informações Estatísticas;
- ✓ Produção de Informações Geocientíficas;
- ✓ Produção de Informações Censitárias;
- ✓ Produção de Informações Ambientais;
- ✓ Infraestrutura, Metodologia e Qualidade para a Produção de Informações;
- ✓ Disseminação de Informações;
- ✓ Ensino Superior, Pesquisa e Extensão;
- ✓ Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- ✓ Gestão de Pessoas;
- ✓ Gestão Administrativa.

Paralelamente, a existência de informações estatísticas e geográficas públicas confiáveis e atualizadas é essencial para a consolidação de uma sociedade democrática e, neste sentido, cabe aos governos garantir a credibilidade das informações, assegurando condições de autonomia para sua produção com qualidade e confiabilidade e preservando-os de qualquer ingerência de ordem política e conjuntural, reconhecendo que os países precisam que elas sejam contínuas, abrangentes, estáveis e comparáveis, nacional e internacionalmente, por serem tomadas como bens públicos. Informações dessa natureza apoiam os centros decisórios do governo na identificação dos principais problemas de natureza socioeconômica, demográfica, geográfica e ambiental, bem como munem a sociedade em geral do conhecimento sobre a mesma, permitindo, ainda, a aferição do desempenho de planos e programas de governo. Sendo assim, é imprescindível observar que a missão do IBGE não está retratada em um ou outro macrodesafio do governo, mas em todos.

Desta forma, o novo Plano Plurianual definido para o período compreendido entre os anos 2012 e 2015 se relaciona às atividades desempenhadas pela Instituição por



meio de seus macroprocessos e Ações Orçamentárias, conforme demonstrado no Quadro 2. Importa ressaltar que as atividades desenvolvidas nas Ações Orçamentárias são por vezes multidisciplinares e complementares, podendo atender a mais de um macroprocesso.

Quadro 2 - Relacionamento entre PPA 2012-2015, Plano estratégico do IBGE e Ações Orçamentárias

Programa	Macroprocesso	Ação
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas	Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE Sistema de Informações Geográficas do Brasil - SIG Brasil
	Produção de Informações Estatísticas	Pesquisas Conjunturais Pesquisas Estruturais da Área Econômica Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica Implantação da PNAD Contínua Implantação da Pesquisa de Orçamento Familiar Contínua Implantação da Pesquisa Nacional de Saúde Pesquisa de Economia Informal Urbana - ECINF
	Produção de Informações Geocientíficas	Mapeamento Terrestre de Referência Sistema Geodésico Brasileiro
	Produção de Informações Ambientais	Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais Censo Demográfico 2010
	Produção de Informações Censitárias	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos Atualização Contínua da Base Territorial Estudo de Modalidade de Censo Demográfico Contínuo
	Infraestrutura, Metodologia e Qualidade para a Produção de Informações	Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias - SNPA Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor Implantação de Sistemas de Índice de Preços ao Produtor - IPP Mudança do Referencial Geodésico
	Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação Disseminação de Informações	Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas
	Ensino Superior, Pesquisa e Extensão	Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências Administração da Unidade
	Gestão Administrativa Governança Institucional	Fortalecimento da Gestão Institucional do IBGE Pagamento de Pessoal Ativo da União
	2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Gestão de Pessoas
Disseminação de Informações		Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Publicidade de Utilidade Pública
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Gestão de Pessoas	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
	Gestão de Pessoas	Contribuição da União para o Custeio do Reg. de Previdência dos Servidores decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado

Fonte: IBGE/2012.



2.2 Estratégia de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

O IBGE é o órgão da administração pública federal responsável pela produção e pela disseminação dos dados que retratam a realidade econômica, social e geocientífica do Brasil.

A realização dessa missão institucional pressupõe todo um processo que parte das necessidades e demandas por informações existentes na sociedade e governos; passa, também, pela concepção e planejamento das pesquisas, pela coleta de dados em campo, seu armazenamento, a sua análise e validação, até a disseminação dos seus resultados finais para os cidadãos.

Nesse sentido, o IBGE atua com o propósito de ser reconhecido e valorizado pela integridade, relevância, consistência e excelência de todas as informações estatísticas e geocientíficas, que produz e dissemina em tempo útil.

Alguns fatores são considerados como essenciais para a efetividade da estratégia estabelecida no cumprimento da missão institucional, tais como: credibilidade e legitimidade institucional, que dizem respeito à garantia de que a informação produzida e divulgada pela instituição seja confiável; independência técnica do IBGE; excelência da rede de unidades descentralizadas para o atendimento da necessidade de produzir informações com ampliação da cobertura territorial, maior detalhamento espacial e abrangência temática; a excelência em tecnologia da informação e comunicação; relevância da informação em termos de qualidade, oportunidade e formas de disseminação; gestão do conhecimento, foco na gestão das pessoas; e, por fim, excelência na gestão institucional.

Dentre as principais estratégias de atuação em 2012, podemos destacar a elaboração do Planejamento Estratégico do IBGE, que contempla o período 2012-2015, visando a obtenção de um instrumento que dê consistência à atuação da Instituição, de forma que o atendimento às demandas, tanto dos governos quanto da sociedade em geral, esteja pautado em estratégias que direcionem a implementação de ações com foco na qualidade, na transparência, na economicidade e na modernização dos processos de trabalho, na Sede e, especialmente, nas Unidades Estaduais e Agências que constituem canais estratégicos privilegiados de pesquisa, conhecimento de território e disseminação de informações. O plano complementa as etapas de Identidade Cultural e de Alinhamento Estratégico, realizadas anteriormente no âmbito do Programa de Melhoria da Qualidade na Gestão Institucional - PMQGI.



Há que se destacar o desenvolvimento do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD que se constitui em um modelo de produção de pesquisas amostrais domiciliares no qual o planejamento, a execução, a análise e a disseminação dos resultados das diversas pesquisas serão conduzidos conjuntamente, facilitando o atendimento de novas demandas, bem como a otimização dos recursos a serem utilizados.

Dando prosseguimento à implantação do SIPD, em 2012 foi realizada, pela primeira vez, a coleta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua nas 27 Unidades da Federação. A PNAD Contínua visa à produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País, bem como a investigação contínua de indicadores sobre trabalho e rendimento.

Em relação às atividades do Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários - SNPA foram realizados fóruns técnicos com a participação de representantes de outros órgãos e do IBGE, nos quais foram apresentados diversos temas relacionados ao projeto de reformulação das pesquisas agropecuárias, tais como as iniciativas internacionais e estratégias globais, o cronograma de implementação, a realização de pré-testes da Pesquisa Cadastral Estrutural - PCADE e da Pesquisa Nacional de Atividades Agropecuárias - PNAG, bem como o desenvolvimento do projeto SNPA.

Concluindo a divulgação de resultados do Censo Demográfico 2010, o IBGE colocou à disposição da sociedade brasileira, em 2012, nove publicações com informações fundamentais para o planejamento de políticas públicas e para o acompanhamento das ações governamentais nos planos nacional, regional e local. Essas publicações abrangeram temas importantes como Educação, Trabalho e Rendimento, Deficiência, Migração, Fecundidade, Características dos Indígenas, Famílias e Domicílios, entre outros, constituindo-se em amplo espectro de informações valiosas, especialmente, para as administrações municipais e para estudos sobre populações específicas, como os indígenas.

Vale destacar que, em 2012, o IBGE disponibilizou o novo visualizador da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, para busca, exploração e acesso a dados e metadados. Foi também implementado um serviço que integra a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE e a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA. Este serviço permite o consumo de metadados públicos e com recursos *on-line*.

Em relação às estratégias relacionadas à capacitação, o IBGE sempre oferece aos servidores, por meio do Programa Anual de Treinamento - PAT, cursos de treinamento



e aperfeiçoamento, tendo nestes, além de qualificação e requalificação de pessoal, uma das formas de motivação funcional. Em 2012 foram oferecidos cursos nas áreas de administração, informática, geociências e estatística na modalidade presencial, bem como cursos a distância destinados principalmente aos novos servidores contratados este ano e também aos treinamentos de pesquisas desenvolvidas pelo IBGE.

A interlocução entre gestores do IBGE e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP foi extremamente relevante para a superação das dificuldades relativas ao contingenciamento de recursos orçamentários e de pessoal.

No que se refere ao seu quadro de pessoal, o IBGE negociou com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP a realização de concursos públicos em 2013, para a reposição de seu quadro efetivo, visando garantir a continuidade das atividades da instituição. O quantitativo de servidores ativos do IBGE vem reduzindo progressivamente devido ao número de aposentadorias e, considerando que muitas atividades são específicas, torna-se necessário, não só, pessoal capacitado, mas também pessoal experiente, o que demanda preparo e política de transição.

Para enfrentar o contingenciamento orçamentário, o IBGE reivindicou, junto ao MP, liberação de recursos, além de adotar uma série de medidas internas relacionadas à gestão de seu programa de trabalho, como o replanejamento de Ações ou até mesmo postergando a realização de alguns projetos, com vistas a adequar os recursos disponíveis à sua demanda.

Há que se ressaltar a utilização de estratégias que permitiram o bom desempenho físico com poucos recursos, em especial o Cadastro de Endereços para Fins Estatísticos, onde, na falta dos recursos, priorizou-se a execução de setores censitários de menor custo, desta forma, chegando a superar a meta prevista.

Outro fator positivo a se mencionar é a utilização de ferramentas de videoconferência, em especial do *Voice over Internet Protocol* - VOIP, para a realização de reuniões e treinamentos em vários estados simultaneamente, que resultou em uma economia de recursos significativa para a Instituição.

A realização de treinamentos da coleta de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD pela modalidade de Ensino a Distância - EAD, também permitiu economia de recursos, eliminando a necessidade de deslocamento de técnicos entre Unidades da Federação.



O conjunto de parcerias firmadas com órgãos do governo assume papel estratégico por traduzir demandas institucionais concretas e oportunidades de abordagem de novas agendas e temas. O exercício dessas práticas e articulações contribui para que o IBGE atenda de forma não fragmentada às necessidades diferenciadas da sociedade, das organizações sociais, empresas e governos.

No exercício de 2012, foram desenvolvidos diversos trabalhos, frutos de parcerias e cooperações técnicas estabelecidas, bem como de convênios firmados, com diversas instituições, tais como:

- ✓ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS
- ✓ Ministério da Saúde - MS
- ✓ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
- ✓ Empresa de Correios e Telégrafos - ECT
- ✓ Escola Nacional de Administração Pública – ENAP
- ✓ Ministério do Turismo -MTur
- ✓ Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
- ✓ Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS
- ✓ Agência Nacional de Águas – ANA
- ✓ Ministério do Meio Ambiente - MMA

No que diz respeito às estratégias de comunicação, o IBGE, com maior presença no território brasileiro e com a imagem positiva difundida em âmbito mundial, tem o seu portal na internet (www.ibge.gov.br) como principal canal de comunicação do Instituto com os usuários, atingindo, em 2012, 27,5 milhões de acessos. Através do portal, o IBGE disponibiliza toda a sua produção em formatos de textos, tabelas, gráficos, mapas, cartogramas, bancos de dados e aplicações *web*.



2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Quadro 3 - Execução Física e Financeira de Projetos e Atividades em 2012

Ação	LOA + Crédito (A)	Executado (B)	% (B)/(A)	Meta física		% (D)/(C)
				prevista (C)	realizada (D)	
Atividades						
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	970.913	956.892	98,56	517	853	164,99
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	9.540.000	9.484.150	99,41	4.545	5.612	123,48
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	38.760.000	38.572.224	99,52	9.539	10.464	109,70
Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências	559.294	404.316	72,29	310	334	107,74
Capacitação de Servidores Públicos Fed. em Processo de Qualificação e Requalificação	1.835.916	805.646	43,88	4.000	4.119	102,98
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	15.920.000	15.840.953	99,50	15.368	15.633	101,72
Mapeamento Terrestre de Referência	1.446.661	1.371.557	94,81	671	671	100,00
Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos	23.687.019	22.407.847	94,60	1	1	100,00
Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica	6.983.505	5.638.425	80,74	5	5	100,00
Pesquisas Estruturais da Área Econômica	5.535.454	4.316.088	77,97	15	15	100,00
Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais	892.631	652.552	73,10	120	120	100,00
Pesquisas Conjunturais	9.234.287	6.569.760	71,15	137	137	100,00
Sistema Geodésico Brasileiro	923.537	566.963	61,39	3.600	3.600	100,00
Atualização Contínua da Base Territorial	352.401	181.590	51,53	5.565	5.565	100,00
Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas	4.005.556	2.896.298	72,31	30.000.000	27.532.729	91,78
Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos	2.872.000	332.461	11,58	100	85	85,00
Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências	478.740	175.006	36,56	120	86	71,67
Sistema de Informações Geográficas do Brasil - SIG Brasil	910.000	27.987	3,08	250.000	91.332	36,53
Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas	949.000	0,00	0,00	1	0,00	0,00
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	180.707	0,00	0,00	6.559	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal Ativo da União	684.135.652	671.948.699	98,22	-	-	-
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	581.058.460	568.175.982	97,78	-	-	-
Administração da Unidade	87.455.492	75.484.675	86,31	-	-	-
Publicidade de Utilidade Pública	10.000	0,00	0,00	-	-	-
Projetos						
Implantação da Pesquisa Nacional de Saúde	50.000	50.000	100,00	1	1	100,00
Censo Demográfico 2010	1.800.000	1.508.535	83,81	1	1	100,00
Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE	3.704.200	3.038.623	82,03	14	14	100,00
Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia	2.350.000	1.280.400	54,49	10	10	100,00
Mudança do Referencial Geodésico	346.349	82.084	23,70	15	15	100,00
Fortalecimento da Gestão Institucional do IBGE	280.000	0	0,00	3	3	100,00
Implantação da PNAD Contínua	14.266.284	12.527.783	87,81	31	29	93,55
Estudo da Modalidade de Censo Demográfico Contínuo	344.258	167.477	48,65	5	3	60,00
Implantação de Sistemas de Índice de Preços ao Produtor - IPP	1.125.000	249.021	22,14	15	3	20,00
Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor	1.125.000	201.569	17,92	19	3	15,79
Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias - SNPA	1.725.856	115.330	6,68	7	1	14,29
Pesquisa de Economia Informal Urbana - ECINF	192.076	0	0,00	2	0	0,00
Implantação da Pesquisa de Orçamento Familiar Contínua	1.012.100	0	0,00	6	0	0,00

Fonte: SIOP 2010.



A par do bom desempenho físico das atividades finalísticas e de projetos relevantes como a PNAD Contínua e o Censo Demográfico 2010, deve-se sinalizar para o baixo nível da execução física e financeira de algumas Ações, por conta de contingenciamentos orçamentários. Para enfrentar tais contingenciamentos, em 2012, a instituição optou por priorizar suas atividades contínuas em detrimento de alguns de seus projetos.

Apesar das restrições orçamentárias impostas, que ocasionaram o baixo desempenho financeiro, as atividades finalísticas revelaram bom desempenho físico, à exceção das Ações *Sistema de Informações Geográficas do Brasil - SIG Brasil* e *Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas*.

A não execução da Ação *Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas* ocorreu devido ao contingenciamento orçamentário, que estabelece limites para empenho de despesas. Desta forma, o IBGE precisou replanejar suas atividades para adaptação aos limites impostos. Assim, as visitas internacionais ocorreram de forma conjunta com atividades desenvolvidas em Ações relacionadas ao tema em estudo, tanto na área de estatística quanto na área de geociências, o que explica a não execução dos recursos previstos na Ação.

A baixa execução física e financeira da Ação *Sistema de Informações Geográficas do Brasil - SIG Brasil* também ocorreu por conta de contingenciamento orçamentário, ocasionado a sua reprogramação para 2013. O número acumulado no ano de 2012 de usuários que acessaram o serviço de Mapas Interativos do Portal do IBGE na internet não superou a meta. Ainda assim, os números alcançados foram significativos, em função da oferta de dados do Censo 2010 neste serviço.

Das cinco Ações referentes à concessão de benefícios ao servidor, à exceção das relativas a exames médicos periódicos, as demais apresentaram execução física acima de 100%. Cabe destacar o crescimento na concessão do auxílio pré-escolar, que atingiu 65% acima do previsto, o qual se justifica pela extensão do benefício aos servidores temporários. Quanto à Ação *Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos*, a não execução dos recursos se deu em função, tanto do orçamento disponibilizado no exercício não cobrir os custos necessários, quanto da dificuldade de encontrar um prestador que atenda a toda extensão do IBGE, presente em todas as capitais das 27 Unidades da Federação e em mais de 500 cidades do país.

Em função da abrangência temática e espacial dos trabalhos sob sua responsabilidade, o IBGE é estruturado em todo o país. As restrições orçamentárias a que o Instituto



tem sido submetido nos últimos anos têm conduzido a muitos esforços para reduzir gastos com infraestrutura, dificultando também a manutenção e o aprimoramento das atividades institucionais.

Cabe destacar que as atividades finalísticas do IBGE envolvem o deslocamento de técnicos para a realização de operações de levantamento em campo ou de coleta para pesquisas, o que justifica a necessidade de gastos com diárias e passagens. No primeiro trimestre do ano, o não cumprimento de algumas metas ocorreu em função dos limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, estabelecidos pelo Decreto 7.446/11. A partir de março, a legislação relativa ao tema apresentou mudanças, com a promulgação do Decreto 7.689/12, que regulamentou a subdelegação à presidenta do IBGE das concessões sobre viagens com mais de 10 dias. Sendo assim, a partir do segundo trimestre, as restrições normativas para o uso de diárias e passagens foram minimizadas.

Além das restrições orçamentárias, a instituição enfrentou algumas dificuldades em 2012 relacionadas ao quantitativo de seu quadro técnico. Ao longo dos últimos anos, o IBGE vem sofrendo progressiva redução do seu quadro qualificado de servidores, em decorrência de exonerações, falecimentos e aposentadorias. Nesse sentido, e com o objetivo de garantir a realização do seu Plano Anual de Trabalho, vem sendo de extrema importância para a instituição a recomposição do seu quadro funcional, através do recrutamento de pessoas com padrões adequados às exigências atuais do perfil de qualificação profissional, decorrentes das rápidas transformações na tecnologia e nos processos de trabalho e gestão.

O IBGE tem recorrido à utilização de um contingente de pessoal temporário, contratado nos termos da Lei no 8.745/93. Esta forma de relação de trabalho é utilizada pelo IBGE de modo a complementar o seu quadro de pessoal permanente, exclusivamente na coleta de dados das pesquisas de caráter eventual ou sazonal, notadamente aquelas que requerem um grande contingente de mão de obra em reduzido espaço de tempo. Em 2012, a instituição negociou com o Ministério do Planejamento - MP a realização de concursos públicos para a reposição de seu quadro efetivo.

No que diz respeito ao alcance dos objetivos estratégicos definidos no Plano Estratégico 2012-2015 do IBGE, vale destacar a realização, em 2012, de algumas ações planejadas visando o atingimento desses objetivos.

Para o cumprimento do objetivo estratégico "Finalizar a implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, incluindo novos temas, investigados em



intervalos de tempo mais curtos e com regularidade, com a produção de fontes de informações e bases de dados integradas”, em 2012, foi iniciada a coleta da PNAD Contínua, de forma completa, abrangendo todas as 27 Unidades da Federação. Sendo 2012 o primeiro ano de execução da pesquisa em todo o Brasil, o IBGE se dedicou a atividades de avaliação e aprimoramento do processo de implantação. Para tanto, foram realizadas oficinas junto a Unidades Estaduais (RJ, MG, AL, DF, PE, MA, SP), visando analisar ajustes solicitados pelas equipes de campo. Foi realizado também planejamento da Pesquisa Nacional de Saúde, em parceria com o Ministério da Saúde, com vistas à implantação em 2013.

Em relação ao Objetivo Estratégico “Implantar o Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários - SNPA, visando aprimorar o acompanhamento da agropecuária brasileira, através da revisão das pesquisas atuais e da implantação de novas pesquisas, com amostragem probabilística”, foi dado início às atividades de realização de pré-testes e piloto das pesquisas regulares do SNPA.

Para atender ao objetivo estratégico “Aprimorar a produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e sociodemográfica, através da ampliação do quadro temático”, foram divulgados os resultados da Pesquisa de Serviços de Hospedagem, realizada em parceria com o Ministério do Turismo. A pesquisa teve por objetivos identificar os tipos e categorias de estabelecimentos desse segmento e mensurar o número de unidades habitacionais e leitos existentes, fornecendo, assim, um quadro atualizado da capacidade de hospedagem disponível nos municípios das capitais, nas Regiões Metropolitanas das Capitais e nas Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDE.

No âmbito do objetivo estratégico “Promover o conhecimento dos principais aspectos sociais do País, a partir da compilação das informações produzidas pelo IBGE e outras instituições, através da divulgação dos resultados correntes e dos aprimoramentos do Sistema Síntese das Informações Sociais -SIS”, foi divulgada a Síntese de Indicadores Sociais, que reuniu indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias, saúde, e grupos populacionais específicos – crianças, adolescentes e jovens, mulheres e idosos – entre outros temas.

Em relação ao objetivo estratégico “Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e atualização da Base Territorial – BT e do Cadastro Nacional de Endereços para Fins



Estatísticos – CNEFE, para apoio aos processos operacionais das coletas censitárias e das pesquisas do IBGE e representação do território” foi concluída a implantação do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE, o que representou um grande passo para a Instituição. O CNEFE apoia a realização das pesquisas domiciliares, facilitando a seleção das amostras (domicílios que serão visitados na pesquisa) e o acompanhamento das operações de coleta. No ano de 2012 foi utilizado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Dando prosseguimento ao objetivo estratégico “Implantar a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, segundo o Plano de Ação elaborado pela Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR, em consonância com o Decreto nº 6.666, de 2008”, em 2012 foram adquiridos servidores de dados e de rede que aumentarão a capacidade de armazenamento de dados, permitindo que os produtores de geoinformação, que não dispõem da infraestrutura mínima necessária, possam hospedar seus dados e metadados no conjunto de servidores sob responsabilidade do IBGE. Vale destacar a realização de atividades de capacitação, em especial junto aos órgãos do Governo Federal e de iniciativas de sensibilização e divulgação da INDE em diversos eventos. A capacitação, sensibilização e divulgação da INDE tem o objetivo não só de ampliar sua utilização, mas também agregar mais produtores de informações geoespaciais.

No contexto do objetivo estratégico “Fomentar as ações de planejamento, implantando sistemas e ferramentas, com vistas à articulação e integração das estratégias ao orçamento e à execução e acompanhamento das atividades e projetos do IBGE” foi concluído, em 2012, o Planejamento Estratégico da Instituição para os próximos três anos.

Para o cumprimento do objetivo estratégico “Potencializar e dinamizar o uso das ferramentas de informações estatísticas e geocientíficas pelos usuários, auxiliando assim a geração de conhecimento”, o IBGE disponibilizou dados que refletem a realidade do Brasil em seus múltiplos aspectos, tanto por meio de livrarias e bibliotecas quanto por telefone, incluindo chamada gratuita de qualquer localidade do país (0800), correspondência, *e-mail* e serviço *on-line* no Portal do IBGE na internet.

Em relação ao objetivo estratégico “Ampliar e fortalecer a Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE como instituição de Ensino Superior e Pesquisa, visando ampliar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico requeridos para o apoio do desenvolvimento do País, bem como fortalecer o papel do IBGE



como formador de recursos humanos qualificados na sua área de atuação”, foi apresentada uma proposta para o programa de doutorado em “População, Território e Estatísticas Públicas” da ENCE, desenvolvida por uma comissão de docentes da Escola.

Para o alcance do objetivo estratégico “Aprimorar os meios de comunicação entre as diversas unidades do IBGE com a adoção de equipamentos, canais, protocolos e padrões que assegurem interoperabilidade e qualidade dos serviços de vídeo, voz e dados na Rede IBGE”, foram instaladas redes sem fio com cobertura praticamente em todo o território nacional. A ferramenta *Voice over Internet Protocol* - VOIP, utilizada para comunicações de voz usando a rede de dados, foi amplamente utilizada no IBGE, reduzindo gastos de telefonia de longa distância. Atualmente 534 Agências usam essa tecnologia para comunicação telefônica com qualquer outra unidade do IBGE.

O IBGE, para atender à demanda crescente por informações estatísticas e geográficas sobre o Brasil, pelo governo e sociedade, vem investindo no contínuo aprimoramento do seu desempenho institucional, ampliando a representatividade de seus levantamentos, por meio da expansão da abrangência geográfica e da incorporação de novos temas de investigação, bem como aperfeiçoando suas pesquisas em produção. Assim, a Instituição vem garantindo que se obtenha um retrato cada vez mais abrangente e completo do País, alcançando maior eficácia no cumprimento de sua missão perante a sociedade.

A realidade que o IBGE tem como missão retratar é dinâmica e, por conseguinte, o conjunto de ações e as respectivas metas podem e devem ser alteradas ao longo do tempo, de forma a atender uma demanda crescente e cada vez mais diversificada por informação. Para tanto, a Instituição busca aperfeiçoar uma cultura de excelência no atendimento e no relacionamento com informantes e usuários, bem como melhor conhecer o perfil de seus diversos segmentos. Agrega-se a isto uma política ativa de participação em seminários técnicos, o estabelecimento de convênios e parcerias técnicas, a participação em cursos e outras atividades de atualização técnico-metodológica, como fonte de contribuição a uma melhor percepção da evolução da demanda por nossos produtos e serviços.



2.4 Indicadores de Desempenho

Para avaliar o desempenho da gestão, quanto à eficácia, eficiência e efetividade no exercício de 2012, o IBGE utilizou quatro indicadores, conforme mostra o Quadro 4 - Indicadores de Desempenho.

Os indicadores 'Taxa de Resultados Alcançados' e 'Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas' objetivam a mensuração do fator **eficácia**. O cálculo da Taxa de Resultados Alcançados é de responsabilidade da Coordenação de Planejamento e Supervisão/Diretoria-Executiva – DE/CPS, que o executa a partir dos resultados de cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional. A responsabilidade pelo cálculo da 'Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas' é do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI que o executa a partir do número de usuários atendidos pela Ação Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas, informado pelo próprio CDDI.

Foi implantado, a partir de 2004, o indicador 'Tempo Médio de Resposta' que permite o acompanhamento da **eficiência** da Instituição no atendimento às solicitações feitas pelos usuários por meio de correio eletrônico no endereço **ibge@ibge.gov.br**. O cálculo desse indicador é de responsabilidade da Coordenação de Atendimento Integrado do CDDI, cujos resultados são obtidos com as correspondências de usuários que tiveram uma resposta final e conclusiva.

O indicador 'Taxa de Satisfação' tem como objetivo mensurar a **efetividade** da Instituição no atendimento aos cidadãos-usuários. Esse indicador é calculado a partir dos dados levantados na Pesquisa de Satisfação dos Usuários, realizada desde o primeiro semestre de 2003, sob responsabilidade do CDDI. Essa pesquisa é realizada naquele Centro, localizado na Cidade do Rio de Janeiro; e nas Supervisões de Documentação e Disseminação de Informações - SDIs do IBGE, localizadas no Distrito Federal e nas demais capitais dos estados brasileiros. A coleta, com duração de um mês, é feita através do autopreenchimento de um questionário, no qual os usuários atribuem notas (de zero a dez) que identificam a sua expectativa e avaliação sobre a qualidade dos serviços prestados, de forma global e também para cada uma das cinco dimensões da qualidade: conservação e limpeza do centro de atendimento, atendimento dos funcionários, capacidade dos funcionários, serviço feito corretamente e facilidade para conseguir o serviço. Nesse questionário o usuário estabelece uma priorização em função da importância (valor) atribuída por ele para



cada uma dessas dimensões. A metodologia utilizada para a pesquisa é a *American Consumer Satisfaction Index* da Universidade de Michigan; SERVQUAL⁵ desenvolvido pelos especialistas Zeithaml, Parasuraman e Berry e *Common Measurement Tool* do Centro Canadense de Gestão; e a entrada de dados e a análise dos resultados são feitas com o uso do aplicativo Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação - IPPS, versão 1.0, disponibilizado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP.

A periodicidade da Pesquisa de Satisfação foi definida inicialmente por semestre com expectativa de apurar e melhorar, se necessário, rapidamente a qualidade do atendimento aos usuários dos serviços de biblioteca, livraria e centro de atendimento do IBGE. A partir de 2006, a periodicidade passou a ser anual, tendo em vista os dados históricos da pesquisa já permitirem uma boa caracterização do fenômeno a acompanhar, o que resultou também na redução dos custos de sua realização.

⁵ *Service quality framework.*



Quadro 4 – Indicadores de Desempenho

	INDICADOR / DESCRIÇÃO	ATRIBUTOS		
		Fórmula de cálculo	Unidade	Periodicidade
E F I C I C I A	<p>Taxa de Resultados Alcançados - RA</p> <p>A composição desse indicador tem como base as metas das Ações Orçamentárias do IBGE, consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional, e é dado pela média aritmética do conjunto de resultados obtidos.</p>	$\overline{RA} = \frac{\sum \left(\frac{M_r}{M_p} \times 100 \right)}{n}$ <p>M_R = metas realizadas M_P = metas prevista n = nº de resultados obtidos</p>	%	Semestral
	<p>Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas - TDIEG</p> <p>A partir da obtenção do número índice e da variação percentual do número de usuários que buscaram acesso às informações publicadas pelo IBGE, no ano em análise, em relação ao ano anterior ao do início do quadriênio do PPA, é possível acompanhar a evolução do IBGE no que diz respeito a demanda por informações estatísticas e geocientíficas.</p>	$TDIEG = \left(\frac{NU_n}{NU_{n-1}} \times 100 \right) \times 100$ <p>NU_n = nº de usuários atendidos no ano NU_{n-1} = nº de usuários atendidos no ano anterior ao do início do PPA</p>	%	Anual
E F I C I E N C I A	<p>Tempo de Resposta - TR</p> <p>Tempo médio de resposta (atendimento) às solicitações feitas pelos usuários por meio de correio eletrônico. Esse indicador permite avaliar mês a mês o desempenho do atendimento a essas demandas.</p>	$\overline{TR} = \frac{\sum T_i}{n}$ <p>$\sum T_i$ = somatório dos tempos de resposta a cada usuário atendido no mês n = nº de atendimentos realizados no mês</p>	Dias	Mensal
E F E T I V I D A D E	<p>Taxa de Satisfação do Usuário - S</p> <p>Percentual alcançado pela avaliação do serviço em relação à expectativa de serviço, onde valores abaixo de 100 indicam insatisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi pior do que o esperado, e valores maiores ou igual a 100 indicam satisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi melhor ou igual ao esperado.</p>	$S = \frac{\bar{A}}{\bar{E}} \times 100$ <p>\bar{A} = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>avaliação</i> \bar{E} = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>expectativa</i></p>	%	Anual

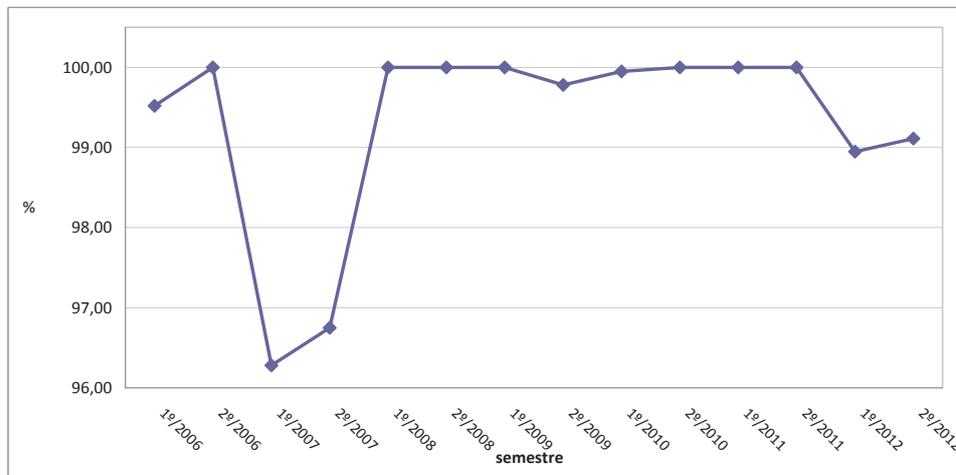
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE



O Gráfico 1 apresenta uma série histórica que permite a visualização do cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional no período 2006-2012.

No exercício de 2012, a Instituição atingiu o patamar de 98,90% no primeiro semestre e 99,11% no segundo semestre do exercício, mantendo assim a eficácia no atingimento das metas estabelecidas.

Gráfico 1 - Resultados do Indicador Taxa de Resultados Alcançados – IBGE 2006-2012



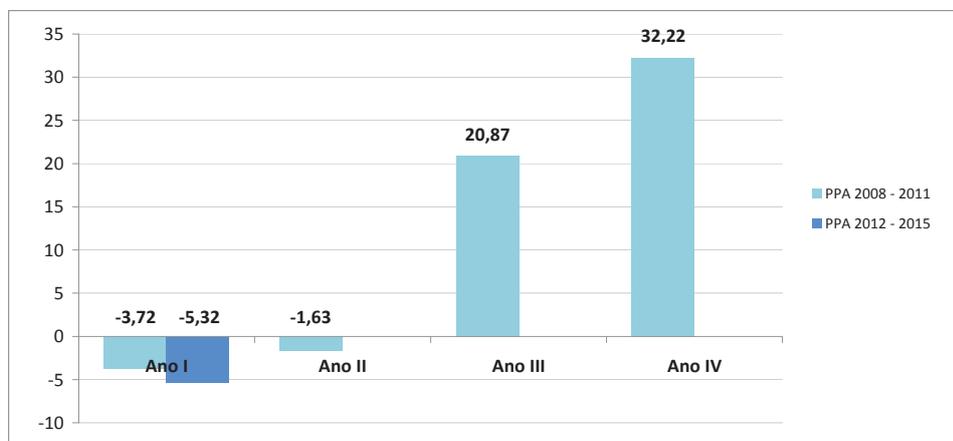
Fonte: Diretoria-Executiva do IBGE, jan/2013

O IBGE oferece, em abrangência nacional, atendimento à sociedade, em suas livrarias e bibliotecas, por telefone (também 0800 com chamada gratuita de qualquer local do país), correspondência por correio padrão, ou *e-mail*, bem como um serviço de acesso *on-line* no Portal do IBGE na internet, permitindo, assim, o conhecimento da realidade do país em seus múltiplos aspectos, através de informações estatísticas e geocientíficas, resultantes dos estudos e pesquisas realizados pela Instituição. Cabe citar, ainda, o atendimento prestado por meio da loja virtual na internet facilitando a aquisição dos produtos disponíveis em meio impresso e digital para os usuários, em qualquer local.

A primeira Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas - TDIEG deste novo quadriênio do Plano Plurianual - PPA 2012-2015 alcançou o valor de -5,32%, considerando o número acumulado de usuários que buscaram acesso às informações publicadas pelo IBGE nos anos de 2011 e 2012, 29.081.173 e 27.532.729, respectivamente. Tal resultado explica-se, em parte, pelo ano-base ter sido um dos anos de divulgação de resultados do Censo Demográfico 2010 - semelhante ao ocorrido no início do PPA do quadriênio anterior quando foram divulgados os resultados da Contagem da População 2007.



Gráfico 2 - Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas segundo os Anos do Plano Plurianual - IBGE - 2008-2012 e 2012-2015



Fonte: Centro de Disseminação e Documentação do IBGE, jan/2013

Vale destacar que o IBGE vem tendo um elevado número de usuários de informações estatísticas e geocientíficas devido ao seu Portal na internet, que conta com uma grande oferta de informações sempre com novidades a cada semana.

Considerando-se estratégico para o IBGE ampliar o número de usuários por meio da expansão dos serviços de informações estatísticas e geocientíficas, bem como potencializar e dinamizar o uso das ferramentas de informações estatísticas e geocientíficas pelos usuários, pode-se almejar uma TDIEG de crescimento para o final do período do PPA no nível de 4.5%, ao se considerar o já elevado número de usuários que tem a Instituição atualmente.

Tal estratégia envolve metas como: implantar em 2014 o Serviço de Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas em grade e implantar em 2013 a pesquisa de avaliação, ambos no portal do IBGE.

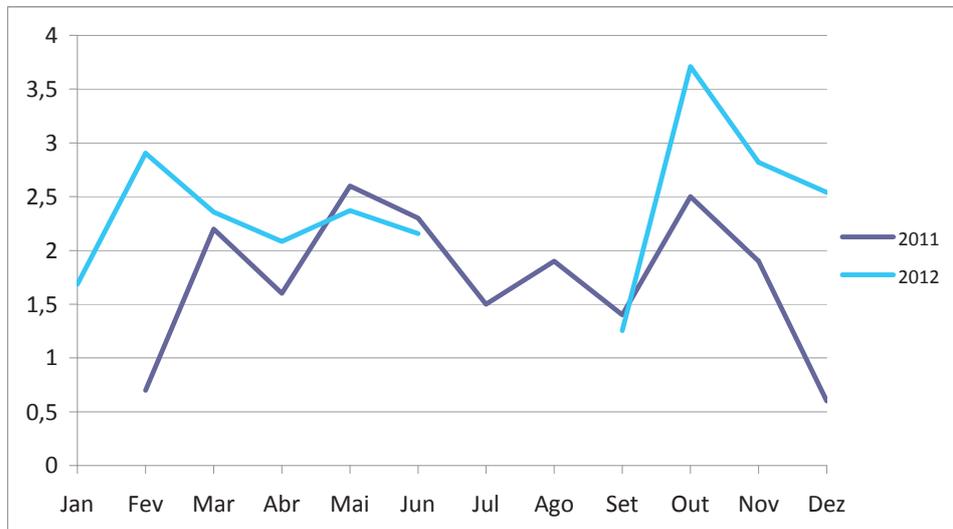
Para atendimento ao cidadão-usuário o correio eletrônico é um dentre os diversos canais disponibilizados pelo IBGE. O indicador Tempo Médio de Resposta é utilizado para avaliar a eficiência desse atendimento.

Na comparação dos resultados alcançados em 2012 em relação a 2011 observa-se, em uma análise global, no Gráfico 3, uma pequena perda da eficiência no **Atendimento por Correspondência**, pois o tempo médio de resposta anual passou de 1,8 dias em 2011 para 2,4 dias em 2012.

Parte do aumento do tempo médio de atendimento por correspondência em 2012 deve-se ao novo perfil da demanda que vem se tornando cada vez mais seletivo, em função da grande oferta de informações no Portal do IBGE, na internet.



Gráfico 3 - Tempo médio de Resposta em Dias do Serviço de Atendimento por Correspondência IBGE – fevereiro de 2011 a dezembro de 2012 (m dias)



Fonte: IBGE – Sistema de Acompanhamento Gerencial do Atendimento – Siga IBGE
Nota: Dado não disponível no mês de janeiro de 2011. Nos meses de julho e agosto de 2012 não houve cálculo do indicador devido à greve dos servidores do IBGE.

Orientado pela Qualidade no Serviço Público, o IBGE realiza anualmente uma **Pesquisa de Satisfação dos Usuários** nas unidades de documentação e disseminação de informações, localizadas no Distrito Federal e nas capitais dos estados brasileiros. O indicador Taxa de Satisfação dos Usuários permite uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. Os dados da pesquisa refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela Instituição.

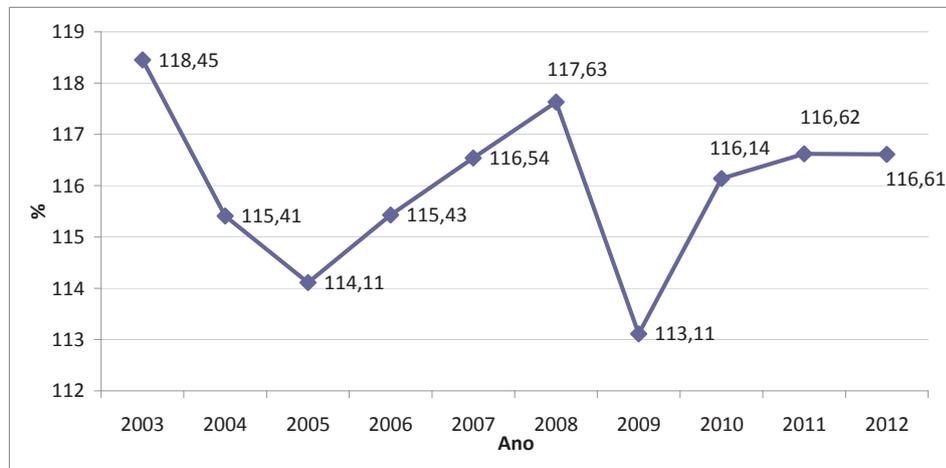
De acordo com a metodologia da pesquisa deve-se desejar taxas de satisfação iguais a 100%, tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido.

A pesquisa de 2012 apresentou uma Taxa Geral de Satisfação dos Usuários de 116,61%.

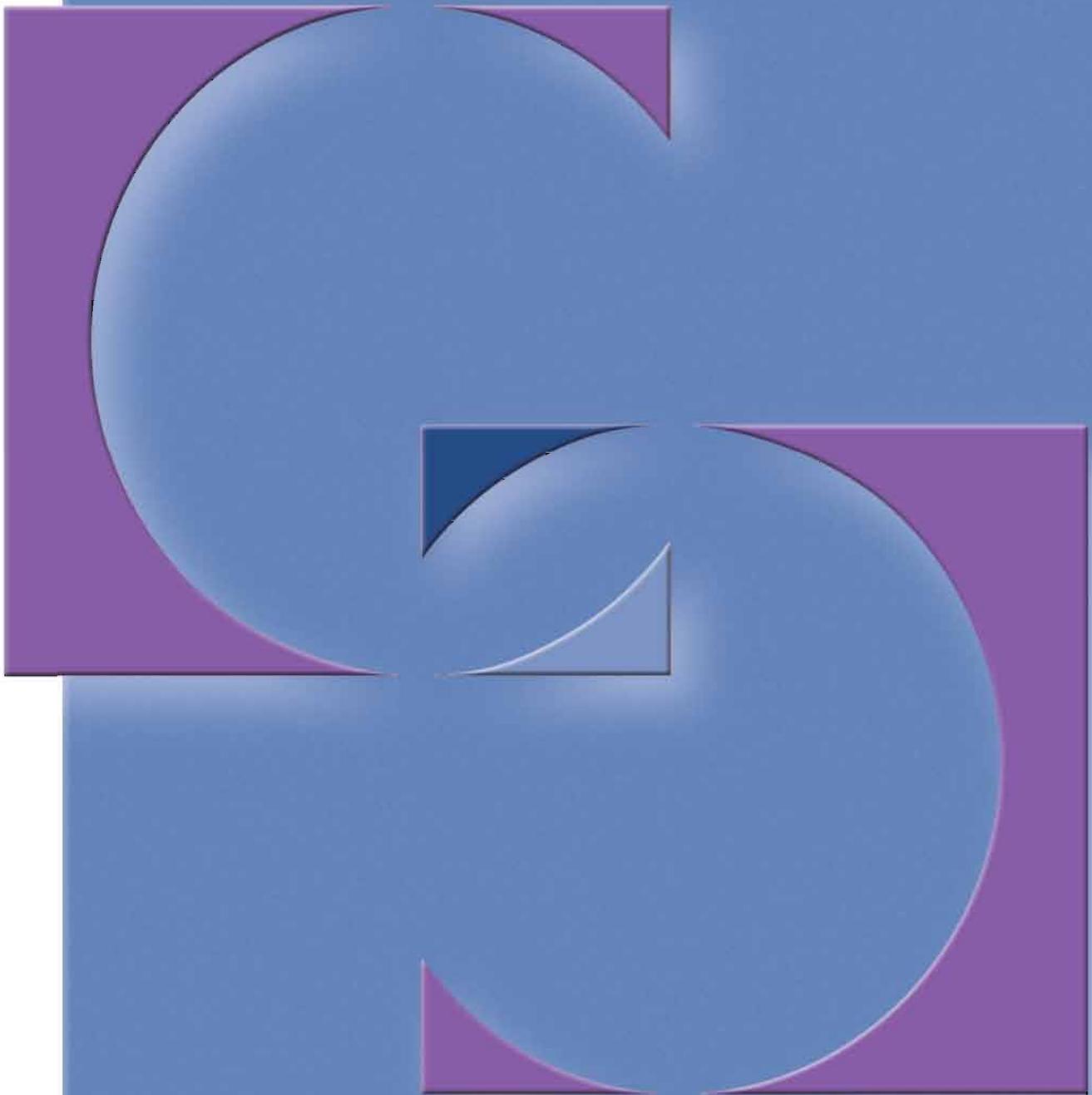
Realizada desde 2003, a pesquisa vem apresentando, como resultado, taxas variando entre 113,15% e 118,45%, indicando que o IBGE vem oferecendo serviços com qualidade acima das expectativas dos usuários, representado no Gráfico 4.



Gráfico 4 - Taxa de Satisfação dos Usuários de Informações Estatísticas e Geocientíficas: IBGE – 2003/2012



Fonte: Centro de Disseminação e Documentação do IBGE, jan/2013





3

Estrutura de Governança e Autocontrole da Gestão



3.1 Estrutura de Governança

Em sua estrutura de governança e autocontrole da gestão, o IBGE tem em seu estatuto explicitado as seguintes instâncias:

- I. Órgãos colegiados de direção superior:
 - a. Conselho Técnico
 - b. Conselho Curador
 - c. Conselho Diretor

- II. Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete da Presidência

- III. Órgãos seccionais:
 - a. Auditoria Interna
 - b. Procuradoria Federal
 - c. Diretoria-Executiva

- IV. Órgãos específicos singulares:
 - a. Diretoria de Pesquisas
 - b. Diretoria de Geociências
 - c. Diretoria de Informática
 - d. Centro de Documentação e Disseminação de Informações
 - e. Escola Nacional de Ciências Estatísticas

- V. Órgãos descentralizados: Unidades Estaduais

A seguir, são apresentadas a base normativa, atribuições e forma de atuação de cada órgão da instituição:

Conselho Técnico

O Conselho Técnico do IBGE - CONTEC é um órgão colegiado destinado a acompanhar e pronunciar-se acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional.

Está previsto nos artigos 13º da Lei 5.878/73, de 11 de maio de 1973, e 5º do Estatuto do IBGE aprovado pelo Decreto 4.740, de 13 de junho de 2003. Além disso, rege-se pelas normas e disposições contidas em regimento próprio, elaborado e expedido em decorrência do disposto no inciso V, do artigo 8º, do mencionado Estatuto.



É composto pelo Presidente do IBGE, na qualidade de membro nato, que o preside, e por 10 conselheiros escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, dentre pessoas de reconhecida representatividade e competência técnica e profissional na área de produção ou utilização de informações estatísticas e geocientíficas.

Dentre os membros do conselho, quatro são indicados e representam, respectivamente, os titulares dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, do Trabalho e Emprego e da Defesa.

Ao CONTEC compete:

- a. Formular propostas e pronunciar-se acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional da Fundação IBGE, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- b. Apreciar a proposta do Conselho Diretor referente aos planos de trabalho anuais e plurianuais, bem como em relação aos respectivos orçamentos, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação IBGE;
- c. Apreciar o relatório anual de atividades da Fundação IBGE e a execução de seus planos de trabalho, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação;
- d. Apreciar assuntos de natureza técnica que lhe sejam submetidos pelos seus membros, pelo Conselho Diretor, por órgãos governamentais ou instituições da sociedade civil, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação IBGE; e
- e. Elaborar seu Regimento Interno.

O CONTEC se reúne ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Conselho Curador

O Conselho Curador do IBGE é um órgão colegiado destinado a exercer, em caráter permanente, a fiscalização, o acompanhamento e o controle de gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira da Instituição, cabendo-lhe também o exercício de atividades consultivas da Presidência do Instituto.



Está previsto nos artigos 13º da Lei 5.878/73, de 11 de maio de 1973, e 5º do Estatuto do IBGE aprovado pelo Decreto 4.740, de 13 de junho de 2003. Além disso, rege-se pelas normas e disposições contidas em regimento próprio, elaborado e expedido em decorrência do disposto no inciso VIII, do artigo 10º, do mencionado Estatuto.

É composto pelo Presidente do IBGE, que o preside, e por cinco membros de reconhecida competência em assuntos contábeis e financeiros designados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo um representante do próprio Ministério; um da Secretaria do Tesouro Nacional, indicado pelo titular do Ministério da Fazenda; um representante do Banco Central, indicado pelo titular do órgão; e dois representantes do quadro de pessoal permanente do IBGE, escolhidos de lista composta dos seis nomes mais votados, em pleito de âmbito nacional, vedada a eleição de servidores que exerçam cargos em comissão.

Ao Conselho Curador compete:

- a. Apreciar os balancetes periódicos;
- b. Pronunciar-se sobre o balanço e a prestação anual de contas, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- c. Examinar ou mandar examinar a contabilidade, o caixa, os valores em depósitos e os relatórios de auditoria;
- d. Pronunciar-se sobre as propostas de aquisição, oneração, cessão ou alienação de bens imóveis e aceitação de doações com encargos;
- e. Formular representação ao Presidente da Fundação IBGE quanto a irregularidades que, de qualquer forma, chegarem ao seu conhecimento;
- f. Sugerir ao Presidente da Fundação IBGE medidas e providências que reputar úteis às atividades e ao conceito da entidade;
- g. Pronunciar-se sobre consultas que lhe forem dirigidas pelo Presidente da Fundação IBGE sobre matéria de sua competência;
- h. Elaborar seu Regimento Interno;
- i. Aprovar a nomeação e exoneração do titular da Auditoria Interna.

As deliberações do Conselho Curador são tomadas por maioria simples de votos, presentes no mínimo quatro membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.



Conselho Diretor

O Conselho Diretor do IBGE é um órgão colegiado a quem cabe estabelecer as políticas reitoras da atuação da Instituição, dando publicidade de seus atos e deliberações.

Está previsto no artigo 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto 4.740, de 13 de junho de 2003, e rege-se pelas normas e disposições contidas no regimento do Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É composto pelo Presidente do IBGE, pelos Diretores e Coordenadores-Gerais do Centro de Documentação e Disseminação de Informações e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Ao Conselho Diretor compete:

- a. Estabelecer as políticas reitoras da atuação da Fundação IBGE, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- b. Submeter ao Conselho Técnico as propostas do programa de trabalho anual e plurianual e de orçamentos-programa;
- c. Avaliar periodicamente o desempenho dos diferentes órgãos da Fundação IBGE, estabelecendo metas e recomendações de atuação, a partir das deliberações adotadas;
- d. Coordenar a atuação dos órgãos da Fundação IBGE, garantindo sua integração e a adequada repartição dos meios necessários, determinando a adoção de medidas corretivas pertinentes;
- e. Estabelecer a política de recursos humanos, observadas as diretrizes fixadas pelas autoridades competentes;
- f. Estabelecer a distribuição dos cargos em comissão de Gerente e das funções gratificadas que serão alocados às Coordenações e Unidades Estaduais, mantidos os quantitativos fixados no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Fundação IBGE, bem como definir suas competências;
- g. Elaborar o relatório anual de atividades e a execução orçamentária, com o objetivo de estabelecer ações gerenciais;
- h. Elaborar e submeter ao Conselho Curador os balancetes periódicos, o balanço e a prestação anual de contas e as propostas de aquisição, cessão, oneração e alienação de bens imóveis ou de aceitação de doações com encargos;
- i. Pronunciar-se sobre a celebração de convênios e outros ajustes similares;
- j. Encaminhar ao Conselho Técnico propostas para revisão dos planos de trabalho anuais e plurianuais da Fundação IBGE;



- k. Pronunciar-se sobre propostas de modificações do Estatuto da Fundação IBGE; e
- l. Elaborar a proposta do Regimento Interno da Fundação IBGE e suas alterações.

As deliberações do Conselho Diretor são tomadas por maioria simples de votos, presentes no mínimo três membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Gabinete da Presidência

De acordo com no artigo 14 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto 4.740, de 13 de junho de 2003, e pelas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº215, de 12 de agosto de 2004, o Gabinete da Presidência é o órgão que assiste ao Presidente na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais. A ele compete:

- a. Coordenar a elaboração da agenda e dos programas de viagens do Presidente, promovendo os meios para sua execução;
- b. Providenciar o atendimento a consultas e aos requerimentos recebidos;
- c. Preparar documentação referente às estimativas de população, tábua de mortalidade e afastamentos do país para publicação oficial na imprensa nacional;
- d. Preparar documentação oficial para publicação em Boletim interno, tais como Portarias e Resoluções (Presidente e Conselho Diretor), em matérias relacionadas à participação de servidores em cursos no país;
- e. Articular-se com órgãos em nível de governo federal, quando de solenidades conjuntas ou de visitas de autoridades (p. ex.: lançamento de pesquisa, divulgação de resultados, divulgação de resultados provenientes de projetos realizados em parceria, etc.);
- f. Articular-se com demais unidades organizacionais do IBGE, efetuando o intercâmbio de assuntos relacionados às decisões no âmbito da Presidência da Instituição;
- g. Receber, analisar e processar solicitações de audiências com o Presidente;
- h. Receber, encaminhar e responder correspondências dirigidas ao Presidente;
- i. Planejar, dirigir, orientar e coordenar a execução das atividades das áreas do Gabinete;
- j. Autorizar a participação de servidores subordinados às unidades organizacionais vinculadas à Presidência;
- k. Autorizar viagens a serviço, bem despesas com passagens, diárias e adicionais de deslocamento no país; e
- l. Desempenhar outras atribuições que lhes sejam conferidas.



Auditoria Interna

A atividade de auditoria interna tem como objetivo agregar valor e melhorar as operações de uma organização. Seu objetivo primordial é o de garantir resultados operacionais na gerência da coisa pública, tendo por finalidade básica comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística. Para tanto, a auditoria interna do IBGE dispõe de um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais. Pela atividade de fiscalização é avaliada a execução de programas de governo inclusos nos orçamentos da União e no Plano Plurianual.

A Auditoria Interna do IBGE vincula-se administrativamente ao Conselho Curador, de acordo com artigo 15º do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, e está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (Lei nº 10.180/2001; IN nº 01/2001 – Ministério da Fazenda/Secretaria Federal de Controle Interno).

Nos termos do artigo 15º do Estatuto do IBGE (Decreto nº 4.740, de 13/06/2003), compete à Auditoria Interna - AUD:

- a. Fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras da Fundação IBGE; e
- b. Comprovar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos.

Procuradoria Federal

A Procuradoria Federal no IBGE é um órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, nos termos do artigo 2º, parágrafo 3º, da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 e, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, conforme estabelecido pelo artigo 16º do Estatuto do IBGE (Decreto nº 4.740, de 13/06/2003), compete:

- a. Representar judicial e extrajudicialmente a Fundação IBGE;
- b. Prestar assessoria aos órgãos da estrutura regimental do IBGE, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no artigo 11º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e
- c. Apurar a liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da Fundação IBGE, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.



Diretoria-Executiva

A Diretoria-Executiva é a área responsável por exercer as atividades de planejamento e coordenação geral, de administração de recursos humanos, materiais e patrimoniais, orçamentários e financeiros, de registros e análises contábeis, e de atividades de suporte às unidades descentralizadas.

Está prevista no artigo 17º do Estatuto, aprovado Decreto nº 4.740, de 13/06/2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Diretoria de Pesquisas

A Diretoria de Pesquisas é responsável por levantar a realidade social e econômica do país, de forma sistemática, fundamentando o planejamento público e privado em suas políticas e estratégias de ação, por meio da realização de pesquisas e estudos estatísticos.

Para tanto, de acordo com o artigo 18º do Estatuto, aprovado Decreto nº 4.740, de 13/06/2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, compete à Diretoria de Pesquisas:

- a. Planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País; e
- b. Executar as ações que couberem à Fundação IBGE no âmbito da coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como em relação aos convênios de cooperação em matéria estatística.

Diretoria de Geociências

A Diretoria de Geociências do IBGE é responsável pela produção de informações territoriais básicas e sistemáticas, além de análises espaciais integradas, com o objetivo de representar o país em linguagem cartográfica com mapas e cartas que retratam a paisagem natural do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, elaborando e levantando informações geográficas, ambientais, cartográficas e geodésicas.

Assim sendo, de acordo com o artigo 1º do Estatuto, aprovado Decreto nº 4.740, de 13/06/2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto,



aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, compete à Diretoria de Geociências:

- a. Planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar estudos, pesquisas e trabalhos de natureza geográfica, geodésica e cartográfica, bem como aqueles relativos a recursos naturais e condições do meio ambiente; e
- b. Executar as ações que couberem à Fundação IBGE no âmbito da coordenação dos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, assim como em relação a convênios de cooperação em matéria geocientífica.

Diretoria de Informática

A Diretoria de Informática é responsável por prover a constante prospecção, integração e disponibilização da Tecnologia da Informação, assim como administra o acervo institucional de dados, em consonância à missão do IBGE de satisfazer as necessidades de informação da sociedade. Para tanto, é sua responsabilidade planejar, pesquisar, orientar, adquirir, desenvolver, integrar, implementar, disponibilizar, suportar e gerir o ambiente de informática da Instituição.

Desta forma, em cumprimento ao Estatuto do IBGE (Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003) e ao Regimento Interno (Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004), à Diretoria de Informática compete:

- a. Planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades de processamento de dados de informações científicas e administrativas, apoiando, promovendo e desenvolvendo os processos de informatização da Fundação IBGE;
- b. Administrar o parque central de equipamentos e a infraestrutura básica de informática;
- c. Administrar e zelar pela preservação e garantia da integridade das informações contidas na base de dados da Fundação IBGE, proporcionando apoio técnico para o acesso a essas informações; e
- d. Promover a prospecção de novas tecnologias, difundi-las e assessorar os demais órgãos do IBGE em sua utilização.

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

O Centro de Disseminação e Documentação de Informações busca desenvolver produtos e serviços de informações adequadas aos vários segmentos dos usuários do IBGE, divulgando e comercializando os produtos institucionais.



Desta forma, em consonância com a competência estatutária (Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003) e regimental (Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004), ao Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, enquanto centro de referência de informações estatísticas e geográficas, compete:

- a. Planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de documentação e de disseminação do acervo de informações;
- b. Desenvolver produtos e serviços de informação adequados aos vários segmentos de usuários e promover sua divulgação e comercialização;
- c. Divulgar a imagem e preservar a memória institucional; e
- d. Zelar pelos direitos intelectuais da Fundação IBGE quanto a seus produtos.

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE é uma instituição federal de ensino superior, que promove atividades de pesquisa e, além de responsável pelas atividades de capacitação e treinamento de servidores do IBGE, atua em três níveis de ensino, oferecendo também cursos avulsos de atualização e extensão. Entre seus programas de trabalho destacam-se:

- ✓ Curso de Bacharelado em Estatística;
- ✓ Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território;
- ✓ Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais;
- ✓ Capacitação e treinamento de servidores do IBGE - Plano Anual de Treinamento – PAT.

A ENCE está prevista no Estatuto do IBGE aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições da Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, cabendo-lhe planejar, orientar, coordenar, controlar e executar atividades de ensino e pesquisa em matéria estatística e geográfica, implementando as atividades relacionadas a treinamento, aperfeiçoamento, formação e pesquisa das diferentes áreas da Fundação IBGE, podendo manter cursos de graduação, de pós-graduação e de especialização, tanto para funcionários da Fundação IBGE quanto para o público em geral, observada a legislação educacional vigente.

Unidades Estaduais

De acordo com o artigo 23º do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, o IBGE possui órgãos descentralizados em todo o território nacional, com a seguinte distribuição:

- ✓ 26 Unidades Estaduais - UE situadas nas capitais do país e um no Distrito Federal;



- ✓ 26 Setores de Documentação e Disseminação de Informações - SDDI situados nas capitais e 1 no Distrito Federal;
- ✓ 26 Supervisões de Base Territorial situadas nas capitais e um no Distrito Federal;
- ✓ 581 Agências de Coleta de dados nos principais municípios.

A essa estrutura compete planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Fundação IBGE no limite de suas jurisdições.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

A avaliação do funcionamento dos Controles Internos encontra-se no Anexo 1.

3.3 Sistema de Correição

Não houve quaisquer recomendações por parte da Auditoria Interna em 2012. Tampouco existe, no IBGE, em sua estrutura organizacional, uma unidade de correição, qual seja, uma Corregedoria. As atividades correcionais são desenvolvidas pela Gerência de Processos Administrativos Disciplinares – GEPAD, subordinada à Diretoria-Executiva, e tendo como base normativa a R.CD-20, de 10 de setembro de 2008.

Desta forma, à GEPAD compete:

- a. Orientar e emitir instruções técnico-normativas às Unidades Organizacionais e as Comissões de Processo Administrativo Disciplinar e de Sindicância, em âmbito nacional, quanto à matéria de processo administrativo disciplinar;
- b. Acompanhar, controlar e analisar os processos disciplinares e sindicâncias, instaurados no âmbito do IBGE, para atender à demanda de auditorias interna e externa;
- c. Fornecer à Direção Superior e aos Órgãos Fiscalizadores informações gerenciais que retratem os resultados das ações desenvolvidas; e
- d. Coordenar, organizar, instrumentalizar, integrar e acompanhar a rede de colaboradores que atuam nos trabalhos referentes aos procedimentos disciplinares.

O Quadro 5 demonstra o quantitativo das Ações disciplinares, relacionadas a servidores estatutários do IBGE em 2012:


Quadro 5 – Número de Procedimento Disciplinares do IBGE em 2012

UF / TOTAL	Sindicância Investigativa	Sindicância Acusatória	PAD
AC	2	1	0
AL	9	9	0
AM	2	1	1
AP	2	2	0
BA	3	0	2
CE	2	2	0
DF	3	2	1
ES	1	1	0
GO	0	0	0
MA	6	0	0
MG	11	0	10
MS	3	2	1
MT	1	0	1
PA	2	2	0
PB	3	2	1
PR	1	0	1
PE	0	0	0
PI	2	0	0
RJ	26	9	11
SEDE	11	1	0
RN	3	2	0
RO	1	1	0
RR	5	5	0
RS	7	6	0
SC	4	3	0
SE	3	3	0
SP	26	25	0
TO	2	2	0
Total	141	81	29

Fonte: GEPAD/IBGE

Análise Crítica:

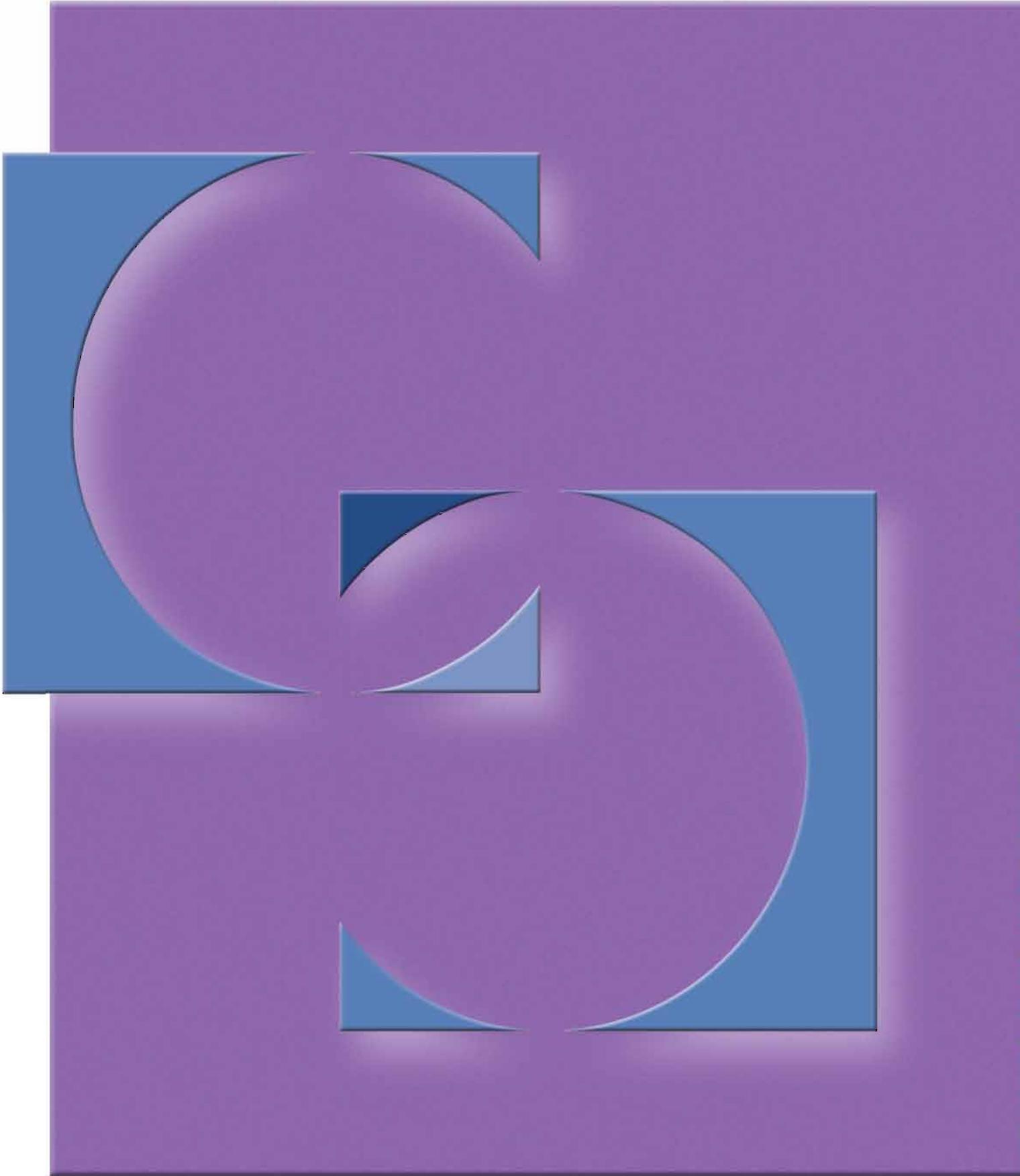
Pode-se observar que a maior incidência de procedimentos disciplinares ocorre nos estados onde há maior concentração de servidores, como era de se esperar, dizendo respeito a erros administrativos pontuais.

3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Não existem quaisquer recomendações por parte das Auditoria Interna em 2012.

Desde 2007, época em que foi implementado o Sistema CGU/PAD, o IBGE vem, em consonância com o disposto na Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, alimentando regularmente o referido sistema, respeitados os devidos critérios de confidencialidade das informações registradas.

Desta forma, no final de 2012, foram registrados no CGU/PAD 170 (cento e setenta) processos disciplinares. Vale esclarecer que, inicialmente, o sistema só era alimentado com processos disciplinares onde se havia clara a autoria dos fatos, conseqüentemente, excluídas todas as sindicâncias investigativas que hoje, depois das alterações feitas no sistema, já se fazem presente no mesmo.





4

Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira



4.1 Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1.1 Informações sobre Ações do Programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

As Ações que compõem o Programa estão voltadas à obtenção de informações estatísticas e geocientíficas, necessárias à compreensão das realidades nacionais, por meio de pesquisas conjunturais, estruturais, mapeamentos, estudos e análises diversas de indicadores.

Quadro 6 - Função e Subfunção das Ações vinculadas ao Programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Título	Função	Sub-função	Progr.	Ação
Pesquisas Conjunturais	04	571	2038	4227
Pesquisas Estruturais da Área Econômica	04	571	2038	4228
Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica	04	571	2038	2228
Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas	04	573	2038	2230
Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais	04	571	2038	2665
Mapeamento Terrestre de Referência	04	127	2038	2229
Sistema Geodésico Brasileiro	04	571	2038	2231
Atualização Contínua da Base Territorial	04	121	2038	200J
Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos	04	121	2038	20DA
Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas	04	126	2038	2C51
Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos	04	126	2038	2236
Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor	04	122	2038	5280
Implantação de Sistemas de Índice de Preços ao Produtor - IPP	04	121	2038	1793
Implantação da Pesquisa de Orçamento Familiar Contínua	04	121	2038	12EO
Implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua	04	121	2038	110G
Estudo da Modalidade do Censo Demográfico Contínuo	04	121	2038	11IA
Mudança do Referencial Geodésico	04	121	2038	11EF
Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE	04	127	2038	12DT
Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia	04	126	2038	3596
Sistema de Informações Geográficas do Brasil - SIG Brasil	04	126	2038	20Q3
Censo Demográfico 2010	04	121	2038	5292
Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias - SNPA	04	122	2038	10RY
Pesquisas de Economia Informal Urbana - ECINF	04	121	2038	12DU
Implantação da Pesquisa Nacional de Saúde	04	121	2038	1471
Pesquisas e Estudos Estatísticos	04	121	2038	20U6
Censos Demográfico e Agropecuário	04	121	2038	20U7
Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos	04	127	2038	20U8

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2012



4.1.1.1 Ação Pesquisas Conjunturais - Código: 4227

Quadro 7 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 4227

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Produzir indicadores, em curto prazo, que permitam analisar o comportamento socioeconômico do país.					
Descrição	Realização de pesquisas mensais, trimestrais e semestrais, elaboradas com base em coleta de dados e/ou compilação de registros administrativos divulgadas em curto prazo.					
Iniciativa	O290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Pesquisas – DPE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.834.287,00	9.234.287,00	7.746.077,42	6.569.759,95	22.280,87	1.176.317,47	6.547.479,08
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Resultado Divulgado	unidade	137	137	9.234.287,00	6.569.759,95

Fonte: SIAFI, fev/2013

Resultados

Em relação ao acompanhamento conjuntural da economia, o IBGE divulgou uma série de resultados que cobrem vários setores. Além das Contas Nacionais Trimestrais, foram disponibilizados resultados mensais para o Comércio (Pesquisa Mensal de Comércio - PMC), para a Indústria (Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física – PIM-PF e Pesquisa de Emprego e Salário - PIMES), e, ainda, um conjunto de pesquisas com resultados relativos ao setor Agropecuário, onde se destacam o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, além das Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite, do Couro e da Produção de Ovos de Galinha.

Foram publicados também os índices mensais do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, que revelam a variação dos preços na economia. A pesquisa foi realizada nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Belém, Fortaleza e Curitiba, além do Distrito Federal e do município de Goiânia. Foram divulgados, ainda, para todas as capitais do país, resultados provenientes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI.



Para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho, foram divulgados os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego - PME.

Ao lado dos indicadores conjunturais de emprego, salário, produção e preços ao consumidor, o IBGE divulgou, também, resultados do Índice de Preços ao Produtor - IPP para a indústria de transformação.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$9.234.287,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro).

Foram executados R\$6.569.759,95, o que significa 71,15% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$1.176.317,47, o que totaliza o comprometimento financeiro da Ação em R\$7.746.077,42 e eleva o percentual desse comprometimento ao patamar de 83,88%.

Não houve aplicação de recursos de financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no Quadro 8, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 8 - Principais Despesas da Ação 4227 – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Diárias no país	1.334.605,45	20,31	20,31
Combustíveis e lubrificantes automotivos	1.066.149,60	16,23	36,54
Serviços técnicos profissionais de TI	746.166,08	11,36	47,90
Locomoção urbana	611.149,32	9,30	57,20
Manutenção e conservação de veículos	608.474,86	9,26	66,46
Apoio administrativo, técnico e operacional	426.162,54	6,49	72,95
Assessoria e consultoria técnica ou jurídica	227.178,80	3,46	76,41
Material para manutenção de veículos	205.863,19	3,13	79,54
Passagens para o país	194.264,98	2,96	82,50
Outras despesas	1.149.745,13	17,50	100,00
Total	6.569.759,95	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013

Como órgão responsável pela produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas em nível nacional, o IBGE está estruturado em todo o território nacional. A extensão e complexidade da missão que lhe é conferida requerem uma infraestrutura física de grande porte, com representação em todas as Unidades da Federação, em 581 agências de coleta, cobrindo todos os municípios brasileiros, demandando despesas com diárias, passagens e locomoção urbana que se justificam na medida em que o trabalho de campo exige o deslocamento de técnicos para o



treinamento dos agentes de coleta em todo o país e esses, por sua vez, necessitam se locomover para o levantamento de dados das pesquisas, o que incorre, por outro lado, numa concentração de gastos com combustíveis e manutenção de veículos, nos casos de a locomoção ser realizada pela frota da Instituição.

As despesas com serviços técnicos profissionais de TI e assessoria e consultoria técnica ou jurídica se referem à manutenção de bancos de dados e reformulação do processo de coleta, com vistas à melhoria desses procedimentos.

Quanto às despesas com apoio administrativo e demais despesas, o IBGE utilizou recursos com tais despesas dentro desta Ação, a fim de viabilizar a divulgação dos 137 resultados de pesquisas realizadas durante o exercício.

4.1.1.2 Pesquisas Estruturais da Área Econômica - Código: 4228

Quadro 9 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 4228

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Produzir, contínua e sistematicamente, um conjunto de resultados necessários à caracterização e ao conhecimento da situação estrutural econômica do País.					
Descrição	Realização de pesquisas anuais elaboradas com base em coleta de dados e/ou compilação de registros administrativos divulgados no médio prazo.					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Pesquisas – DPE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.535.454,00	5.535.454,00	5.101.481,77	4.316.087,91	20.984,10	785.393,86	4.295.103,81
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Resultado divulgado	unidade	15	15	5.535.454,00	4.316.087,91

Fonte: SIAFI, fev/2013

Resultados

Para o acompanhamento da evolução estrutural da economia do País, o IBGE desenvolveu uma gama de pesquisas contínuas, disponibilizando séries de resultados de pesquisas anuais voltadas para vários setores. Foram divulgadas as informações da Pesquisa Anual de Serviços - PAS; da Pesquisa Anual do Comércio - PAC; da



Pesquisa Industrial Anual - PIA/Empresa e Produto; da Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC; da Pesquisa da Produção Agrícola Municipal - PAM; da Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM; e da Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS. As figuras 2 e 3 representam a versão impressa da divulgação da PAIC e da PAC.

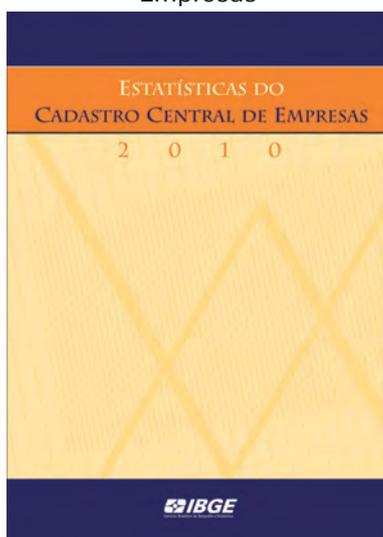
Figura 3 - Pesquisa Anual de Comércio



Figura 2 – Pesquisa Anual da Indústria da Construção



Figura 4 - Cadastro Central de Empresas



Ademais, no âmbito do Sistema de Contas Nacionais, foram divulgadas as Contas Nacionais do Brasil e as Contas Regionais do Brasil, contemplando, entre várias outras informações nessa área, o Produto Interno Bruto – PIB do Brasil, dos Estados e dos Municípios. Foram também divulgadas as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas do IBGE - CEMPRE, conforme a figura 4, permitindo conhecer dados sobre pessoal ocupado total e assalariado, bem como os salários pagos nas empresas, nos órgãos da administração pública e em entidades sem fins lucrativos.

Ainda no âmbito do Sistema de Contas Nacionais, foi divulgada a Conta-Satélite de Saúde do Brasil 2007–2009, fruto da parceria do IBGE com a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e o Ministério da Saúde - MS, que apresenta



dados sistematizados sobre a estrutura produtiva e a dinâmica da saúde no Brasil, oferecendo, assim, um panorama dos recursos e usos do setor no País.

O estudo “Estatísticas do Empreendedorismo”, realizado com a colaboração do Instituto Endeavor Brasil, apresentou estatísticas provenientes do CEMPRE e das pesquisas econômicas anuais nas áreas de indústria, construção civil, comércio e serviços, contemplando informações sobre o segmento empresarial formalmente constituído da economia brasileira em 2010. O conjunto dessas informações contribuiu para o debate sobre a dimensão e a importância do empreendedorismo no País, assunto que vem assumindo relevância cada vez mais acentuada na economia, tanto em nível nacional quanto global.

Ainda com base nas informações do CEMPRE foi divulgado o estudo sobre Demografia das Empresas 2010, que analisa alguns aspectos da dinâmica demográfica do segmento formal das empresas brasileiras, em particular, os movimentos de entrada, saída e sobrevivência dessas entidades no mercado.

Também foram conhecidos, em 2012, os resultados da Pesquisa de Serviços de Hospedagem, realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério do Turismo. A pesquisa teve por objetivos identificar os tipos e categorias de estabelecimentos desse segmento e mensurar o número de unidades habitacionais e leitos existentes, fornecendo, assim, um quadro atualizado da capacidade de hospedagem disponível nos municípios das capitais, nas Regiões Metropolitanas das Capitais e nas Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDE. Essas estatísticas constituem importantes ferramentas para os planejamentos público e privado, especialmente em um momento em que o País se prepara para sediar grandes eventos esportivos internacionais.

Foram divulgados os resultados da Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Empresas - TIC-Empresa, ano de referência 2010, que permitem mensurar, sob a ótica da produção, o uso das tecnologias baseadas na microeletrônica, nas telecomunicações e na informática. Os resultados apresentados propiciam uma visão geral da dimensão do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil, seu peso relativo no conjunto de atividades industriais, comerciais e de serviços, bem como sua contribuição para a geração de renda e emprego, e contribuem para o debate sobre a organização e a dimensão desse importante segmento econômico no País.

Em relação aos recursos previstos na LOA 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$5.535.454,00, todos na fonte 0100 (Recursos do



Tesouro). Foram executados R\$4.316.087,91 que significa 77,97% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$785.393,86, o que totaliza o comprometimento financeiro da Ação em R\$5.101.481,77 e eleva o percentual desse comprometimento ao patamar de 92,16%.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no Quadro 10, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 10 - Principais Despesas da Ação 4228 - LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Diárias no país	1.086.071,69	25,16	25,16
Assessoria e consultoria técnica ou jurídica	774.700,58	17,95	43,11
Serviços técnicos profissionais de TI	462.787,36	10,72	53,83
Combustíveis e lubrificantes automotivos	367.351,87	8,51	62,35
Manutenção e conservação de veículos	286.252,00	6,63	68,98
Passagens para o país	152.274,95	3,53	72,51
Locação de imóveis	152.110,18	3,52	76,03
Locação de equipamentos de processamento de dados artigo	145.128,60	3,36	79,39
Serviços de energia elétrica	119.484,71	2,77	82,16
Locomoção urbana	114.900,97	2,66	84,82
Outras despesas	655.025,00	15,18	100,00
Total	4.316.087,91	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

A presença do IBGE nas 27 unidades da federação com 581 agências de coleta demanda despesas com locação de imóveis e contratação de serviços.

As despesas com assessoria e consultoria técnica ou jurídica e serviços técnicos de TI se referem à manutenção de bancos de dados e reformulação do processo de coleta, com vistas à melhoria desses procedimentos.

Os gastos como diárias, passagens, locomoção urbana, combustíveis e lubrificantes automotivos e manutenção e conservação de veículos se justificam na medida em que os técnicos do IBGE precisam se deslocar para o levantamento de informações em todo o país.

Quanto às despesas com locação de equipamentos de processamento de dados, o IBGE utilizou recursos com tais despesas dentro desta Ação, a fim de viabilizar a divulgação dos 15 resultados previstos para o exercício.



4.1.1.3 Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica - Código: 2228

Quadro 11 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 2228

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Produzir informações de natureza estatística, por meio de implementação de estudos, pesquisas e trabalhos voltados ao conhecimento da realidade estrutural sociodemográfica do país.					
Descrição	Realização de pesquisas anuais elaboradas com base em coleta de dados e/ou compilação de registros administrativos divulgados no médio prazo.					
Iniciativa	O290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Pesquisas – DPE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.983.505,00	6.983.505,00	6.276.394,08	5.638.425,14	7.138,55	637.968,94	5.631.286,59
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Resultado divulgado	unidade	5	5	6.983.505,00	5.638.425,14

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

Em relação às pesquisas estruturais da área sociodemográfica, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD investiga anualmente, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o País, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas. O levantamento dessas estatísticas constitui, ao longo dos 44 anos de realização da pesquisa, um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida no Brasil. A divulgação dos resultados da PNAD é feita através da publicação de dois volumes:

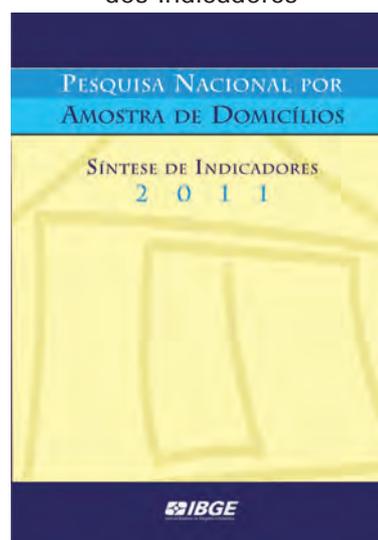


“PNAD Brasil”(figura 5), que fornece um detalhado conjunto de informações sobre a população brasileira, em seus múltiplos aspectos; e “Síntese de Indicadores Sociais”(figura 6), que traz ao público uma síntese dos principais indicadores da PNAD em variados períodos.

Figura 5 - PNAD Brasil



Figura 6 – PNAD – Síntese dos Indicadores



A Síntese de Indicadores Sociais foi divulgada e reuniu indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias, saúde, e grupos populacionais específicos – crianças, adolescentes e jovens, mulheres e idosos – entre outros temas, acompanhados de breves comentários que destacam algumas das principais características observadas nos diferentes estratos geográficos e populacionais. Os indicadores foram elaborados, principalmente, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, e ampliados, nesta edição, com estatísticas da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC e da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, também realizadas pelo IBGE, além de registros de fontes externas. A sistematização desses indicadores atende a recomendações internacionais e contribui para a compreensão das modificações nos perfis demográfico, social e econômico da população, possibilitando, assim, o monitoramento de políticas sociais e a disseminação de informações relevantes para toda a sociedade brasileira. Além de indicadores socioeconômicos para o Brasil e para as Grandes Regiões e de indicadores básicos para as Unidades da Federação, referentes a 2009 e 2011, a publicação divulgou, também, séries de rendimento para o período de 2004 a 2011.

No contexto da implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, foi iniciada a coleta da PNAD Contínua, de forma completa, abrangendo todas as 27 Unidades da Federação. Nos primeiros anos de realização a PNAD Contínua irá a



campo concomitantemente às atuais PNAD e Pesquisa Mensal de Emprego - PME, para fins de estudos de comparabilidade.

De acordo com a legislação em vigor, o IBGE publicou no Diário Oficial da União, as estimativas anuais de população para Estados e Municípios, com data de referência em 1º de julho de 2012 (conforme Artigo 102, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992) e realizou, também, a divulgação anual, pela internet, da “Tábua de Mortalidade do Brasil 2011” (conforme artigo 2º, do Decreto Presidencial nº 3266 de 29, de novembro de 1999).

A par do cumprimento dessas obrigações legais, o IBGE também publica anualmente as “Estatísticas do Registro Civil” relativas ao ano anterior. Essa pesquisa apresenta informações sobre os fatos vitais ocorridos no País, reunindo a totalidade dos registros de nascidos vivos, óbitos e óbitos fetais, bem como sobre os casamentos, informados pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, além de informações sobre as separações e os divórcios declarados pelas Varas de Família, Foros, Varas Cíveis e Tabelionatos.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$6.983.505,00 na fonte 100 (recursos do tesouro). Foram executados R\$5.638.425,14 na fonte 0100, o que significa 80,74% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$637.968,94 o que totaliza o comprometimento financeiro da Ação em R\$6.276.394,08 e eleva o percentual desse comprometimento ao patamar de 89,87%.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no Quadro 12, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 12 - Principais Despesas da Ação 2228 – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Diárias no país	2.193.006,28	38,89	38,89
Manutenção de <i>software</i>	768.000,00	13,62	52,51
Combustíveis e lubrificantes automotivos	577.697,85	10,25	62,76
Manutenção e conservação de veículos	355.993,69	6,31	69,07
Passagens para o país	293.644,78	5,21	74,28
Assessoria e consultoria técnica ou jurídica	274.488,80	4,87	79,15
Locação de meios de transporte	209.717,20	3,72	82,87
Locomoção urbana	207.417,37	3,68	86,55
Serviços técnicos profissionais de TI	154.100,00	2,73	89,28
Outras despesas	604.359,17	10,72	100,00
Total	5.638.425,14	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.



Os principais gastos como diárias no país, passagens e locomoção urbana, justificam-se na medida em que nossos técnicos precisam se deslocar para ministrar treinamento aos agentes de coleta em todo o país que, por sua vez, precisam se locomover para levantar os dados em campo, o que também incorre, por outro lado, numa concentração de gastos com combustíveis, manutenção de veículos e locação de meio de transporte.

As despesas com manutenção de softwares visam atender, principalmente, às necessidades essenciais da Ação direcionadas aos softwares de processadores.

Já as despesas com assessoria, consultoria e serviços técnicos de TI referem-se à manutenção de banco de dados e reformulação do processo de coleta, com vistas à melhoria desses procedimentos.

A meta prevista para o exercício foi integralmente cumprida.

A Ação contou ainda com recursos extraorçamentários na ordem de R\$ 103.100,00, oriundos de convênio com o Ministério do Turismo, para a realização da ampliação da investigação estatística e de análises temáticas sobre as atividades de turismo por meio da realização da Pesquisa de Serviços de Hospedagem – 2011, os quais foram integralmente executados no exercício em questão.

Quadro 13 - Principais Despesas Relativas a Convênios da Ação 2228 em 2012

Despesa	Valor	%	% Acumulado
Assessoria e consultoria técnica ou jurídica	93.600,00	90,79	90,79
Locação de equipamentos de processamento de dados	9.500,00	9,21	100,00
Total	103.100,00	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.



4.1.1.4 Ação Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas - Código: 2230

Quadro 14 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 2230

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Documentar e disseminar as informações estatísticas e geocientíficas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.					
Descrição	Planejamento, coordenação e execução das atividades de produção editorial e gráfica, documentação, disseminação, divulgação e comercialização das informações produzidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601-IBGE, bem como produção de todos os instrumentos utilizados na realização do trabalho de coleta, tais como manuais e questionários.					
Iniciativa	O290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.000.000,00	4.005.556,00	3.837.543,40	2.896.298,44	0,00	941.244,96	2.896.298,44
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Usuário atendido	unidade	30.000.000	27.532.729	4.000.000,00	2.896.298,44

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

No âmbito da disseminação de informações estatísticas e geocientíficas e do atendimento aos seus usuários, o IBGE atua em nível nacional, em todas as capitais dos Estados brasileiros, permitindo acesso aos dados que refletem a realidade do País em seus múltiplos aspectos. A obtenção dessas informações pode ser feita por meio das livrarias e bibliotecas da Instituição, por telefone, incluindo chamada gratuita de qualquer localidade do país (0800), correspondência, *e-mail* e serviço *on-line* no portal do IBGE através da internet. Cabe citar, também, o atendimento prestado na loja virtual da internet, facilitando ao usuário a aquisição dos produtos do IBGE, disponíveis em meio impresso e digital.

No que diz respeito ao desempenho do IBGE quanto à disseminação das informações produzidas, os atendimentos à sociedade feitos pelo IBGE em todo o país, por meio



dos serviços de atendimento e do Portal na internet, foram de 27.564.421 usuários, em 2012, atingindo 92% da meta física prevista para o ano⁶.

Orientado pela Qualidade no Serviço Público, o IBGE realiza anualmente uma pesquisa de satisfação dos usuários, nos setores de Documentação e Disseminação de Informações, localizados no Distrito Federal e nas capitais dos Estados brasileiros.

Os indicadores “Taxa de Satisfação” e “Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas” permitem uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. Os resultados desses indicadores podem ser observados no item 2.4 – Indicadores de Desempenho.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários na ordem de R\$4.005.556,00, sendo R\$3.864.556,00 na fonte 0100 (recursos do tesouro) e R\$141.000,00 na fonte 0250 (recursos próprios não financeiros). Cabe ressaltar que no montante de recursos disponibilizados na LOA + Crédito, R\$5.556,00 foram incorporados à Ação via crédito extraordinário, por meio da Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012.

Foram executados R\$2.896.298,44, em sua totalidade e na fonte 0100, o que significa 72,31% dos recursos autorizados pela LOA. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$941.244,96, o que totaliza o comprometimento financeiro da Ação em R\$3.837.543,40 e eleva o percentual desse comprometimento ao patamar de 95,81%.

A meta física prevista de 30 milhões de usuários atendidos foi atingida em quase sua totalidade chegando à marca de 27.532.729, o que representa 91,78% da meta inicialmente prevista.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no Quadro 15, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao executado na Ação.

Quadro 15 - Principais Despesas da Ação 2230 - LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Manutenção de software	881.593,62	30,44	30,44
Locação de equipamentos de processamento de dados	479.677,09	16,56	47,00
Apoio administrativo, técnico e operacional	340.223,87	11,75	58,75
Material para manutenção de bens moveis	316.147,00	10,92	69,66
Mobiliário em geral	240.828,70	8,32	77,98
Material de processamento de dados	136.617,40	4,72	82,69
Outras despesas	501.210,76	17,31	100,00
Total	2.896.298,44	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

⁶ dados atualizados em 01/03/2013.



Os principais gastos da Ação se referem às despesas com manutenção de softwares que visam atender, principalmente, as necessidades essenciais da Ação direcionadas aos softwares de processadores.

As despesas referentes ao material e locação de equipamentos de processamento de dados, bem como serviços de apoio administrativo técnico e operacional, foram essenciais ao desenvolvimento das atividades específicas da área de atuação da Unidade.

A Ação contou ainda com recursos extraorçamentários na ordem de R\$35.870,00 oriundos de convênio com o Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão, para despesas com serviços gráficos referentes ao Guia de Monitoramento Temático do PPA e Guia de Indicadores (R\$16.560,00), impressão de 500 exemplares do Plano Plurianual 2012-2015–Mensagem presidencial (R\$4.350,00) e para impressão e acabamento do livro “Relatório Anual e Perfil das Empresas Estatais – 2011” (R\$ 14.960,00) sendo que este último não foi realizado, visto que o arquivo para impressão não foi enviado ao IBGE e o recurso foi devolvido a SPOA/MPOG.

Quadro 16 - Principais Despesas Relativas ao Convênio da Ação 2230 em 2012

Despesa	Valor	%	% Acumulado
Locação de equipamentos de processamento de dados	20.910,00	100,00	100,00
Total	20.910,00	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.



4.1.1.5 Ação Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais – Código: 2665

Quadro 17 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 2665

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Realizar análises espaciais compreendendo áreas urbanas e rurais, elaborando divisões regionais, definindo quadros de referência da organização social e econômica do País, e sistematizar dados e informações referentes aos recursos naturais e ao meio ambiente e sua dinâmica.					
Descrição	Planejamento e execução de pesquisas e análises da distribuição espacial de aspectos ambientais e socioeconômicos do território brasileiro, e sobre o potencial, a estrutura e a utilização dos recursos naturais e do meio ambiente.					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Geociências – DGC					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
972.631,00	892.631,00	820.907,42	652.551,92 ⁽¹⁾	0,00	168.355,50	652.551,92
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Resultado divulgado	unidade	120	120	892.631,00	652.551,92

Fonte: SIAFI, fev/2013.

⁽¹⁾ O total das despesas empenhadas e liquidadas pela Ação inclui R\$240.000,00 que foram descentralizados ao Ministério do Meio Ambiente - MMA. A Despesa liquidada apenas pelo IBGE foi de R\$412.551,92.

Resultados

Em relação à produção regular de informações ambientais, deu-se continuidade, em 2012, à produção de informações sobre os temas geologia, vegetação, geomorfologia, solos, cobertura e uso da terra e recursos hídricos, com o objetivo de se constituir o Banco de Dados e Informações Ambientais - BDIA, bem como se procedeu à análise das informações sobre a organização do território – subsídio fundamental para as atividades de planejamento atendendo às demandas de informações espaciais.

No que se refere à atividade Levantamento de Recursos Naturais destacam-se: o lançamento da publicação “Manual Técnico da Vegetação Brasileira - 2ª edição”,



que incorpora informações derivadas dos mais recentes avanços do conhecimento sobre a cobertura vegetal nativa do Brasil em conformidade com as determinações e padronizações regulamentadas pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE; e a divulgação do Banco de Dados Georreferenciado referente a informações gráficas e alfanuméricas atualizadas de geologia e solos, lançadas em uma base cartográfica de suporte ao tema, para a Amazônia Legal, com um nível de detalhe compatível com a escala 1:250.000.

Dentre os trabalhos produzidos destacam-se as atividades inerentes à cobertura e uso da terra, que visa o recobrimento do país em termos da classificação dos tipos de cobertura e uso da terra e análises da dinâmica de ocupação e uso do território. Em 2012, cabe mencionar a divulgação do Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Estado do Amazonas, na escala de 1:1.800.000, (referência 2010/2011), tanto em formato *pdf* como em formato *shape*⁷ e a elaboração do Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Estado do Amazonas, na escala 1:250.000, em formato *shape*;

Destaca-se ainda, o mapeamento da cobertura e uso da terra para os anos de referência 2000 e 2010, objetivando a análise das mudanças na cobertura e uso da terra do Brasil, segundo metodologia proposta pelas Nações Unidas, estudo que poderá apoiar outras pesquisas e projetos tais como para a Contabilidade Ambiental e Indicadores Ambientais.

Além disso, foi construído o Mapa Mural de Uso da Terra 1996, a partir dos dados dos setores censitários do Censo Agropecuário de 1996 que, em comparação com o mapa mural de uso da terra 2006, poderá contribuir nos estudos metodológicos para escolha de áreas amostrais e para análise de tendências da dinâmica agropecuária.

Foi disseminado o Sistema de Classificação de Uso da Terra - SCUT na internet e na intranet. Também foram divulgados produtos do mapeamento de uso da terra na escala 1:250.000 dos Estados do Acre, Amapá, Roraima, Pará, Sergipe, em formato *shape* e produtos da bacia hidrográfica do rio São Francisco, tais como: Padrões de Uso da Terra, Recursos Minerais e Ecodinâmica.

Quanto às Estatísticas Ambientais destaca-se o lançamento da publicação “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2012” (figura 7), que dá continuidade à série iniciada em 2002, reafirmando, mais uma vez, o compromisso do IBGE em

⁷ Formato *shape*: formato de arquivo que contém dados geoespaciais do tipo vetorial (composto por pontos, linhas ou polígonos).



disponibilizar à sociedade um conjunto de informações sobre a realidade brasileira, em suas dimensões ambiental, social, econômica e institucional.

Foram lançados: o “Atlas do Espaço Rural Brasileiro” (figura 8), publicação que integra dados do Censo Agropecuário 2006 e das pesquisas populacionais, sociais, econômicas e ambientais do Instituto, oferecendo-lhes uma dimensão espacial, com o objetivo de retratar a complexa realidade territorial do campo brasileiro; e o estudo “Censo Demográfico 2010: Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios” (figura 9), publicação que promove o conhecimento da infraestrutura urbana do país, relacionando as variáveis territoriais, domiciliares e as características socioeconômicas e demográficas da população.

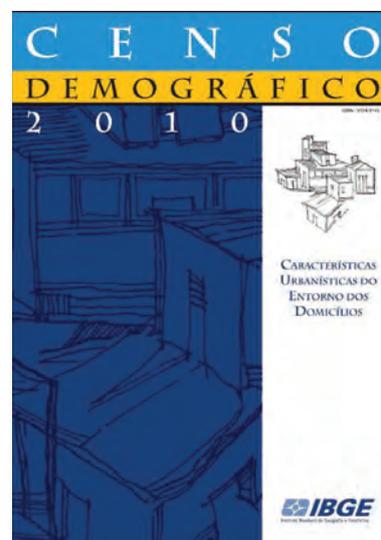
Figura 7 – Indicadores de desenvolvimento sustentável



Figura 8 – Atlas do Espaço Rural Brasileiro



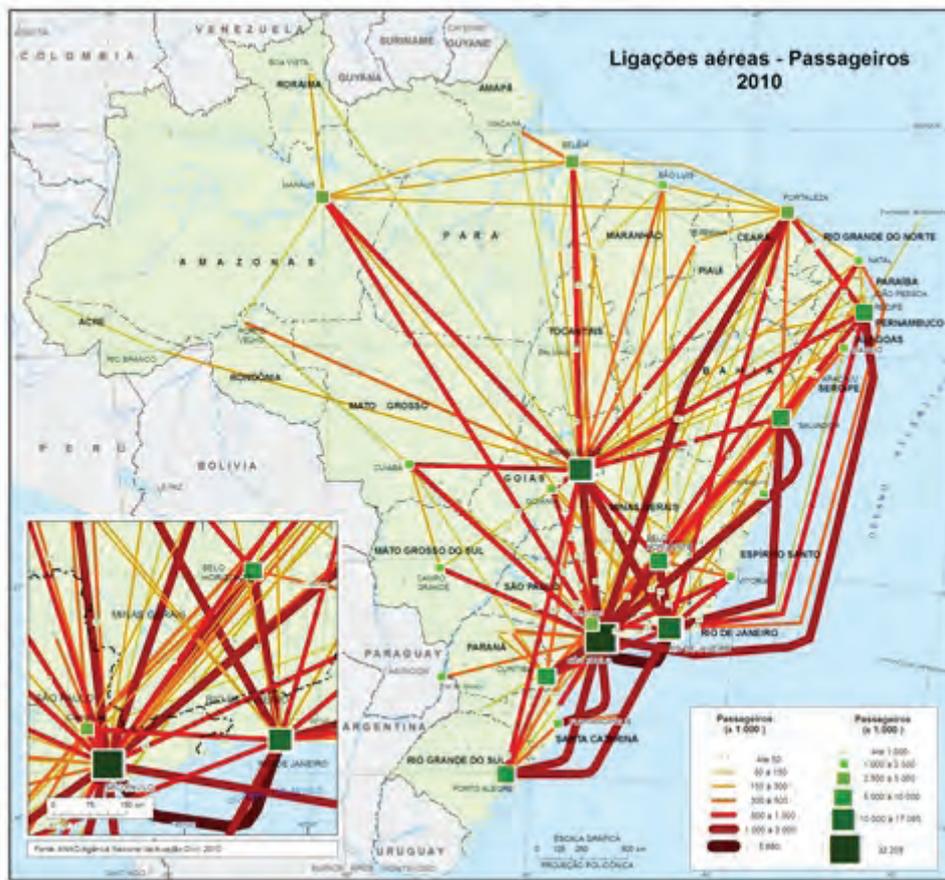
Figura 9 – Censo Demográfico 2010: Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios



Foi elaborado o volume “Fluxos Aéreos da Série Redes e Fluxos no Território” (figura 10). Esta publicação, voltada para as ligações aéreas, busca caracterizar a posição das cidades brasileiras no sistema urbano nacional a partir das redes de transporte aéreo, descrevendo e analisando seus fluxos de passageiros e carga. Além disso, avalia-se a acessibilidade das cidades a partir dos custos e tempo das viagens nessa modalidade de transporte, relacionando-a com a hierarquia urbana.



Figura 10 – Fluxos Aéreos: Ligações aéreas - Passageiros 2010



Destaca-se ainda, a elaboração de mapas e cartogramas: mapa do Brasil contendo informação sobre densidade demográfica 2010 em escala 1: 500.000 para a Rio + 20; e cartogramas para publicação do volume Características Gerais dos Indígenas.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$892.631,00 todos na fonte 0100 (recursos do tesouro). Foram executados R\$652.551,92, o que significa 73,10% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$168.355,50, elevando o comprometimento financeiro da Ação para R\$820.907,42, ou seja, 91,96% do orçamento. Do total de recursos executados pela Ação, R\$240.000,00 foram descentralizados ao Ministério do Meio Ambiente - MMA para atender termo de cooperação com vistas à aquisição compartilhada de serviço de fornecimento de imagens de acervo, orbitais multiespectrais e ortorretificadas, coletadas no ano 2011, o que contribuiu para a realização da meta física.

Desse modo o montante executado apenas pelo IBGE, corresponde a R\$412.551,92.

A meta física prevista de 120 resultados divulgados foi totalmente atingida.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.



O Quadro 18 mostra as despesas de maior expressividade financeira, bem como a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação no IBGE.

Quadro 18 - Principais Despesas da Ação 2665 – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Estagiários	137.367,59	33,30	33,30
Diárias no país	122.654,62	29,73	63,03
Locação de equipamentos de processamento de dados	58.352,89	14,14	77,17
Passagens para o país	28.392,13	6,88	84,05
Combustíveis e lubrificantes automotivos	23.864,31	5,78	89,84
Outras despesas	41.920,38	10,16	100,00
Total	412.551,92	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

Os gastos com estagiários de ensino superior e ensino médio no IBGE vêm sendo realizados em convênio com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, com base na nova Portaria nº 07, de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, instrumento que regulamenta a realização de estágios nos Órgãos da Administração Pública Federal. Os estagiários apresentam formação específica para atuação nos projetos desenvolvidos na Ação, ou seja: engenharia cartográfica, geografia, análise de sistema e informática.

Já os gastos, como diárias e passagens, combustíveis e lubrificantes se justificam pela necessidade de deslocamento dos técnicos da Instituição para outros estados, a fim de participar de eventos (exposições, congressos, conferências, seminários, *workshops*), reuniões técnicas (nas Unidades Estaduais e em instituições públicas) e treinamentos, bem como do levantamento de informações territoriais relativas a recursos naturais e meio ambiente por meio de trabalhos de campo, sendo que esses demandam, também, concentração de gastos com locação de equipamentos de processamento de dados para o desenvolvimento das demais atividades da Ação.



4.1.1.6 Ação Mapeamento Terrestre de Referência – Código: 2229

Quadro 19 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 2229

Identificação da Ação						
Tipo		Atividade				
Finalidade		Gerar e manter bases cartográficas vetoriais contínuas do Brasil, visando servir de insumo para estudos geográficos, planejamento territorial em escalas médias e pequenas, desenvolvimento de bases territoriais para pesquisas estatísticas, mapeamento de recursos naturais e estudos ambientais; de unidades de conservação, de terras indígenas, de divisões político administrativas e naturais, tais como; bacias hidrográficas, biomas, áreas de riscos, etc.				
Descrição		Construção de folhas topográficas, a partir de aerolevanteamento e ou insumos de sensoriamento remoto; construção de folhas topográficas e mapas compilados; conversão de cartas e mapas para o meio digital; construção e manutenção de bases contínuas a partir da conversão para ambiente digital das folhas de carta topográfica nas escalas: 1:1000.000, 1:250.000 e 1:100.000; compilação e generalização, atualização e integração das mesmas em uma única base vetorial contínua, tendo seus elementos associados a banco de dados seguindo a tendência mundial nos procedimentos de armazenamento e disseminação de dados geográficos. Para a geração e manutenção dessas bases deverão ser geradas bases a partir de insumos de sensoriamento remoto, bem como integração/atualização das bases SIVAM na escala 1:250.000.				
Iniciativa		0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.				
Unidade Responsável		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Unidade Orçamentária		Diretoria de Geociências – DGC				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.596.661,00	1.446.661,00	1.384.384,18	1.371.556,83 ⁽¹⁾	0,00	12.827,35	1.371.556,83
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Base cartográfica publicada	unidade	671	671	1.446.661,00	1.371.556,83

Fonte: SIAFI, fev/2013.

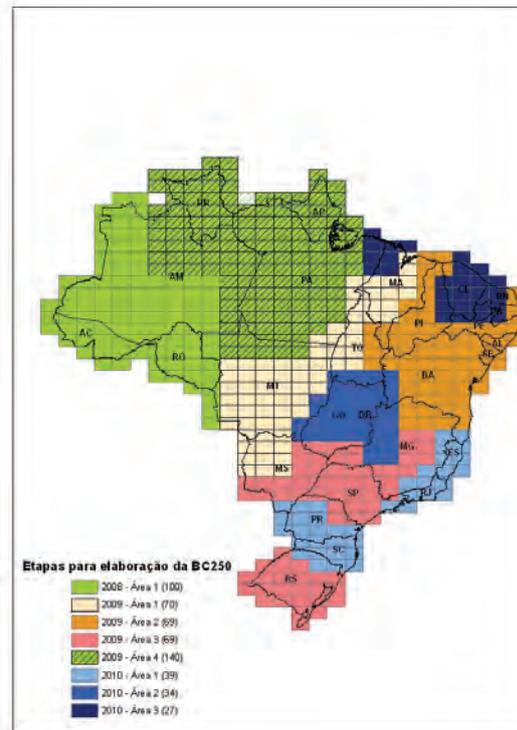
⁽¹⁾ O total das despesas empenhadas e liquidadas pela Ação inclui R\$610.000,00 que foram descentralizados ao Ministério do Meio Ambiente - MMA. A Despesa liquidada apenas pelo IBGE foi de R\$761.556,83.

Resultados

No âmbito do mapeamento do território brasileiro foi divulgada a Base Cartográfica Contínua na escala de 1:250.000, cobrindo 100% do território nacional, que equivale a 550 folhas do mapeamento sistemático, disponibilizado por blocos decorrentes da divisão utilizada para a contratação de empresas de mapeamento durante o período de 2008 a 2011, conforme detalhado na figura 11. Esta base cartográfica representa o território numa escala de grande importância para tomadas de decisão e gestão.

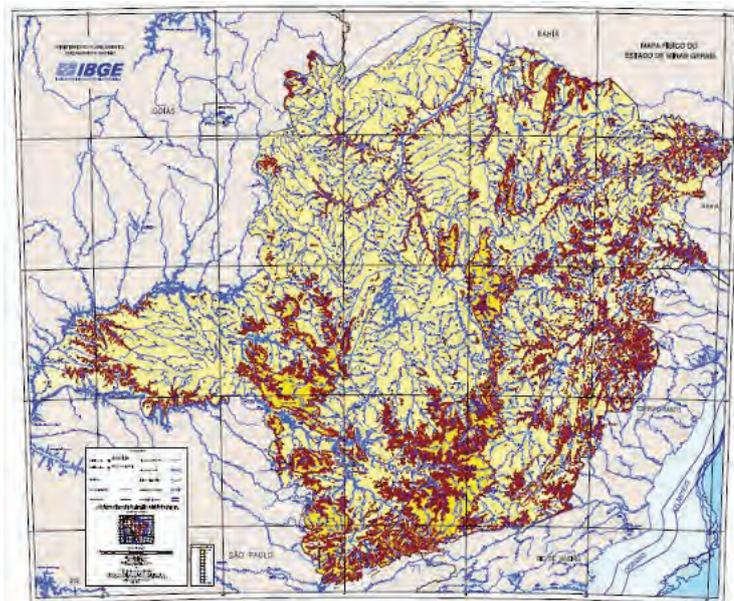


Figura 11 – Divisão dos blocos de contratação externa para o mapeamento da Base Cartográfica Contínua na escala de 1:250.000



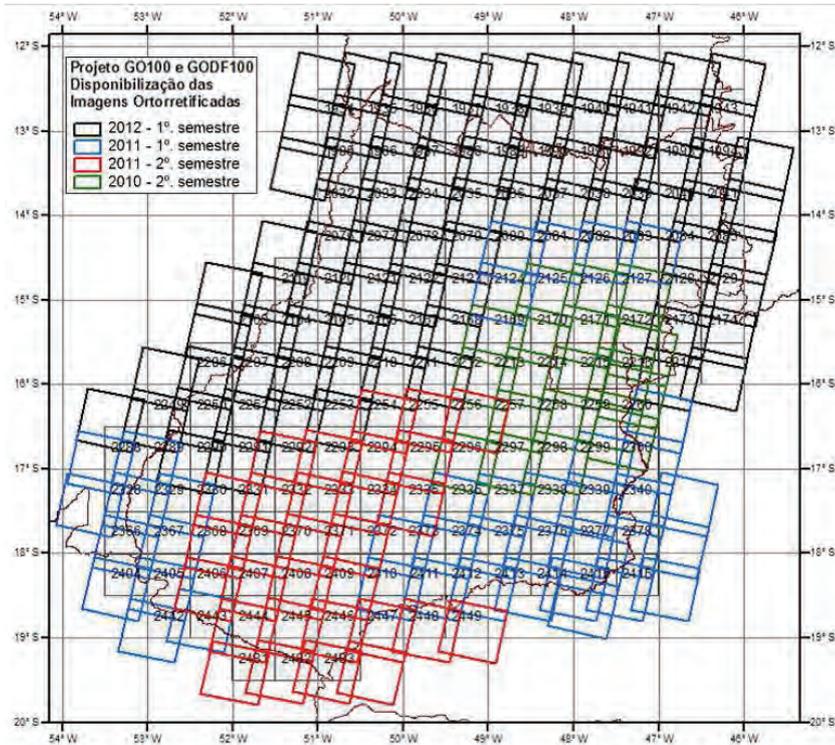
Foram também disponibilizados 11 novos mapas físicos (figura 12) da Série Estadual: Ceará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Pará, abordando dados referentes ao relevo desses Estados, completando o conjunto de mapas físicos de todos os estados do país.

Figura 12 – Mapa Físico do estado de Minas Gerais



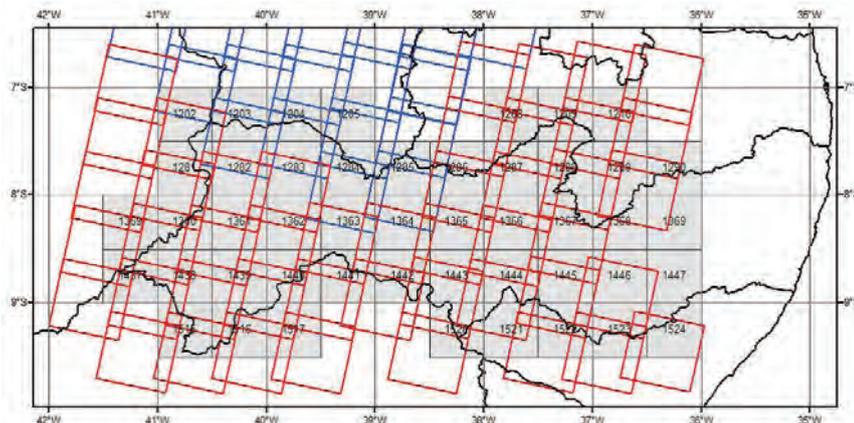
Foi divulgada a Base Cartográfica Contínua do Estado de Goiás na escala de 1:100.000 (figura 13), correspondendo a 100% de cenas ortorretificadas (173 unidades), 100% dos mosaicos (150 unidades) e 63% carta-imagens (94 unidades).

Figura 13 - Cena ortorretificada disponibilizada do estado de Goiás



A Base Cartográfica Contínua do Estado de Pernambuco (figura 14) foi disponibilizada na escala de 1:100.000, correspondendo a 100% das cenas ortorretificadas (46 unidades) e 36% dos mosaicos (14 unidades), bem como a Base Cartográfica Contínua do Estado de Tocantins na escala de 1:100.000, correspondendo a 60% das cenas ortorretificadas (45 unidades).

Figura 14 – Cenas ortorretificadas disponibilizadas do estado de Pernambuco

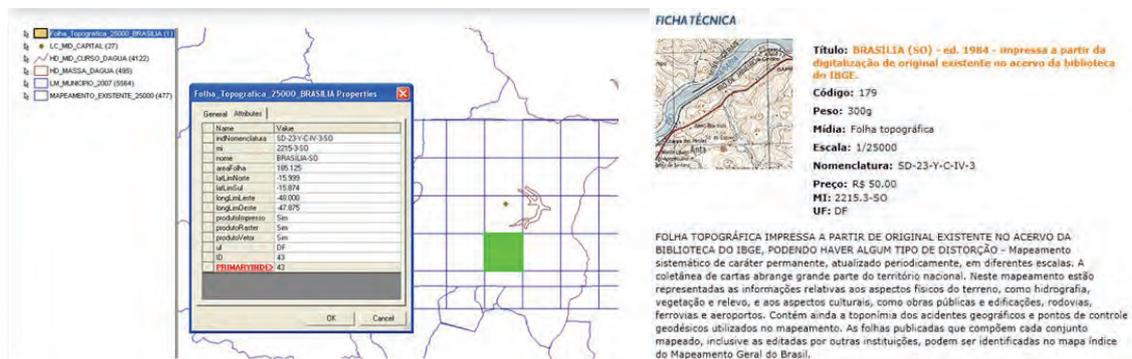




Cabe ressaltar que todos os produtos disponibilizados e divulgados tiveram seus metadados⁸ disponibilizados na INDE.

Pela primeira vez o Mapa Índice Digital (figura 15), com referência ao ano de 2011 foi disponibilizado para *download*. O Mapa Índice é um instrumento de suporte ao Sistema Cartográfico Nacional, que abrange a produção de mapas e cartas topográficas, essenciais na gestão territorial e no planejamento de projetos, tais como obras de engenharia e estudos de impacto ambiental.

Figura 15 – Visualização de informações no Mapa Índice Digital através de *download*



Foi lançado o primeiro volume do Índice de Nomes Geográficos, um produto do Banco de Nomes Geográficos do Brasil - BNGB, apresentado na figura 16, que reúne, em ordem alfabética, os nomes padronizados e a localização de todos os elementos retratados na Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo, incluindo rios, formas de relevo, localidades, edificações e parte dos conjuntos de nomes dos países vizinhos abrangidos pela base, entre outros.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$1.446.661,00 todos na fonte 0100 (recursos do tesouro). Foram executados R\$1.371.556,83, o que significa 94,81% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$12.827,35, elevando o comprometimento financeiro da Ação para R\$1.384.384,18, ou seja, 95,70% do orçamento. Do total de recursos executados pela Ação, R\$610.000,00 foram descentralizados ao Ministério do Meio Ambiente - MMA

Figura 16 – BNGB



⁸ Metadados podem ser definidos como “dados que descrevem os dados”, ou seja, são informações úteis para identificar, localizar, compreender e gerenciar os dados.



para atender termo de cooperação com vistas à aquisição compartilhada de serviço de fornecimento de imagens de acervo, orbitais multiespectrais e ortorretificadas, coletadas no ano 2011, o que contribuiu para a realização da meta física.

Sendo assim o montante executado, apenas pelo IBGE, corresponde a R\$ 761.556,83.

A meta física prevista de 671 bases cartográficas publicadas foi totalmente atingida.

Não houve aplicação de recursos de financiamento externo.

O Quadro 20 mostra as despesas de maior vulto financeiro e a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação no IBGE.

Quadro 20 - Principais Despesas da Ação 2229 - LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Diárias no país	449.846,11	59,07	59,07
Combustíveis e lubrificantes automotivos	110.768,34	14,54	73,61
Estagiários	100.186,00	13,16	86,77
Passagens para o país	45.415,08	5,96	92,73
Material para manutenção de veículos	12.863,02	1,69	94,42
Taxa de administração	9.286,30	1,22	95,64
Manutenção e conservação de veículos	8.393,20	1,10	96,74
Outras despesas	24.798,78	3,26	100,00
Total	761.556,83	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

Os gastos, como diárias, passagens, combustíveis e manutenção de veículos, são justificados pela necessidade dos técnicos da Instituição se deslocarem para realizar a atividade de levantamento, em campo, de dados geoespaciais para a elaboração das Bases Cartográficas.

Os gastos com estagiários de ensino superior e ensino médio no IBGE vêm sendo realizados em convênio com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, com base na nova Portaria nº 07, de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, instrumento que regulamenta a realização de estágios nos Órgãos da Administração Pública Federal. Os estagiários apresentam formação específica para atuação nos projetos desenvolvidos na Ação, ou seja: engenharia cartográfica, geografia, análise de sistema e informática.



4.1.1.7 Ação Sistema Geodésico Brasileiro – Código: 2231

Quadro 21 - Ações vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 2231

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Garantir a atualidade do referencial geodésico nacional e global, base para obras importantes de infraestrutura, apoio ao mapeamento, posicionamento de plataformas de petróleo, delimitação de pesquisas de geofísica e subsídio aos trabalhos de regularização fundiária.					
Descrição	Disponibilização de coordenadas (latitude, longitude e altitude) e de valores da aceleração da gravidade de estação geodésica, elaboração de normas e padrões geodésicos, ampliação e manutenção das Redes Brasileira de Monitoramento Contínuo do Sistema GPS (<i>Global Positioning System</i>) - RBMC e Maregráfica Permanente para Geodésia - RMPG e refinamento contínuo do Modelo de Ondulação Geoidal					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Geociências – DGC					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
923.537,00	923.537,00	639.869,93	566.962,53	0,00	72.907,40	566.962,53
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Informação disponibilizada	unidade	3.600	3.600	923.537,00	566.962,53

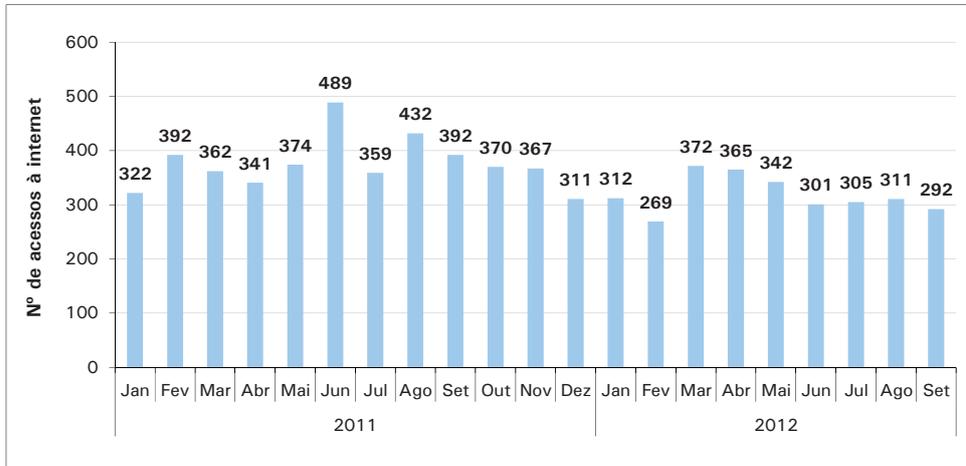
Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

Com referência ao Sistema Geodésico Brasileiro - SGB, o Serviço *on-line* da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo - RBMC dos Sistemas Globais de Navegação por Satélite - GNSS, alcançou a média mensal de 351 acessos às informações na internet, com 2.601 usuários cadastrados até agosto de 2012.

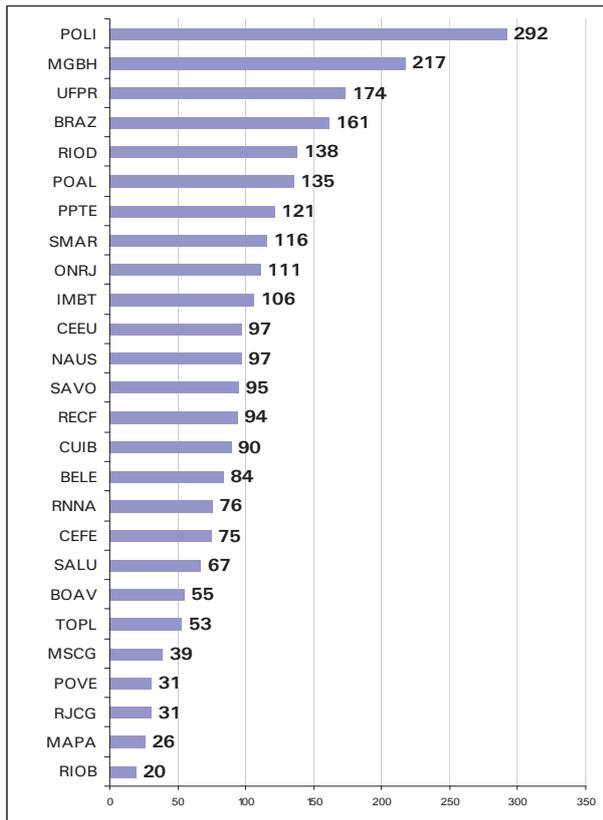


Gráfico 5 – Número de usuários por estação da RBMC-IP



Fonte: IBGE/2012

Gráfico 6 – Número de usuários por estação da RBMC-IP



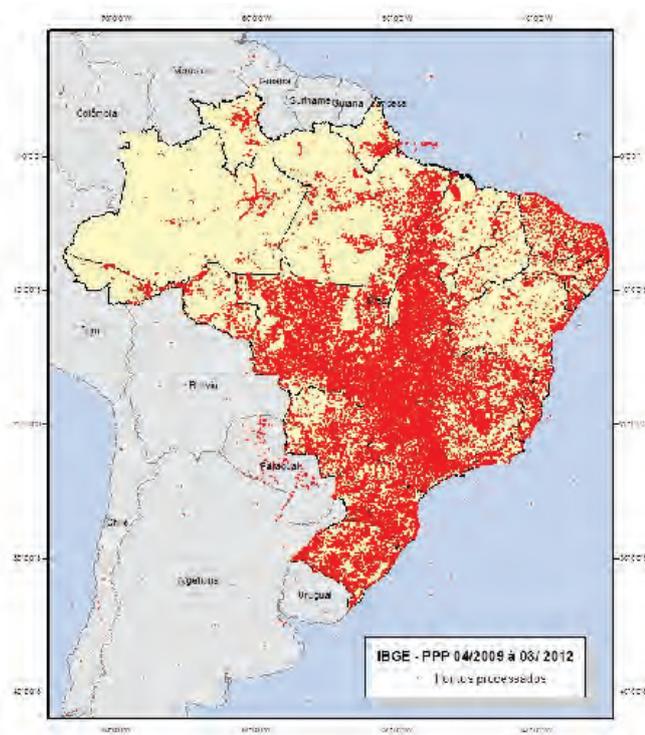
Fonte: IBGE/2012

Estação	Estado da Federação
POLI	São Paulo
MGBH	Minas Gerais
UFPR	Paraná
BRAZ	Distrito Federal
RIOD	Rio de Janeiro
POAL	Rio Grande do Sul
PPTÉ	São Paulo
SMAR	Rio Grande do Sul
ONRJ	Rio de Janeiro
IMBT	Santa Catarina
NAUS	Amazonas
CEEU	Ceará
SAVO	Bahia
RECF	Pernambuco
CUIB	Mato Grosso
BELE	Pará
RNNA	Rio Grande do Norte
CEFE	Espirito Santo
SALU	Maranhão
BOAV	Roraima
TOPL	Tocantins
MSCG	Mato Grosso do Sul
RJCG	Rio de Janeiro
POVE	Rondônia
MAPA	Amapá
RIOB	Acre

Já o serviço *on-line* de Posicionamento por Ponto Preciso - IBGE-PPP processou, em 2012, 80 mil estações solicitadas por seus usuários. A figura 17 representa o conjunto de estações processadas desde que o serviço foi disponibilizado, em abril de 2009.



Figura 17 – IBGE-PPP: estações processadas de Abril de 2009 à Agosto de 2012



Cabe destacar a integração ao SGB e disponibilização aos usuários de cinco novas estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS - RBMC, localizadas em: Coari (AM), Santarém (PA), Botucatu (SP), Jaboticabal (SP) e São Carlos (SP). Foram também realizadas inspeção e manutenção nas 46 estações RBMC. Os dados coletados e disponibilizados pela RBMC até outubro podem ser observados e comparados com os de 2011 na tabela abaixo.

Quadro 22 - RBMC: Dados coletados e disponibilizados 2011 e 2012

Ano	Estações em operação	Arquivos coletados	Arquivos disponibilizados na Internet
2011	85	22.583	22.213
2012	88	23.006	22.600

Fonte: IBGE, 2012.

Ainda no âmbito do SGB foram determinadas estações altimétricas nos Estados do Ceará, Bahia, Minas Gerais e São Paulo. Foi realizado também o treinamento do novo nível eletrônico LEICA⁹ em São Carlos e São José dos Campos (SP), além de visitas às estações geodésicas para avaliação de seu estado de conservação nos Estados do Piauí, Bahia, Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Até dezembro foram construídas 13 novas estações, 1.631 estações foram visitadas e 321 medidas, as

⁹ LEICA - Equipamento eletrônico de nivelamento.



quais se encontram em tratamento/processamento e/ou em processo de carga no Banco de Dados Geodésicos – BDG para disponibilização aos usuários via internet.

As estações da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia – RMPG (Santana (AP), Fortaleza (CE), Salvador (BA), Macaé (RJ) e Imbituba (SC)) foram visitadas, efetuando-se auditoria, manutenção preventiva e nivelamento dos circuitos de controle geodésico das estações, visando a vinculação vertical dos níveis de referência maregráficos às estações altimétricas associadas à estação.

Os dados coletados e disponibilizados pela RMPG até outubro podem ser observados e comparados com os de 2011 na quadro abaixo:

Quadro 23 - RMPG: Dados coletados e disponibilizados 2011 e 2012

Ano	Estações em operação	Observações maregráficas diárias coletadas	Arquivos disponibilizados na Internet
2011	5	1.249	1.249
2012	5	1.505	1.505

Fonte: IBGE, 2012.

As etapas de inclusão e alteração das informações no Banco de Dados Geodésicos - BDG foram executadas durante todo o ano possibilitando a inclusão de 800 novas estações e a alteração de 13.688 estações medidas em anos anteriores que foram reprocessadas, visando à melhoria da informação.

Foram atendidas 7.665 consultas ao Banco de Dados Geodésicos - BDG Servidor de Mapas e 108.685 consultas ao BDG Textual, e sua evolução pode ser observada no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Evolução no atendimento de usuários



Fonte: IBGE, 2012.



Dando continuidade ao processo de preservação da memória técnica da Geodésia, foram escaneados e disponibilizados 5.280 documentos relativos a cadernetas de campo, descritivos e fichas de estações geodésicas.

Cabe ressaltar a participação de servidores nos seguintes eventos: IV Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação – SIMGEO em Recife-PE, e III Simpósio Brasileiro de Geomática em Presidente Prudente (SP).

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$923.537,00 na fonte 0100 (Recursos do Tesouro).

Foram executados R\$566.962,53, o que significa 61,39% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$72.907,40, o que totaliza o comprometimento financeiro da Ação em R\$639.869,93 e eleva o percentual desse comprometimento ao patamar de 69,28%.

A meta física prevista de 3.600 informações disponibilizadas foi totalmente atingida.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.

As grandes despesas realizadas com recursos da LOA estão relacionadas no Quadro 24, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 24 - Principais Despesas da Ação 2231 – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Diárias no país	379.778,47	66,98	66,98
Estagiários	63.254,68	11,16	78,14
Combustíveis e lubrificantes automotivos	36.889,80	6,51	84,65
Passagens para o país	25.673,82	4,53	89,18
Material para manutenção de veículos	17.362,37	3,06	92,24
Outras despesas	44.003,39	7,76	100,00
Total	566.962,53	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

Os principais gastos, com diárias, passagens e despesas com veículos (combustíveis/lubrificantes/manutenção/conservação), se justificam na medida em que os técnicos envolvidos na Ação necessitam se deslocar para realizar as atividades de manutenção e implantação das estações geodésicas, em campo, cobrindo as vastas áreas de campanha.

Os gastos com estagiários devem-se ao fato dos mesmos contribuírem com sua formação específica para o desenvolvimento dos projetos relativos à Ação.



4.1.1.8 Ação Atualização Contínua da Base Territorial – Código: 200J

Quadro 25 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 200J

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Atualizar mapas e cadastros que compõem a Base Territorial, que dá suporte ao planejamento, à coleta de dados e à divulgação de resultados de pesquisas e estudos realizados pelo IBGE.					
Descrição	Atividade contínua de atualização da Base Territorial, indicando as condições necessárias e os processos de trabalho a serem estruturados, a fim de permitir a incorporação aos mapas e cadastros das constantes modificações ocorridas na ocupação do território, sejam elas originárias de alterações no espaço físico ou na divisão político-administrativa inter ou intramunicipal.					
Iniciativa	O290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Geociências – DGC					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
352.401,00	352.401,00	189.692,70	181.590,20	0,00	8.102,50	181.590,20
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Componente da base atualizado	unidade	5.565	5.565	352.401,00	181.590,20

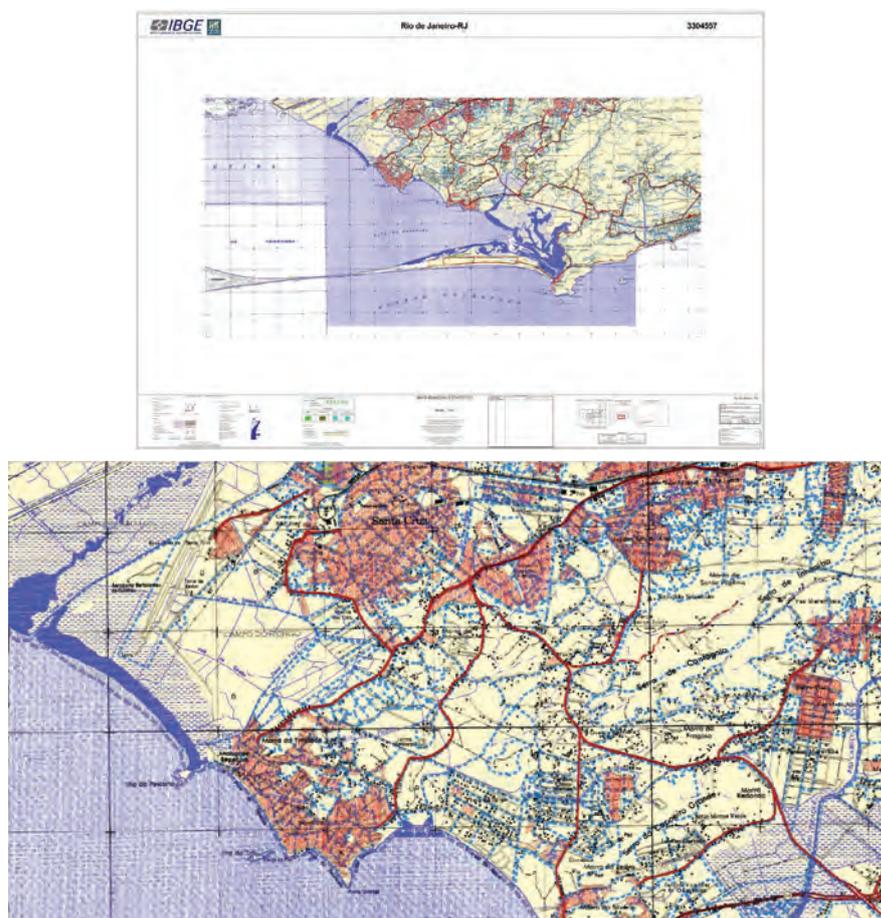
Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

Quanto às atividades de Atualização Contínua da Base Territorial, foram divulgados e colocados à disposição do público os Mapas Municipais Estatísticos do Censo Demográfico 2010, representando o conjunto de setores censitários urbanos e rurais para cada município brasileiro, além dos limites municipais, distritais e de perímetros urbanos. A figura 17 mostra o Mapa municipal estatístico do Rio de Janeiro:



Figura 18 - Mapa municipal estatístico do Rio de Janeiro



Destacam-se também a divulgação da Malha Municipal Digital de Setores Censitários das estimativas da população 2011; dos mapas dos municípios com malhas alteradas para as Estimativas de População 2011; e a Área Territorial Oficial do Brasil - 2010.

Cabe mencionar ainda a produção de mapas de setores censitários selecionados para as Pesquisas Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2012, PNAD Contínua, e Censo Contínuo; e o desenvolvimento e implementação de melhorias na aplicação Sistema de Mapeamento de Base Territorial - SISMAP.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$352.401,00 na fonte 0100 (Recursos do Tesouro).

Foram executados R\$181.590,20, o que significa 51,53% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$8.102,50 o que totaliza o comprometimento financeiro da Ação em R\$189.692,50 e eleva o percentual desse comprometimento ao patamar de 53,83%.



A meta física prevista de 5.565 componentes da base atualizados foi totalmente atingida.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro com recursos da LOA, estão relacionadas no Quadro 26, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 26 - Principais Despesas da Ação 200J - LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Diárias no país	140.059,32	77,13	77,13
Passagens para o país	27.543,19	15,17	92,30
Material para manutenção de veículos	4.123,53	2,27	94,57
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	3.075,00	1,69	96,26
Combustíveis e lubrificantes automotivos	1.970,46	1,09	97,35
Outras despesas	4.818,70	2,65	100,00
Total	181.590,20	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

Os gastos utilizados com diárias, passagens, manutenção e conservação de veículos são justificados pela necessidade dos técnicos se deslocarem para as atividades de mapeamento em campo em localidades urbanas e rurais.



4.1.1.9 Ação Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – Código: 20DA

Quadro 27 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 20DA

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Manter e atualizar o Cadastro de Endereços para Fins Estatísticos, instrumento de abrangência nacional para a racionalização e o controle dos trabalhos de operações censitárias e fonte para seleção de amostras de pesquisas domiciliares.					
Descrição	Banco de dados com os endereços de todo o país, gerado a partir das informações coletadas no Censo Demográfico 2000, Contagem da População 2007 e associado a um sistema de atualização contínua, incorporando informações das pesquisas do IBGE, bem como de informações de fontes externas (prefeituras, concessionárias de serviços etc).					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Coordenação Operacional dos Censos - COC					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.972.000,00	2.872.000,00	333.883,95	332.461,45	0,00	1.422,50	332.461,45
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Cadastro mantido	% exec. física	100	85	2.872.000,00	332.461,45

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

A conclusão da implantação do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE em 2012 representou um grande passo para a atualização continuada do cadastro geral das atividades do IBGE. O CNEFE apoia a realização das pesquisas domiciliares, facilitando a seleção das amostras (domicílios que serão visitados na pesquisa) e o acompanhamento das operações de coleta. No ano de 2012 foi utilizado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$2.872.000,00 na fonte 0100 (Recursos do Tesouro).



Foram executados R\$332.461,45, o que significa 11,57% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$1.422,50 o que totaliza o comprometimento financeiro da Ação em R\$333.883,95 e eleva o percentual desse comprometimento ao patamar de 11,62%.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.

A Ação atingiu 85% da meta física prevista para o exercício em questão, no que se refere à atualização dos endereços em operação de campo. Há que se ressaltar a utilização de estratégias que permitiram o bom desempenho físico com poucos recursos, pois, priorizou-se a execução de setores censitários de menor custo.

Ademais 70% dos recursos financeiros previstos para a padronização e codificação de logradouros e faces de quadra, no valor estimado em aproximadamente 2,6 milhões no ano de 2012 seriam destinados à contratação de empresas de prestação de serviços especializados. Contudo, por razão de tramitação processual não foi possível efetuar a contratação nesse período.

As despesas de maior vulto financeiro com recursos da LOA estão relacionadas no Quadro 28, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 28 - Principais Despesas da Ação 20DA - LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	298.600,00	89,81	89,81
Locação de equipamentos de processamento de dados	14.007,46	4,21	94,03
Diárias no país	10.942,84	3,29	97,32
Passagens para o país	5.624,65	1,69	99,01
Outras despesas	3.286,50	0,99	100,00
Total	32.461,45	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

Os principais gastos da Ação relativos à manutenção e conservação de equipamentos e locação de equipamentos de processamento de dados, são essenciais ao desenvolvimento das atividades específicas da área de atuação da unidade.

Os gastos utilizados com diárias e passagens são justificados pela necessidade dos técnicos se deslocarem para as atividades de atualização de mapas e endereços em campo nas localidades urbanas e rurais.



4.1.1.10 Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - Código: 2C51

Quadro 29 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 2C51

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Propor a revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, após consulta à sociedade por meio de promoção das Conferências Nacionais de Estatística -CONFEST e das Conferências Nacionais de Geociências - CONFEGE.					
Descrição	Avaliação dos processos de produção e utilização de dados e informações sociais, econômicas e territoriais, em conjunto com os diversos segmentos da sociedade, buscando a criação de espaços com características diferenciadas segundo os vários interesses dos produtores e usuários, adequados à apresentação e discussão dos múltiplos aspectos da produção, análise e disseminação dessas informações.					
Iniciativa	029Q - Coordenação, aperfeiçoamento e integração dos Sistemas Nacionais de Estatísticas e de Geociências.					
Unidade Responsável	Diretoria-Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.049.000,00	949.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Plano geral revisado	unidade	1	0	949.000,00	0,00

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

No âmbito internacional, o IBGE participou de acordos de cooperação na área de Censo Demográfico com institutos nacionais de estatística da América Latina – Paraguai e Haiti – e da África – Angola, São Tomé e Príncipe e Senegal. Tais cooperações consistiram em prestar apoio técnico para a elaboração da base operacional, dos sistemas informáticos, do planejamento e da metodologia conceitual e operacional, bem como realizar empréstimos de PDAs¹⁰.

Na área de geociências, o IBGE participou de cooperação, no campo das ciências da terra, com o Departamento das Ciências da Terra do Ministério dos Recursos Naturais do Canadá, e, no campo da geografia, firmou acordo para apoio institucional ao projeto “Impulsionando as Contas Econômico-Ambientais do Brasil”, a ser implementado conjuntamente com a Embaixada do Reino Unido.

¹⁰ Personal Digital Assistant.



Em relação às visitas técnicas nas áreas de estatística e geociências, o IBGE recebeu missões de Cabo Verde, cujo objetivo era conhecer a Pesquisa de Orçamentos Familiares; da Colômbia, cujo objetivo era conhecer o planejamento e a operacionalização dos Censos Agropecuários, a Base Cartográfica e o Cadastro de Endereços, as Contas Nacionais, as Contas Satélites e as Contas Regionais de Moçambique, para discutir o Sistema Estatístico Nacional; e do Peru, cujo objetivo era conhecer as Estatísticas de Emprego e Renda.

No que diz respeito à promoção de cursos e seminários internacionais, nas atividades relacionadas ao Censo Demográfico, o IBGE realizou o Seminário Internacional sobre a Experiência do Censo Demográfico de 2010 e o Seminário sobre Coleta de Informações em países em situação de pós-crise ou de emergência. Este contou com a participação de dez países da África e da América Latina e promoveu cursos sobre base territorial para apoio às pesquisas estatísticas, com a participação de 14 países, e sobre o uso de PDAs nas Estatísticas Agropecuárias, com a participação de 21 países. O IBGE também organizou o I Seminário de Metodologia do IBGE e a XI Reunião IASI¹¹, sobre estatísticas públicas, realizados no período de 5 a 9 de novembro.

Por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - Rio + 20, o IBGE sediou o VII Encontro da *UN Committee of Experts on Environmental-Economic Accounting* - UNCEEA¹², ligado à Comissão Estatística da ONU; participou do evento de lançamento do *System of Environmental-Economic Accounts* - SEEA¹³; e lançou a publicação “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2012” e o “Mapa de Biomas do Brasil”.

No que concerne à participação do IBGE em comitês e grupos de trabalho, destacam-se o Comitê de Especialistas da ONU em Gerenciamento Global da Informação Geoespacial; o Comitê de Especialistas da ONU em Nomes Geográficos, em que o IBGE é responsável pela criação e manutenção do *site* da Divisão da Língua Portuguesa; o Instituto Panamericano de Geografia e História, em que o IBGE participa na criação da Rede de Geoportais da América do Sul; o Comitê para a Infraestrutura de Dados Espaciais – IDE, da Comissão de Cartografia do Instituto Panamericano de Geografia e História - IPGH, em que o IBGE exerce a Presidência e a Diretoria Executiva; o Comitê Permanente para as Infraestruturas de Dados Espaciais das Américas, em que o IBGE participa com a Presidência e Secretaria Executiva; o *International GNSS*

¹¹ Instituto Interamericano de Estatística.

¹² Comitê de Especialistas em Contas Econômico-Ambientais.

¹³ Sistema de Contas Econômico-Ambientais.



Service - IGS, que trata da disponibilização dos dados de estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo - RBMC, com o intuito de adensamento da rede IGS no Brasil; e o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas, que trata das atividades de integração das redes geodésicas pan-americanas pelo Projeto Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas - SIRGAS.

O IBGE participou também das atividades do “Projeto de Harmonização de Índices de Preços ao Consumidor e de Contas Nacionais” e do “Projeto Marco Estatístico Regional para Cadastro de Empresas e Estabelecimentos”, ambos no âmbito da *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* - CEPAL¹⁴; dos Grupos de Trabalho da Organização Internacional do Trabalho - OIT, para harmonização conceitual, para medições do trabalho infantil e do trabalho precário; do Grupo de Washington, para produção e harmonização das Estatísticas sobre as pessoas portadoras de deficiência; e do Grupo de Estudo da Pobreza, do Banco Mundial e do *Global Governance Framework*, para o aprimoramento das Estatísticas Agropecuárias e Rurais.

Em relação aos BRICS¹⁵, o IBGE participou das atividades ligadas à elaboração da Publicação conjunta “*Joint Statistical Publication on BRICS Countries – 2012 e 2013*”. Particularmente, participou das reuniões: “*Technical Meeting of the National Statistical Offices of BRICS Countries*”, no período de 6 a 8 de fevereiro, e “*Forthcoming BRICS Meeting*”, em 15 de outubro, ambos em Nova Délhi, Índia.

Na Comissão de estatísticas das Américas, da CEPAL, o IBGE participou dos seguintes Grupos de Trabalho: Estatísticas de Gênero, Censos de População, Indicadores do Mercado de Trabalho, Pesquisas Domiciliares, Estatísticas Ambientais e Estatísticas Agropecuárias. Neste último, o IBGE participou como coordenador, onde a primeira reunião do grupo foi realizada em *Aguascalientes*, México, nos dias 6 e 7 de setembro. O IBGE sediou e participou também do encontro do grupo de trabalho sobre Medição das Tecnologias da Informação e das Comunicações, nos dias 27 e 28 de julho, sob a Coordenação da Oficina Nacional de Estadística, da República Dominicana.

Nas atividades ligadas ao Mercosul, o IBGE participou do IV Encontro da Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul – REES, em Buenos Aires, Argentina nos dias 10 e 11 de abril. Com a presidência *pro-tempore* da REES, realizou o seu V Encontro no Rio de Janeiro, nos dias 22 e 23 de novembro. No dia 21 de novembro, realizou o Seminário Mercosul sobre a REES, que contou com o apoio do Ministério das Relações Exteriores.

¹⁴ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

¹⁵ Grupo político de cooperação formado pelos países membros: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.



Por fim, cabe destacar outras participações internacionais relevantes, nas quais o IBGE participou:

- ✓ "43ª Sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas e Eventos Paralelos", em Nova Iorque, EUA – 28 de fevereiro a 2 de março;
- ✓ *Geospatial World Forum 2012*, em Amsterdã, Holanda, no período de 23 a 27 de abril;
- ✓ "11ª Reunião do Comitê Executivo da CEA – CEPAL¹⁶", em Quito, no Equador – 2 a 4 de julho;
- ✓ "60ª Sessão Plenária da CES¹⁷ e 9º Encontro do Comitê de Estatística da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE", em Paris, França – 4 a 8 de junho;
- ✓ "V Conferência Estatística da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP" em Luanda, Angola – 22 e 23 de junho;
- ✓ Missão Técnica à Europa no âmbito da ação "Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional", que se insere no "Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil", em Luxemburgo, Luxemburgo e Paris, França – de 26 a 30 de março;
- ✓ "4th OECD World Forum on Statistics, Knowledge and Policy", em Nova Delhi, Índia – 16 a 19 de outubro;
- ✓ *International Seminar "Towards Linking Ecosystems and Ecosystem Services to Economic and Human Activity"*, em Nova Iorque, EUA – 26 a 30 de novembro.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários na ordem de R\$949.000,00, sendo todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro), não apresentando execução no período.

Por conta do contingenciamento orçamentário, que estabelece limites para empenho de despesas, o IBGE precisou replanejar suas atividades para adaptação aos limites impostos. Assim, as visitas internacionais ocorreram de forma conjunta com atividades desenvolvidas em Ações relacionadas ao tema em estudo, tanto na área de estatística quanto na área de geociências, o que explica a não execução dos recursos previstos na Ação.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.

¹⁶ Conferência Estatística das Américas da CEPAL.

¹⁷ *Conference of European Statisticians.*



4.1.1.11 Ação Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos - Código: 2236

Quadro 30 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 2236

Identificação da Ação						
Tipo		Atividade				
Finalidade		Garantir a informatização dos processos de trabalho e fomentar a utilização da tecnologia de informação em nível nacional, administrando seus recursos de processamento, sua rede e acervo institucional de dados provendo, dessa forma, suporte à utilização desses recursos e ao desenvolvimento de sistemas estatísticos e geocientíficos.				
Descrição		Coordenação das atividades e despesas relacionadas aos recursos de informática, incluindo prospecções tecnológicas, manutenções e implantações em apoio à informatização de processos e à realização das pesquisas e serviços do IBGE, tanto técnicos quanto administrativos: serviços de atendimento e manutenção na área de informática, contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infraestrutura, terceirização de serviços); aquisição e locação de equipamentos de informática e sistemas de <i>software</i> ; administração física dos recursos de informática; administração do acervo institucional, de sua segurança de acesso, de sua integridade e das facilidades de acesso aos seus dados e metadados; estudo de viabilidade e aplicabilidade de novas tecnologias aos serviços do IBGE; especificação de novos recursos a serem contratados; estabelecimento de padrões para a eficiente utilização e intercomunicação entre sistemas e equipamentos; suporte à utilização de recursos de <i>hardware</i> e <i>software</i> ; suporte e desenvolvimento de aplicações em apoio aos sistemas estatísticos e geográficos; especificação e suporte à aquisição de materiais de consumo na área de informática.				
Iniciativa		0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.				
Unidade Responsável		Diretoria de Informática - DI				
Unidade Orçamentária		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
23.687,019,00	23.687,019,00	23.656.575,22	22.407.847,24	739.434,42	1.248.727,98	21.668.412,82
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema mantido	unidade	1	1	23.687,019,00	22.407.847,24

Fonte: SIAFI, fev/2013

Resultados

O IBGE busca a atualização permanente das tecnologias de informação e comunicação existentes no mercado, alinhada às necessidades da Instituição, para suporte aos



seus processos de desenvolvimento, produção e gestão de pesquisas estatísticas e geocientíficas.

Cabe dar ênfase ao desenvolvimento de uma nova versão do Tabulador, denominada Gerador de Tabela SIDRA¹⁸ Multidimensional, que serve para melhorar a *performance* da geração de dados agregados. Esta versão é um sistema independente do Banco Multidimensional de Dados Estatísticos - BME, com uma nova interface, compartilhando, porém, a mesma base de dados. A construção de consultas tornou-se mais simples e o tempo de execução das mesmas passou a ser, em média, dez vezes menor.

É importante registrar a reformulação do Banco de Metadados, para sua adequação aos padrões internacionais e integração com o Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA e o BME.

Com relação à ferramenta de *Business Intelligence* - BI, foram realizados o acompanhamento da execução dos relatórios das pesquisas em andamento no Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta - SIGC, a criação do projeto de gerenciamento do BME e a criação do projeto para o Censo Contínuo 2012.

Outro avanço a ser ressaltado é a criação de um novo método de extração de dados utilizado no protótipo *Statistical Data and Metadata Exchange* - SDMX apresentado pelo IBGE no evento *Expert Meeting* de SDMX em Paris, realizado em setembro.

Cabe ainda ressaltar a implementação de serviço que permite a integração entre a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE e a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA. Esse serviço permite o consumo de metadados públicos e com recursos *on-line*, presentes no nó central do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais - INDE.

A ferramenta "Gerador de Questionário" já se encontra em produção. Destacam-se o "Diagramador", que é a ferramenta que permite a modelagem de um questionário, inclusive suas críticas e o "Renderizador" que possibilita a visualização do questionário modelado, para seu preenchimento, crítica e envio.

Com relação ao correio eletrônico *Lotus Notes*, foi implantada uma nova forma de acesso denominada de *Lotus Notes Traveler* que permite a sincronização de *e-mail*, calendário e contatos, para dispositivos portáteis.

¹⁸ Banco de Dados Agregados - Sistema IBGE de Recuperação Automática.



Foi fortemente ampliada a gestão do parque institucional com controle de inventário sobre as plataformas de *hardware e software*, permitindo garantia de integridade e compatibilidade entre aplicações e sua infraestrutura tecnológica, já cobrindo praticamente todos os ambientes da Sede no Rio de Janeiro e as Unidades Estaduais nas capitais.

A instalação de redes sem fio já cobre os Complexos do Rio de Janeiro, Unidades Estaduais e Agências. Em um ambiente com atuação em todo território brasileiro as ferramentas de videoconferência vêm propiciando ganhos em tempo e economia de recursos financeiros, permitindo reuniões e treinamentos com vários estados simultaneamente. Esse serviço tem se mostrado muito efetivo, propiciando significativa redução de gastos em diárias e passagens.

A utilização de *Voice over Internet Protocol* - VOIP, para comunicações de voz usando a rede de dados, já é uma realidade na instituição com expressiva redução nos gastos de telefonia de longa distância. Atualmente 534 Agências usam essa tecnologia para comunicação telefônica com qualquer outra unidade do IBGE.

Foi definida e implementada, nos principais complexos do Rio de Janeiro, uma estrutura de contingência de acesso à internet que, em caso de falha do ambiente de internet em um polo, permite o acesso por meio de outro. Essa estrutura visa também atender às necessidades dos sistemas administrativos críticos de gestão do IBGE, tais como, Comprasnet e outros sistemas do Serpro.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$23.687,019,00, sendo todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro).

Foram executados R\$22.407.847,24 na fonte 0100, o que significa 94,60% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$1.248.727,98, o que totaliza o comprometimento financeiro da Ação em R\$23.656.575,22 e eleva o percentual desse comprometimento ao patamar de 99,87%.

A meta física, (um) sistema mantido, foi integralmente cumprida.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.

As despesas de maior expressividade financeira compõem o Quadro 31, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.



Quadro 31 - Principais Despesas da Ação 2236 - LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Comunicação de dados	11.320.097,17	50,52	50,52
Locação de <i>softwares</i>	5.234.532,42	23,36	73,88
Serviços técnicos profissionais de TI	1.464.979,44	6,54	80,42
Assessoria e consultoria técnica ou jurídica	1.308.781,58	5,84	86,26
Manutenção de <i>software</i>	1.248.974,52	5,57	91,83
Outras despesas	1.830.482,11	8,17	100,00
Total	22.407.847,24	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

Os principais gastos na Ação referem-se às despesas com comunicação de dados que englobam as contratações da Rede MPLS¹⁹ (rede multiprotocolo com comutação por rótulos), que permite a utilização de multisserviços como: telefonia, internet, intranet e aplicativos interativos, em tempo real; recepção da TV IBGE, videoconferências e treinamento a distância, todos sob soluções de segurança e controle de conexões com proteção contra invasões em servidores do nó central da rede, vírus e spams. Esses gastos englobam a contratação da solução de internet corporativa, instalada nos complexos Canabarro e Chile, além de aproximadamente, 67 agências que utilizam banda larga via satélite.

As despesas com *softwares* visam atender, principalmente, as necessidades essenciais da instituição direcionadas aos softwares de processadores, tanto de grande porte (mainframe) quanto de outras plataformas, sendo responsáveis pelo processamento de pesquisas e pelo gerenciamento da segurança do acervo de dados do IBGE. Com isso, numa amplitude nacional, a Ação busca garantir além da informatização de processos de trabalho do IBGE, a infraestrutura necessária de acesso à internet - canal de acesso da sociedade aos dados do IBGE, cada vez mais relevante.

Os gastos realizados com serviços técnicos e profissionais de TI e assessoria e consultoria técnica ou jurídica destinam-se ao atendimento institucional em diversas Ações, apoiando no desenvolvimento dos sistemas computacionais de coleta e apuração, implementação de pesquisas estatísticas, nas atividades de geociências e nos sistemas de gestão administrativa.

¹⁹ *Multi Protocol Label Switching*, ou mecanismo de alto desempenho de redes de telecomunicações.



4.1.1.12 Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - Código: 5280

Quadro 32 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 5280

Identificação da Ação						
Tipo	Projeto					
Finalidade	Dar continuidade ao planejamento e implantação de um novo modelo para o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC em nível nacional e para cada uma das 27 Unidades da Federação, a partir dos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares mais recente e implementar aprimoramento da fórmula de cálculo e outros aspectos conceituais.					
Descrição	Mensuração da evolução dos preços ao consumidor das cestas de consumo das populações residentes em toda a área urbana brasileira; cálculo da inflação conforme as populações-objeto especificadas, tanto em nível nacional quanto para cada uma das 27 Unidades da Federação.					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Pesquisas - DPE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.250.000,00	1.125.000,00	261.692,55	201.568,79	0,00	60.123,76	201.568,79
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Modelo implantado	% exec. física	19	3	1.125.000,00	201.568,79

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

Por conta do contingenciamento orçamentário, que estabelece limites para empenho de despesas, o IBGE precisou se replanejar postergando a realização de algumas de suas atividades, com vistas a adequar os recursos disponíveis a sua demanda. Assim, em relação ao Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor, que tem por finalidade dar continuidade ao planejamento e implantação de um novo modelo para o Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor - SNIPC em nível nacional, o mesmo foi implantado nas regiões metropolitanas de Campo Grande (MS) e Vitória (ES), projeto iniciado em 2011. Além disso, foi concluída parcialmente a Pesquisa de Especificação e Montagem do Painel de Produtos e Serviços em Cuiabá (MT), Aracaju (SE), João Pessoa (PB) e Natal (RN).



Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$1.125.000,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram executados R\$201.568,79 o que significa 17,92% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$60.123,76, o que totaliza o comprometimento financeiro da Ação em R\$261.692,55 e eleva o percentual desse comprometimento ao patamar de 23,26%.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no Quadro 33, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 33 - Principais Despesas da Ação 5280 – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Serviços técnicos profissionais de TI	96.580,32	47,91	47,91
Locomoção urbana	31.395,77	15,58	63,49
Combustíveis e lubrificantes automotivos	26.224,84	13,01	76,50
Manutenção e conservação. de veículos	18.264,57	9,06	85,56
Passagens para o país	11.696,80	5,80	91,36
Diárias no país	4.846,76	2,40	93,77
Outras despesas	12.559,73	6,23	100,00
Total	201.568,79	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

As despesas com serviços técnicos profissionais de TI referem-se a trabalhos para o aperfeiçoamento dos sistemas de entrada e análise de dados.

Os gastos nessa Ação com locomoção urbana, diárias, passagens, combustíveis e manutenção de veículos ocorreram para suprir a necessidade de deslocamento de nossos técnicos para aplicar treinamentos aos agentes de coleta que, por sua vez, também têm essa necessidade de deslocamento para levantar os dados em campo.



4.1.1.13 Ação Implantação de Sistemas de Índice de Preços ao Produtor – IPP - Código: 1793

Quadro 34 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 1793

Identificação da Ação						
Tipo	Projeto					
Finalidade	Implantar um sistema de índices de preços ao produtor do setor privado e do próprio Sistema Estatístico Nacional.					
Descrição	Investigação de preços de um conjunto básico de produtos industriais (IPP industrial) e agropecuários (IPP Agro) que, gradualmente, incorporará produtos de outros segmentos da economia brasileira.					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Pesquisas - DPE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.250.000,00	1.125.000,00	361.181,77	249.021,46	0,00	112.160,31	249.021,46
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% exec. física	15	3	1.125.000,00	249.021,46

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

Foram divulgados os Índices de Preços ao Produtor - IPP mensais relativos à indústria de transformação. Para avançar na produção do IPP da indústria extrativa, foi necessário um esforço adicional de persuasão por parte do IBGE junto a empresas responsáveis pela informação de produtos relevantes para o setor. Já houve contato das empresas manifestando interesse em iniciar o preenchimento dos questionários e, confirmada a aceitação da pesquisa, espera-se estabilizar a frequência do recebimento das informações, possibilitando, inclusive, a antecipação do lançamento dos resultados, previsto, a princípio, para 2015.

Quanto ao IPP da agricultura o contingenciamento orçamentário, que estabelece limites para empenho de despesas, teve influência sobre o programa de trabalho do mesmo, possibilitando à Ação apenas o desenvolvimento de atividades de



planejamento. Foram selecionados os produtos mais representativos (87%) no valor total da produção e verificou-se que alguns já são investigados de forma detalhada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA. Está em andamento, também, o estudo das praças de comercialização para cada produto, o qual utiliza dados das pesquisas municipais e cadastrais do próprio IBGE.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$1.125.000,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro).

Foram executados R\$249.021,46, o que significa 22,14% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$112.160,31, o que totaliza o comprometimento financeiro da Ação em R\$361.181,77 e eleva o percentual desse comprometimento ao patamar de 32,11%.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.

As despesas de relevância compõem o Quadro 35, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 35 - Principais Despesas da Ação 1793 – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Serviços técnicos profissionais de TI	178.320,10	71,61	71,61
Diárias no país	22.701,75	9,12	80,72
Combustíveis e lubrificantes automotivos	19.255,74	7,73	88,46
Locomoção urbana	8.880,00	3,57	92,02
Passagens para o país	6.954,29	2,79	94,82
Outras despesas	12.909,58	5,18	100,00
Total	249.021,46	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

As despesas com serviços técnicos profissionais de TI referem-se a trabalhos para o aperfeiçoamento dos sistemas de entrada e análise de dados.

Os gastos nessa Ação com locomoção urbana, diárias, passagens e combustíveis ocorreram para suprir a necessidade de deslocamento de nossos técnicos.



4.1.1.14 Ação Implantação da Pesquisa de Orçamento Familiar Contínua - Código: 12E0

Quadro 36 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 12E0

Identificação da Ação						
Tipo	Projeto					
Finalidade	Implantar uma pesquisa contínua de mensuração das condições de vida da população brasileira, a partir da validação do modelo metodológico de pesquisa simplificada anual para a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, possibilitando a obtenção de estimativas contínuas segundo agregados de itens de consumo com vistas a subsidiar, com maior grau de precisão, o estabelecimento de prioridades das políticas públicas na área social em campos relacionados à erradicação da pobreza, às ações na área de nutrição, à orientação alimentar, à saúde, à moradia, entre outras dimensões e acompanhar, de forma regular e sistemática, o comportamento das diferenças regionais, procurando otimizar os recursos financeiros e humanos requeridos nas diversas ações públicas.					
Descrição	Levantamentos por amostragem, em todo território nacional, que investigarão dados sobre condições de vida, consumo e rendimentos segundo modelo metodológico em definição. As POFs Simplificadas, além de investigar os temas centrais da construção dos orçamentos familiares (gastos e rendimentos), poderão também ser um veículo para a investigação de temas suplementares. A amostra da pesquisa será desenhada com parte da amostra mestra de setores censitários estabelecida para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares em construção no IBGE.					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Pesquisas - DPE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.122.100,00	1.012.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pesquisa implantada	% exec. física	6	0	1.012.100,00	0,00

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$1.012.100,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro), não apresentando execução no período.

Por conta do contingenciamento orçamentário, que estabelece limites para empenho de despesas, o IBGE precisou replanejar suas atividades para adaptação aos limites impostos. Assim, só foi possível realizar no exercício de 2012 atividades de planejamento, bem como concluir a análise dos resultados do teste-piloto realizado em 2009, o que não demandava recurso.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.



4.1.1.15 Ação Implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua – Código: 110G

Quadro 37 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 110G

Identificação da Ação						
Tipo	Projeto					
Finalidade	Implantar uma pesquisa nacional contínua, por amostra de domicílios, para o acompanhamento de características da força de trabalho e outras características sociodemográficas da população brasileira, de forma a produzir informações relevantes para o acompanhamento das alterações de curto prazo no mercado de trabalho e, pelo menos uma vez ao ano, informações sobre a situação socioeconômica da população.					
Descrição	Integração das Pesquisas Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e Mensal de Emprego - PME, com periodicidade trimestral, fornecendo informações sobre mercado de trabalho e rendimentos para o Brasil, grandes regiões, unidades da federação, cobrindo as situações de domicílios urbana e rural para os três primeiros contextos geográficos listados.					
Iniciativa	O290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Pesquisas - DPE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
14.266.284,00	14.266.284,00	13.385.377,32	12.527.782,74	12.051,56	857.594,58	12.515.731,18
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pesquisa implantada	% exec. física	31	29	14.266.284,00	12.527.782,74

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

A implantação da PNAD Contínua é um dos pilares do projeto de construção do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, que visa produzir indicadores socioeconômicos e demográficos sobre domicílios, famílias e pessoas. A PNAD Contínua tem como objetivo produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País e permitir a investigação contínua de indicadores sobre trabalho e rendimento.

Como uma etapa decisiva no contexto da implantação SIPD, a coleta da PNAD Contínua passou a ser realizada, a partir de janeiro de 2012, de forma completa, abrangendo toda a amostra mestra nas 27 Unidades da Federação. Sendo 2012 o



primeiro ano de execução da pesquisa em todo o Brasil, foram realizadas atividades de avaliação e aprimoramento do processo de implantação. Para tanto, foram realizadas oficinas junto a Unidades Estaduais (RJ, MG, AL, DF, PE, MA, SP) visando analisar ajustes solicitados pelas equipes de campo.

Conforme previsto foram feitos estudos comparativos de resultados da PNAD, PNAD Contínua e PME, considerando variáveis como nível de escolaridade, grupo de idade, condição de atividade e de ocupação, taxa de desocupação, taxa de analfabetismo e rendimento, bem como elaborados questionários sobre rendimentos e trabalho infantil.

A Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$14.266.284,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram executados R\$12.527.782,74, o que significa 87,81% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o montante de R\$857.594,58, o que totaliza o comprometimento financeiro da Ação em R\$13.385.377,32 e eleva o percentual desse comprometimento ao patamar de 93,82%.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.

Quadro 38 - Principais Despesas da Ação 110G em 2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Diárias no país	6.008.951,23	47,97	47,97
Combustíveis e lubrificantes automotivos	1.957.028,69	15,62	63,59
Manutenção e conservação de veículos	852.866,15	6,81	70,39
Locomoção urbana	765.382,89	6,11	76,50
Locação de meios de transporte	705.426,70	5,63	82,13
Material para manutenção de veículos	348.160,22	2,78	84,91
Serviços técnicos profissionais de TI	343.992,38	2,75	87,66
Outras despesas	1.545.974,48	12,34	100,00
Total	12.527.782,74	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

Dos principais gastos na Ação, as despesas referentes a diárias, locomoção urbana e locação de meios de transporte são justificadas pela necessidade de deslocamento dos técnicos para treinamentos e execução de atividades de campo, o que incorre, por outro lado, numa concentração de gastos com combustíveis e manutenção de veículos, nos casos de locomoção ser realizada para a frota da instituição.

As despesas com serviços técnicos profissionais de TI referem-se à manutenção de bancos de dados e reformulação do processo de coleta, com vistas à melhoria dos mesmos.



4.1.1.16 Ação Estudo da Modalidade de Censo Demográfico Contínuo - Código: 11IA

Quadro 39 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 11IA

Identificação da Ação						
Tipo	Projeto					
Finalidade	Estudar a viabilidade de implantação de nova metodologia para o levantamento dos Censos Demográficos.					
Descrição	Estudo da viabilidade de implantação de uma metodologia baseada em pesquisa contínua ao longo da década, com a aplicação de amostragem rotativa de áreas e acumulação de informações, substituindo, total ou parcialmente, a operação convencional do Censo, concentrada num único ano.					
Iniciativa	O290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Pesquisas - DPE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
344.258,00	344.258,00	167.477,53	167.477,53	0,00	0,00	167.477,53
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estudo realizado	% exec. física	5	3	344.258,00	167.477,53

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

No que se refere ao Estudo da Modalidade do Censo Demográfico Contínuo, as atividades do Projeto previstas para 2012 visaram garantir a continuidade do primeiro teste-piloto, iniciado em 2008, bem como dar início ao segundo teste-piloto. Com este objetivo, foi concluída a compatibilização das bases de dados das coletas realizadas nos anos de 2008 a 2011, o que permitiu a geração de uma base única para a análise preliminar dos dados. Foram, também, realizadas as atividades de atualização da base cartográfica e do cadastro de endereços, de desenvolvimento do aplicativo de coleta e dos sistemas de indicadores gerenciais da coleta, assim como a preparação de manuais, roteiros e outros materiais instrucionais e de apoio à coleta.

Dando continuidade ao primeiro teste-piloto, realizou-se a coleta dos dados nos Municípios de Além Paraíba (MG), Porto Real (RJ), Formigueiro e Santana do



Livramento (RS). Devido a restrições nos limites de diárias e passagens no período previsto para o teste, bem como insuficiência de pessoal, não houve a implantação do segundo teste - piloto, que previa coleta nos Municípios de Peixe-Boi (PA), Riacho de Santo Antônio (PB) e Cuiabá (MT). Avaliou-se pela não realização do teste.

Foram iniciados os estudos sobre acumulação de amostras sob as modalidades de censo contínuo e de pesquisas contínuas, assim como estudo para a identificação do teste estatístico mais adequado para comparar as distribuições das variáveis do questionário no Censo Contínuo com as obtidas a partir do Censo 2010.

Em 2012 a ação contou com recursos orçamentários na ordem de R\$344.258,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro).

Foram executados R\$167.477,53, o que significa 48,65% dos recursos previstos pela LOA não tendo sido inscritos valores em restos a pagar.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no Quadro 40.

Quadro 40 - Principais Despesas da Ação 111A – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Serviços técnicos profissionais de TI	100.000,00	59,71	59,71
Diárias no país	55.362,28	33,06	92,77
Outras despesas	12.115,25	7,23	100,00
Total	167.477,53	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

As despesas com serviços técnicos profissionais de TI referem-se a trabalho para o aperfeiçoamento dos sistemas de entrada e análise de dados.

Os gastos com diárias são justificados pela necessidade de deslocamento dos técnicos do IBGE para aplicar treinamentos aos agentes de coleta bem como, para locomoção desses na atividade de levantamento dos dados em campo.



4.1.1.17 Ação Mudança do Referencial Geodésico – Código: 11EF

Quadro 41 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 11EF

Identificação da Ação						
Tipo	Projeto					
Finalidade	Promover a adoção no país de um novo sistema de referência geodésico, mais moderno e de concepção geocêntrica, de modo a compatibilizá-lo às mais modernas tecnologias de posicionamento.					
Descrição	Estudos, pesquisas, levantamentos de campo e modernização da estrutura geodésica ativa, objetivando a definição de um novo referencial geodésico que servirá de base para todo tipo de posicionamento que envolva coordenadas geodésicas.					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Geociências - DGC					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
346.349,00	346.349,00	310.055,22	82.084,17	0,00	227.971,05	82.084,17
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% exec. física	15	15	346.349,00	82.084,17

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

Em relação às atividades relacionadas ao Projeto Mudança do Referencial Geodésico, destinado ao acompanhamento das atividades da adoção do novo referencial geodésico SIRGAS²⁰, bem como a apresentação à sociedade dos impactos devido à mudança do referencial, foram realizadas atividades de manutenção, reparo e inspeção das estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo - RBMC dos Sistemas da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS de Marabá e Altamira (PA), Ubatuba (SP), Mossoró e Natal (RN), Campina Grande (PB), Boa Vista (RR), Manaus (AM), Bom Jesus da Lapa, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas e Salvador (BA); Campos dos Goytacazes (RJ); Vitória (ES); Viçosa e Belo Horizonte (MG); Boa Vista (RR), Recife (PE), Arapiraca (AL), Porto Velho, Ji-Paraná e Guajará-Mirim (RO).

²⁰ Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas.



Cabe ressaltar que a Ação Mudança do Referencial Geodésico vem sofrendo diversos ajustes no cronograma de execução pelo fato de, em geral, as atividades de Geociências do IBGE requererem a utilização de equipamentos complexos, cuja operação é feita por técnicos especializados, treinados e capacitados ao longo de anos de trabalho. O corpo técnico esteve envolvido em diversas atividades das Ações Mapeamento Terrestre de Referência e Sistema Geodésico Brasileiro e as equipes estão cada vez menores.

A Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$346.349,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram executados R\$82.084,17, o que significa 23,70% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o montante de R\$227.971,05, referentes à aquisição de softwares diversos, utilizados no processamento e tratamento de dados geoespaciais, e na aquisição de tripé para equipamento de topografia e base nivelante, necessários para levantamento geodésico de alta precisão, o que totaliza o comprometimento financeiro da Ação em R\$310.055,22 e eleva o percentual desse comprometimento ao patamar de 89,52%. As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no Quadro 42.

Quadro 42 - Principais Despesas da Ação 11EF – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Diárias no país	47.897,96	58,35	58,35
Manutenção e conservação em equip. de processamento de dados	18.900,00	23,03	81,38
Passagens para o país	7.801,29	9,50	90,88
Outras despesas	7.484,92	9,12	100,00
Total	82.084,17	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.

Os gastos com diárias, passagens e manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados são justificados pela necessidade de deslocamento dos técnicos do IBGE para manutenção, reparo e inspeção das estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS – RBMC.



4.1.1.18 Ação Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE - Código: 12DT

Quadro 43 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 12DT

Identificação da Ação						
Tipo	Projeto					
Finalidade	Implantar e manter a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais de forma a reunir eletronicamente produtores, gestores e usuários de dados geoespaciais, com vistas a facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal, atendendo o Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008.					
Descrição	Consiste no estabelecimento de padrões e acordos, e contempla o uso de tecnologias, a articulação de políticas de informações e a consolidação de procedimentos de coordenação e monitoramento da produção de dados e informações geoespaciais voltados à construção de uma rede pública de dados e metadados geoespaciais e serviços relacionados, veiculáveis via <i>web</i> , com instrumentos de armazenamento, busca, visualização e obtenção de informações sobre o território Brasileiro.					
Iniciativa	029Q - Coordenação, aperfeiçoamento e integração dos Sistemas Nacionais de Estatísticas e de Geociências					
Unidade Responsável	Diretoria de Geociências - DGC					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.994.200,00	3.704.200,00	3.617.867,72	3.038.623,46 ⁽¹⁾	0,00	579.244,26	3.038.623,46
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Diretório brasileiro de dados geoespaciais ativado	% exec. física	14	14	3.704.200,00	3.038.623,46

Fonte: SIAFI, fev/2013.

⁽¹⁾ O total das despesas empenhadas e liquidadas pela Ação inclui R\$2.050.000,00 que foram descentralizados ao Ministério do Meio Ambiente - MMA. A Despesa liquidada apenas pelo IBGE foi de R\$988.623,46.

Resultados

Em relação à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE dentre as diversas atividades de capacitação, em especial junto aos órgãos do Governo Federal, devem ser mencionadas:

- ✓ Treinamento sobre a INDE para a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI e a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI do Ministério do Planejamento. O treinamento transmitiu conhecimento conceitual através de apresentações, conversas e consultas ao Plano de Ação da INDE, e também incluiu cursos de Metadados e Geoserviços;
- ✓ Participação da Jornada Acadêmica INDE, realizada na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP;
- ✓ Apresentação da INDE no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC;



- ✓ Apresentação da INDE na reunião ampliada das duas instâncias do Comitê de Estatísticas Sociais, Comitê Gestor e Grupo Executivo.

Deve-se ressaltar, o trabalho de sensibilização e divulgação da INDE, por meio de participação em eventos como: o Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação, em Brasília (DF); MundoGEO#Connect, em São Paulo (SP); Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias de Informação – SIMGEO, em Recife (PE), ministrando cursos e realizando palestras; participação na 2ª Conferência e Exibição Anual Latino Americana em Informação Geoespacial, Tecnologia e Aplicações, realizada no Rio de Janeiro (RJ) e no evento Compartilhando Dados Ambientais na América Latina, realizado em Porto Alegre (RS). A capacitação, sensibilização e divulgação da INDE tem o objetivo, não só de ampliar sua utilização, mas também agregar mais produtores de informações geoespaciais.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$3.704.200,00 todos na fonte 0100 (recursos do tesouro). Foram executados R\$3.038.623,46, o que significa 82,03% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$579.244,26, referente à aquisição e atualização de licenças de softwares de processamento de dados e imagens, aquisição de equipamentos de rede de computadores para datacenter e aquisição de switch de acesso gerenciável, elevando o comprometimento financeiro da Ação para R\$3.617.867,72, ou seja, 97,67% do orçamento. Do total de recursos executados pela Ação, R\$2.050.000,00 foram descentralizados ao Ministério do Meio Ambiente - MMA para atender termo de cooperação com vistas à aquisição compartilhada de serviço de fornecimento de imagens de acervo, orbitais multiespectrais e ortorretificadas coletadas no ano 2011, o que contribuiu para a realização da meta física.

Sendo assim o montante executado, apenas pelo IBGE, corresponde a R\$988.623,46.

As despesas de maior vulto financeiro, no IBGE, estão relacionadas no Quadro 44.

Quadro 44 - Principais Despesas da Ação 12DT – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Equipamentos de processamento de dados	515.251,90	52,12	52,12
Estagiários	108.777,51	11,00	63,12
Assessoria e consultoria técnica ou jurídica	93.000,00	9,41	72,53
Locação de equipamentos de processamento de dados	84.737,78	8,57	81,10
Outras despesas	186.856,27	18,90	100,00
Total	988.623,46	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.



As despesas com equipamentos de processamento de dados, assessoria e consultoria técnica e locação de equipamentos de processamento de dados referem-se à aquisição de servidores de dados de rede para aumento da capacidade de armazenamento de dados da INDE no IBGE.

Os gastos com estagiários devem-se aos mesmos serem empregados na Ação, dado que apresentam formação específica para atuação em algumas de suas atividades.

4.1.1.19 Ação Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia - Código: 3596

Quadro 45 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 3596

Identificação da Ação						
Tipo	Projeto					
Finalidade	Implantar, em larga escala, a geotecnologia aplicada à coleta, ao tratamento e à disponibilização de dados territoriais (geodésicos, geográficos, cartográficos, de recursos naturais e meio ambiente), modernizando os procedimentos de produção cartográfica, consolidando o sistema de produção cartográfica digital e reduzindo os custos e os prazos de produção, em atendimento à demanda da sociedade por informações sobre o território nacional que contemple dados atualizados e georreferenciados, privilegiando a disponibilidade em ambiente <i>web</i> .					
Descrição	Substituição dos processos e das metodologias de produção de informações territoriais, com a modernização das áreas de produção cartográfica e das áreas temáticas.					
Iniciativa	O290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Geociências - DGC					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.500.000,00	2.350.000,00	2.349.982,60	1.280.400,00 ⁽¹⁾	0,00	1.069.582,60	1.280.400,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% exec. física	10	10	2.350.000,00	1.280.400,00

Fonte: SIAFI, fev/2013

⁽¹⁾ O total das despesas empenhadas e liquidadas pela Ação inclui R\$450.000,00 que foram descentralizados ao Ministério do Meio Ambiente - MMA. A Despesa liquidada apenas pelo IBGE foi de R\$830.400,00.



Resultados

No que diz respeito à Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia, que tem por finalidade implantar, em larga escala, a geotecnologia aplicada à coleta, tratamento e disponibilização de dados geoespaciais, em 2012 o foco foi a aquisição de equipamentos, licenças e atualizações de *softwares*. Entretanto, em função de problemas com limite orçamentário e ajustes no planejamento, o cronograma de aquisições sofreu atrasos ao longo do exercício e após liberação do limite os processos de aquisição foram retomados. A maior parte dos processos se encontra em trâmite licitatório, sendo que muitos já em estágio bem avançado.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$2.350.000,00 todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram executados R\$1.280.400,00, o que significa 54,49% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$1.069.582,60, elevando o comprometimento financeiro da Ação para R\$2.349.982,60, ou seja, 99,99% do orçamento. Do total de recursos executados pela Ação, R\$450.000,00 foram descentralizados ao Ministério do Meio Ambiente - MMA para atender termo de cooperação com vistas à aquisição compartilhada de serviço de fornecimento de imagens de acervo, orbitais multiespectrais e ortorretificadas coletadas no ano 2011, o que contribuiu para a realização da meta física. Sendo assim o montante executado, apenas pelo IBGE, corresponde a R\$830.400,00.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no Quadro 46.

Quadro 46 - Principais Despesas da Ação 3596 – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Manutenção de software	830.400,00	100,00	100,00
Total	830.400,00	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

As despesas com manutenção de software se devem à necessidade dos mesmos para a produção das informações geoespaciais.



4.1.1.20 Ação Sistema de Informações Geográficas do Brasil – SIG Brasil - Código: 20Q3

Quadro 47 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 1K32

Identificação da Ação						
Tipo		Atividade				
Finalidade		Manter um sistema de informações geográficas sobre o Brasil, para suprir a lacuna do sistema de planejamento territorial, com um instrumento próprio ao diagnóstico do território, acessado através da <i>web</i> , integrando dados espaciais a dados não espaciais (estatísticos, ambientais, etc), produzidos no IBGE, permitindo a espacialização de informações em múltiplas escalas. É também finalidade da Ação, integrar os dados produzidos pelo IBGE àqueles produzidos por outras agências governamentais por meio da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE.				
Descrição		Consiste na disponibilização de banco de dados sobre o Brasil, cujas informações são disseminadas para a sociedade por meio de instrumentos voltados para as diferentes características do uso da informação. A união das bases cartográficas e estatísticas permitirá abreviar os longos prazos que normalmente são necessários para obter-se resultados em sistemas dessa natureza, incorporando, ainda, a capacidade de atualização das informações. Sua implementação contempla o estabelecimento das variáveis estatísticas passíveis de serem relacionadas com unidades geográficas; geração de indicadores a partir dessas variáveis; construção de sistema informatizado e com funcionamento através da <i>web</i> , que permita o relacionamento das variáveis e indicadores com unidades geográficas para geração de mapas.				
Iniciativa		029Q - Coordenação, aperfeiçoamento e integração dos Sistemas Nacionais de Estatísticas e de Geociências				
Unidade Responsável		Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI				
Unidade Orçamentária		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	910.000,00	27.987,20	0,00	0,00	27.987,20	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Consulta realizada	unidade	250.000	91.332	910.000,00	0,00

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

Quanto ao Sistema de Informações Geográficas do Brasil – SIG Brasil, foram finalizados os trabalhos de atualização e integração do mapeamento na escala 1:250.000, em função da contratação de serviço para validação de mapeamento junto a empresa especializada. Outras atividades que apresentaram execução no



exercício de 2012 foram a atualização das licenças de *softwares* da família ArcGIS²¹, que tem por objetivo a disponibilização de mapas interativos na internet, além do desenvolvimento de duas aplicações de consultas de dados espaciais.

O número acumulado, no ano de 2012, de usuários que acessaram o serviço de Mapas Interativos do portal do IBGE na internet não superou a meta. Ainda assim, os números alcançados foram significativos, em função da oferta de dados do Censo 2010, nesse serviço.

A Ação teve sua previsão orçamentária reduzida de forma considerável devido às restrições e ao contingenciamento orçamentário. Essa redução implicou na reprogramação da Ação.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$910.000,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro).

A Ação não apresentou recursos liquidados em 2012. O montante de R\$27.987,20 empenhados no exercício foi inscrito em restos a pagar não processado. Dessa forma, o comprometimento financeiro da Ação representou 3,08% dos recursos previstos para o ano. Não houve aplicação de recursos de convênio nem financiamento externo.

4.1.1.21 Ação Censo Demográfico 2010 - Código: 5292

Quadro 48 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 5292

Identificação da Ação						
Tipo	Projeto					
Finalidade	Propiciar o conhecimento da realidade demográfica e social do país, por meio do levantamento de seus dados censitários					
Descrição	Desenvolvimento de atividades com vistas à elaboração de instrumentos de coleta de dados, crítica, apuração e divulgação dos resultados da realidade demográfica e social do país.					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Coordenação Operacional dos Censos - COC					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.000.000,00	1.800.000,00	1.508.535,90	1.508.535,90	0,00	0,00	1.508.535,90
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Censo divulgado	% exec. física	1	1	1.800.000,00	1.508.535,90

Fonte: SIAFI, fev/2013.

²¹ Grupo de programas informáticos e que constitui um Sistema de informação geográfica.



Resultados

A disseminação da série de informações do Censo Demográfico 2010 encerrou-se em 2012, conforme previsto. Cabe destacar que as divulgações abrangeram temas importantes como educação, trabalho e rendimento, deficiência, migração, fecundidade, famílias e domicílios, entre outros. Cabe também mencionar o lançamento da publicação “Censo Demográfico 2010: Características Gerais dos Indígenas - Resultados do Universo”, com informações inéditas relativas ao pertencimento étnico e à língua falada pelos indígenas, como também resultados para as terras indígenas.

As vantagens e o sucesso do modelo tecnológico desenvolvido para o Censo Demográfico 2010, que teve como um de seus suportes a atualização permanente das tecnologias de informação e comunicação, já estão sendo e incorporados às novas pesquisas do IBGE.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$1.800.000,00 todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro), tendo sido executado R\$1.508.535,90, o que representa 83,81% dos recursos autorizados no exercício.

A meta física prevista para a Ação foi integralmente cumprida e o projeto Censo Demográfico 2010 concluído.

Não houve aplicação de recursos de financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no Quadro 49, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 49 - Principais Despesas da Ação 5292 em 2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Salário contrato temporário lei 8.745/93	562.472,70	37,29	37,29
Material para manutenção de bens moveis	292.763,00	19,41	56,69
Locação de equipamentos de processamento de dados	150.000,00	9,94	66,64
Obrigações patronais	145.301,54	9,63	76,27
Férias vencidas/proporcionais de contrato temporário	86.695,77	5,75	82,02
Outras despesas	271.302,89	17,98	100,00
Total	1.508.535,90	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013

Dos principais gastos nessa Ação, aqueles relativos à contratação de pessoal temporário decorrem da alocação dos mesmos nas atividades com vistas à divulgação do Censo Demográfico 2010.

Os gastos com materiais para manutenção de bens móveis e locação de equipamentos de processamento de dados referem-se à utilização de materiais para a produção de publicações de maior valor agregado.



4.1.1.22 Ação Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias - SNPA Código: 10RY

Quadro 50 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 10RY

Identificação da Ação						
Tipo	Projeto					
Finalidade	Implantar um sistema de pesquisas para o levantamento contínuo de informações da atividade agropecuária, com vistas à criação de uma infraestrutura estatística indispensável à ampliação do escopo e melhoria da qualidade das estatísticas sobre o setor agropecuário brasileiro.					
Descrição	Estruturação do Cadastro de Produtores e Estabelecimentos Agropecuários e revisão do conteúdo (quesitos e variáveis) e do cadastro das pesquisas atuais, com base nas informações do Censo Agropecuário 2006, bem como implantação de dois tipos interdependentes de pesquisa básica por amostra de estabelecimentos agropecuários.					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Pesquisas - DPE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.915.856,00	1.725.856,00	115.330,61	115.330,61	0,00	0,00	115.330,61
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% exec. física	7	1	1.725.856,00	115.330,61

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

Baseado em investigação direta, o Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários - SNPA irá sustentar a geração continuada de informação, de modo a permitir a avaliação de aspectos relacionados ao desempenho econômico do setor agropecuário e características das unidades produtivas segundo categorias de atividade econômica, classes de porte e tipos de exploração e outros recortes, ampliando, assim, as possibilidades de exploração analítica dos seus resultados para fins de planejamento e acompanhamento de políticas.

O planejamento do SNPA está fundamentado em três estratégias básicas: (a) implantação do Cadastro de Estabelecimentos e Produtores Agropecuários e



paulatina incorporação de fontes e melhoria dos processos de atualização cadastral, infraestrutura básica para os procedimentos de amostragem; (b) desenvolvimento de métodos e instrumentos de coleta de dados, testes de campo, apuração, codificação e análise de resultados das pesquisas novas, comparando-os com as estimativas correntemente disponíveis; (c) contato permanente com usuários para validação dos modelos de trabalho propostos, criando espaço para recebimento de demandas, assim como de críticas e sugestões ao novo sistema.

Devido ao contingenciamento orçamentário imposto no exercício 2012 somente foi possível algum avanço naquelas linhas estratégicas que demandaram poucos recursos. Foi elaborado material para o pré-teste da Fase 1 do SNPA, com continuação do teste em Sergipe nos Municípios de Nossa Senhora das Dores e Propriá. Em junho foi realizado o III Fórum Técnico, com participação do IBGE e representantes de outros órgãos, no qual foram apresentados informes sobre iniciativas internacionais, e apresentados e discutidos os pré-testes da Pesquisa Nacional de Atividades Agropecuárias - PNAG e da Pesquisa Cadastral Estrutural - PCADE área²² e PCADE lista²³.

Realizou-se o *Workshop* SNPA cujos objetivos foram avaliar as estatísticas necessárias a retratar o trabalho na agropecuária e o rendimento do domicílio agrícola; trocar experiências de trabalho e as suas percepções sobre o tema “trabalho e renda” no âmbito do SNPA; obter uma análise crítica da versão preliminar do questionário básico da PNAG e do Módulo Temático I sobre trabalho e rendimento; e discutir demandas de modo a inserir questões que possam melhor caracterizar as relações de trabalho e rendimento na agropecuária.

Além disso, foram realizados trabalhos de compatibilização dos setores do Censo Agropecuário 2007 com o Censo Demográfico 2010, de forma que a amostra do SNPA a ser selecionada tenha como base a malha territorial de 2010.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$1.725.856,00 todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro), tendo sido executado o montante de R\$115.330,61, o que representa 6.68% dos recursos autorizados no exercício.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no Quadro 51, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

²² Conjunto de setores censitários (rurais).

²³ Relação de produtores.


Quadro 51 - Principais Despesas da Ação 10RY em 2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Serviços técnicos profissionais de TI	100.000,00	86,71	86,71
Diárias no país	8.436,15	7,31	94,02
Passagens para o país	3.188,06	2,76	96,79
Outras despesas	3.706,40	3,21	100,00
Total	115.330,61	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

Dos principais gastos na Ação, as despesas realizadas com serviços técnicos profissionais de TI destinam-se ao atendimento da Ação, no apoio ao desenvolvimento de sistemas computacionais de coleta, apuração e implementação das pesquisas agropecuárias.

Os gastos com diárias e passagens ocorreram para suprir a necessidade de deslocamento de nossos técnicos.

4.1.1.23 Ação Pesquisa de Economia Informal Urbana – ECINF - Código: 12DU

Quadro 52 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 12DU

Identificação da Ação						
Tipo	Projeto					
Finalidade	Identificar as atividades econômicas desenvolvidas em unidades produtivas que deixam de ser captadas ou o são apenas parcialmente pelas pesquisas econômicas junto a estabelecimentos ou pesquisas domiciliares abrangentes sobre mercado de trabalho e rendimento.					
Descrição	Pesquisa por amostragem de domicílios situados em áreas urbanas das 27 Unidades da Federação para identificar os trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco empregados em pelo menos uma situação de trabalho, em atividades não-agrícolas. Essa pesquisa irá dimensionar o peso real dessas atividades em termos da geração de oportunidades de trabalho e rendimento e, ainda, subsidiar os estudos sobre condições de trabalho e remuneração, em particular, aqueles relacionados às situações de pobreza urbana do país, propiciando, portanto, informações para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico do país e contribuindo, também, para o aprimoramento do cálculo das Contas Nacionais no que se refere ao setor informal da economia.					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Pesquisas - DPE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
212.076,00	192.076,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pesquisa realizada	% exec. física	2	0,00	192.076,00	0,00

Fonte: SIAFI, fev/2013.



Resultados

Dada a escassez de recursos humanos e a prioridade estabelecida para a estabilização da PNAD Contínua em campo, o teste inicialmente previsto não foi realizado, e a Ação não apresentou execução de recursos no exercício de 2012.

4.1.1.24 Ação Implantação da Pesquisa Nacional de Saúde - Código: 1471

Quadro 53 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE -Ação 1471

Identificação da Ação						
Tipo	Projeto					
Finalidade	Implantar pesquisa nacional quinquenal, por amostra de domicílios, para o acompanhamento de características da saúde da população. A base de dados resultante será utilizada para planejar e monitorar políticas da saúde.					
Descrição	A Pesquisa Nacional de Saúde focaliza em destaque os seguintes temas: acesso a serviços de saúde; morbidade; estilo de vida, o que inclui atividades físicas, alimentação, uso de fumo e álcool; tópicos específicos da saúde de crianças de até dois anos de idade; de idosos e mulheres, abordando, por exemplo, para essas últimas, o acesso a exames de caráter preventivo de doenças típicas da população feminina.					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Pesquisas - DPE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pesquisa implantada	% exec. física	1	1	50.000,00	50.000,00

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

Com relação à Pesquisa Nacional de Saúde, foram definidos em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Ministério da Saúde e o Sistema Único de Saúde - SUS aspectos da pesquisa, tais como: garantia do sigilo dos dados coletados pelo IBGE e pelos laboratórios; e comunicação e transferência de dados entre os órgãos. Foram finalizados os questionários e manuais para a pesquisa e também



selecionada a amostra de Unidades Primárias de Seleção - UPAs para a pesquisa e a subamostra para a realização dos exames laboratoriais.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$50.000,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro).

Foram executados R\$50.000,00, o que significa 100,00% dos recursos autorizados. Além disso, a Ação não apresentou valores inscritos em restos a pagar não processados nesse exercício.

A totalidade dos recursos destinados a essa Ação foi aplicada em serviços técnicos e profissionais de TI como pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 54 - Principais Despesas da Ação 1471 em 2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Serviços técnicos e profissionais de TI	50.000,00	100,00	100,00
Total	50.000,00	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013

As despesas realizadas com serviços técnicos e profissionais de TI destinam-se ao atendimento da Ação, no apoio ao desenvolvimento de sistemas computacionais de coleta e apuração, empregados durante o desenvolvimento da pesquisa.

A Ação contou ainda com recursos extraorçamentários na ordem de R\$2.404.975,54, oriundos de convênio com o Ministério da Saúde, para a realização da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar – PENSE e, também do teste-piloto da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS. Foi executado todo o montante.

Quadro 55 - Principais Despesas Relativas a Convênios da Ação 1471 em 2012

Despesa	Valor	%	% Acumulado
Assessoria e consultoria técnica ou jurídica	932.060,86	38,76	38,76
Diárias no país	566.803,93	23,57	62,32
Combustíveis e lubrificantes automotivos	232.557,55	9,67	71,99
Locação de meios de transporte	231.161,73	9,61	81,61
Locomoção urbana	220.781,68	9,18	90,79
Outras despesas	221.609,79	9,21	100,00
Total	2.404.975,54	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.



4.1.1.25 Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos - Código: 20U6

Quadro 56 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 20U6

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Descrição	Fornecimento de informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica - necessárias à compreensão das realidades nacionais, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Diretoria de Pesquisas - DPE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	9.877,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Resultado divulgado	unidade	0	0	9.877,00	0,00

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

A Ação foi criada em 2012, via crédito extraordinário, por meio da Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012. O crédito permitirá a continuidade da execução de investimentos prioritários no exercício de 2013, de forma a evitar atrasos em seus cronogramas de execução que, de outro modo, resultariam em prejuízos financeiros e postergação de benefícios previstos à população.

Não houve tempo hábil para a sua execução.



4.1.1.26 Ação Censos Demográfico e Agropecuário - Código: 20U7

Quadro 57 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 20U7

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Descrição	Fornecimento de informações demográficas, sociais e econômicas com vistas ao conhecimento da realidade do País, por meio do levantamento de características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do país, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Unidade Responsável	Coordenação Operacional dos Censos - COC					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	3.457.524,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Censo divulgado	unidade	0	0	3.457.524,00	0,00

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

A Ação foi criada em 2012, via crédito extraordinário, por meio da Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012. O crédito permitirá a continuidade da execução de investimentos prioritários no exercício de 2013.

Não houve tempo hábil para a sua execução.



4.1.1.27 Ação Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos - Código: 20U8

Quadro 58 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 20U8

Identificação da Ação						
Tipo		Atividade				
Descrição		Fornecimento de informações de natureza geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental necessárias à compreensão das realidades nacionais por meio de levantamentos geodésicos, mapeamentos e análises geográficas, bem como através da representação sistemática do País, em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratem a paisagem natural e social do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, fundamentando ações imprescindíveis à atuação de planejamento, tanto na área pública, quanto na iniciativa privada, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento e consolidação da cidadania.				
Iniciativa		O290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.				
Unidade Responsável		Diretoria de Geociências - DGC				
Unidade Orçamentária		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	234.194,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Informação disponibilizada ao público	unidade	0	0	234.194,00	0,00

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

A Ação foi criada em 2012, via crédito extraordinário, por meio da Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012. O crédito permitirá a continuidade da execução de investimentos prioritários no exercício de 2013, de forma a evitar atrasos em seus cronogramas de execução que, de outro modo, resultariam em prejuízos financeiros e postergação de benefícios previstos à população.

Não houve tempo hábil para a sua execução.



4.1.2 Informações sobre Ações do Programa Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

As Ações que compõem o Programa estão voltadas para a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de profissionais das áreas de estatística e de geociências.

Quadro 59 - Função e Subfunção das Ações do Programa Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Título	Função	Sub-função	Progr.	Ação
Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências	04	364	2032	8547
Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências	04	364	2032	8015

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2012

4.1.2.1 Ação Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências – Código: 8547

Quadro 60 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 8547

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de estatística e de geociências, por meio de cursos de graduação, bem como de cursos de atualização e extensão. Realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico-científico e cultural do País.					
Descrição	Realização de curso de Graduação em Estatística e Geociências.					
Iniciativa	03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações de campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência.					
Unidade Responsável	Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
559.294,00	559.294,00	421.280,19	404.316,25	0,00	16.963,94	404.316,25
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada ⁽¹⁾	Prevista	Realizada
1	Aluno matriculado	% exec. física	310	334	559.294,00	404.316,25

Fonte: SIAFI, fev/2013.

⁽¹⁾ O valor da Meta Física é apurado pela média anual de alunos matriculados.



Resultados

O curso de Graduação em Estatística contou, em 2012, com 26 professores em seu quadro permanente e 14 professores colaboradores. No conjunto, foram oferecidas 10 turmas, com 46 disciplinas em cada semestre, contando com 243 alunos no primeiro semestre e com 276 alunos no segundo, totalizando 6.228 horas-aula no ano.

Para o ano letivo de 2012, foram oferecidas 120 vagas, sendo 60 vagas para o turno noturno (1º semestre letivo) e 60 vagas para o turno matutino (2º semestre). O número de candidatos inscritos no Processo Seletivo Discente - PSD 2012 atingiu 1.259, e a relação candidato/vaga total observada foi de 10,49 candidatos por vaga, sendo 13,15 para o turno noturno e 7,83 para o turno matutino. Graduaram-se 19 alunos no primeiro semestre de 2012 e 17 no segundo.

Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos de graduação, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE ofereceu mensalmente cerca de 17 bolsas de monitoria, no valor de R\$600,00 mensais, garantindo assim, a participação dos discentes em atividades de apoio didático e iniciação científica.

O Projeto Ação Afirmativa – Inclusão Social, cujo objetivo é propiciar condições de permanência do aluno carente e, conseqüentemente, maior dedicação e aumento no rendimento escolar, conta hoje com 10 bolsas auxílio por semestre, de R\$300,00 cada, mantidas pelo IBGE. Foram realizados dois processos seletivos neste ano. Até dezembro de 2012, o projeto beneficiou 89 alunos, dos quais 25 já estão formados, 30 estão em curso e 34 são considerados evadidos por transferência, matrícula trancada ou desligamento.

Cerca de 50 alunos de graduação realizaram estágio supervisionado durante o ano. A remuneração média observada para estágios de 6h/dia foi de R\$1.008,00 além dos benefícios. A menor remuneração observada foi de R\$520,00 (pública) e a mais alta de R\$1.530,00 (privada). Os alunos estagiários contaram com a supervisão de professores orientadores. As atividades de estágio de alunos da ENCE são sempre reguladas por meio de convênios firmados pelo IBGE/ENCE e pelas empresas contratantes. Cabe lembrar que a Escola recebeu, durante o ano de 2012, 72 oportunidades de estágio, sete de emprego e uma para *trainee*, que foram amplamente divulgadas junto ao corpo discente da graduação e aos alunos egressos.

A ENCE tem centrado esforços na divulgação da carreira de Estatística. Ao longo de 2012, participou de feiras de profissões, proferiu palestras em diversas instituições



de ensino médio. Adicionalmente, enviou fôlderes sobre o Curso de Graduação a todas as escolas de ensino médio do Rio de Janeiro.

No intuito de estimular o desenvolvimento do pensamento científico e facilitar a iniciação nas atividades de pesquisa dos estudantes, a ENCE mantém o Projeto de Iniciação Científica - PIBIC. Atualmente o Projeto conta com onze bolsas, oito mantidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e três pelo IBGE.

Como parte das atividades ligadas ao PIBIC, no dia 24 de outubro, a ENCE sediou a V Jornada de Iniciação Científica. O evento contou com a participação da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP, da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz para a conferência de abertura e, logo a seguir, foram apresentados dez trabalhos desenvolvidos.

Dentre as atividades extracurriculares, realizadas ou apoiadas no âmbito da graduação, destacam-se:

- ✓ Minicursos de verão - Em janeiro e fevereiro, onde foram oferecidos, para a comunidade da ENCE e do IBGE, três cursos de interesse para o corpo docente e discente abordando tópicos de modelagem estatística e recursos computacionais, dentre outros;
- ✓ Comemoração do Dia do Estatístico - Organizado em parceria com os Departamentos de Estatística da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, da Universidade Federal Fluminense - UFF e da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, esse evento aconteceu nas instalações do IBGE/CDDI, no dia 1º de junho, das 13h30min às 17h30min. Após a abertura, foram apresentadas as palestras “Turbinando o Excel com o R” (UFRJ), e “Experiências em Modelagem Estatística” (UFPR). Como mesa-redonda: Desafios e oportunidades para os estatísticos recém-formados. Esta atividade contou com a participação de representantes do IBGE, da UFF, da UFRJ, da UERJ e da empresa de consultoria empresarial RGarber;
- ✓ I Prêmio Graduação ENCE - Durante o primeiro semestre de 2012, a Escola promoveu um concurso interno que visou a incentivar o estudo entre os alunos regularmente matriculados, por meio de uma prova de Estatística. As inscrições aconteceram entre 1º e 10 de julho e a prova foi aplicada no dia 13/08/2012, com a participação de trinta e um alunos. Para viabilizar a premiação, a ENCE estabeleceu parceria com seis editoras e arrecadou 17 livros, distribuídos entre os três premiados. Foram homenageados e premiados os três alunos



com melhor desempenho. Participaram alunos que atenderam às exigências estabelecidas no edital de 29 de maio de 2012.

- ✓ ENESTE – Encontro Nacional dos Estudantes de Estatística - O encontro foi realizado no período de 11 a 15 de outubro de 2012, no Município de Contagem (MG). Participaram 95 alunos de Estatística, sendo 13 da ENCE.

Durante o ano de 2012, a ENCE proporcionou, ainda, a participação de docentes e alunos em diversos congressos/simpósios e eventos da área da Estatística:

- ✓ SINAPE - Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística;
- ✓ SPOLM - Simpósio de Pesquisa Operacional e Logística da Marinha;
- ✓ Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional;
- ✓ *The Latin Ibero - American Spectra Graph Theory Workshop - LIA-SGT Workshop;*
- ✓ *Taller Internacional de la Red de transmisión del Conocimiento - RTC de la CEA-CEPAL y del Virtual Statistical System - VSS del Banco Mundial;*
- ✓ II Semana NIC.Br²⁴ de Metodologia de Pesquisas.

Além das atividades de docência em sala de aula, os professores da ENCE participaram de comitês, comissões, simpósios, congressos, produções bibliográficas, na orientação de monografias/dissertações e na organização de eventos pertinentes à Estatística e ao IBGE.

Por fim, na busca da modernização e atualização do Bacharelado em Estatística da ENCE, iniciou-se em 2012 o processo de revisão de sua grade curricular no âmbito da Comissão de Ensino e Pesquisa da Graduação - CEPGRAD.

A Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$559.294,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram executados R\$404.316,25, o que significa 72,29% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$16.963,94, o que totaliza o comprometimento financeiro da Ação em R\$421.280,19 e eleva o percentual desse comprometimento ao patamar de 75,32%.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo. As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no Quadro 61, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

²⁴ Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR: entidade civil, sem fins lucrativos, que desde dezembro de 2005 implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil.


Quadro 61 - Principais Despesas da Ação 8547 em 2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Serviço de seleção e treinamento	196.100,00	48,50	48,50
Estagiários	100.569,96	24,87	73,38
Apoio administrativo, técnico e operacional	55.409,22	13,70	87,08
Bolsas de estudo no país	28.500,00	7,05	94,13
Outras despesas	23.737,07	5,87	100,00
Total	404.316,25	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

A contratação de professores colaboradores para a graduação foi essencial para a atualização e manutenção do Curso de Bacharelado em Estatística da ENCE, o que demandou gastos com serviços de seleção e treinamento, além de gastos com apoio administrativo, técnico e operacional, indispensáveis para viabilizar o funcionamento das diversas atividades de manutenção da ENCE.

As despesas com estagiários são referentes à concessão de bolsas de estudo. O objetivo destas bolsas é garantir a participação dos discentes da graduação da ENCE em atividades de apoio didático aos demais alunos e de iniciação científica.

Os gastos referentes a bolsas de estudo no país objetivaram propiciar condições de permanência de alunos carentes e, conseqüentemente, maior dedicação e aumento no rendimento escolar.



4.1.2.2 Ação Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências - Código: 8015

Quadro 62 - Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade do IBGE - Ação 8015

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de estatística e de geociências, por meio de cursos pós-graduação, bem como de cursos de atualização e extensão. Realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico-científico e cultural do País.					
Descrição	Realização de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) e <i>lato sensu</i> (Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território).					
Iniciativa	0391 - Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados.					
Unidade Responsável	Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
478.740,00	478.740,00	190.016,08	175.006,08	0,00	15.010,00	175.006,08
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada ⁽¹⁾	Prevista	Realizada
1	Aluno matriculado	unidade	120	80,83	478.740,00	175.006,08

Fonte: SIAFI, fev/2013.

⁽¹⁾ O valor da Meta Física é apurado pela média anual de alunos matriculados no mestrado e na especialização.

Resultados

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE oferece desde 1998 um Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, nota 4 na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES na área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia, com mais de 260 dissertações defendidas; e desde 1997 oferece a Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território com mais de 135 monografias concluídas.

O curso de Mestrado, que exige período integral, tem como objetivo a formação de pessoal qualificado, para atividades de docência, pesquisa e de profissionais que possam desenvolver abordagens teóricas, métodos e práticas para a produção, análise, interpretação, preservação e disseminação de estatísticas e informações que ampliem o conhecimento da realidade demográfica, econômica, social, territorial e ambiental do País.



Ao final de 2012 foram computados 33 alunos regularmente matriculados. No ano foram oferecidas 17 disciplinas nos trimestres letivos. Além dessas, foi oferecida, também, por diversos professores, a disciplina Estudo Orientado II, cujo conteúdo variável corresponde a um estudo individualizado com o foco no tema da dissertação do aluno.

O curso oferece bolsas de estudos. Em 2012 foram 12 bolsistas com Bolsa de Demanda Social oferecida pela CAPES e sete bolsistas com recursos do IBGE, além de alunos com afastamento remunerado de seus trabalhos. Cabe ressaltar que ter alunos em tempo integral é muito importante para um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, uma vez que isto é um facilitador para que o aluno conclua o mestrado nos prazos recomendados pela CAPES, sendo a bolsa de estudo fundamental para manter os alunos em tempo integral.

Ao todo, ocorreram 16 defesas de dissertações dos alunos ingressados em 2010, com um prazo médio de 28,8 meses, abaixo dos 30 meses sugeridos pela CAPES e todos os alunos entregaram a versão final que se encontra disponível na biblioteca da ENCE e no Portal *web* da Instituição para leitura de texto completo.

Todo ano um edital é lançado para seleção de novos candidatos, oferecendo até 30 vagas. Em 2012 inscreveram-se 60 candidatos no processo seletivo, sendo que 21 foram de fora do Estado do Rio de Janeiro, e 14 de fora do município do Rio de Janeiro. Foram aprovados 32 alunos, dos quais 30 se matricularam para iniciar a nova turma em março de 2013.

O corpo docente do programa em 2012 contou com 14 professores do corpo docente permanente, três colaboradores e um professor se encontrava afastado para outro órgão público. Os professores estavam envolvidos em 30 projetos de pesquisa e tiveram um número de orientações que variou de um a no máximo cinco alunos por professor. Em relação à produção acadêmica, sete professores publicaram em pelo menos um periódico, totalizando 18 publicações; sete professores participaram de congressos e seminários, com 20 trabalhos apresentados; e seis professores trabalharam na organização de coletânea ou capítulos de livro com dez produtos publicados.

Os professores participaram de atividades de caráter de inserção social, tais como: planejamento e organização do 6º Congresso Mundial de Estatística (ISI²⁵ 2015), organização do 1º Seminário de Metodologia do IBGE com o IASI²⁶; organização

²⁵ *Internacional Statistical Institute.*

²⁶ *Inter-American Statistical Institute.*



de seminário internacional sobre projeções e estimativas populacionais; editoria da Revista Brasileira de Estatística - RBEs e comitê editorial da RBEs e da Revista da ALAP²⁷ (RELAP); participação em associações científicas (ALAP, ABEP²⁸, ISI, IASI, ABER²⁹, ASA³⁰, SBPC³¹ dentre outras). Os professores do programa participaram também no projeto Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, que tem por objetivo a disponibilização, o compartilhamento e o acesso a dados e informações geoespaciais.

Com relação a atividades e projetos futuros, os docentes do programa de mestrado elaboraram uma proposta de Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas, que tem sido discutida internamente em 2012 e será submetida à apreciação da CAPES em 2013. Em 2012, a Escola muitos avanços em questões administrativas como, por exemplo, a implementação de sistema acadêmico informatizado, revisão do portal *web*, revisão de regulamento da pós-graduação para contemplar novos critérios da CAPES e implementação do Regimento Interno da Escola.

O curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território tem por objetivo contribuir para o aprimoramento da formação e da qualificação profissional daqueles que pretendem atuar ou que já atuam como planejadores, nas esferas pública e privada, formulando e implementando estratégias de apropriação e de uso dos recursos naturais orientadoras dos processos de gestão e organização do espaço territorial. O curso é desenvolvido enfatizando questões pertinentes à formação de gestores ambientais, que serão trabalhadas considerando uma clientela multidisciplinar.

Ao final de 2012 foram computados 42 alunos regularmente matriculados. No ano de 2012, foram apresentadas 10 monografias de alunos ingressados em 2009 e três daqueles ingressados em 2011. Espera-se que até o primeiro trimestre de 2013 os demais alunos concluam suas monografias.

No processo seletivo se obteve 83 candidatos inscritos com a divulgação da lista de aprovados no final do ano. A nova turma terá seu início em março de 2013.

O curso contou com seis professores lotados na ENCE e com 15 professores colaboradores que são em sua maioria profissionais de outras unidades do IBGE.

²⁷ *Asociación Latinoamericana de Población.*

²⁸ Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

²⁹ Associação Brasileira de Estudos Regionais.

³⁰ *American Sociological Association.*

³¹ Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.



No ano de 2012, foram realizadas mudanças importantes na grade curricular para adaptar aos avanços na área e foi criada uma comissão para avaliar a pertinência de mudanças mais profundas no curso, principalmente na busca de atender as novas demandas relacionadas à área de infraestrutura de dados espaciais.

A Ação cumpriu 80,83% da meta prevista de aluno matriculado. A diferença entre a meta prevista e o realizado decorre de jubilações, desistências e conclusões do curso depois da defesa de dissertação ou apresentação de monografia. Tais oscilações estão previstas no calendário escolar.

O bom desempenho físico com baixa execução financeira se explica pelo fato de que a maior parte do orçamento da Ação, seria destinado ao pagamento de bolsas de estudo, mas este ano, além do recebimento de duas bolsas a mais da CAPES, os alunos que ingressaram não solicitaram bolsa por trabalharem em período parcial.

Outro fator que contribuiu para o baixo desempenho financeiro foi a restrição do uso de pagamentos de passagens e diárias para participação dos professores em eventos.

A Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$478.740,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram executados R\$175.006,08, o que significa 36,56% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$15.010,00, o que totaliza o comprometimento financeiro da Ação em R\$190.016,08 e eleva o percentual desse comprometimento ao patamar de 39,69%.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no Quadro 63 que também mostra a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 63 - Principais Despesas da Ação 8015 em 2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Estagiários	72.641,17	41,51	41,51
Serviço de seleção e treinamento	63.030,00	36,02	77,52
Locação de meios de transporte	13.087,99	7,48	85,00
Diárias a colaboradores eventuais no país	5.006,50	2,86	87,86
Outras despesas	21.240,42	12,14	100,00
Total	175.006,08	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

As despesas com estagiários são referentes à concessão de bolsas de estudo. O objetivo destas bolsas é garantir a participação dos discentes da graduação da ENCE em atividades de apoio didático aos demais alunos e de iniciação científica.



As despesas referentes à seleção e treinamento foram essenciais para a contratação de professores para a atualização e manutenção dos cursos de Mestrado e Pós-Graduação da ENCE.

Os gastos com locação de meios de transporte são referentes à locação de dois ônibus para transportar em segurança servidores do IBGE e alunos da ENCE nos seguintes eventos: Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP 2012 e o Encontro Nacional de Estudantes de Estatística – XXIII ENESTE.

As despesas com pagamento de diárias a colaboradores eventuais no país são referentes ao custeio dos gastos com hospedagem dos conferencistas internacionais convidados para participar do I Seminário de Metodologia do IBGE - SMI 2012 com o tema: “Preservação, disseminação e confidencialidade de dados”, ocorrido no período de 05 a 09 de novembro de 2012 nas dependências do Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI do IBGE.

A Ação também contou com recursos extraorçamentários na ordem de R\$30.800,00 oriundos de termo de cooperação destinados aos Programas de Apoio à Pós-Graduação - PROAP³², da CAPES, cuja forma de repasse é a descentralização de créditos, conforme determina a Portaria CAPES nº 49 de 27 de março de 2008, e para o Programa de Desenvolvimento Social - DS³³. Foram executados R\$21.168,02 e devolvido R\$9.631,98.

As despesas estão relacionadas no Quadro 64, onde se pode observar a representatividade de cada despesa.

Quadro 64 - Principais Despesas Relativas aos Convênios da Ação 8015 em 2012

Despesa	Valor	%	% Acumulado
Passagens para o país	7.320,00	34,58	34,58
Diárias no país	5.539,13	26,17	60,75
Diárias a colaboradores eventuais no país	4.225,60	19,96	80,71
Ressarcimento de transporte terrestre pessoal-civil	2.127,83	10,05	90,76
Restituições	1.955,46	9,24	100,00
Total	21.168,02	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

³² Programa da Capes cujo objetivo é financiar as atividades dos cursos de pós-graduação, proporcionando melhores condições para a formação de recursos humanos.

³³ Programa da Capes cujo objetivo é promover a formação de recursos humanos de alto nível, por meio de concessão de bolsas a cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).



4.1.3 Informações sobre Ações vinculadas ao Programa Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

As Ações que compõem o Programa estão voltadas para o apoio, a gestão e a manutenção das atividades desenvolvidas pelo IBGE.

Quadro 65 - Função e Subfunção das Ações vinculadas ao Programa Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Título	Função	Sub-função	Progr.	Ação
Administração da Unidade	04	122	2125	2000
Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação	04	128	2125	4572
Pagamento de Pessoal Ativo da União	09	272	2125	00H1
Publicidade de Utilidade Pública	04	131	2125	4641
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	04	301	2125	2004
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	04	306	2125	2012
Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	04	301	2125	20CW
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	04	331	2125	2011
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	04	365	2125	2010
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundação para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	04	122	2125	09HB
Fortalecimento da Gestão Institucional do IBGE	04	121	2125	148E

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2012.



4.1.3.1 Ação Administração da Unidade - Código: 2000

Quadro 66 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 2000

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Constituir um centro de custos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.					
Descrição	<p>Constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa – GAP (2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>					
Iniciativa	Não se aplica.					
Unidade Responsável	Diretoria-Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
85.247.803,00	87.455.491,00	83.067.941,60	75.484.675,28 ⁽¹⁾	614.501,77	7.583.266,32	74.870.173,51
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ação padronizada	-	-	-	85.247.803,00	75.484.675,28

Fonte: SIAFI, fev/2013.

⁽¹⁾ O total das despesas empenhadas e liquidadas pela Ação inclui R\$809.430,91 que foram descentralizados à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Resultados

Dando continuidade à otimização dos seus fluxos de trabalho, a área de Recursos Humanos do IBGE implantou novos processos automatizados. Esta prática reduz os recursos necessários para executar as atividades internas, diminui o seu tempo de execução e proporciona maior agilidade no atendimento de demandas dos servidores. Neste ano foram implantados os seguintes processos: Ausência para



Doação de Sangue, Ausência por Morte de Pessoa da Família, Ausência por motivo de Casamento, Licença Paternidade e Inclusão de Dependentes. Tendo em vista a redução gradual do quadro dos servidores do IBGE, e procurando minimizar seus efeitos, a automatização de processos continua em andamento.

No ano de 2012 foram empossados 196 novos servidores, resultado da autorização do Governo Federal para a contratação adicional de 50% do número de vagas do concurso realizado em 2010. No começo de 2012, foi feito o Programa de Integração de Novos Servidores – PINS, contando com os servidores locados nas unidades do Rio de Janeiro. O programa teve como objetivo permitir que os servidores recém-nomeados dessem início às suas atividades de forma produtiva e integrada, estimulando o processo de socialização organizacional de modo a proporcionar uma adequada ambientação à Instituição, às equipes e ao trabalho, incentivando sua permanência e desenvolvimento no IBGE. A entrada de servidores ao IBGE é importante para a reposição do quadro, já que, só em 2012, 302 foram aposentados. Este número corresponde a aproximadamente 5% do quadro de servidores da instituição.

Em 2012 houve uma grande concentração de órgãos federais para a negociação de ajustes salariais, no qual o IBGE esteve incluído. Após meses de greve por parte de diversas unidades e servidores (ocorrendo posterior acordo com o Governo), a área de Recursos Humanos viabilizou a compensação de expediente por parte dos servidores. Esta medida teve como objetivo evitar descontos em suas folhas de pagamento – como ocorreu em outros órgãos.

A área de Recursos Humanos também realizou mais uma campanha de vacinação no ano, imunizando servidores ativos efetivos e temporários em todos os estados da Federação.

Ainda em 2012, representado pela Coordenação de Recursos Humanos, o IBGE foi indicado a concorrer ao “Prêmio Ser Humano”, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos do Rio de Janeiro – ABRH/RJ. A instituição foi uma das finalistas com o *case* “IBGEANDO – Portal do Servidor do IBGE”. A indicação se trata de um reconhecimento aos profissionais que atuam na atividade de gestão de pessoas, às organizações do setor privado e do setor público, cuja atuação diferenciada e práticas inovadoras na atividade tenham alcançado significativos resultados quantitativos e qualitativos, que possam ser consideradas uma referência no mercado.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$87.455.491,00 sendo R\$84.488.385,00 na fonte 0100 (Recursos do Tesouro), R\$2.167.678,00



na fonte 0250 (Recursos Próprios não Financeiros) e R\$799.428,00 na fonte 280 (Recursos Próprios Financeiros). Cabe destacar que do montante de recursos alocados na fonte 0100, o valor de R\$2.207.688,00 foi autorizado ao IBGE via crédito extraordinário, por meio da Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012, sem tempo hábil para sua execução.

Foram executados R\$75.484.675,28, o que significa 86,31% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$7.583.266,32, elevando o comprometimento financeiro da Ação para R\$83.682.443,37, ou seja, 95,69% dos recursos autorizados no exercício.

Do total das despesas executadas, R\$809.430,91 se referem ao pagamento de despesas condominiais da sede da unidade estadual de Pernambuco, compartilhado com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$7.583.266,32, elevando o comprometimento financeiro da Ação para R\$83.067.941,60, ou seja, 94,98% dos recursos autorizados no exercício.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no Quadro 67, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação no IBGE.

Quadro 67 - Principais Despesas da Ação 2000 em 2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Locação de imóveis	19.077.409,32	25,54	25,54
Limpeza e conservação	7.914.207,62	10,60	36,14
Serviços de energia elétrica	6.541.868,46	8,76	44,89
Contribuição para o PIS/PASEP	6.174.240,62	8,27	53,16
Condomínios	6.173.163,89	8,26	61,42
Apoio administrativo, técnico e operacional	4.549.015,99	6,09	67,51
Serviços de telecomunicações	4.130.495,55	5,53	73,04
Vigilância ostensiva	2.025.486,95	2,71	75,76
Desenvolvimento de <i>software</i>	1.499.662,56	2,01	77,76
Manutenção e conservação de bens imóveis	1.485.083,97	1,99	79,75
Outras despesas	15.124.206,69	20,25	100,00

Fonte: SAG, fev/2013

A estrutura do IBGE abrange todos os estados da União, o que acarreta elevados custos na contratação de serviços de terceiros como limpeza e conservação, apoio administrativo, técnico e operacional e serviços de telecomunicações dentre outros.

Há custos de locação de imóveis nos 27 estados brasileiros, sendo que o Rio de Janeiro responde pela maior parcela dos gastos. Da mesma forma ocorrem com as



despesas relacionadas aos imóveis locados e próprios, como condomínio, serviços de água e esgoto, de energia elétrica e tributos.

Foram recebidos recursos extraorçamentários no valor de R\$25.732,00, sendo R\$16.000,00 para o pagamento de energia elétrica, água e esgoto da Gerência de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos – GERAP e R\$9.732,00 referente ao Termo de Cooperação para realização das licitações e gestões de contrato para a consecução da reforma em imóvel do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP.

Dos R\$16.000,00 destinados à GERAP, foram executados R\$10.917,31 e devolvidos R\$5.082,69 ao MP.

Quanto aos R\$9.732,00, destinados ao Termo de Cooperação, estes foram executados em sua totalidade e encontram-se inscritos em restos a pagar processados.

Quadro 68 - Despesas Relativas ao Termo de Cooperação IBGE na Ação 2000 em 2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Estudos e projetos	9.732,00	47,13	47,13
Serviços de energia elétrica	7.951,82	38,51	85,64
Serviços de água e esgoto	2.923,77	14,16	99,80
Multas indedutíveis	22,00	0,11	99,90
Juros	19,72	0,10	100,00
Total	20.649,31	100,00	

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Foi recebido, também, o montante de R\$1.026,21 para Contribuição à Associação Internacional de Estatísticas Oficiais - IAOS, R\$2.073,00 para Contribuição ao Instituto Estatístico Internacional – ISI. R\$641,65 para Contribuição à Associação Internacional de Pesquisadores Estatísticos – IASS e R\$7.428,00 para Contribuição ao Instituto Estatístico Interamericano – IASI, totalizando R\$11.168,86.



4.1.3.2 Ação Pagamento de Pessoal Ativo da União - Código: 20TP

Quadro 69 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 20TP

Identificação da Ação						
Tipo	Operação Especial					
Finalidade	Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.					
Descrição	Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.					
Iniciativa	Não se aplica.					
Unidade Responsável	Diretoria-Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
693.635.652,00	684.135.652,00	671.948.699,08	671.948.699,08	7.733,18	0,00	671.940.965,90
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ação padronizada	-	-	-	684.135.652,00	671.948.699,08

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

O pagamento de pessoal ativo é realizado pelo sistema SIAPE e trata-se de uma ação rotineira, cuja variação pode ocorrer devido a diversos fatores, tais como: contratações, exonerações, aposentadorias dentre outros.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no Quadro 70, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 70 - Principais Despesas da Ação 20TP em 2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Vencimentos e salários	236.318.455,50	35,17	35,17
Gratificação por exercício de cargos	228.622.254,55	34,02	69,19
13º salário	55.308.226,33	8,23	77,42
Outras despesas	151.699.762,70	22,58	100,00
Total	671.948.699,08	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.



4.1.3.3 Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Código: 4572

Quadro 71 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 4572

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.					
Descrição	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.					
Iniciativa	Não se aplica.					
Unidade Responsável	Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.005.916,00	1.835.916,00	1.276.431,63	805.646,04	0,00	470.785,59	805.646,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor capacitado	unidade	4.000	4.237	1.835.916,00	805.646,04

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

Dentre as atividades do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão cabe mencionar a capacitação dos servidores, que no ano de 2012 atingiu o resultado de 4.237 concluintes de cursos nas modalidades presencial e a distância. Merecem destaque, na modalidade presencial, alguns cursos novos introduzidos no Programa Anual de Treinamento, a saber: Estatística Básica, *Libre Office calc*, Modelagem de Processos de Negócio e *Quantum Gis*.

Com relação aos cursos oferecidos na modalidade a distância, vale mencionar que os mesmos destinaram-se principalmente aos novos servidores contratados no ano e também aos treinamentos de pesquisas desenvolvidas pelo IBGE. O desenvolvimento de treinamentos utilizando a internet possibilitou aos servidores o recebimento homogêneo de instruções para a coleta de dados, bem como uma diminuição dos custos relativos às ações de treinamento, alcançando toda a rede de coleta do IBGE. Com esse foco, em 2012, foi desenvolvido o curso "Conceitos e Metodologia das Pesquisas Trimestrais da Pecuária", capacitando 346 servidores do quadro de funcionários da Casa e também os contratados temporariamente.



Foi concluído o curso “Conceitos Fundamentais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual” (no qual foram inscritos 3.118 servidores) e, em novembro, iniciados dois cursos: “Atualização de Setores” e “Conceitos Fundamentais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua”.

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários na ordem de R\$1.835.916,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro).

Foram executados R\$805.646,04, o que significa 43,88 % dos recursos autorizados pela LOA. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$470.785,59, o que totaliza o comprometimento financeiro da Ação em R\$1.276.431,63 e eleva o percentual desse comprometimento ao patamar de 69,53%.

A baixa execução financeira frente à alta execução física se justifica pelo fato do custo médio por servidor treinado na modalidade a distância ser bastante inferior ao custo médio por servidor treinado na modalidade presencial, proporcionando, assim, uma eficiência significativa na utilização dos recursos orçamentários consignados para tal, uma vez que mais de 3mil servidores foram treinados através desta modalidade ao longo do exercício de 2012.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no Quadro 72, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 72 - Principais Despesas da Ação 4572 – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Serviço de seleção e treinamento	300.549,00	37,31	37,31
Assessoria e consultoria técnica ou jurídica	234.001,92	29,05	66,35
Diárias no país	102.034,48	12,66	79,02
Exposições, congressos e conferências	47.811,00	5,93	84,95
Passagens para o país	38.679,43	4,80	89,75
Outras despesas	82.570,21	10,25	100,00
Total	805.646,04	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

Dentre as principais despesas com a Ação, as com seleção e treinamento referem-se à contratação de treinamento para diversas áreas do Programa Anual de Treinamento do IBGE.

Quanto às despesas com assessoria e consultoria técnica ou jurídica, estas se referem à contratação de treinamento a distância para diversas áreas do Programa Anual de Treinamento do IBGE.



Os gastos com diárias e passagens justificam-se pelo deslocamento de servidores participantes de cursos em local diferente de sua origem.

As despesas com exposições, congressos e conferências referem-se à contratação de empresa especializada para organizar e operacionalizar o I Seminário de Metodologia do IBGE (SMI 2012) com o tema: “Preservação, disseminação e confidencialidade de dados” e a XI Reunião IASI sobre Estatística Pública, ocorridos no período de 05 a 09 de novembro de 2012 nas dependências do Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI do IBGE.

4.1.3.4 Ação Publicidade de Utilidade Pública – Código: 4641

Quadro 73 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 4641

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o propósito de melhorar a sua qualidade de vida.					
Descrição	Divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assume caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.					
Iniciativa	Não se aplica.					
Unidade Responsável	Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ação padronizada	-	-	-	10.000,00	0,00

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

Por conta dos limites orçamentários, a Ação foi incluída na LOA 2012 com o valor simbólico de R\$ 10.000,00, sob uma expectativa de suplementação ao longo do exercício. Considerando que tal suplementação não ocorreu, a execução da Ação ficou inviabilizada.



Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários na ordem de R\$10.000,00 na fonte 0100 (Recursos do Tesouro), não tendo sido executado qualquer recurso na Ação.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.

4.1.3.5 Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Código: 2004

Quadro 74 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 2004

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental					
Descrição	Concessão de benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.					
Iniciativa	Não se aplica.					
Unidade Responsável	Diretoria-Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
17.520.000,00	15.920.000,00	15.840.952,83	15.840.952,83	0,00	0,00	15.840.952,83
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada ⁽¹⁾	Prevista	Realizada
1	Pessoa beneficiada	unidade	15.368	15.663	15.920.000,00	15.840.952,83

Fonte: SIAFI, fev/2013.

⁽¹⁾ A meta física da Ação é apurada pela média anual de pessoas beneficiadas.

Resultados

Foram beneficiados, em média, 15.663 servidores por mês, o que significou 1,92% além do previsto na meta física. A concessão de benefícios sofre uma oscilação esperada, já que o benefício está condicionado à iniciativa do servidor de apresentar o comprovante, bem como das adesões ou evasões dos planos de saúde.

Para o controle dessa concessão, o IBGE conta com um sistema automatizado para os servidores comprovarem, mensalmente, o pagamento dos seus respectivos planos de saúde e assim serem ressarcidos. Tanto ativos quanto aposentados apresentam seus comprovantes e de seus dependentes. Desse modo, o IBGE vem garantindo o direito dos seus servidores com o devido controle necessário.



Em 2012 a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$ 15.920.000,00, dos quais foram executados R\$ 15.840.952,83, representando 99,50% dos recursos autorizados no exercício.

Não houve aplicação de recursos de convênio nem de financiamento externo.

Quadro 75 - Principais Despesas da Ação 2004 – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Ressarcimento assistência médica/odontológica	15.840.629,83	100,00	100,00
Indenização de transporte - pessoal civil	323,00	0,00	100,00
Total	15.840.952,83	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

4.1.3.6 Ação Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Código: 2012

Quadro 76 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 2012

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Conceder aos servidores o auxílio-alimentação.					
Descrição	Concessão do auxílio-alimentação, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei número 9.527/97, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, ou através de aquisição de vale/tiquete-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.					
Iniciativa	Não se aplica.					
Unidade Responsável	Diretoria-Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
34.800.000,00	38.760.000,00	38.572.244,11	38.572.244,11	0,00	0,00	38.572.244,11
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada ⁽¹⁾	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	9.539	10.464	38.760.000,00	38.572.244,11

Fonte: SIAFI, fev/2013.

⁽¹⁾ A meta física da Ação é apurada pela média anual de servidores beneficiados.

Resultados

O auxílio-alimentação é um benefício pago automaticamente pelo sistema SIAPE a todos os servidores ativos e contratados temporários pela Lei 8.745/93. Foram



beneficiados em média, 10.464 servidores, superando em 9,70% a meta inicialmente prevista.

Houve suplementação de recursos orçamentários para a Ação, no valor de R\$3.960.000,00, o que permitiu que a demanda pelo benefício fosse atendida.

Em 2012 a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$38.760.000,00 e foram executados R\$38.572.244,11, o que significa 99,52% dos recursos autorizados no exercício.

Não houve aplicação de recursos de convênio nem de financiamento externo.

Quadro 77 - Principais Despesas da Ação 2012 – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Indenização auxílio-alimentação	38.571.781,93	100,00	100,00
Auxílio-alimentação	442,18	0,00	100,00
Total	38.572.224,11	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.

4.1.3.7 Ação Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos Código: 20CW

Quadro 78 - Ações vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 20CW

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Preservar a saúde dos servidores em função de riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais de acordo com o artigo 2º do Decreto nº6.856, de 25 de maio de 2009.					
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme programação adotada pela administração pública federal.					
Iniciativa	Não se aplica.					
Unidade Responsável	Diretoria-Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.180.707,00	180.707,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	6.559	0	180.707,00	0,00

Fonte: SIAFI, fev/2013.



Resultados

A realização dos exames médicos periódicos está sendo revista pela administração do IBGE, devido à baixa adesão dos servidores na realização dessa meta no exercício de 2010. O processo licitatório através de pregão eletrônico não foi considerado eficiente, pois além de não abranger a realização dos exames em todos os servidores lotados em todas as Unidades da Federação, também não garantiu a qualidade necessária ao processo, fazendo com que muitos servidores não realizassem os exames.

Assim, o IBGE está reavaliando as possibilidades de realização dessa Ação, e verificando junto a outros órgãos da administração pública federal suas experiências, a fim de verificar se existem alternativas possíveis para minimizar os impactos negativos e aumentar a adesão dos servidores nessa importante ação do Governo Federal.

Uma possibilidade que está sendo verificada é a celebração de um convênio com alguma operadora de saúde que tenha capacidade de atendimento em todo o território nacional. Dessa forma, esperamos poder atingir ao maior número possível de servidores e aumentar a meta de execução dessa ação.

Em 2012, a Ação contou inicialmente com recursos orçamentários na LOA no valor de R\$1.180.707,00, tendo sido anulados, quase que na totalidade, no decorrer do exercício.

Pelo exposto acima, a Ação não executou meta física nem financeira.



4.1.3.8 Ação Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - Código: 2011

Quadro 79 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 2011

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União					
Descrição	Aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes do orçamento fiscal e seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.					
Iniciativa	Não se aplica.					
Unidade Responsável	Diretoria-Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.400.000,00	9.540.000,00	9.484.149,72	9.484.149,72	0,00	0,00	9.484.149,72
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada ⁽¹⁾	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	4.545	5.612	9.540.000,00	9.484.149,72

Fonte: SIAFI, fev/2013.

⁽¹⁾ A meta física da Ação é apurada pela média anual de servidores beneficiados.

Resultados

Foram beneficiados, em média, 5.612 servidores a cada mês, o que significou 23,48% além do previsto na meta física, tendo sido necessária a suplementação em R\$1.140.000,00 na Ação. Tais aumentos foram por conta, principalmente, do ingresso de novos servidores, efetivos e temporários, na Instituição, bem como, do aumento do valor das tarifas do transporte público em diversas Unidades da Federação.

A Ação contou com recursos no valor de R\$9.540.000,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram executados R\$9.484.149,72, ou seja, 99,41% dos recursos previstos na Ação.

Não houve aplicação de recurso de convênios nem financiamento externo.

Quadro 80 - Principais Despesas da Ação 2011 – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Indenização auxílio-transporte	9.484.069,72	100,00	100,00
Auxílio-transporte	80,00	0,00	100,00
Total	9.484.149,72	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.



4.1.3.9 Ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Código: 2010

Quadro 81 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 2010

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	Oferecer aos servidores, empregados durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.					
Descrição	Concessão de benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados, conforme dispõe o Decreto nº 977 de 10 de novembro de 1993.					
Iniciativa	Não se aplica.					
Unidade Responsável	Diretoria-Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
552.000,00	970.913,00	956.891,92	956.891,92	0,00	0,00	956.891,92
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada ⁽¹⁾	Prevista	Realizada
1	Criança atendida	unidade	517	853	970.913,00	956.891,92

Fonte: SIAFI, fev/2013.

⁽¹⁾ A meta física da Ação é apurada pela média anual de crianças atendidas.

Resultados

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$970.913,00 na LOA + Crédito.

Foram executados R\$956.891,92, o que significa 98,56% dos recursos autorizados no exercício.

O número de crianças atendidas excedeu a previsão em 64,99%. Tal dinâmica deve-se ao fato de que o pagamento da assistência pré-escolar foi reconhecido para os servidores contratados de forma temporária, através da Nota Técnica nº 740/2010/COGES/SRH/MP e, por essa razão, desde o final do exercício de 2011, o IBGE vem pagando o benefício para essas pessoas. Como se tratam, em geral, de jovens, muitos deles têm filhos menores de seis anos e fazem jus ao benefício.

Quadro 82 - Principais Despesas da Ação 2010 – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Auxílio-creche	956.891,92	100,00	100,00
Total	956.891,92	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.



4.1.3.10 Ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Código: 09HB

Quadro 83 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 09HB

Identificação da Ação						
Tipo	Operação Especial					
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.					
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.					
Iniciativa	Não se aplica.					
Unidade Responsável	Diretoria-Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
135.999.660,00	128.917.686,00	124.127.617,56	124.127.617,56	0,00	0,00	124.127.617,56
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	128.917.686,00	124.127.617,56

Fonte: SIAFI, fev/2013.

A contribuição previdenciária é Ação obrigatória e ocorre de forma automática por meio do sistema SIAPE.

A Ação contou com recursos no valor de R\$128.917.686,00, todos na fonte 100. Foram executados R\$124.127.617,56 dos recursos previstos, representando 96,28% dos recursos previstos para o exercício.

Quadro 84 - Principais Despesas da Ação 09HB – LOA2012

Despesa	Valor Executado	%	% Acumulado
Contribuição patronal para o Regime Próprio de Previdência Social	124.122.249,56	100,00	100,00
Obrigações patronais	5.368,00	0,00	100,00
Total	124.127.617,56	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013.



4.1.3.11 Ação Fortalecimento da Gestão Institucional do IBGE – Código: 148E

Quadro 85 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 148E

Identificação da Ação						
Tipo	Projeto					
Finalidade	Ampliar a capacidade de governança do IBGE, fundamentada na introdução de metodologias e tecnologias modernas de gestão pela qualidade, promovendo ações de desenvolvimento e fortalecimento institucional.					
Descrição	Implementação de novas práticas, mecanismos e instrumentos que permitam a introdução de mudanças de valores e comportamentos individuais e organizacionais; estabelecimento de estratégias de longo prazo e definição de planos para o alcance dos resultados; oferta de capacitação virtual e fomento ao desenvolvimento gerencial; gestão do conhecimento; implementação do modelo de gestão de pessoas por competências; expansão da implantação do projeto de gestão por processos em unidades do IBGE localizadas em todos os estados da federação; disponibilização de informações administrativas em portais interativos e sistemas de <i>Business Intelligence</i> ; produção de indicadores de desempenho para monitoramento da gestão; integração dos sistemas corporativos; fortalecimento do sistema de controle interno e alcance de maior eficiência no gasto do IBGE, dando maior transparência quanto ao uso do recurso público.					
Iniciativa	Não se aplica.					
Unidade Responsável	Diretoria-Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
280.000,00	280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Modelo de Gestão Implantado	% exec. física	3	3	280.000,00	0,00

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

No âmbito do Projeto Desenvolvimento de Lideranças foi realizada a Pesquisa de Avaliação do Curso MBA Executivo em Gestão na Administração Pública, oferecido às lideranças existentes e potenciais do IBGE, no período de março de 2009 a março de 2012. Tal pesquisa teve como objetivo reunir informações para subsidiar a avaliação e o aprimoramento das ações destinadas ao fortalecimento do corpo gerencial do IBGE e das lideranças potenciais existentes, Assim como identificar possibilidades de melhorias nas ações educacionais e de desenvolvimento de lideranças na Instituição.



A consolidação e análise das respostas e sugestões obtidas nessa pesquisa foram incorporadas ao relatório de conclusão do curso. Nele constam propostas de ações futuras destinadas a contribuir para a melhoria da gestão no IBGE.

Ainda nesse projeto, foi iniciado o desenvolvimento do conteúdo do curso Desenvolvimento de Lideranças para as Gerências Operacionais do IBGE, que visa capacitar os gerentes intermediários, operacionais e supervisores, com conceitos, metodologias e ferramentas que possam contribuir para o melhor desempenho desses servidores nas suas funções gerenciais.

Além da elaboração do Planejamento Estratégico do IBGE, foram feitos estudos e apresentada a proposta de uma metodologia para o monitoramento das metas estabelecidas, visando o levantamento de informações que permitam a avaliação da eficiência, da eficácia e da efetividade alcançadas, além de fornecer subsídios para os ajustes anuais necessários ao alinhamento das estratégias estabelecidas à visão de futuro estabelecida para a Instituição. Também foi iniciado o desenvolvimento de um sistema a ser utilizado para a padronização e otimização das práticas de acompanhamento estabelecidas na metodologia a ser adotada.

Foram realizados estudos para o estabelecimento da estrutura e do conteúdo do Relatório de Sustentabilidade a ser implantado no IBGE. Esses estudos, além da definição do escopo e do planejamento do relatório, permitirão a elaboração e realização de um autodiagnóstico que fornecerá subsídios para a definição de ações destinadas a obtenção do desenvolvimento sustentável na Instituição.

O IBGE alcançou 100% da meta física prevista para o exercício, retomando os trabalhos do Projeto Agência Eletrônica, no âmbito do Projeto Gestão por Processo; concluindo a Pesquisa de Avaliação do MBA Executivo em Gestão na Administração Pública e o processo de Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Por conta do contingencimento orçamentário, que estabelece limites para empenho de despesas, a Instituição precisou replanejar suas atividades para adaptação aos limites impostos. Assim, os encontros presenciais com as Unidades Setoriais do IBGE, que demandavam diárias e passagens, foram substituídas por videoconferências. Como algumas atividades foram executadas de forma conjunta com as relacionadas ao tema em estudo no âmbito da Ação Administração da Unidade, fica explicada a não execução dos recursos previstos na Ação.

Não houve aplicação de recursos de convênios nem de financiamento externo.



4.1.4 Informações sobre Ações vinculadas às Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

As operações especiais estão voltadas para o pagamento de precatórios e para o pagamento de contribuições patronais relativas ao recolhimento da Contribuição da União.

Quadro 86 - Função e Subfunção das Ações Vinculadas às Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Título	Função	Subfunção	Progr.	Ação
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	28	846	0901	00G5
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	28	846	0901	0005

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2012.

4.1.4.1 Ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – Código: 00G5

Quadro 87 - Ações Vinculadas às Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais - Ação 00G5

Identificação da Ação						
Tipo	Operação Especial					
Finalidade	Alocar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento da contribuição patronal relativa ao recolhimento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.					
Descrição	Pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais incidente sobre Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.					
Iniciativa	Não se aplica.					
Unidade Responsável	Diretoria-Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.291.580,00	2.291.580,00	38.604,02	388,56	0,00	38.215,46	388,56
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	2.291.580,00	0,00

Fonte: SIAFI, fev/2013.

O valor de R\$2.291.580,00 previsto na Ação foi descentralizado em sua totalidade aos Tribunais Regionais do Trabalho.



4.1.4.2 Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Código: 0005

Quadro 88 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão e Manutenção de Responsabilidade do IBGE - Ação 0005

Identificação da Ação						
Tipo	Operação Especial					
Finalidade	Proporcionar o pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado					
Descrição	Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.					
Iniciativa	Não se aplica.					
Unidade Responsável	Diretoria-Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
22.233.936,00	21.731.038,00	21.085.973,93	21.085.973,93	3.283.027,40	0,00	17.802.946,53
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	21.731.038,00	0,00

Fonte: SIAFI, fev/2013.

O valor de R\$21.731.038,00 previsto na Ação foi descentralizado em sua totalidade aos Tribunais Regionais do Trabalho.

4.1.5 Informações sobre Ações vinculadas ao Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União – Código: 0089

A ação do Programa está voltada para o pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas.

Quadro 89 - Função e Subfunção da Ação Vinculada ao Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Título	Função	Subfunção	Progr.	Ação
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	09	272	0089	0181

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2012.



4.1.5.1 Ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Código: 0181

Quadro 90 - Ações Vinculadas a Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União - Ação 0181

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Finalidade	A Ação tem por finalidade garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos da União ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio e consiste no pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.					
Descrição	Sua implementação contempla o pagamento, via sistemas informatizados, dos proventos/pensões aos inativos e pensionistas.					
Iniciativa	Não se aplica.					
Unidade Responsável	Diretoria-Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
537.828.000,00	581.058.460,00	568.175.982,15	568.175.982,15	0,00	0,00	568.175.982,15
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	581.058.460,00	568.175.982,15

Fonte: SIAFI, fev/2013.

Resultados

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$581.058.460,00. Foram executados R\$568.175.982,15, o que significa 97,78% dos recursos autorizados no exercício.

Não houve aplicação de recursos de convênio e nem de financiamento externo.



4.2 Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias do IBGE

O IBGE está registrado como Unidade Orçamentária sob o código 47205. A Administração Central/RJ, sob o número 114601, é a unidade gestora onde é centralizado o orçamento, cujo código de gestão no SIAFI é 11301.

4.2.2 Programação das Despesas

4.2.2.1 Programação das Despesas Correntes

Quadro 91 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	-	-	
	PLOA	1.390.587.435,00	1.346.458.554,00	-	-	236.760.961,00	231.860.899,00	
	LOA	1.390.587.435,00	1.346.458.554,00	-	-	234.540.332,00	231.860.899,00	
CRÉDITOS	Suplementares	43.730.460,00	16.314.746,00	-	-	5.518.913,00	6.334.870,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	17.449.912,00	844.343,00	-	-	5.234.960,00	13.731.126,00	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		1.416.867.983,00	1.361.928.957,00	-	-	234.824.285,00	224.464.643,00	

Fonte: SIAFI, dez/2012.



4.2.2.2 Programação das Despesas de Capital

Quadro 92 - Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	-	-	
	PLOA	7.093.139,00	9.505.608,00	-	10.000,00	-	909.523,00	
	LOA	6.053.139,00	8.030.008,00	-	10.000,00	-	909.523,00	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	5.920.506,00	-	3.333,00	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	2.005.959,00	-	-	-	490.104,00	
Outras Operações	-	-	-	-	-	-		
Total		11.973.645,00	6.024.049,00	3.333,00	10.000,00	-	419.419,00	

Fonte: SIAFI, dez/2012.

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro 93 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	-	-	
	PLOA	1.627.348.396,00	1.578.319.453,00	7.093.139,00	10.425.131,00	-	-	
	LOA	1.625.127.767,00	1.578.319.453,00	6.053.139,00	8.949.531,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	49.249.373,00	22.649.616,00	-	10.000,00	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	5.923.839,00	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	22.684.872,00	14.575.469,00	-	2.496.063,00	-	-	
Outras Operações	-	-	-	-	-	-		
Total		1.651.692.268,00	1.586.393.600,00	11.976.978,00	6.453.468,00	-	-	

Fonte: SIAFI, dez/2012.



4.2.2.4 Análise Crítica

Os créditos programados e aprovados na LOA 2012 para Despesas Correntes no valor de R\$1.625.127.767,00 (um bilhão, seiscentos e vinte e cinco milhões, cento e vinte e sete mil, setecentos e sessenta e sete reais), tiveram uma suplementação na ordem de R\$49.249.373,00 (quarenta e nove milhões, duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e setenta e três reais), sendo R\$43.730.460,00 (quarenta e três milhões, setecentos e trinta mil, quatrocentos e sessenta reais), o de maior relevância, relacionado a Pessoal e Encargos Sociais. Quanto as Despesas de Capital, foi aprovado em LOA o montante de R\$6.053.139,00 (seis milhões, cinquenta e três mil, cento e trinta e nove reais).

Durante o exercício de 2012, alguns créditos foram cancelados pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF no montante de R\$22.684.872,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais), sendo R\$17.449.912,00 (dezessete milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e doze reais) no grupo "Pessoal e Encargos Sociais" distribuídos nas Ações: Pagamento de Pessoal Ativo da União - R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - R\$7.081.974,00 (sete milhões, oitenta e um mil, novecentos e setenta e quatro reais) e Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (precatório) - R\$367.938,00 (trezentos e sessenta e sete mil, novecentos e trinta e oito reais). No grupo "Outras Despesas Correntes" foi cancelado o montante de R\$ 5.234.960,00 (cinco milhões, duzentos e trinta e quatro mil, novecentos e sessenta reais), distribuídos nas ações: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais); Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados – Exame Periódico - R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), nas ações finalísticas - R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) e Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (precatório) - R\$134.960,00 (cento e trinta e quatro mil, novecentos e sessenta reais).

As Ações Pesquisas e Estudos Estatísticos, Censo Demográfico e Agropecuário, Pesquisas Estudos e Levantamentos Geocientíficas, Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas e Administração da Unidade, foram suplementadas no grupo "Investimentos" e "Inversões Financeiras", através da abertura de crédito extraordinário aprovado pela Medida Provisória nº 598, de 27/12/12, no valor de R\$5.923.839,00 (cinco milhões novecentos e vinte e três mil, oitocentos e trinta e nove reais).



Neste exercício, não houve dotação para o grupo “Amortização da Dívida”, pois esta obrigação passou a ser de responsabilidade do Ministério do Planejamento.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 94 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedido	080003	-	47205.28.846.0901.0005	471.142,00	-	-
		080007	-	47205.28.846.0901.0005	270.603,00	-	-
		080009	-	47205.28.846.0901.0005	14.564.063,00	-	233.789,00
		080014	-	47205.28.846.0901.0005	39.277,00	-	-
		080020	-	47205.28.846.0901.0005	172.868,00	-	-
		090033	-	47205.28.846.0901.0005	2.500.618,00	-	-
		090034	-	47205.28.846.0901.0005	1.697.696,00	-	-
		090035	-	47205.28.846.0901.0005	748.338,00	-	1.032.644,00
		533014	-	47205.04.122.2125.2000			809.430,91
		090033	-	47205.28846.0901.00G5	295.369,00	-	-
		090034	-	47205.28846.0901.00G5	1.907.819,00	-	-
		090035	-	47205.28846.0901.00G5	88.392,00	-	-
		440002	-	47205.04.126.2038.3596	-	-	450.000,00
		440002	-	47205.04.127.2038.12DT	-	-	2.050.000,00
	440002	-	47205.04.127.2038.2229	-	-	610.000,00	
	440002	-	47205.04.571.2038.2665	-	-	240.000,00	
	Total Concedido	-	-	-	22.756.185,00	-	5.425.863,91
	Recebido	-	154003	26291.12.364.2032.0487	-	-	21.168,02
		-	201002	47101.04.121.2038.4505	-	-	20.910,00
		-	201002	47101.04.121.2125.4743	-	-	14.960,00
-		201002	47101.04.122.2125.2000	-	-	16.000,00	
-		257001	36901.10.305.2015.6170	-	-	2.404.975,54	
-		540001	54101.23.571.2076.2C01	-	-	103.100,00	
-		201002	71102.28.212.0910.00C1	-	-	1.026,21	
-		201002	71102.28.212.0910.00C2	-	-	2.073,00	
-		201002	71102.28.212.0910.00C3	-	-	641,65	
Total Recebido	-	-	-	-	-	2.592.282,42	
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	-	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	201002	-	47101.04.122.2125.2000	9.732,00	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, 2012.



4.2.3.1 Análise Crítica

Os créditos concedidos totalizaram em R\$28.182.048,91 (vinte e oito milhões, cento e oitenta e dois mil, quarenta e oito reais e noventa e um centavos). Deste total R\$809.430,91 (oitocentos e nove mil, quatrocentos e trinta reais e noventa e um centavos) foram descentralizados para a SUDENE para cobrir despesas condominiais da sede da Unidade Estadual de Pernambuco, e R\$ 3.350.000,00 (três milhões, trezentos e cinquenta mil reais) para o Ministério do Meio Ambiente, em atendimento ao ajuste firmado no Termo de Cooperação Simplificado nº 001/12. O saldo restante foi descentralizado para fazer face ao pagamento de precatórios, sendo R\$15.751.742,00 (quinze milhões, setecentos e cinquenta e um mil, setecentos e quarenta e dois reais) para o Tribunal Regional do Trabalho - TRT nas 1ª, 4ª, 5ª, 8ª e 18ª Regiões, e R\$8.270.876,00 (oito milhões, duzentos e setenta mil, oitocentos e setenta e seis reais) para o Tribunal Reginal Federal - TRF 2ª, 3ª e 4ª Regiões.

Em contrapartida, foi recebido da Fundação CAPES o valor de R\$21.168,02 (vinte e um mil, cento e sessenta e oito reais e dois centavos), de acordo com o Termo de Cooperação nº 48/2012. Do Ministério do Planejamento foram recebidos: (i) R\$20.910,00 (vinte mil, novecentos e dez reais) para fazer face às despesas com serviços gráficos, referentes ao Guia de Monitoramento Temático do PPA e do Guia de Indicadores, conforme Termo de Cooperação Simplificado nº 29/12; (ii) R\$14.960,00 (quatorze mil, novecentos e sessenta reais) para atender as despesas com a impressão e encadernação dos livros Relatórios Anuais e Perfil das Empresas Estatais, objeto do Termo de Cooperação Simplificado nº 36/12; (iii) R\$16.000,00 (dezesseis mil reais) como ressarcimento de parte das despesas com água/esgoto e energia da DERAP³⁴; (iv) R\$1.026,21 (um mil, vinte e seis reais e vinte e um centavos) para a contribuição anual do ISI; (v) R\$2.073,00 (dois mil e setenta e três reais) para a contribuição anual do IAOS; (vi) R\$641,65 (seiscentos e quarenta e um reais e sessenta e cinco centavos) para a contribuição anual do IASS, conforme Termo de Cooperação Simplificado nº 16/12; e (vii) R\$7.428,00 (sete mil, quatrocentos e vinte e oito reais) para o pagamento da contribuição do IASI, conforme Termo de Cooperação Simplificado nº 47/12.

³⁴ Departamento de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos - unidade subordinada à Secretaria-Executiva do MP, cujas competências em relação ao pessoal sob regime estatutário, vinculados a órgão e entidades extintos, são oriundas da antiga Gerência de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos no Distrito Federal – GERAP-DF e da antiga Gerência de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos no Rio de Janeiro – GERAP/RJ, ambas subordinadas à Secretaria de Recursos Humanos.



Da Coordenadoria Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças - CGPOF, do Tesouro Nacional, o IBGE recebeu R\$103.100,00 (cento e três mil e cem reais) para as despesas referentes à Ampliação e Investigação Estatística e Análises Temáticas sobre Atividades do Turismo, conforme Termo de Cooperação nº 12/11. Ainda em 2012, foram recebidos R\$2.404.975,54 (dois milhões, quatrocentos e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), do Fundo Nacional de Saúde para os Estudos e Pesquisas sobre Doenças e Agravos não Transmissíveis, para a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar e para o piloto da Pesquisa Nacional de Saúde, de acordo com o Termo de Cooperação nº 171/11.

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro 95 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a + b + c + d + e + f)	79.224.729,92	73.133.998,60	65.753.749,77	54.701.509,05
a) Convite	252.675,88	25.960,74	64.260,70	-
b) Tomada de Preços	791.332,23	954.713,03	640.160,24	551.780,84
c) Concorrência	1.400.954,17	3.608.277,27	373.647,06	1.286.629,69
d) Pregão	76.779.767,64	68.545.047,56	64.675.681,77	52.863.098,52
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g + h)	41.938.254,08	39.791.542,98	38.144.525,75	33.735.892,07
g) Dispensa	22.910.651,16	20.708.020,68	22.011.146,72	18.403.795,81
h) Inexigibilidade	19.027.602,92	19.083.522,30	16.133.379,03	15.332.096,26
3. Regime de Execução Especial	5.148.349,39	3.568.366,31	5.148.349,39	3.567.640,39
i) Suprimento de Fundos	5.148.349,39	3.568.366,31	5.148.349,39	3.567.640,39
4. Pagamento de Pessoal (j + k)	1.453.154.536,22	1.423.671.534,26	1.453.154.536,22	1.423.633.544,11
j) Pagamento em Folha	1.440.819.661,29	1.415.117.828,81	1.440.819.661,29	1.415.079.838,66
k) Diárias	12.334.874,93	8.553.705,45	12.334.874,93	8.553.705,45
5. Outros	2.579.184,84	8.921.505,63	2.364.408,05	8.558.663,28
6. Total (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.582.045.054,45	1.545.518.581,47	1.564.565.569,18	1.524.197.248,90

Fonte: SIAFI, 2012.



4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro 96 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Valores em R\$1,00

Grupos de Despesa	Despesas Correntes									
	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos			
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011		
1. Despesas de Pessoal	1.364.252.298,79	1.353.282.087,22	1.364.252.298,79	1.351.124.888,12	-	2.157.188,10	1.364.244.565,61	1.351.086.907,97		
2. Juros e Encargos da Dívida										
21 - Juros s/a dívida p/ contrato										
22 - Outros Encargos s/a dívida										
3. Outras Despesas Correntes	211.741.378,69	209.628.539,40	199.848.666,30	194.272.105,71	11.892.712,39	15.346.433,68	198.436.675,03	187.829.191,92		
39 - Out. Serv. De Terc. - PJ	82.498.781,82	83.622.086,42	74.285.603,70	72.920.298,11	8.213.188,12	10.701.788,31	73.324.516,01	67.114.700,18		
46 - Auxílio - Alimentação	38.611.467,73	35.924.128,17	38.611.467,73	35.924.128,17	-	-	38.611.467,73	35.924.128,17		
93 - Indenizações e Restituições	16.072.165,90	16.989.634,00	16.067.221,36	16.955.909,26	4.944,54	3.724,74	16.067.221,36	16.955.409,14		
Demais elementos do grupo	74.558.953,24	73.112.690,81	70.884.373,51	68.471.770,17	3.674.579,73	4.640.920,94	70.433.469,93	67.834.954,43		
Despesas de Capital										
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos			
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011		
4. Investimentos	6.051.376,97	4.088.111,82	1.889.726,54	1.073.636,929	4.161.648,43	3.014.474,83	1885.328,54	902.961,36		
51 - Obras e Instalações	1.234.136,26	2.987.095,99	133.303,25	796.376,86	1.100.833,011	2.190.719,13	133.303,25	625.701,23		
52 - Equip. e Mat. Permanente	3.212.234,03	1.051.119,79	1.274.834,57	263.080,13	1.937.399,46	788.039,66	1.270.434,57	263.080,13		
39 - Outros Serv. de Terc. - PJ	1.246.535,43	35.716,04	295.119,47	-	951.415,96	35.716,04	295.119,47	-		
Demais elementos do grupo	368.471,25	14.180,00	186.471,25	14.180,00	172.000,00	-	186.471,25	14.180,00		
5. Inversões Financeiras										
6. Amortização da Dívida										
71 - Principal da Dívida p/ Cont.										
7. Total (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	1.582.045.054,45	1.567.418.157,23	1.565.990.693,63	1.546.890.069,54	16.054.360,82	20.518.101,52	1.564.565.569,18	1.540.238.480,04		

Fonte: SIAFI, dez/2012.



4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pelo IBGE por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 97 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a + b + c + d + e + f)	1.621.875,45	725.236,39	1.621.875,45	660.794,09
l) Convite	-	-	-	-
m) Tomada de Preços	-	-	-	-
n) Concorrência	-	-	-	-
o) Pregão	1.621.875,45	725.236,39	1.621.875,45	660.794,09
p) Concurso	-	-	-	-
q) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g + h)	237.244,54	119.725,64	237.244,54	108.107,07
r) Dispensa	17.272,86	38.643,27	17.272,86	32.024,70
s) Inexigibilidade	219.971,68	81.082,37	219.971,68	76.082,37
3. Regime de Execução Especial	12.360,72	50.199,17	12.360,72	50.199,17
t) Suprimento de Fundos	12.360,72	50.199,17	12.360,72	50.199,17
4. Pagamento de Pessoal (j + k)	576.568,66	190.592,55	576.568,66	190.592,55
u) Pagamento em Folha	-	-	-	-
v) Diárias	576.568,66	190.592,55	576.568,66	190.592,55
5. Outros	15.000,60	182.923,12	15.000,60	182.923,12
6. Total (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	2.463.049,97	1.268.676,87	2.463.049,97	1.192.616,00

Fonte: SIAFI, dez 2012.



4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Quadro 98 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
Valores em R\$1,00

Despesas Correntes								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	169.678,30	-	169.678,30	-	-	-	169.678,30
21 - Juros s/a dívida por Contrato	-	169.678,30	-	169.678,30	-	-	-	169.678,30
3 – Outras Despesas Correntes	2.587.199,73	1.038.862,52	2.463.049,97	1.038.862,52	124.149,76	60.136,05	2.463.049,97	1.022.052,90
30 - Material de consumo	257.482,41	291.917,39	251.108,41	291.917,39	6.374,00	35.882,59	251.108,41	280.122,26
35 - Serviço de Consultoria	1.025.660,86	246.596,49	1.025.660,86	246.596,49	-	-	1.025.660,86	246.596,49
39 - Out. serviços de terceiros - PJ	252.972,24	214.059,15	186.412,24	214.059,15	66.560,00	4.253,46	186.412,24	213.174,35
14 - Diárias - pessoa civil	572.343,06	-	572.343,06	-	-	-	572.343,06	-
Demais elementos do grupo	478.741,16	286.289,49	427.525,40	86.289,49	51.215,76	-	427.525,40	282.159,80
Despesas de Capital								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	9.732,00	-	-	-	9.732,00	-	-	-
51 – Obras e instalações	9.732,00	-	-	-	9.732,00	-	-	-
5- Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6- Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
5-Total (1+2+3+4+5+6)	2.596.931,73	1.208.540,82	2.463.049,97	1.208.540,82	133.881,76	60.136,05	2.463.049,97	1.191.731,20

Fonte: SIAFI, dez 2012.

4.2.4.2.3 Análise Crítica

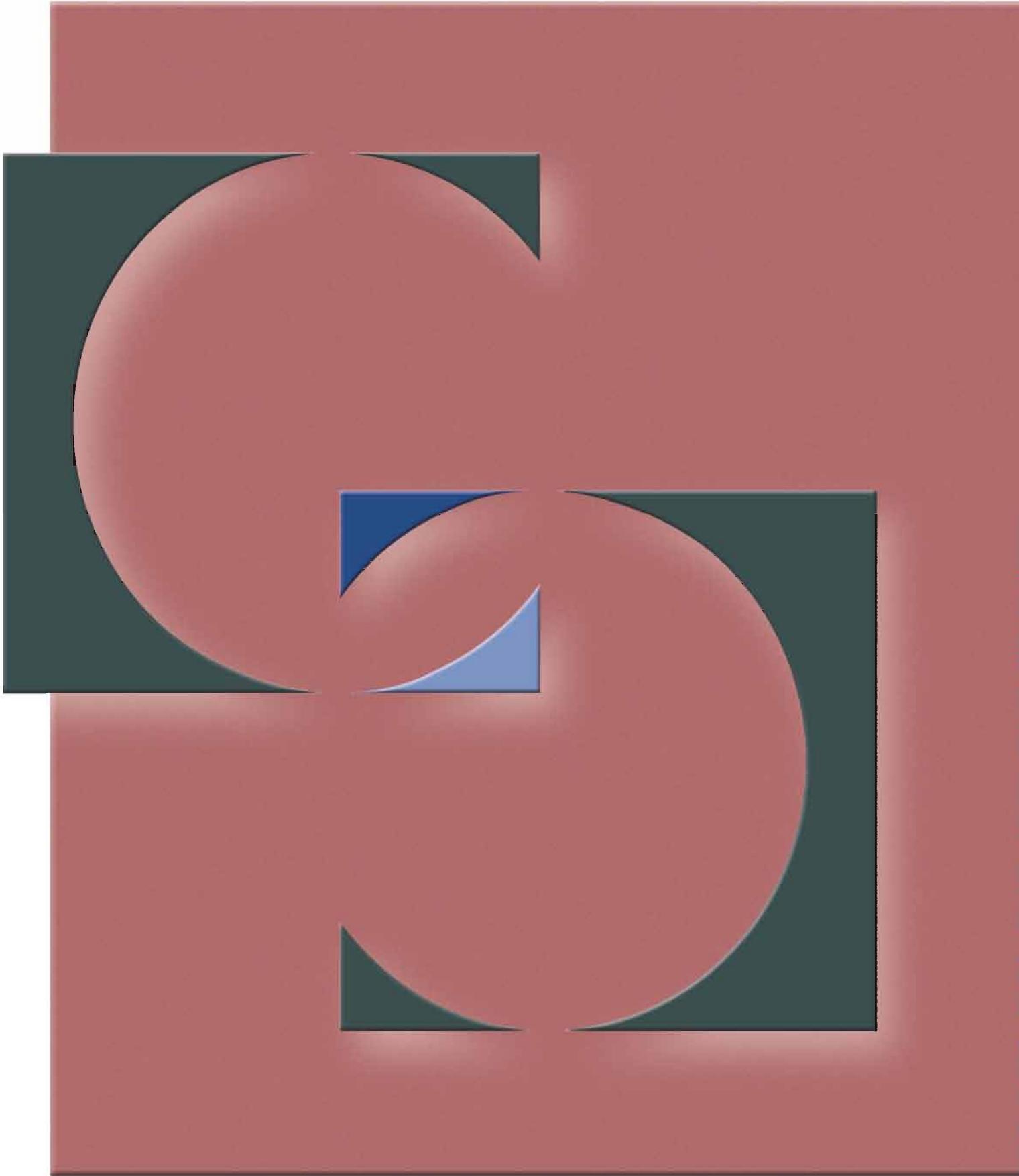
A programação orçamentária do IBGE de 2012, comparada com a de 2011, não sofreu alterações significativas, a diferença relevante aparece na Despesa de Capital com 48% de acréscimo no ano de 2012. Para a modalidade de contratação, podemos destacar o aumento dos itens Suprimento de Fundos e Diárias, que têm como justificativa, respectivamente, o gasto com deslocamento da coleta e com combustível, transporte urbano e intermunicipal, pedágio e pequenas despesas com manutenção de veículos, em razão da implantação, a partir de janeiro de 2012, da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua – PNADC, que tem coleta de dados em todas as 27 Unidades da Federação, nas áreas urbana e rural.

Especificamente no período de abril a agosto, o impacto do contingenciamento na execução orçamentária provocou a baixa execução de alguns projetos finalísticos que



obedecem a um calendário específico. Vale considerar que este contingenciamento foi sanado no último quadrimestre, porém o impacto na execução dos projetos se manteve.

No exercício de 2012 foi implantado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão novas regras para a concessão de diárias e passagens, a partir da publicação do Decreto nº 7689, de 08 de março de 2012, que causou um sério impacto na gestão interna do IBGE, principalmente na execução da coleta de dados em todas as Unidades da Federação, na medida em que a responsável pela ordenação destas despesas, a princípio, era apenas a presidenta do órgão. O Ministério autorizou a delegação aos ordenadores das Unidades Estaduais a partir de publicação de Portarias, estabelecendo limites individuais para cada estado. No total foram publicadas três Portarias nos meses de março, agosto e novembro, e a obediência destes limites refletiu nas atividades durante todo o exercício.





5

Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira



5.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.1.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 99 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	6.668.749,19	13.904,40	6.652.730,45	2.114,34
2010	295.083,18	10.287,92	278,354,78	6.440,48
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	18.298.255,36	1.853.959,73	14.521.150,72	1.923.144,91
2010	1.387.389,12	627.459,71	651.482,67	108.446,74
2009	1.425.584,53	773.035,06	652.549,47	0,00
2008	281.083,13	271.710,63	9.372,50	0,00
2007	26.404,38	0,00	26.404,38	0,00

Fonte: SIAFI, 2012.

5.1.2 Análise Crítica

Da análise do quadro anterior, verifica-se que há permanência de valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados referentes a exercícios anteriores. Essas inscrições tiveram respaldo nos Decretos nº 7.418, de 31/12/2010; nº 7.468, de 28/04/2011; nº 7.511, de 30/06/2011 e nº 7.654, de 23/10/2011, havendo a prorrogação da validade dos restos a pagar não processados e inscritos – exercícios financeiros de 2010, até 30 de dezembro de 2012, registrando em conta específica para Restos a Pagar Bloqueados.

Ressalta-se o esforço da gestão financeira no sentido de realizar a execução dos Restos a Pagar, o que se evidencia pelo pagamento em torno de 99% dos restos a pagar processados e 95% dos restos a pagar não processados.

O volume de cancelamentos efetuados ficou bem menor que no exercício anterior.



5.2 Transferências de Recursos

5.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 100 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística									
CNPJ: 33.787.094/0001-40					UG/GESTÃO: 114601				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	Número Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	01/12	Ministério do Meio Ambiente - MMA	3.350.000,00	0	3.350.000,00	3.350.000,00	09/11/2012	21/12/2013	1

Fonte: SIAFI, 2012.

5.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados pelo IBGE nos Três Últimos Exercícios

Quadro 101 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística				
CNPJ:33.787.094/0001-40			UG/GESTÃO:114601			
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (Valores em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	-	1	3.350.000	-	900.000
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Total				3.350.000		900.000

Fonte: SIAFI, 2012.



5.2.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Vigentes em 2013 e Exercícios Seguintes

Quadro 102 - Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					
CNPJ: 33.787.094/0001-40			UG/GESTÃO: 114601		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores em R\$1,00			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	3.350.000	3.350.000	-	100
Termo de Compromisso	-	-	0	-	-
Totais	1	3.350.000	3.350.000	-	100

Fonte: SIAFI, 2012.

5.2.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro 103 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse

Unidade Concedente					
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					
CNPJ: 33.787.094/0001-40			UG/GESTÃO: 114601		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Valores em R\$1,00		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	900.000	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0

Fonte: SIAFI, 2012.



5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos

5.3.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro 104 - Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos - SF

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores em R\$1,00			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
114601	FUNDACAO IBGE-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL/RJ	-	9.334	152.376	161.710
114602	UNIDADE ESTADUAL DO RONDÔNIA	-	28.340	29.618	57.958
114603	UNIDADE ESTADUAL DO ACRE	-	89.191	97.162	186.353
114604	UNIDADE ESTADUAL DO AMAZONAS	-	605.933	89.075	695.007
114605	UNIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	-	48.069	30.663	78.732
114606	UNIDADE ESTADUAL DO PARÁ	-	432.223	83.617	515.840
114607	UNIDADE ESTADUAL DO AMAPÁ	-	77.214	54.870	132.085
114608	UNIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	-	249.590	21.872	271.462
114609	UNIDADE ESTADUAL DO PIAUI	-	87.283	26.421	113.704
114610	UNIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	-	29.378	82.297	111.675
114612	UNIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE	-	15.851	13.577	29.427
114613	UNIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	-	74.006	21.301	95.306
114614	UNIDADE ESTADUAL DE PERNAMBUCO	-	115.702	58.029	173.731
114615	UNIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	-	47.507	2.749	50.256
114616	UNIDADE ESTADUAL DE SERGIPE	-	18.300	7.659	25.959
114617	UNIDADE ESTADUAL DA BAHIA	-	175.565	172.434	347.999
114618	UNIDADE ESTADUAL DE MINAS GERAIS	-	47.052	98.642	145.693
114619	UNIDADE ESTADUAL DE ESPIRITO SANTO	-	31.598	33.714	65.312
114620	UNIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO SUL	-	13.104	13.987	27.091
114622	UNIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO	-	99.497	233.162	332.659
114623	UNIDADE ESTADUAL DO PARANÁ	-	55.559	238.151	293.710
114624	UNIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA	-	170.654	192.439	363.093
114625	UNIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	-	22.733	51.653	74.386
114626	UNIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO	-	286.772	146.135	432.907
114627	UNIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	-	71.262	43.789	115.050
114629	UNIDADE ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL	-	8.949	56.570	65.519
114631	UNIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO	-	14.240	48.175	62.415
114639	UNIDADE ESTADUAL EM TOCANTINS	-	67.235	31.462	98.696
Total		-	2.992.140	2.131.596	5.123.736

Fonte: SIAFI, 2012.



5.3.1.2 Suprimento de Fundos –Cartão de Crédito Corporativo – CPGF

A informação relativa a Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo encontra-se no Anexo 2.

5.3.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pelo IBGE

Quadro 105 - Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a + b + c)
2012	-	-	10.471	2.992.14,17	5.389	2.131.596,23	5.123.736,40
2011	-	-	7.037	1.684.738,00	5.240	2.006.630,25	3.691.368,25
2010	-	-	35.437	15.236.559,00	12.711	6.228.176,78	21.464.735,78

Fonte: SIAFI, 2012.

5.3.1.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 106 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	6.370	5.123.736,40	5.670	3.691.368,25	14.190	21.464.735,78

Fonte: SIAFI, 2012.



5.1.2 Análise Crítica

O suprimento de fundos no IBGE é utilizado em quase sua totalidade para atender as atividades finalísticas. Para o acompanhamento e controle da solicitação, concessão, comprovação e prestação de contas institucionalizamos um sistema corporativo que monitora as quatro fases, a partir de limites pré-estabelecidos no início do exercício. A cada solicitação o gestor recebe automaticamente as justificativas e o limite disponível para atender a excepcionalidade do uso do suprimento de fundos, os percentuais para saque e fatura que serão utilizados, visando subsidiar a sua autorização, além do saldo de limites da sua UG.

Após a concessão o sistema monitora os prazos de aplicação e comprovação através de relatórios ativos e avisos por *e-mail*.

A cada concessão, o suprido (portador de cartão) recebe instruções de como o recurso deve ser utilizado, de forma a atender o disposto na legislação.

Encontra-se disponibilizado no sistema, que obrigatoriamente é utilizado pelo suprido, os manuais e o caderno de perguntas e respostas da CGU.

Dentre os resultados obtidos em 2012 pode-se destacar a homogeneidade do procedimento, tendo em vista que todos os processos para esse fim têm suas peças padronizadas, resultado da automação do sistema, facilitando, assim, a análise por parte dos contadores e auditores.

Outro aspecto importante é que a automação do sistema subsidia a tomada de decisão do gestor, na medida em que sinaliza os percentuais de saques e os limites estabelecidos para cada Unidade Gestora. O sistema permite a geração de relatórios com total transparência em *link* específico no portal do IBGE.

As razões que levam os gestores a optar pelo uso do suprimento de fundos é o tipo de despesa realizada, os locais onde elas ocorrem, a capilaridade do IBGE e a existência da rede de coleta em todo território nacional, na qual o deslocamento é feito através de transporte rodoviário, aéreo, pluvial, etc., evidenciando o pagamento pontual e a impossibilidade de contratação do tipo de serviço prestado e material adquirido, através de processo licitatório.

A seguir são detalhados alguns dos gastos com Suprimento de Fundos em 2012:

Na Unidade Estadual do Amazonas o valor elevado de gasto com saque na locomoção é referente ao transporte de servidores para atualização dos setores (CNEFE) e coleta



da PNAD2012 e PNAD Contínua em áreas rurais. Não dispomos de estradas e linhas regulares de transporte para as áreas rurais dos municípios e o pagamento é em espécie para os fretadores de “voadeiras”. Normalmente o acesso às comunidades rurais se dá por meio fluvial.

Na Unidade Estadual do Maranhão o valor de R\$207.587,52 (duzentos e sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) corresponde ao total das despesas realizadas com aquisição de passagens urbanas, intermunicipais e locação de veículos (motocicleta e Toyota) para deslocamento dos servidores quando da realização das pesquisas do IBGE nesta Unidade Estadual, nas zonas urbana e/ou rural dos municípios sob a jurisdição das agências no Maranhão.

Parte dos gastos aos quais estamos nos referindo ocorreram com a aquisição de passagens urbanas e/ou intermunicipais junto a Pessoas Jurídicas não cadastradas no sistema Visa (ônibus com linha regular e transporte alternativo), ou com locações de veículos (motocicleta e toyota) realizadas na zona rural (locais de péssimas condições de acessibilidade, inadequados ao uso das viaturas oficiais do IBGE), que responde por pelo menos 70% dos recursos utilizados.

As locações na zona rural são realizadas junto a Pessoas Físicas, que também não dispõem de cadastro no sistema VISA. As pesquisas nestas áreas são as seguintes: Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária - LSPA, Pesquisa Agropecuária Municipal - PAM, Pesquisa de Extrativismo Vegetal e Silvicultura - PEVIS, Pesquisa da Pecuária Municipal- PPM, PNAD e PNAD Contínua, dentre estas, as duas últimas respondem pela grande maioria do gasto, uma vez que possuem duas fases distintas, listagem e coleta.

Por oportuno, acrescentamos que estes gastos são indispensáveis para a regular realização da coleta e, em valores absolutos, refletem o tamanho da amostra direcionada ao Estado do Maranhão.

Na Unidade Estadual do Mato Grosso o elevado gasto com despesas e passagens, ocorreu, em virtude de coleta da e PNAD Contínua e listagem de setores, cuja, amostra dos mesmos é espalhada por diversos Municípios de subordinação, fora da sede das agências, ensejando deslocamento constantes de diversos servidores, bem como aquisição de serviços de traslado aos setores rurais, com contratação de transporte de terceiros.

Em relação à Unidade Estadual de São Paulo devem ser consideradas suas atribuições, que geram a necessidade de disponibilização de muitos recursos, de



forma dinâmica, em especial para a coleta das Pesquisas. O percentual de saque costuma variar durante os meses do ano. A Unidade Estadual de São Paulo monitora, constantemente, o cumprimento dessa obrigação legal, conforme também ocorreu no exercício de 2012, encerrado com o percentual de 28,73%, na modalidade saque para as Concessões de Suprimento de Fundos.

Os valores apresentados para a modalidade saque para o exercício 2012 são representados basicamente por despesas com limpeza e manutenção das Agências, serviços prestados por Autônomos, locomoção urbana e interurbana dos servidores e contratados do IBGE em campo, pedágios e despesas com estacionamento das viaturas, custos imprescindíveis ao bom funcionamento da Rede de Agências do IBGE no Estado de São Paulo, com vistas ao cumprimento da missão institucional.

Cabe ressaltar que estão sendo estudadas e implementadas gradualmente ações para a redução do Saque na modalidade Suprimento de Fundos, em especial quanto às despesas com limpeza das Agências da Capital de São Paulo, pagamento de locomoção urbana para servidores e contratados em trabalhos de campo, despesas com pedágios e redução das despesas com estacionamentos.

Para o elemento de despesa 3390.33 – Passagens e Locomoção, que representa 61% dos valores aplicados na modalidade saque para Suprimento de Fundos em São Paulo no ano de 2012, do valor de R\$60.710,26 apresentado, R\$20.312,30 (33,45%) são referentes a pedágios e R\$40.397,96 (66,55%) são referentes a locomoção urbana e interurbana. Pelas características dessas despesas, os pagamentos, em sua maioria, exigem efetivação em espécie, não tendo outra opção para o pagamento das despesas, até o momento. Assim, ainda para o momento, a não disponibilização desses recursos para a Rede de Agência do IBGE de São Paulo, composta por 100 (cem) Unidade, conforme realizado, inviabilizaria o cumprimento das tarefas executadas, em conformidade com o cronograma de trabalho estabelecido para esta Unidade Estadual, bastante representativo em relação às atividades da Fundação IBGE, sendo certo que estamos entre as maiores Unidades da Federação.

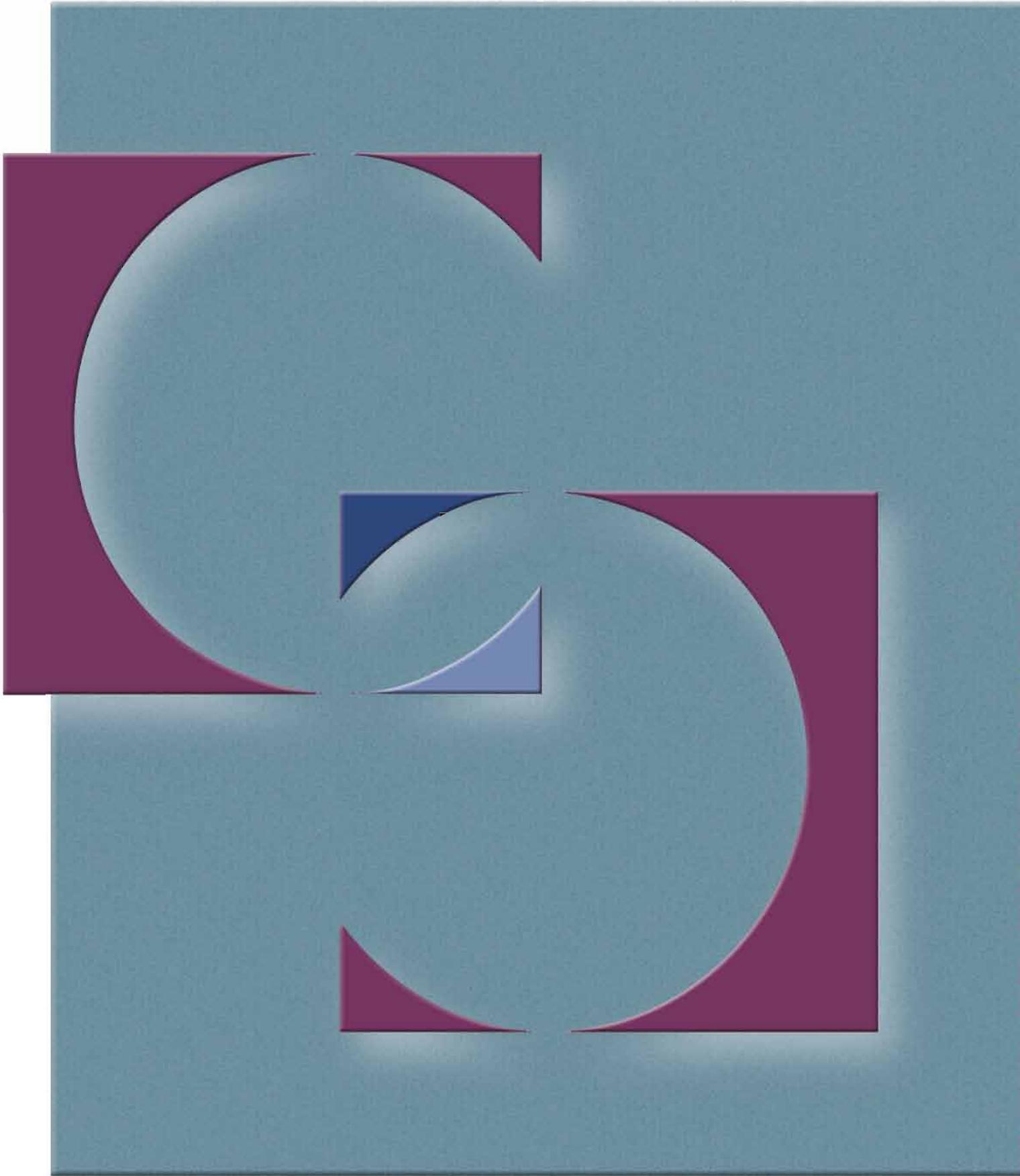
Cabe destacar que, para a despesa com locomoção urbana, temos um contrato junto a empresa São Paulo transportes – Spttrans, que fornece o crédito de bilhete único de transportes, que atende as locomoções urbanas, no âmbito do município de São Paulo. Para o ano de 2012 foram pagos através desse contrato R\$ 66.000,00, valor esse que anteriormente era pago por Suprimento de Fundos, importante ação implementada na Unidade Estadual de São Paulo.



Para as despesas com limpeza e manutenção das Agências foram implantados contratos com os prestadores de serviços por Agências, ficando para a modalidade Suprimento de Fundos apenas as Agências da Capital de São Paulo e algumas Agências da Grande São Paulo. O total da despesa com o elemento de despesa 3390.36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, para o exercício de 2012, excluindo-se locação de Imóveis, foi de R\$120.677,95, sendo que foram pagos através de Suprimento de fundos os valores de R\$18.110,30 (18% do total de saque da Unidade Estadual em 2012).

Para as demais despesas, representadas pelos elementos de despesas 3390.30 – Material de Consumo e 3390.39 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, foi autorizada a utilização, na modalidade saque, para os casos excepcionais, onde não havia a possibilidade da utilização da modalidade Crédito nos pagamentos através de Suprimento de Fundos.

Dessa forma, a UE/SP continuará primando pela correta utilização dos recursos públicos, buscando a qualidade do gasto, em todas as frentes de trabalho, sem perder o foco no atendimento às imprescindíveis demandas das áreas técnicas, em cumprimento da missão institucional, atentos às boas práticas administrativas, buscando sempre o cumprimento das obrigações normativas e legais.





6

Informações sobre Recursos Humanos do IBGE



6.1 Informações sobre Recursos Humanos do IBGE

6.1.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à disposição do IBGE

Quadro 107 - Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31 de Dezembro

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	6.603	194	369
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	-	6.603	194	369
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	11.489	6.578	193	365
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	16	-	02
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	06	01	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	03	-	02
2. Servidores com Contratos Temporários	-	4.305	2.854	2.104
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	2	-	-
4. Total de Servidores (1 + 2 + 3)	11.489	10.910	3.049	2.477

Fonte: 1 - Fita Espelho, ref. dez/2012; 2 - Transação GRCOLOTDIS (SIAPE), ref. dez/2012
 Memória de Cálculo dos Egressos: Aposentadoria (308) + Falecimentos (15) + Exonerações (46)



6.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva do IBGE

Quadro 108 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31 de Dezembro

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1 + 1.2 + 1.3)	121
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	44
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (Lei 6.999/82, Lei 9.007/95, Lei Complementar 73/93, Lei Complementar 75/93 e Lei 9.020/95)	77
2. Afastamentos (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4)	5
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	02
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	03
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1 + 3.2 + 3.3 + 3.4 + 3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1 + 4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1 + 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5)	13
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	05
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	08
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	139

Fonte: Fita Espelho SIAPE, ref. dez/2012

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 109 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ - Situação em 31 de Dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	423	416	58	56
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	423	393	54	53
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	11	02	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	01	1	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	02	1	-
1.2.5. Aposentados	-	09	-	1
2. Funções Gratificadas	1.481	1.406	105	94
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	1.406	105	94
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1 + 2)	1.904	1822	163	150

Fonte: Fita Espelho SIAPE, ref. dez/2012



6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal do IBGE Segundo a Idade

Quadro 110 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31 de Dezembro

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	3.720	1.400	1.161	3.745	857
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	454	763	920	3.604	837
1.3. Servidores com Contratos Temporários	3.266	637	241	141	20
2. Provimento de Cargo em Comissão	88	207	243	1075	209
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	69	77	213	54
2.3. Funções Gratificadas	85	138	166	862	155
3. Totais (1 + 2)	3.808	1.607	1.404	4.820	1.066

Fonte: Fita Espelho SIAPE, ref. dez/2012

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal do IBGE Segundo a Escolaridade

Quadro 111 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31 de Dezembro

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	5	75	149	6.289	1.573	2.286	364	142
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0								
1.2. Servidores de Carreira	0	5	75	149	2.750	807	2.286	364	142
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0				3.539	766			
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	1	3	20	717	260	697	95	29
2.1. Cargos de Natureza Especial	0								
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0			1	42	180	128	46	19
2.3. Funções Gratificadas	0	1	3	19	675	80	569	49	10
3. Totais (1 + 2)	0	6	78	169	7.006	1.833	2.983	459	171

Fonte:

1 - Fita Espelho SIAPE, ref. dez/2012

2 - Sistema Interno do Órgão (Sistema DAS/FG)

LEGENDA:

Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/ Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal do IBGE

Quadro 112 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Valores em R\$1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provedor em Comissão										
Exercícios	200.339.091	516.537	30.281.732	171.543.067	21.821.628	20.346.541	-	275.823	776.061	445.900.481
2011	211.375.480	466.742	31.187.116	178.862.994	22.462.588	21.062.673	-	-	786.473	466.204.067
2010	403.399.949	16.146	35.163.359	11.592.144	3.739.637	21.238.573	55.421.908	-	-	530.571.716
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	41.252.968	0	2.853.400	76.392	23.212.374	383.948	0	1.458	0	67.780.541
2011	29.763.200	0	1.881.663	120.260	21.198.110	187.789	0	-	0	53.151.023
2010	47.198.787	0	3.029.151	298.849	3.846.810	246	21.233.190	0	0	75.607.034
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	7.148.110	0	811.699	5.144.573	555.655	567.927	0	163.109	26417	14.417.491
2011	6.338.815	0	868.435	4.511.037	442.534	476.214	0	0	37.222	12.674.258
2010	25.496.850	1.489.410	462.300	687.420	2.761.740	5.909.400	7.489.260	0	0	44.296.380
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	606.31	2694,69	-	202,10	606,31	-	-	-	-	4.109,41
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	25.760.324	7.750.664	4.792.433	23.994.906	1.772.259	2.664.250	-	48.433	99.222	66.882.490
2011	26.036.881	7.810.637	4.719.707	23.726.262	1.724.566	2.596.890	-	-	88.410	66.703.353
2010	48.220.130	7.597.243	4.746.531	1.678.971	174.369	2.412.010	4.661.966	-	-	69.491.220
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	59.045.097	5.239.212	8.912.002	45.497.158	6.270.547	6.579.604	-	57.810	186.719	131.788.147
2011	58.202.365	5.113.352	8.944.115	44.498.422	5.983.100	6.292.240	-	-	186.757	129.220.351
2010	81.433.231	4.006.160	7.199.762	2.413.266	778.276	4.932.061	9.062.890	-	-	109.825.647

Fonte: Fita Espelho SIAPE, dez/2012



6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos do IBGE Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 113 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31 de Dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	3562	309
1.1. Voluntária	3050	301
1.2. Compulsória	16	-
1.3. Invalidez Permanente	496	8
1.4. Outras	-	-
2. Proporcional	2631	12
2.1. Voluntária	2022	-
2.2. Compulsória	39	-
2.3. Invalidez Permanente	300	12
2.4. Outras	-	-
3. Totais (1 + 2)	5.923	321

Fonte: Controle Interno IBGE, 2012

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pelo IBGE

Quadro 114 - Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31 de Dezembro

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	2396	128
1.1. Integral	2079	97
1.2. Proporcional	317	31
2. Em Atividade	13	22
3. Total (1 + 2)	2409	150

Fonte: SIAPE, 2012



6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não há estrutura padronizada para extrair as informações solicitadas neste subitem. Dado a insuficiência e constante redução de servidores, somadas às crescentes demandas do órgão, o IBGE julga ser inviável tomar providências para identificar eventuais acumulações remuneradas de cargos, funções e empregos públicos. Adicionalmente, muito poucos casos ocorreram nesse sentido. Dessa forma, não existem controles internos para este fim, visto os recursos que seriam necessários em termos de mobilização de pessoas para possibilitar o acompanhamento.

Entretanto, o IBGE exige o preenchimento por parte dos nomeados da Declaração de não-acumulação de cargos, empregos e funções no momento de sua posse. Apesar de não ser feita uma verificação externa das informações prestadas pelos servidores nomeados (tendo em vista que o órgão não possui acesso aos sistemas de outras esferas de governo e de outros poderes da União), o sistema SIAPE está preparado para criticar situações de possíveis acumulações ilegais quando os cargos estão cadastrados nesse sistema, mesmo que em instituições diferentes.

Não existe nenhuma norma ou documentação formal que estabeleça a necessidade de informar acumulações de cargos que venham a ocorrer ao longo da vida funcional do servidor. No entanto, na declaração de não-acumulação de cargos mencionada anteriormente consta o seguinte parágrafo: “Comprometo-me a comunicar ao IBGE qualquer alteração que vier a ocorrer em minha vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos”.

Adicionalmente, não existe nenhuma norma ou exigência de declarações periódicas ou por eventos, tendo em vista o texto mencionado anteriormente de que o próprio servidor se compromete a comunicar ao IBGE qualquer alteração que vier a ocorrer quanto à questão de acumulação de cargos. Da mesma forma, não existem mecanismos de verificações periódicas. O que normalmente ocorre é a realização de auditorias externas da Controladoria Geral da União ou da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que cruzam os dados do SIAPE com dados de administrações estaduais e municipais. Se nesses cruzamentos for identificada alguma situação de acumulação, é instaurado um procedimento de averiguação da situação apontada.

Adotam-se os procedimentos especificamente traçados nos art. 133 da Lei 8.112/90, sem quaisquer outras nuanças. É feito um contato prévio com o servidor em situação de acumulação, solicitando o comparecimento, e na ocasião do comparecimento é notificado oficialmente para apresentar opção no prazo de 10 dias, adotando-se, na



hipótese de omissão em fazê-lo, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar – Rito Sumário, tudo como definido no artigo referenciado.

Além das medidas já citadas, o IBGE utiliza um Sistema Eletrônico de Controle de Acesso e Frequência para apurar a frequência mensal dos servidores da instituição. Nesse sistema é indicada a carga horária diária de cada servidor, sua carga horária mensal, sua jornada de trabalho e a apuração diária de sua frequência. Todos os servidores possuem acesso ao sistema através da intranet do IBGE e podem monitorar sua movimentação diária. A chefia imediata dos servidores e a Coordenação de Recursos Humanos também acompanham a frequência de todos os servidores, adotando as providências necessárias no caso de descumprimento da jornada de trabalho, gerando os descontos salariais decorrentes de ausências ou saídas antecipadas e não compensadas.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, são tratados pontualmente. Nessas situações, é instaurado um procedimento de averiguação da situação apontada.

6.1.7 Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro 115 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	196	10	191	7
Concessão de aposentadoria	307	302	304	-
Concessão de pensão civil	130	90	128	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	465	59	465	-
Totais	1098	461	1088	7

Fonte: SIAPE e SISAC, ref. dez/2012



Quadro 116 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	48	44	38	36
Cancelamento de concessão	17	4	17	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	65	48	55	36

Fonte: SIAPE e SISAC, ref. dez/2012

Quadro 117 - Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	10	14	6	161
Concessão de aposentadoria	141	166	-	-
Concessão de pensão civil	118	12	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	252	213	-	-
Total	521	405	6	161
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	3	8	8	19
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	524	413	14	180

Fonte: SIAPE e SISAC, ref. dez/2012

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Embora o IBGE ainda não possua, de forma sistematizada, indicadores de gestão de recursos humanos que permitam a verificação de todos os índices pertinentes à área, o órgão vem investindo em sistemas de informação para que se possam gerar tais números e, dessa forma, melhorar a atuação na formulação de políticas e programas que atendam às necessidades dos servidores.

Um dos sistemas, já em utilização – Sistema de Informações de Saúde – permite a obtenção das seguintes informações:



6.1.8.1 Absenteísmo

A taxa de absenteísmo por Doença-Força de Trabalho se refere ao controle das ausências no trabalho de servidores e / ou contratados temporários por motivos médicos.

Para calcular esta taxa, primeiramente é necessário identificar o total de dias de afastamento contabilizados no ano. Após, é necessário multiplicar o total de dias úteis com o número médio anual de trabalhadores. A divisão deste primeiro item pelo segundo resulta no indicador, conforme evidenciado a seguir:

$$\text{Taxa de Absenteísmo} = \frac{\text{Total de dias de afastamento contabilizados no ano}}{\text{Total de dias úteis} \times \text{n}^\circ \text{ médio anual de trabalhadores}}$$

Assim, esta taxa reflete o percentual de ausências por motivo de doença em relação aos dias trabalhados no ano.

Quadro 118 - Taxa de Absenteísmo por Doença- Força de Trabalho em 2012

Número Médio Anual de Trabalhadores	Total de Dias Afastados em 2012	Total de Dias Úteis	Taxa de Absenteísmo por Doença
10.598	89.330	248	3.40%

Fonte: Sistema de Informações de Saúde, ref. dez/2012

A taxa de absenteísmo no ano 2012, de 3,40%, representou uma pequena queda com relação a 2011 – de 4,46% – e 2010 – de 4,18%. É natural que ocorram pequenas oscilações entre os anos.

O Índice de gravidade de absenteísmo por doença-força de trabalho se refere ao tempo computado por milhão de horas-homem ou dias total em que o trabalhador se encontra doente.

Quadro 119 - Índice de Gravidade de Absenteísmo por Doença - Força de Trabalho em 2012

Número Médio Anual de Trabalhadores	Total de Dias Afastados em 2012	Dias Perdidos por Doença
10.598	89.330	8,4

Fonte: Sistema de Informações de Saúde, ref. dez/2012

6.1.8.2 Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Quadro 120 - Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Registros de Acidente do Trabalho e Doenças Ocupacionais -2012			
Localização	Quantidade		TOTAL
	Sem Afastamento	Com Afastamento	
Sede	4	11	15
Unidade Estadual	11	11	22

Fonte: Sistema de Informações de Saúde, ref. dez/2012



6.1.8.3 Rotatividade (*Turnover*)

Para o cálculo de rotatividade no IBGE foi considerado o número de admissões e desligamentos, assim como o número de aposentadorias (no caso de servidores efetivos).

Este indicador é relevante na medida em que possibilita mensurar e acompanhar o grau de renovação dos funcionários dentro da organização.

No caso de servidores efetivos, o *turnover* é pouco expressivo, pois as exonerações e admissões são relativamente pequenas, dado o efetivo médio, de aproximadamente 6.600 servidores. Considerando as aposentadorias, o número aumenta.

Já dentre os contratados, a rotatividade tem um aumento expressivo – passa de 60% por ano. Este fato se justifica pela falta de estabilidade e pelo período máximo de dois anos de trabalho no cargo. Dessa forma, os desligamentos tanto a pedido quanto por decisão do IBGE – assim como as novas admissões – sejam mais frequentes e em quantidade consideravelmente maior que o efetivo.

Quadro 121 - *Turnover* 2012 – Servidores Efetivos + Contratados

Servidores Efetivos + Contratados	<i>Turnover</i> Anual %	<i>Turnover</i> Mensal Médio %
<i>Turnover</i> (Sem aposentadoria)	24,30	2,12
<i>Turnover</i> (Com aposentadoria)	25,77	2,24

Fonte: SIAPE, jan a dez/2012

Quadro 122 - *Turnover* 2012 – Servidores Efetivos

Servidores Efetivos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	<i>Turnover</i> Anual	<i>Turnover</i> Mensal Médio
	%													
Sem aposentadoria	1,61	1,10	1,38	4,49	3,22	1,33	1,14	0,99	1,65	2,64	1,16	0,47	21,44	1,77
Com aposentadoria	1,62	1,79	1,98	4,64	3,25	1,65	1,15	1,20	1,66	2,70	1,25	0,48	23,71	1,96

Fonte: SIAPE, jan a dez/2012

Quadro 123 - *Turnover* 2012 – Servidores Contratados

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	<i>Turnover</i> Anual	<i>Turnover</i> Mensal Médio
%													
5,50	4,53	5,19	12,09	7,87	4,30	3,60	3,81	4,57	6,36	3,53	1,43	62,51	5,12

Fonte: SIAPE, jan a dez/2012



6.1.8.4 Educação Continuada

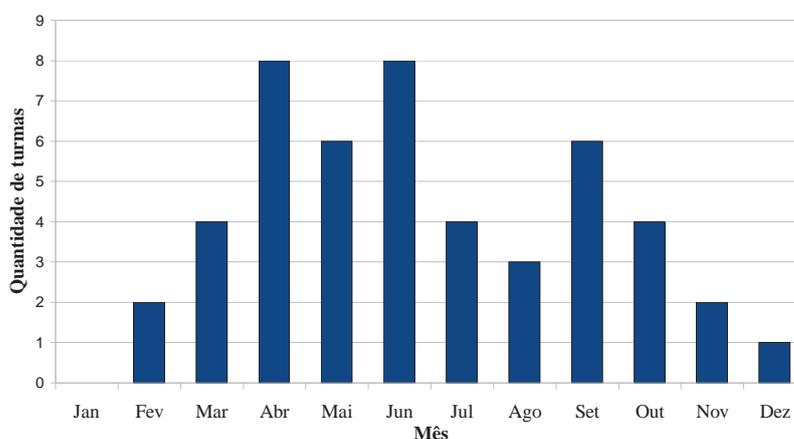
a. Ensino Presencial

A Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento do IBGE realizou um total de 39 cursos presenciais, capacitando 668 servidores em 2012. Foram realizados nove cursos de administração, 11 de estatística, oito de geociências e 11 de informática.

Em 2012, 3,5% mais servidores foram treinados comparando com 2011, o que mostra uma tendência de estabilização do número de capacitados no ano.

No Gráfico 8, é apresentada a distribuição de turmas por mês:

Gráfico 8 - Quantidade de Cursos Presenciais em 2012 por Mês

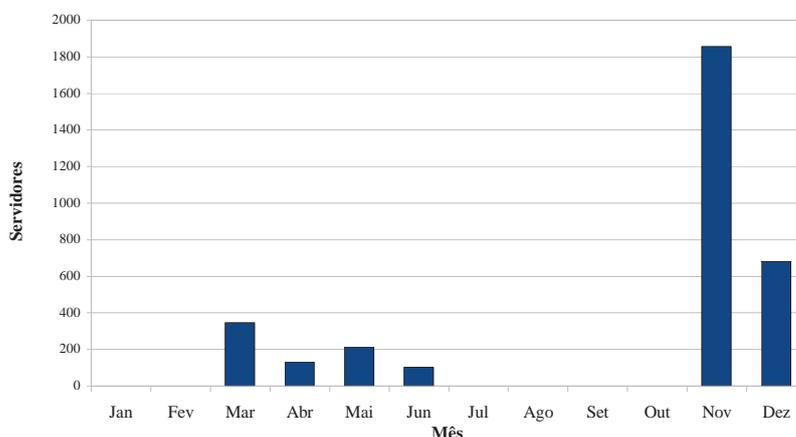


Fonte: Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento/IBGE

b. Ensino à Distância

Além dos treinamentos presenciais, o IBGE conta também com uma estrutura de educação à distância - EAD. A seguir são apresentadas as capacitações realizadas neste formato em 2012.

Gráfico 9 - Distribuição de Servidores Treinados via EAD em 2012 - Turmas por Mês



Fonte: Escola Virtual IBGE



6.1.8.4 Disciplina

Os dados a seguir fornecem a visão e o acompanhamento das incidências de Infrações Disciplinares ocorridas nas Unidades Estaduais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no exercício de 2012.

Quadro 124 – Incidências de Infrações Disciplinares Ocorridas nas Unidades Estaduais do IBGE

UF /TOTAL	Sindicância Investigativa	Sindicância Acusatória	PAD	Penalidade			
				Advertência	Suspensão	Demissão	
AC	2	1	1	0	0	0	
AL	9	9	0	0	0	0	
AM	2	1	0	1	0	0	
AP	2	2	0	0	0	0	
BA	3	0	2	1	0	0	
CE	2	2	0	0	0	0	
DF	3	2	1	0	0	0	
ES	1	1	0	0	0	0	
GO	0	0	0	0	0	0	
MA	6	0	0	6	0	1	2
MG	11	0	10	1	1	0	0
MS	3	2	1	0	0	0	0
MT	1	0	1	0	0	0	0
PA	2	2	0	0	0	0	0
PB	3	2	1	0	0	0	0
PR	1	0	1	0	0	1	0
PE	0	0	0	0	0	0	0
PI	2	0	0	2	2	0	0
RJ	26	9	11	6	0	0	0
SEDE	11	1	0	10	1	1	0
RN	3	2	0	1	0	0	0
RO	1	1	0	0	0	0	0
RR	5	5	0	0	0	0	0
RS	7	6	0	1	0	0	0
SC	4	3	0	1	0	0	0
SE	3	3	0	0	0	0	0
SP	26	25	0	1	0	0	0
TO	2	2	0	0	0	0	0
Total	141	81	29	31	4	3	2

Fonte: GEPAD/IBGE

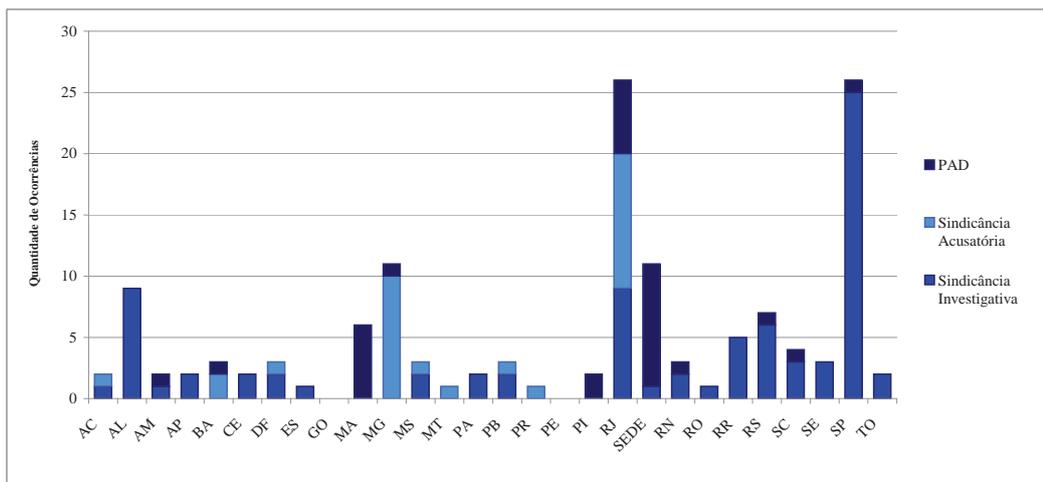
Analisando o quadro 124 é possível perceber a relação entre o número de procedimentos instaurados e a quantidade de servidores das unidades estaduais. As maiores unidades da Federação – São Paulo e Rio de Janeiro –, por exemplo, são as



que possuem o maior número de processos abertos, respectivamente com 26 em cada uma delas até o final de 2012.

Os gráficos 10 e 11, exibidos a seguir, apresentam os tipos de Infrações Disciplinares e o quantitativo discriminados por Unidade Estadual.

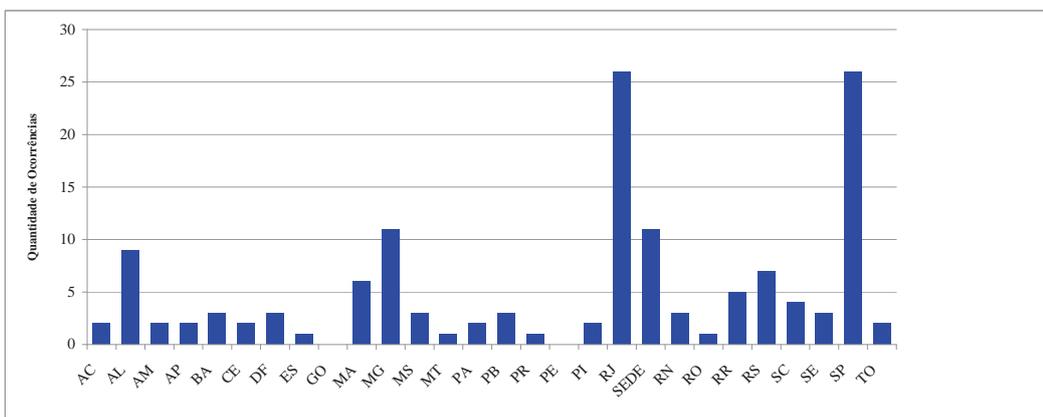
Gráfico 10 - Tipos de Infrações Disciplinares Ocorridos no Exercício de 2012 - Unidades Estaduais



Fonte: IBGE, DE/GEPAD, ref. 2012

OBS: As Unidades Estaduais de Goiás e Pernambuco não apresentaram nenhuma Infração.

Gráfico 11 - Procedimentos Disciplinares Instaurados no Exercício de 2012 - Unidades Estaduais



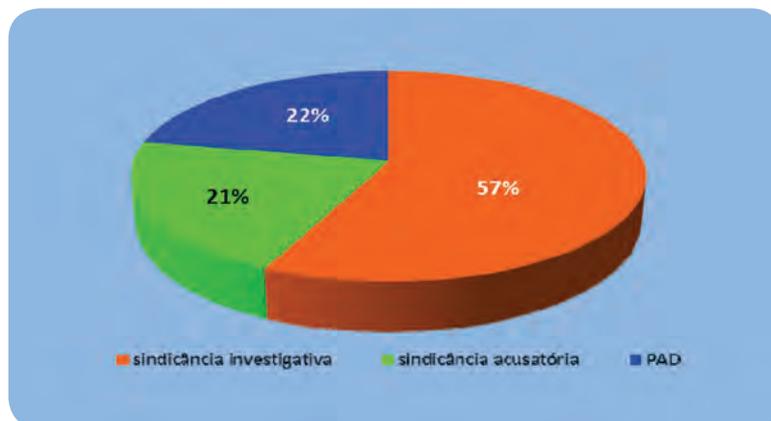
Fonte: IBGE, DE/GEPAD, ref. 2012

OBS: As Unidades Estaduais de Goiás e Pernambuco não apresentaram nenhuma Infração.



O Gráfico 12 apresenta os tipos de Infrações Disciplinares ocorridos no âmbito da Instituição de janeiro a dezembro de 2012.

Gráfico 12 - Tipos de Procedimentos Instaurados no Exercício de 2012 no IBGE



Fonte: IBGE, DE/GEPAD, ref. 2012

6.1.8.5 Aposentadoria *versus* Reposição do Quadro

O IBGE ficou quase 17 anos sem realizar concursos públicos para o ingresso de servidores em seus quadros efetivos. A partir de 2001 foram realizados alguns concursos para provimento de cargos de nível superior e médio, de forma que os primeiros ingressos ocorreram em 2002.

Em 2010 houve novo concurso para a instituição. No referido ano e em 2011, houve a entrada de 359 servidores. O número de aposentadorias no período (2010 e 2011), entretanto, chegou a 555. Em 2012, 307 servidores se aposentaram, enquanto o ingresso neste período foi de 194 novos trabalhadores.

O Quadro 125 detalha os ingressos e aposentadorias, por cargo, ocorridos em 2012.

Quadro 125 – Ingressos e Aposentadorias, por Cargo, Ocorridos em 2012

Ingressos	Quantidade
Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas	152
Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas	0
Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas	0
Técnico em Planejamento, Gestão e Infra-estrutura em Informações Geográficas e Estatísticas	0
Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas	41
Outros	1
Aposentadorias	Quantidade
Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas	9
Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas	10
Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas	175
Técnico em Planejamento, Gestão e Infra-estrutura em Informações Geográficas e Estatísticas	66
Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas	47

Fonte: Controle Interno IBGE, 2012



O IBGE está tendo que lidar com a gradual redução de seu quadro. Considerando-se que as atribuições da instituição se mantém, tem-se buscado soluções para lidar com esse cenário, principalmente por meio da automatização de processos, visando a elevar sua produtividade.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pelo IBGE

As informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva encontram-se no Anexo 3.

6.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do IBGE

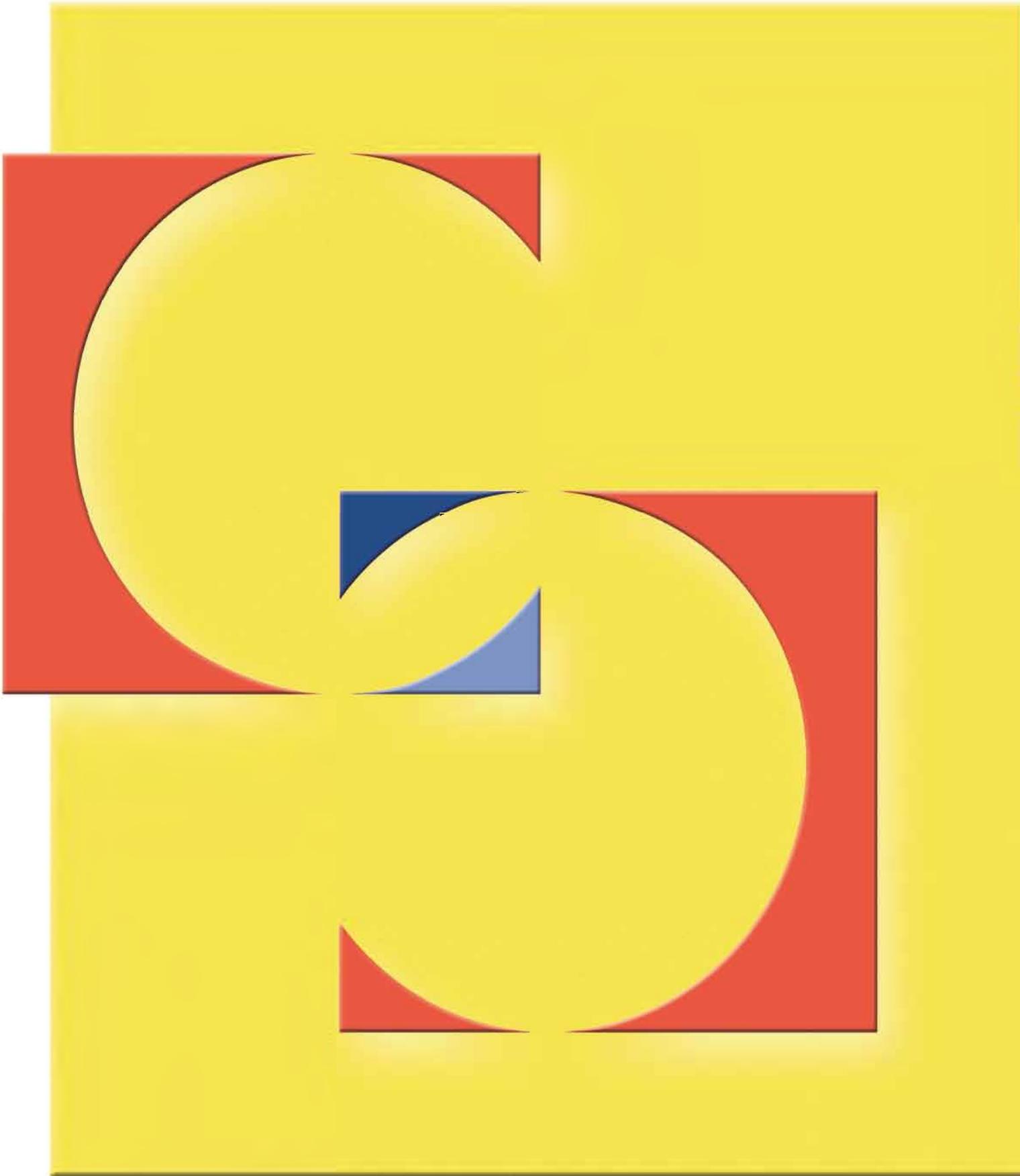
As informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do IBGE encontram-se no Anexo 4.

6.2.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 126 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	254	282	279	302	538.576,33
1.1. Área Fim	180	198	192	211	378.723,32
1.2. Área Meio	74	84	87	91	159.853,01
2. Nível Médio	110	150	153	138	174.374,50
2.1. Área Fim	42	64	64	56	73.084,40
2.2. Área Meio	68	86	89	82	101.290,10
3. Total (1 + 2)	364	432	432	440	712.950,83

Fonte: Fita Espelho SIAPE, ref: mar/jun/set/dez/2012.





7

Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário



7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A Legislação que regula a forma de utilização da frota de veículos é a Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Como órgão responsável pela produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas em âmbito nacional, o IBGE está estruturado em todo o território brasileiro, com representação em todas as Unidades da Federação e cerca de 581 Agências de Coleta cobrindo todos os municípios brasileiros.

Para assegurar informações necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, o IBGE realiza levantamentos e estudos nesses campos. Assim, necessário se faz possuir uma frota de veículos próprios para coleta de dados imprescindíveis ao diagnóstico e monitoramento da dinâmica econômica, demográfica, social, política e espacial visando o cumprimento de sua missão “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”.

Até o ano de 2000, a frota do IBGE era composta de 1387 veículos. Atualmente, a frota é composta de 1494 veículos (10 veículos de representação e 1.484 veículos de transporte institucional).

No período de 2000 a 2012 várias alienações foram realizadas, totalizando a baixa de 968 veículos, considerados antieconômicos. No período de 2006 a 2010 foram adquiridos 1075 veículos. Para a o plano de substituição foi considerada a idade média dos veículos associada ao custo de manutenção e substituição de peças, e também a disponibilidade orçamentária.

Não obstante à frota de veículos próprios (1.494 veículos) ainda não ser a ideal para as atividades inerentes do órgão, optamos pela aquisição, tendo em vista o alto custo dos gastos com locação, pois se considerarmos este quantitativo a média de preços praticados no mercado para locação de veículos utilitários (institucional) na ordem de R\$R\$ 1.100,00 (mil e cem reais por veículo), teríamos um gasto mensal na ordem de R\$1.643.400,00 (um milhão seiscentos e quarenta e três mil e quatrocentos reais), perfazendo um valor anual de R\$19.720.800,00 (dezenove milhões setecentos e vinte mil e oitocentos reais).



Registra-se que, caso dispuséssemos de recursos orçamentários correspondentes ao valor anual de locação e com base nas aquisições efetuadas no exercício de 2007 e 2010 (aquisição em 2007 de 261 veículos da marca FIAT UNO, ao custo de R\$23.900,00 e aquisição em 2010 de 600 veículos da marca FIAT UNO, ao custo de R\$26.790,00, totalizando a média de R\$25.345,00), teríamos oportunidade de atualizarmos a idade média dos veículos, acrescentando aproximadamente 778 veículos, o que garantiria uma frota ideal para as atividades finalísticas do órgão.

Não há estudos realizados pelo IBGE para avaliar a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte, tendo em vista que, as locações são realizadas sazonalmente para suprir as demandas de coletas de dados das pesquisas realizadas pelo órgão pontualmente.

No exercício de 2012 foram realizadas locações de veículos por algumas Unidades Estaduais, conforme o Quadro 127:

Quadro 127 - Locações de Veículos por Unidade Estadual do IBGE

Unidade Estadual	Nº de veículos	Contratada	CNPJ	Tipo de Licitação	Nº do Contrato	Vigência do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago no Exercício
UE/CE	05	ALDEOTA LOCAÇÃO E TURISMO LTDA	07.544.050/0001-45	Pregão Eletrônico	SICON 05/2012	24/09/2012 a 24/09/2013	R\$ 64.374,60	R\$ 16.093,65
UE/PR	13	LOC CAR Locadora de Veículos Ltda	08.792.545/0001-90	Pregão Eletrônico para Registro de Preço	APS – Autorização de Prestação de Serviços	17/05/2012 a 17/05/2013	R\$ 89.910,60	R\$ 89.910,60
UE/MT	05	AUTO LOCADORA CUIABÁ LTDA	03.130.093/0001-67	Pregão Eletrônico para Registro de Preço	APS – Autorização de Prestação de Serviços	30/04/2012 a 30/12/2012	R\$ 116.100,00	R\$ 63.310,80
UE/BA	05	LOCALIZA CAR RENTAL S.A.	07.150.288/0001-20	Pregão Eletrônico	SICON 11/2012	12/11/2012 a 12/11/2013	R\$ 66.699,60	R\$ 15.118,57
UE/MS	09	LOCALIZA CAR RENTAL S.A.	07.150.288/0001-20	Pregão Eletrônico para Registro de Preço	APS – Autorização de Prestação de Serviços	22/05/2012 a 22/05/2013	R\$ 240.298,50	R\$ 80.099,50
UE/RS	10	LOCALIZA CAR RENTAL S.A.	07.150.288/0001-20	Pregão Eletrônico para Registro de Preço	APS – Autorização de Prestação de Serviços	08/05/2012 a 08/12/2012	R\$ 129.150,00	R\$ 29.763,42
UE/PE	14	COUTICAR LOCAÇÕES DE VEÍCULOS LTDA	04.768.377/0001-46	Pregão Eletrônico para Registro de Preço	APS – Autorização de Prestação de Serviços	19/02/2012 a 19/02/2013	R\$ 190.134,00	R\$ 142.600,50
UE/RN	8	MARIA GORETI DA SILVA - ME	40.763.641/0001-12	Pregão Eletrônico para Registro de Preço	APS – Autorização de Prestação de Serviços	27/07/2011 a 27/07/2012	R\$ 102.528,00	R\$ 37.380,00 (1º semestre)
						30/07/2012 a 29/07/2013	R\$ 115.200,00	R\$ 48.000,00 (2º semestre)

Fonte: IBGE



O IBGE possui um Sistema de Veículos cuja inserção dos dados se dão através dos documentos listados abaixo:

- ✓ Mapa Auxiliar de Controle de Utilização de Veículo - MACUV: Tem como finalidade registrar a movimentação mensal de utilização de cada veículo da frota, sendo diariamente, ao final do expediente, transcrito toda a quilometragem do veículo, localidade de destino, identificação do motorista, abastecimento manutenção (peças e mão-de-obra), estadia, seguro obrigatório e outras despesas. Os dados, no final do mês são lançados no Banco de Dados Administrativo - BDA veículo, permitindo a emissão de relatórios gerenciais;
- ✓ Serviço de Veículo - SEV: Tem como finalidade registrar o condutor do veículo e anotação de cada movimentação (origem e destino), bem como a hora de início de cada movimento e as respectivas quilometragens iniciais e finais. tais dados, ao final do expediente serão lançados na MACUV;
- ✓ Requisição de Veículos - REV: Destina-se a registrar a solicitação de transporte à frota, por servidor, onde são registrados o local de destino e serviço a executar pelo solicitante do veículo.

O Quadro 128 apresenta as informações consolidadas sobre o controle de utilização e despesas com a frota de veículos próprios e alugados utilizada pelo IBGE, no ano de 2012:

Quadro 128 - Controle de Utilização e Despesas com a Frota de Veículos Próprios e Alugados Utilizada pelo IBGE no Ano de 2012

Item	Tipo de Veículo	Veículos Próprios de Transporte Institucional	Veículos Próprios de Transporte de servidor, coletivo	Veículos Alugados de Transporte	Veículos Alugados de Transporte
Total da frota		10	1.484	70	1.564
Quilometragem rodada no ano		67.127	35.345.854	552.650	35.965.631
Média de quilômetro anualmente rodado por veículo		6.713	23.818	7.895	12.809
Custo médio em reais, com manutenção, óleo lubrificante, mão de obra, peças e combustível por veículo ao ano		R\$3.488,33	R\$4.806,37	R\$2.138,80	R\$3.477,83
Média da Idade da frota em anos		4,5	7,44	1,37	4,44
Custo total em reais com manutenção, combustível, óleo lubrificante, mão de obra e peças ao ANO		R\$34.883,28	R\$7.132.657,36	R\$149.715,76	R\$7.317.256,40

Fonte: SAG e BDA Veículos, fev/2013

Nota: As despesas com veículos alugados apresentadas no Quadro 126 só contemplam as despesas com combustível e estadia.



7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

As Informações sobre a Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União encontram-se no Anexo 5.

7.2.2 Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

As informações sobre a Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros encontram-se no Anexo 6.

7.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis sob Responsabilidade do IBGE

A Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade do IBGE encontram-se no Anexo 7.

7.2.3 Análise Crítica

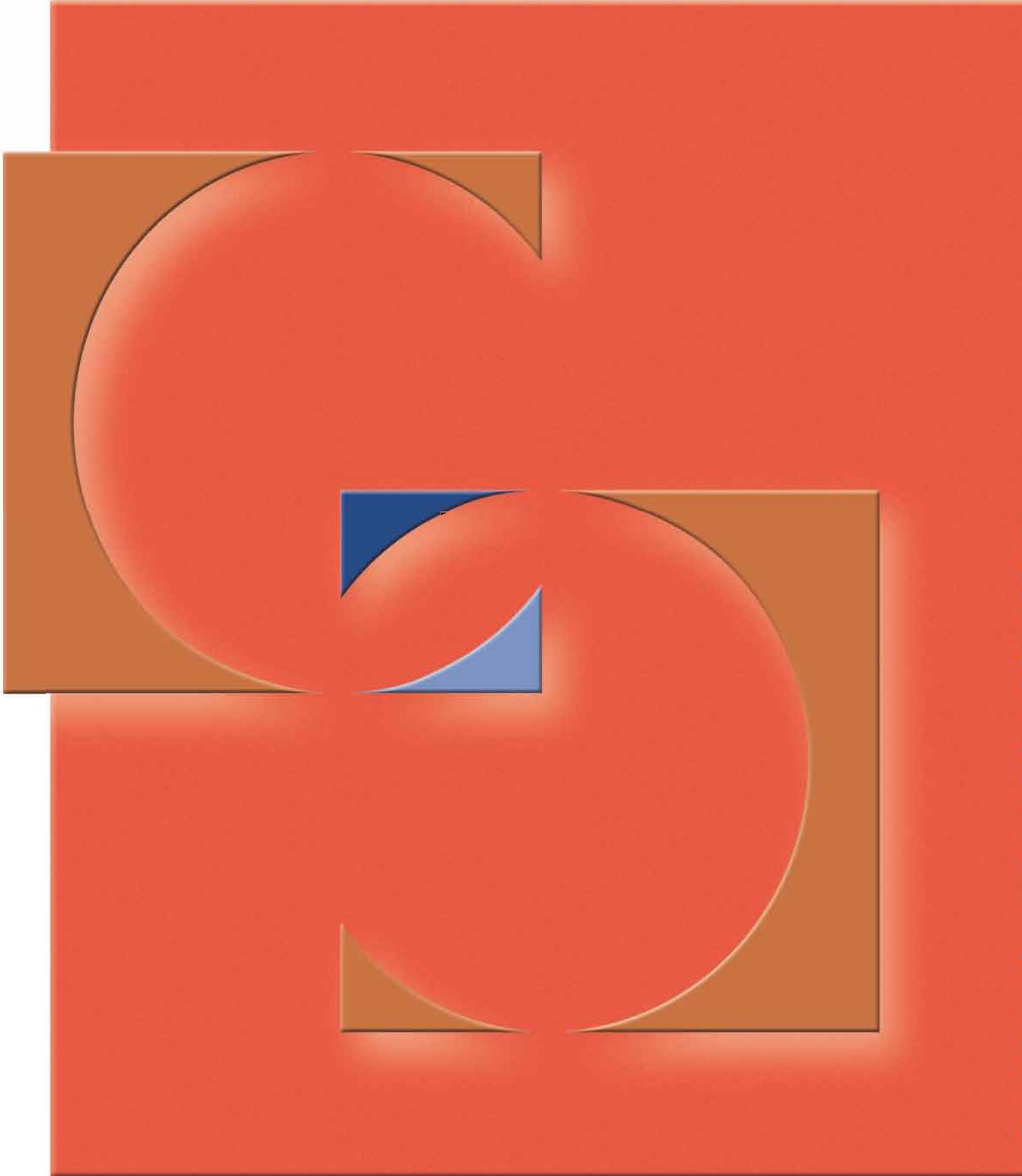
Como órgão responsável pela produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas em nível nacional, o IBGE está estruturado em todo o território brasileiro. A extensão e complexidade da missão que lhe é conferida requerem uma infraestrutura física de grande porte, com representação em todas as Unidades da Federação e 581 agências de coleta cobrindo todos os municípios brasileiros.

Importa salientar que para a manutenção da infraestrutura desta rede nacional, fundamental para que a produção de informações se desenvolva dentro dos prazos estabelecidos, é necessário possuir imóveis para instalação de agências de coleta e unidades estaduais. Portanto, além dos imóveis que compõem os subitens **7.2.1 – Imóveis de Propriedade da União** e **7.2.2 – Imóveis Locados de Terceiros**, o IBGE para atender à necessidade fundamental de instalar suas unidades, mantém, em vários municípios parcerias com as prefeituras e governos estaduais que realizam a cessão de imóveis de suas propriedades, sem custos ao IBGE.



Em relação ao subitem **7.2.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade do IBGE** está sendo adotada pela Instituição uma política de reforma, denominada “Plano de Obras”, onde são caracterizadas as prioridades de acordo com as necessidades, de forma que se possam elaborar os projetos de engenharia para execução dos serviços e conseqüentemente prever, no Plano Plurianual, os recursos necessários para a sua realização.

Atendendo orientações Secretaria de Patrimônio da União, através do Memorando Circular nº 79/DECAP/SPU-MP de 06 de junho de 2012, procedemos à avaliação de vários imóveis do IBGE na forma indicada no item 2.2 – Base de Dados do IPTU. Algumas Unidades não conseguiram efetuar a avaliação, mas estão empenhadas em solucionar a questão.



8

Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento



8.1 Gestão da Tecnologia da Informação - TI

As informações sobre Gestão da Tecnologia da Informação – TI encontram-se no Anexo 8.

8.2 Análise Crítica

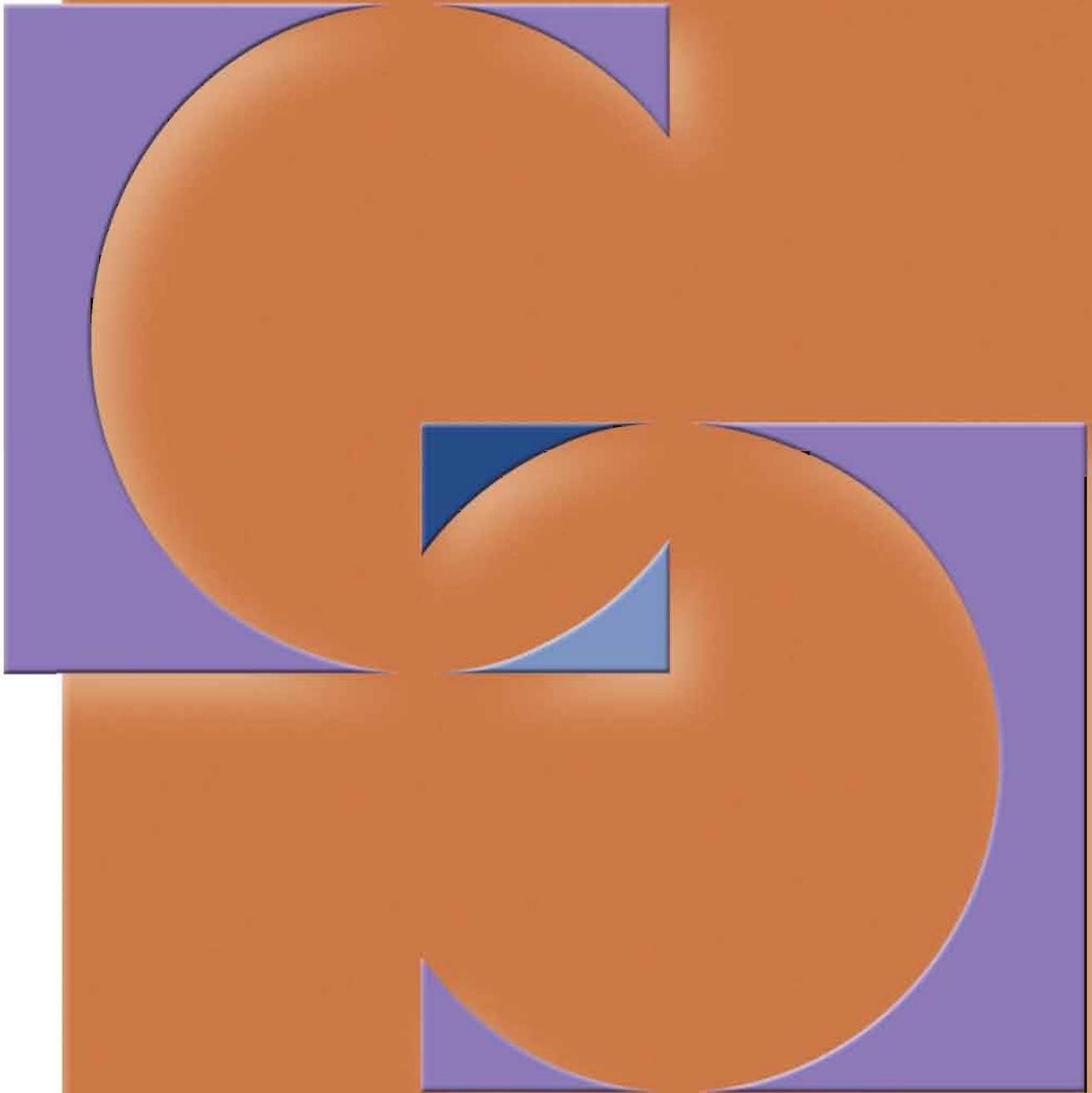
Em 2012 o IBGE aprovou o seu Plano Estratégico 2012-2015, definiu uma metodologia e desenvolveu um sistema de monitoramento e avaliação do cumprimento das metas do Plano, a ser implantado em 2013.

No levantamento de Governança de Tecnologia da Informação - TI - 2012, feito pelo Tribunal de Contas da União - TCU e apresentado em novembro de 2012, o IBGE foi classificado no Grupo Fundação, onde existiam quatorze instituições, como primeiro colocado. No segmento das instituições que fazem parte do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática do Poder Executivo - EXE-SISP, o IBGE alcançou a terceira colocação e, na classificação geral de Governança de TI, dentre 337 instituições participantes, ficou no nono lugar. Tais números podem ser certificados pelo próprio TCU.

Neste ano de 2012, a Fundação IBGE é também uma das dez iniciativas vencedoras no 17º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. A experiência premiada – “Modelo de Gestão do Ambiente de TI Aplicado ao IBGE” – destacou-se como iniciativa inovadora, entre outros fatores, pela gerência proativa do parque computacional, garantindo o conhecimento do mesmo na Instituição, a padronização dos recursos de TI, a proteção da Rede IBGE e assegurando a utilização exclusiva de softwares devidamente licenciados para o IBGE.

A Diretoria de Informática do IBGE, pela segunda vez, recebe o prêmio de Inovação da ENAP, ao qual concorrem instituições da administração direta, indireta, fundações e autarquias. A classificação final, entre as 10 já ganhadoras, será anunciada na solenidade de premiação, prevista para março de 2013.

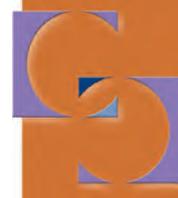
Por fim, pelo segundo ano consecutivo, o Coordenador de Projetos Especiais da Diretoria de Informática do IBGE, foi um dos cinco ganhadores do prêmio “Profissional de Tecnologia da Informação” no segmento Governo, dado pela publicação “Informática Hoje”. A escolha foi feita por um Conselho de Notáveis, composto por mais de 600 pessoas, entre representantes das entidades do setor e de empresas fornecedoras de soluções de TI, como reconhecimento da relevância dos projetos de TI implementados no IBGE.





9

Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental



9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

As informações sobre Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis encontram-se no Anexo 9.

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

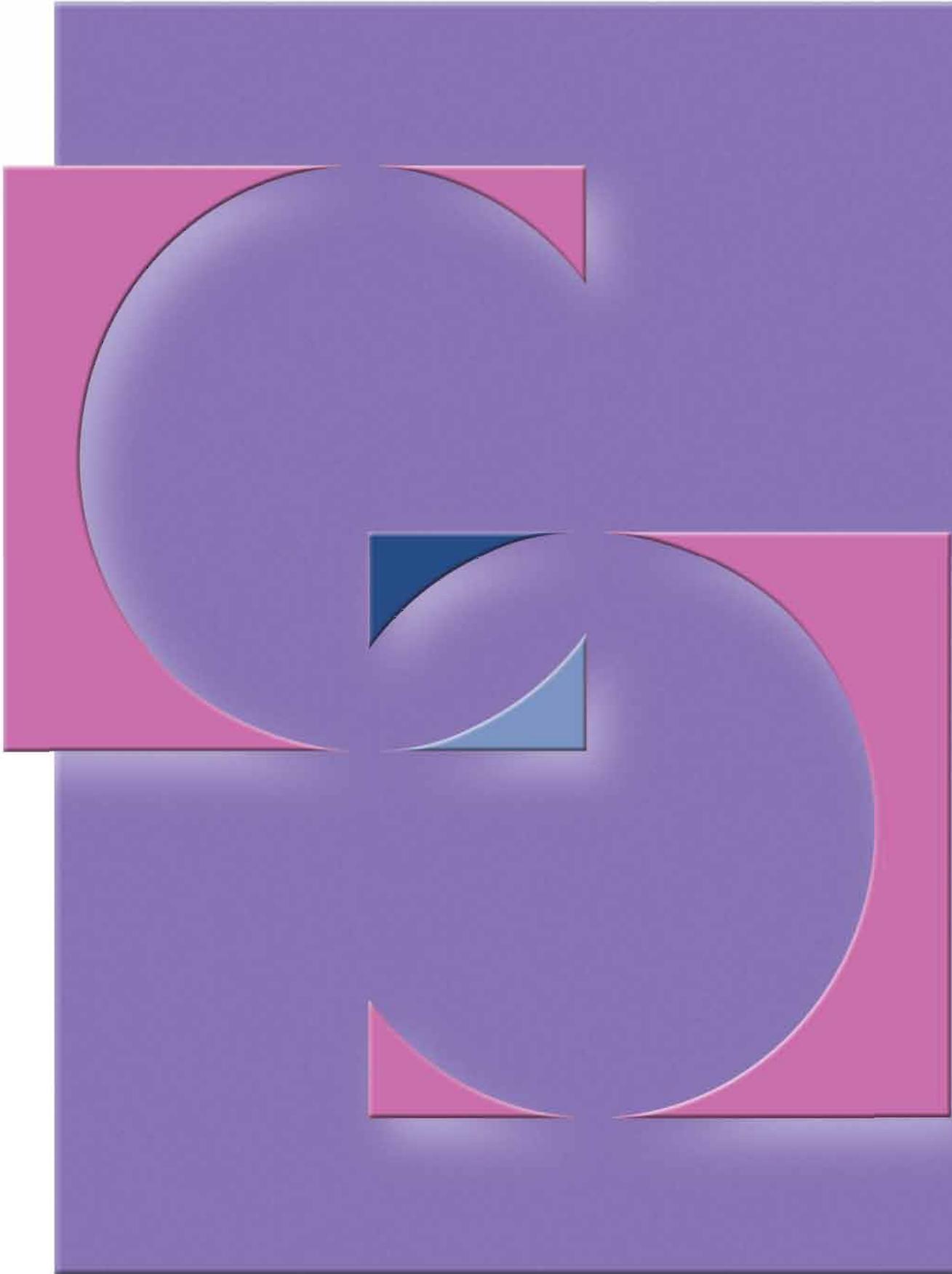
Quadro 129 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão	Resultados			
-		-	-			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	31.937	35.397	65.722	284.902,56	254.489,73	484.434,70
Água	126.952,36	111.021,83	182.488,49	1.460.862,68	1.615.301,40	1.935.268,47
Energia Elétrica	6.100.909,74	6.344.433,70	7.284.936,10	7.382.585,93	6.744.146,94	7.883.697,26
Total				9.128.351,17	8.613.938,07	10.303.400,43

Fonte: BDA – Sistema de Almoarifado, Sistema de Contratos e SIAFI

Com relação ao consumo de Papel, Energia Elétrica e Água, o IBGE tem pautado a sua gestão administrativa, na Sede e em suas Unidades Descentralizadas, com ações que tem origem no Programa de Melhoria da Qualidade da Gestão Institucional – 2008-2012 e no Programa da Melhoria da Qualidade do Gasto – 2010. No que tange ao primeiro programa, a ênfase esteve alocada no projeto Gestão por Processos, que vem automatizando um conjunto de procedimentos administrativos e que tem permitido o alcance do uso mais racional de recursos, como por exemplo, papel. No caso do segundo programa, as ações têm visado instituir boas práticas e novos hábitos, reduzindo despesas sem prejuízo da eficiência, o que se traduziu em reduções expressivas nos dados físicos de consumo.





10

Conformidade
e Tratamento
de Disposições
Legais e
Normativas



10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

As informações sobre o Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício encontram-se no Anexo 10.

10.1.2 Deliberações Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Todas as deliberações do TCU foram atendidas no exercício de 2012.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

As informações sobre o Cumprimento das Recomendações do OCI encontram-se no Anexo 11.

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Todas as recomendações do OCI foram atendidas em 2012.

10.2 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna – AUD do IBGE está administrativamente vinculada ao Conselho Curador, sendo diretamente subordinada a Presidenta do IBGE. Realiza as suas atividades, com 13 servidores do quadro permanente (auditores), um Assistente Técnico, uma Secretária (terceirizada) e um Auditor-Chefe.

Em 2012, foram realizadas 28 Ações, previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2012, que foram reportadas com a emissão de 20 (vinte) Relatórios de Auditoria, que são encaminhados às instâncias envolvidas e à Presidência do IBGE. Dentre esses, o que refutamos como sendo de maior relevância, é o referente à folha de pagamento do IBGE, incluindo entre outros, servidores ativos, contratados, aposentados e pensionistas.



A maioria desse universo de recomendações e constatações refere-se a erros administrativos pontuais e de aceitável potencial de risco considerando fatores como impactos e probabilidade de ocorrência. Em situações adversas, providências são prontamente adotadas pela Administração.

Como resultado das auditorias de acompanhamento da gestão, realizadas tanto nas unidades da sede quanto nas nossas unidades estaduais, foram emitidas 721 recomendações aos gestores.

Dessas 721 recomendações, 273 foram atendidas, 208 encontram-se dentro do prazo autorizado para o devido atendimento ou pendentes em trâmites processuais e 240 referem-se a processos que ainda serão submetidos à Unidade Auditada.

O início do uso (*start-up*) do aplicativo de gestão de auditoria - AUDITAR ofereceu funcionalidades para avaliar objetivamente os resultados dos trabalhos realizados, via fatores de controle como: suporte documental, documentação acessória, consistência material, publicidade e transparência, exercício de competência e organização da documentação. O objetivo pode ser alcançado mediante implementação de ações, se for o caso, decorrentes da análise de observações/ressalvas de auditoria em relatório passível de ser emitido segundo as atividades/tarefas ou processos de trabalho e respectivos desempenhos.

Complementando a questão anterior, em 2012, a AUD fortaleceu a sua capacidade tecnológica, ampliando o uso de inovação – aplicativo de auditoria - para realização de auditoria em folha de pagamento. Utilizada desde 2010 para trabalhos, como por exemplo, em concessão de pensão civil e aposentadoria, essa inovação compreendeu amplo espectro de habilidades ou conhecimentos, desde a base de dados física/lógica (*SQL Server*) ao nível mais elevado, que pôde oferecer possibilidades para estabelecimento e avaliação sistemática de fatores de controle, ou mitigadores de risco. Em adição, a capacidade tecnológica foi aumentada pelo aprendizado e uso em auditoria de aplicativo de tratamento de dados e estatística – o *SAS Enterprise Guide*. Esses recursos permitiram obter informações diretamente da fita-espelho SIAPE para realização de auditoria em folha de pagamento.

Concomitantemente às questões anteriores, foi desenvolvido aplicativo para monitoramento da implementação de plano de providência com origem em demandas da AUD e de órgãos de controle externo como Controladoria-Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União – TCU.



Trimestralmente nos momentos que antecedem às reuniões de análises de contas pelo Conselho Curador, outras reuniões prévias são realizadas, quando então são debatidas as recomendações e providências observadas no período, pela unidade de controle interno, com as Coordenações da Diretoria-Executiva. Essas discussões se desdobram ainda em uma reunião do Conselho Diretor, com a presença da Auditoria Interna do IBGE, onde tais recomendações são apresentadas, com vistas a oferecer indicadores para definição de diretrizes gerais de atuação.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

Quadro 130 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	1.822		
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Banco de Dados Administrativos do IBGE -BDA- dez/2012

1.1.1 Análise Crítica

A Lei nº 8.730 de 10 de novembro de 1993 aborda a obrigatoriedade de entrega da declaração de bens e rendas para os cargos comissionados. Paralelamente, a MP/CGU nº 298 determina esta obrigatoriedade a todos os servidores públicos federais ocupantes de cargos efetivos ou de comissão, de qualquer nível e natureza, e os contratados por tempo determinado nos termos da Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.



O IBGE disponibiliza desde julho de 2008 o sistema informatizado de autorização de acesso à declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física - IRPF na intranet da Instituição. Nesse sistema, todos os servidores – inclusive os contratados – podem autorizar o acesso por meio eletrônico às Declarações de Ajuste Anual do IRPF com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Adicionalmente, podem optar por apresentar anualmente o formulário de Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio provado, a fim de que seja arquivada na respectiva Unidade de Pessoal do declarante.

Pela tabela anterior é possível constatar que todos os servidores em cargo em comissão entregaram a declaração de bens e renda em 2012. Este fato reflete o comprometimento dos servidores com a entrega, assim como o trabalho de acompanhamento da Coordenação de Recursos Humanos da instituição para assegurar este cumprimento.

10.4 Declarações de Atualização de Dados nos Sistemas SIASG e SICONV

10.4.1 Declarações das Áreas Responsáveis Referentes à Atualização de Dados nos Sistemas SIASG e SICONV

Quadro 131 - Declarações de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Waldir Fortunato Junior**, CPF nº: 661.383.537-49, Coordenador de Recursos Materiais, exercido na Coordenação de Recursos Materiais da Diretoria Executiva, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo, que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade encontram-se disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2012.

Waldir Fortunato Junior
CPF 661.383.537-49
Coordenador de Recursos Materiais
Coordenação de Recursos Materiais da Diretoria Executiva



DECLARAÇÃO

Eu, **Rose Mary Rodrigues**, CPF nº: 512.110.417-00, Coordenadora de Orçamento e Finanças, exercido na Coordenação de Orçamento e Finanças da Diretoria Executiva, declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, em relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV), que não é aplicável ao IBGE. A Portaria Interministerial nºs 127/2008, alterada pela Portaria Interministerial nº 507/2011, estabelece o registro no SICONV apenas para Convênios e Termos de Parceria, quando o IBGE não possui esses instrumentos firmados sob a égide do Decreto nº 6.170/2007. Os instrumentos firmados pela Instituição são Termos de Cooperação, que, segundo as Portarias supracitadas, não obriga o registro no SICON.

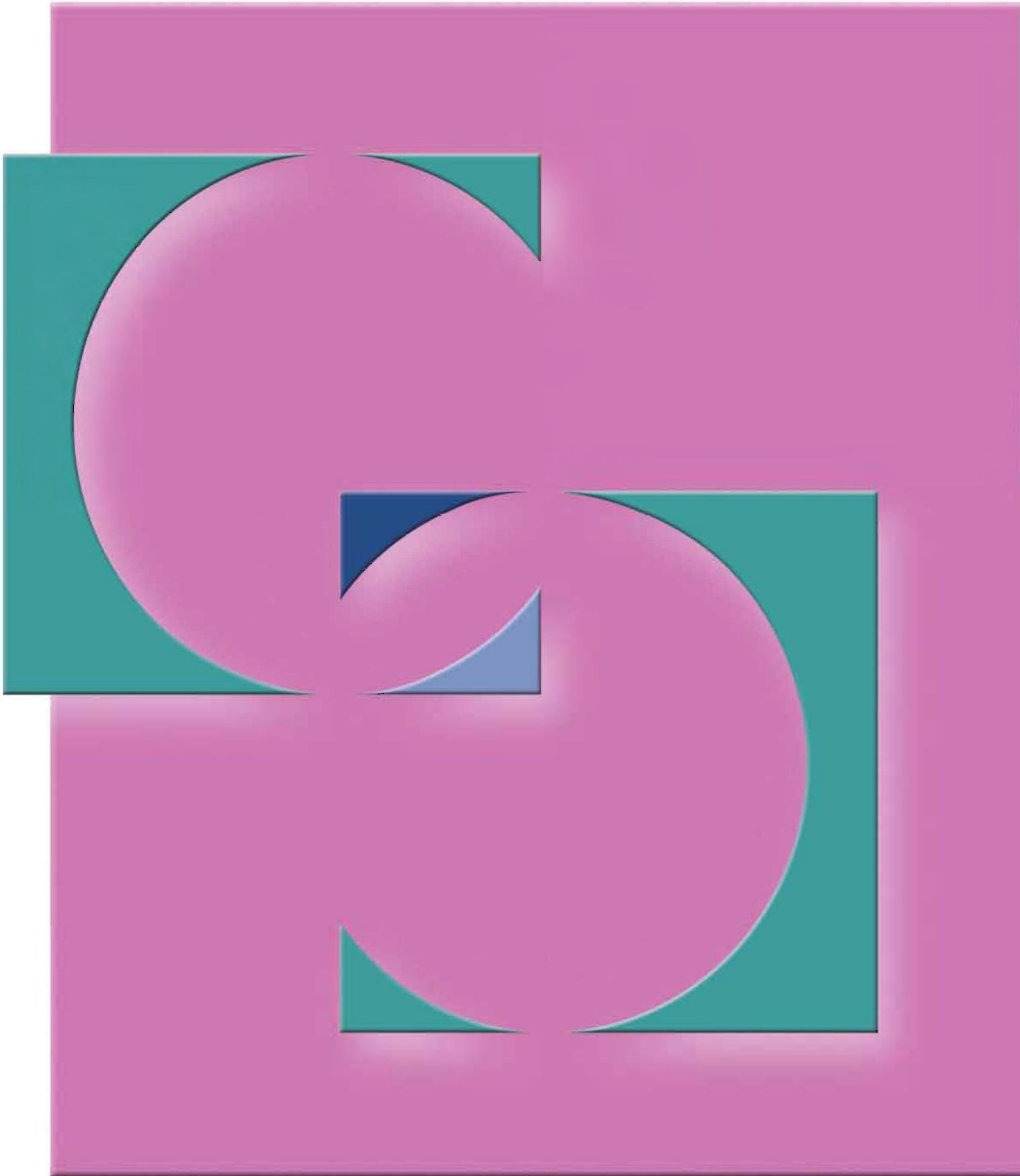
Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2012.

Rose Mary Rodrigues

CPF 512.110.417-00

Coordenadora de Orçamento e Finanças

Coordenação de Orçamento e Finanças da Diretoria Executiva





11

Informações Contábeis



11.1 Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Desde 2010 o IBGE vem procurando adotar os procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, tais como:

- ✓ Em 2010 a contabilização das Provisões para os Adiantamentos de Férias e 13º Salário;
- ✓ Em 2011 as Depreciações do Ativo Imobilizado para os bens adquiridos a partir de 2010 e;
- ✓ Em 2012 as Provisões para os créditos de liquidação duvidosa levando em conta às contas cujos títulos estejam atrasados, preparando uma análise das contas a receber vencidas, comparativa com períodos anteriores.

Os valores provisionados são atualizados anualmente, no momento do encerramento do exercício.

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Adotou-se a depreciação a partir de 2011 para os bens adquiridos a partir de 01 de janeiro de 2010, seguindo as orientações constantes do Manual do SIAFI macrofunção 02.03.30 - REAVLIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL, DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO. A depreciação foi calculada de acordo com as NBCTs 16.9 e 16.10, pelo método linear sobre o custo de aquisição, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens, utilizando-se a tabela elaborada pela Receita Federal.

Desde então, foram feitos ajustes no sistema de controle dos bens do IBGE que viabilizassem a emissão de relatórios para auxiliar nos registros contábeis mensais da depreciação acumulada por grupo de despesa e por unidades gestoras.



Mensalmente a depreciação é recalculada considerando as movimentações dos bens e assim os registros contábeis são ajustados.

Cabe informar que estão em desenvolvimento, para implantação já no início do exercício de 2013, as reavaliações dos bens adquiridos antes do exercício de 2010. Essas reavaliações possibilitaram a depreciação dos bens restantes.

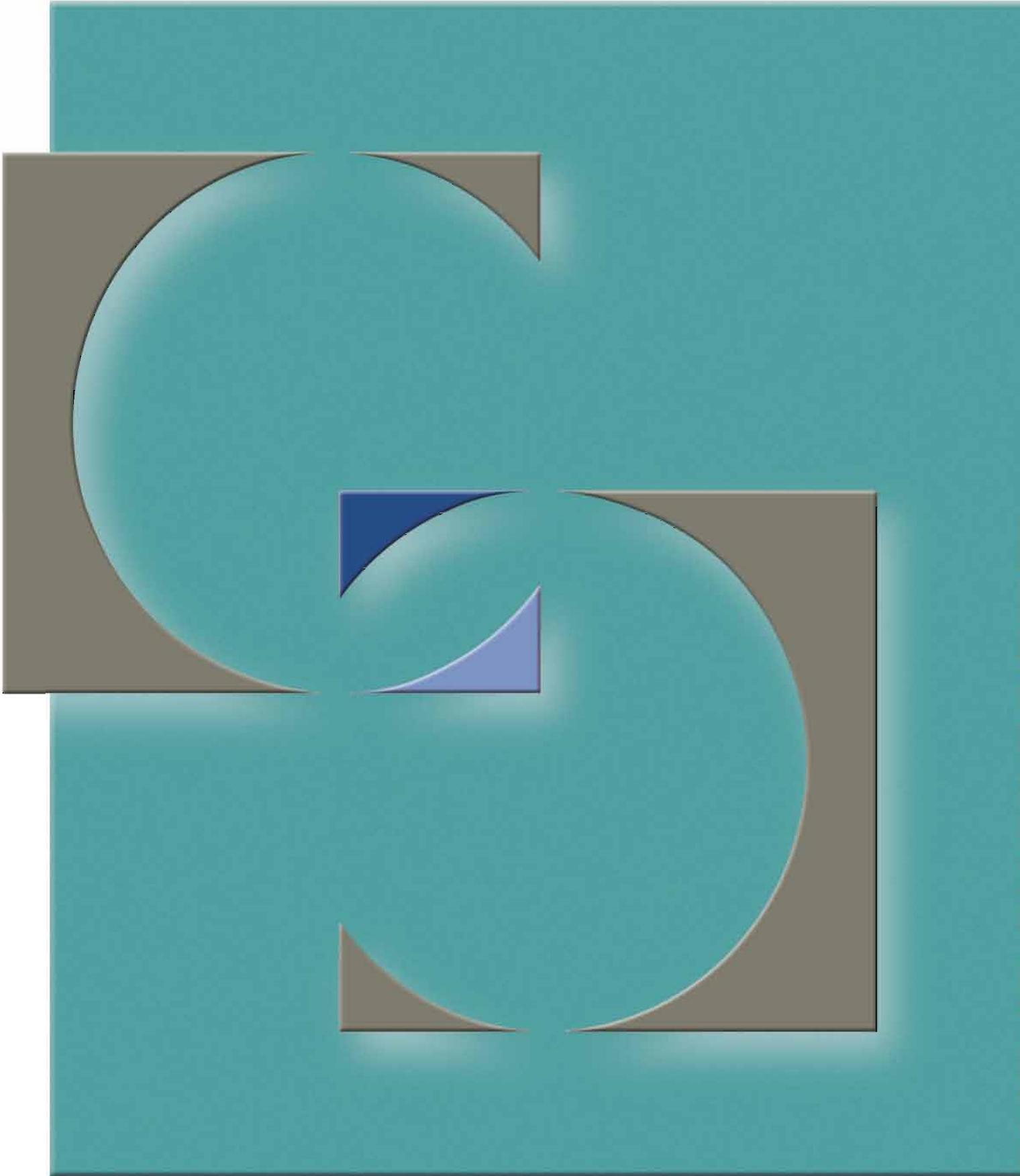


11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena do Contador

Quadro 132 – Declaração Plena do Contador

Declaração do Contador			
Denominação completa (UJ): Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			Código da UG: 29813
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	10/01/2013
Contador Responsável	Angela Maria Francisco de Paula	CRC n.º	45.498-0/7- RJ





12

Entidade
Fechada de
Previdência
Complementar
Patrocinada



12.1 Informações sobre a Entidade Fechada de Previdência Complementar

1. Nome: Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade

2. Razão Social: SIAS

3. CNPJ: 33.937.541-0001.08

4. Demonstrativo Anual, contendo:

a) Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;

b) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;

Quadro 133 - Salário de Contribuição e Contribuição IBGE – Plano RJU - 2012

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO E CONTRIBUIÇÃO c) IBGE – Plano RJU 2012		
Mês	Salário de contribuição Item a	Contribuição Item b
Janeiro	79.350.437,44	890.518,15
Fevereiro	71.965.606,13	849.135,30
Março	69.494.613,30	818.256,53
Abril	68.282.200,86	794.069,82
Maio	67.997.185,42	796.976,94
Junho	67.467.152,27	809.439,67
Julho	67.265.365,20	786.829,48
Agosto	66.089.985,48	753.922,42
Setembro	65.651.883,64	728.937,98
Outubro	65.957.505,76	781.060,28
Novembro	65.369.695,77	780.051,07
Dezembro	79.638.170,65	872.462,44
TOTAL	834.529.801,90	9.661.660,08

Fonte: SIAS, 2012

c) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;

Não houve participação da Patrocinadora Instituidora IBGE nos Planos Previdenciários da SIAS.

d) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;

Não houve recursos repassados pela Patrocinadora (IBGE).

e) Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;

Não houve recursos repassados pela Patrocinadora (IBGE).



f) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;

Os recursos da SIAS estão totalmente aplicados de acordo com os limites e regras estabelecidas na Resolução CMN 3.792/2009 e legislação correlata.

Quadro 134 - Posição de Alocação dos Recursos Consolidados por Segmento de Aplicação em 2012

Segmentos	Valor em R\$ 1,00	% s/RG	Política de Investimentos		Resolução CMN N° 3792
			% Mínimo	% Máximo	% Máximo
Renda Fixa	103.868.666,35	87,733	50,00	100,00	100,00
Renda Variável	10.117.350,94	8,546	0,00	30,00	70,00
Investimentos Imobiliários	96.531,74	0,082	0,00	5,00	8,00
Empréstimos e Financiamentos	681.681,26	0,576	0,00	15,00	15,00
Outros	3.624.102,85	3,061	-	-	-
Total Investimento	118.388.333,14	99,997	-	-	-
(+) Disponível (-) Exigível investimentos	3.918,97	0,003	-	-	-
Total dos Recursos Garantidores	118.392.252,11	100,000	-	-	-

Fonte: SIAS, 2012

g) Síntese da manifestação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC somente se manifesta formalmente por ocasião de fiscalização.

h) Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional;

Quadro 135 - Rentabilidade dos Segmentos - 2012

Descrição	Acumulado (%)	Referência (%)	Descrição
Renda Fixa	22,61	17,29	50%IMAB + 50%SELIC
Renda Variável	16,25	7,40	IBOVESPA
Imóveis	0,00	13,10	INPC + 6,5% a.a.
Empréstimos	3,03	13,10	INPC + 6,5% a.a.
Global	21,90	12,57	INPC + 6,0% a.a.

Fonte: SIAS, 2012



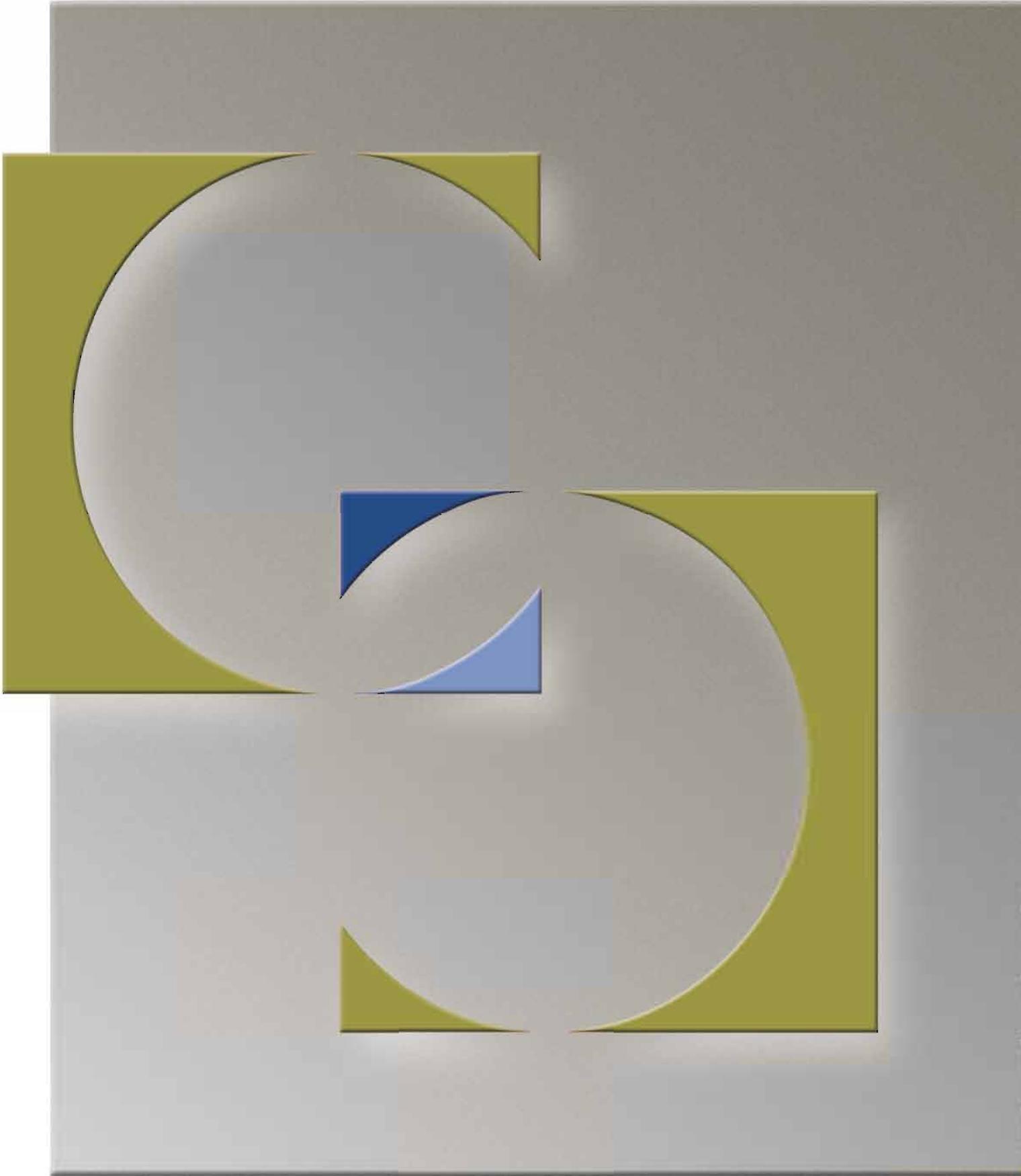
5. Conclusões contidas no parecer da auditoria independente

As conclusões contidas no parecer da auditoria independente contam no Anexo 12.

6. Conclusões do último estudo atuarial

O resultado da avaliação atuarial de 2012, data base 31/07/2012, concluiu que:

- a. O Plano CLT estava superavitário em 0,57% do valor da Provisão Matemática, o que pode ser verificado na página 09 do Relatório Atuarial; e
- b. O Plano RJU estava equilibrado, o que pode ser verificado na página 06 do Relatório Atuarial





Anexos



Anexo I Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Considerações Finais: este questionário foi respondido pelo Diretor-Executivo e seu staff.



Escala de valores da Avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) **Totalmente válida.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.



Anexo II Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

 Continua
 Valores em R\$1,00

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
FUNDAÇÃO IBGE-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL/RJ	UG - 114601	240.730,00	9.334,24	152.375,68	161.709,92
LEANDRO MIRANDA MALAVOTA	000804217-92	3.600,00	600,00	2.985,34	3.585,34
LUIZ PAULO DO NASCIMENTO	011828367-71	950,00	0,00	882,90	882,90
RODRIGO AUGUSTO QUIRINO	033949959-13	2.100,00	0,00	1.844,56	1.844,56
PAULO ROBERTO HENRIQUE	192894997-53	5.200,00	260,00	2.056,57	2.316,57
MOISES PORTO DA SILVA	209009887-20	6.700,00	122,40	2.285,11	2.407,51
IDMO ALVES	237811227-00	8.700,00	191,00	2.869,21	3.060,21
CARLOS ALBERTO MONTEIRO DE ALMEIDA	247536026-72	2.700,00	299,30	1.353,43	1.652,73
NILTON SANCHES ALVAREZ	258723627-49	4.000,00	0,00	2.495,00	2.495,00
AROLD FERREIRA RAMOS	276920867-53	600,00	0,00	328,71	328,71
JARDEL APARECIDO FAZAN	287261768-07	700,00	90,00	328,32	418,32
PAULO CESAR MORAES SIMOES	298353727-72	600,00	0,00	505,20	505,20
LUIZ COSTA XAVIER	361851247-34	14.000,00	0,00	13.739,89	13.739,89
CARLOS ALBERTO SOARES	382862897-49	5.200,00	127,80	1.613,31	1.741,11
SIDNEY RIBEIRO GONZALEZ	385288517-53	1.500,00	102,00	519,51	621,51
AMAURI DA SILVA	392971797-20	1.350,00	0,00	816,59	816,59
FERNANDO MOTTA LIMA CASCON	414946877-04	4.000,00	28,70	1.697,86	1.726,56
FELISBERTO TEIXEIRA DE PAULA	422142627-68	5.200,00	208,80	1.801,89	2.010,69
RICARDO DE OLIVEIRA RIBAS	439229027-15	2.000,00	0,00	710,50	710,50
JOSE HAROLDO DA ROCHA TEIXEIRA	458183127-04	28.300,00	954,68	24.019,70	24.974,38
ANTONIO CARLOS FERREIRA GOMES	464380847-00	7.900,00	408,00	4.173,60	4.581,60
REGINALDO NABUCO PEREIRA	496092037-87	6.600,00	1.001,80	2.521,00	3.522,80
JULIO CESAR MARTINS	510805407-68	8.000,00	0,00	7.966,46	7.966,46
JOSE CARLOS CORREA	513395447-68	8.100,00	397,58	3.361,93	3.759,51
ANTONIO DA CRUZ CASTRO	528314187-04	5.500,00	1.364,21	1.727,47	3.091,68
JOSE LUIZ MOSE FERREIRA	529201607-10	5.200,00	35,20	875,01	910,21
NILTON DE MELLO	534297297-34	2.750,00	181,50	1.301,01	1.482,51
PAULO SERGIO DE OLIVEIRA ALVES	545587867-00	6.000,00	0,00	4.085,07	4.085,07
LUCIO DA COSTA FIGUEIREDO	550674507-97	3.200,00	225,71	1.072,01	1.297,72
JUCEMAR ALVES FERREIRA	590984907-78	3.400,00	184,00	1.975,58	2.159,58
RICARDO FIGUEIREDO THOMAZ VIEIRA	626419727-00	4.000,00	124,10	1.990,21	2.114,31
SUELI SILVA CANDIDO ALVES	659985457-53	3.130,00	0,00	2.158,19	2.158,19
AMERICO DE LIMA FERREIRA	669727287-20	6.700,00	253,80	3.414,59	3.668,39
ECIO SILVA	705826617-49	8.700,00	951,51	5.128,01	6.079,52
SERGIO LIMA DE ARAUJO	707004357-00	15.500,00	0,00	13.566,53	13.566,53
ANTONIO JURANDIR CONSTANTINO DE OLIVE	708887367-20	10.050,00	675,25	4.537,83	5.213,08
RITA DE CASSIA MACEDO VILLAS BOAS	715541497-20	3.000,00	0,00	1.019,79	1.019,79
JORGE LUIZ DOS SANTOS SANCHES	739489267-00	2.000,00	70,00	1.062,31	1.132,31
DECIO NOGUEIRA DE BARROS	762700927-87	17.500,00	0,00	17.460,25	17.460,25
ROBSON SILVA SANTOS	781460707-87	5.200,00	326,90	2.415,38	2.742,28
NOEL CARLOS SERAPHIM RAMOS DA SILVA	839423007-53	4.600,00	0,00	3.586,34	3.586,34
ANDERSON RIBEIRO SANTIAGO	855702731-15	5.600,00	150,00	3.425,96	3.575,96
MARCELO DE ASSIS CUNHA	904763527-20	700,00	0,00	697,55	697,55
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM RONDONIA	UG - 114602	68.008,87	28.340,26	29.617,66	57.957,92
JURANDIR SOARES DA SILVA	031437322-53	2.010,00	397,05	1.224,74	1.621,79
MARIA DE FATIMA PAIVA XAVIER	044674002-06	1.400,00	0,00	1.400,00	1.400,00
FERNANDO AUGUSTO NERY LIMA	060843202-44	7.985,00	5.028,30	1.719,84	6.748,14
RUBEM LABORDA DO ESPIRITO SANTO	077818062-00	1.900,00	800,00	887,96	1.687,96
JORGE ROBERTO COIMBRA SAUMA	085267532-15	2.177,64	311,25	1.836,75	2.148,00
DANILO CORREA SALES	113217092-34	3.984,23	425,29	2.900,26	3.325,55



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
DULCE COLOMBO DE MOURA	115575402-68	200,00	0,00	200,00	200,00
MARILTON GOMES VIEIRA	149476412-15	5.650,00	1.715,40	3.474,08	5.189,48
FABIO JOSE ALVES DE SOUZA	192116512-04	7.960,00	4.629,97	2.392,67	7.022,64
ADEMILSON UCHOA MATOS	204000632-04	1.600,00	0,00	1.405,07	1.405,07
ELIEZER LOPES MOREIRA	214850542-49	3.650,00	3.000,00	599,89	3.599,89
ANTONIO NIRVANDO MARCIEL ROCHA	219730404-68	2.140,00	740,00	895,89	1.635,89
FRANCISCO HERBENIO OLIVEIRA DA SILVA	256265903-15	3.570,00	1.620,00	1.229,41	2.849,41
JOSE INACIO FINATTO	257151270-68	3.755,00	1.910,00	1.408,40	3.318,40
AIRTON JOSE DALPIAS	286003122-72	3.870,00	2.020,00	977,58	2.997,58
MIGUEL HEITOR LIMA DE ARAUJO	410810997-04	300,00	0,00	300,00	300,00
VALTER NICHIO BERTONI	54059852872	2.700,00	200,00	1.616,86	1.816,86
JOAQUIM LOPES LAMEGO	63463865734	7.032,00	3.805,00	2.794,06	6.599,06
LAUDENEI CODOGNOTO	65437594291	845,00	792,00	35,00	827,00
ALEX DA SILVA PARLOTI	74592548272	5.280,00	946,00	2.319,20	3.265,20
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO ACRE	UG - 114603	617.477,74	89.190,50	97.162,23	186.352,73
THIAGO HARLEY PAULO	002649393-44	30.366,00	16.762,50	9.819,86	26.582,36
ANGELA AUGUSTA LOPES DA SILVA	018386577-46	5.228,00	3.350,00	1.008,00	4.358,00
ALCIDES GADELHA DA SILVA	025943312-87	1.199,00	40,00	947,71	987,71
SEBASTIAO FERNANDES	044864122-49	15.117,20	7.360,00	6.715,20	14.075,20
AGMAR LOPES DE SOUZA	048797162-00	232,50	0,00	232,50	232,50
NACELIO ANTONIO DA SILVA	060670422-15	17.006,00	1.540,00	15.087,95	16.627,95
OLAVO XIMENDES GONCALVES	085589302-87	2.516,00	240,00	1.866,01	2.106,01
CELIA MOTA BRANDAO	091145722-49	8.485,50	4.630,00	3.497,36	8.127,36
EDSON PRUDENCIO DA SILVA	126857632-87	6.200,00	1.310,00	4.414,91	5.724,91
EVANDRO CAVALCANTE DE ARAUJO	128952882-91	8.513,00	2.250,00	5.609,46	7.859,46
JOSE PEDRO REA ORTIZ	133461052-53	760,00	0,00	624,01	624,01
CAROLINA SANTOS CAVALCANTE	136175322-68	1.320,00	120,00	900,00	1.020,00
ALEXANDRE KRUGNER CONSTANTINO	213624848-06	4.386,64	900,00	3.390,52	4.290,52
RAPHAEL LOPES DIAS	443962952-00	60,00	0,00	57,70	57,70
LARA TORCHI ESTEVES	477770952-34	8.694,00	1.640,00	6.694,39	8.334,39
JOSE ELEUTERIO SANTIAGO BATALHA	526065972-49	43.079,00	21.808,00	18.568,59	40.376,59
ADRIANO COSTA DA ROCHA	700235902-97	50.140,40	26.360,00	15.071,19	41.431,19
TIAGO NOGUEIRA MARQUES	763414102-04	900,00	0,00	850,00	850,00
SEBASTIAO JUNIOR DA CUNHA ALBUQUERQUE	793888252-68	60,00	0,00	53,40	53,40
ALAN BERNARDO ARRUDA BISSO	825656860-72	3.025,00	880,00	1.753,47	2.633,47
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO AMAZONAS	UG - 114604	716.028,00	605.932,67	89.074,73	695.007,40
LUIZ STANISLAU VITAL	026327132-34	20.300,00	14.410,00	5.088,72	19.498,72
RONALDO DOS SANTOS DEZINCOURT	028065332-87	19.630,00	18.390,00	0,00	18.390,00
JONATAS BENTES PICANCO	030418912-04	19.300,00	18.600,05	0,00	18.600,05
MANOEL TEIXEIRA MELO	034723702-97	12.943,00	6.200,00	6.443,00	12.643,00
EDY GRIJO DOS SANTOS	035605462-49	6.346,00	4.489,00	1.540,00	6.029,00
ANTONIO TAVARES DE SOUZA	040130002-10	26.440,00	14.140,00	12.300,00	26.440,00
SANDRA MARIA TORRES DE BRITO	040991762-15	2.790,00	2.389,67	250,00	2.639,67
TIAGO ALMUDI	041979639-80	7.260,00	6.010,00	683,85	6.693,85
PAULO DA SILVA RODRIGUES DE ALMEIDA F	063648372-04	24.000,00	24.000,00	0,00	24.000,00
FERNANDO DE SOUZA LIMA	073213092-15	39.510,00	39.310,00	120,00	39.430,00
SIMPLICIO OLIVEIRA DE ALMEIDA	091402121-49	36.500,00	35.461,94	900,00	36.361,94
HAROLDO BRUNO CAMPOS DOS SANTOS	126133552-04	31.790,00	19.290,00	12.500,00	31.790,00
JOAO MONTEIRO DE SOUZA JUNIOR	147979172-53	58.000,00	58.000,00	0,00	58.000,00
DARLAN VIANA CAVALCANTE	160323492-68	4.700,00	2.440,00	1.077,60	3.517,60
ARGEMIRO NOGUEIRA DO NASCIMENTO NETO	161551062-15	53.750,00	52.010,00	0,00	52.010,00
JOSE ROBERVAL CALHEIROS GONZAGA	181482712-91	32.103,00	26.053,15	2.045,20	28.098,35
LUCIA TEREZA PORTO REGO	193022662-49	7.850,00	7.530,00	0,00	7.530,00
EDINEIA MACEDO DO NASCIMENTO	219475032-00	36.300,00	36.299,00	0,00	36.299,00
MARIA DE FATIMA SANTOS DA SILVA	291652532-72	78.940,00	73.530,00	5.060,00	78.590,00



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
ANTONIO ALFREDO DA COSTA REZENDE	294412006-97	35.338,00	24.349,00	9.443,68	33.792,68
JECIVAN VIEIRA BRAGA	413313112-68	27.390,00	14.683,36	12.183,23	26.866,59
PAULO AUGUSTO DE MENEZES SARMENTO	634806891-91	3.200,00	3.197,45	0,00	3.197,45
WASHINGTON REGINALDO DE OLIVEIRA MACI	680193512-72	12.080,00	11.150,00	450,00	11.600,00
KARANE DANTAS DE MELO	706380712-91	800,00	0,00	780,22	780,22
FRANCISCO BRAZ DA SILVA PORTELA	727060152-68	56.210,00	46.535,30	6.684,15	53.219,45
JOSE CARLOS SANTIAGO MAGALHAES	736133202-15	6.717,00	3.600,00	3.117,00	6.717,00
CARLOS ELETERIO DE MORAES	755045702-63	13.230,00	8.310,00	3.821,53	12.131,53
JESSIKA PALOMA VIEIRA LIMA	843716252-15	27.111,00	20.360,00	4.586,55	24.946,55
JOSE ILCLESON MENDES COELHO	848955602-44	15.500,00	15.194,75	0,00	15.194,75
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM RORAIMA	UG - 114605	109.032,21	48.069,47	30.662,51	78.731,98
JOSE CARLOS RAMIRES	007646898-43	7.050,00	2.624,00	470,00	3.094,00
CARLOS PEDROSA NETO	008211034-40	17.840,00	3.987,00	6.456,90	10.443,90
MURILO CIDADE JUNIOR	042700102-15	25.100,00	12.780,00	5.010,54	17.790,54
MIROCEM DA ROCHA MACIEIRA	203334044-91	12.600,00	5.350,00	4.533,48	9.883,48
ANGELA PATRICIA LIMA DE SOUZA	323310452-91	6.612,21	5.380,98	437,50	5.818,48
GUILHERME FERREIRA CORNELY	352543780-34	5.100,00	1.062,50	740,00	1.802,50
RENATO JOSE DE OLIVEIRA	530955027-53	23.290,00	8.780,00	11.558,25	20.338,25
NAYARA OLIVEIRA DA SILVA	919406302-82	11.440,00	8.104,99	1.455,84	9.560,83
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PARA	UG - 114606	569.849,40	432.223,45	83.616,59	515.840,04
VALDIR BORGES DE OLIVEIRA	004366648-52	4.350,00	2.006,28	1.571,89	3.578,17
OSVALDO NASCIMENTO	014967602-63	10.800,00	6.301,81	3.072,33	9.374,14
JOSE NAZARENO DE AZEVEDO	019144802-87	9.700,00	7.350,76	757,36	8.108,12
MELQUIANOR GONCALVES GESTER FILHO	022816272-68	2.090,00	400,00	1.690,00	2.090,00
ARLINDO PEDROSO FERREIRA FILHO	028699342-20	31.350,00	31.350,00	0,00	31.350,00
EDILBERTO FIGUEIRA DE CASTRO	028710502-44	10.780,00	10.030,00	747,71	10.777,71
JOAO PAULO DE QUADROS	029548852-20	12.360,00	11.206,44	416,60	11.623,04
ARTEMIO DE BRITO MACHADO	030401272-68	59.720,00	52.400,00	320,00	52.720,00
IVONILSON BRITO ROLIM	032066102-49	4.400,00	1.258,14	1.640,72	2.898,86
VALDEMAR RIBEIRO TRINDADE	032066452-04	1.980,00	1.860,00	0,00	1.860,00
PAULO SERGIO DE MORAIS BORGES	032067002-30	12.320,00	7.566,38	1.292,77	8.859,15
ANTONIO ARAUJO GOMES	033441262-53	26.390,00	22.636,58	761,68	23.398,26
SEVERINO PAES DA SILVA FILHO	036325122-72	4.250,00	3.246,11	350,00	3.596,11
MARINEIDE DA ROCHA LEITE	037833082-91	7.330,00	6.686,39	156,85	6.843,24
ARIOWALDO BANHOS CABRAL	044569982-53	700,00	180,00	272,41	452,41
MARIA IVONE COSTA E SILVA MACIEL	045292782-04	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00
EDILSON SALES RAMOS	047733812-72	1.700,00	701,13	0,00	701,13
DJAIR CARDOSO DE ALMEIDA	048000792-68	4.500,00	610,00	889,01	1.499,01
ANTONIO SERGIO DA SILVA WANZELLER	048003622-53	8.420,00	2.326,05	1.532,45	3.858,50
OTAVIO ALMEIDA DE SOUZA	050615802-06	19.030,00	17.940,00	0,00	17.940,00
LUIZ PEDRO FELGUEIRAS NETO	055348522-91	6.558,00	5.250,00	1.258,00	6.508,00
NILTON DA CRUZ ROCHA	055602092-87	18.040,00	8.840,70	5.456,25	14.296,95
JEFERSON ANTONIO DA SILVA PAIVA	056639112-00	1.000,00	850,00	45,00	895,00
ALMIR DE VASCONCELOS UCHOA	069298422-49	11.450,00	3.438,78	7.790,00	11.228,78
EDVALDO BARBOSA DA SILVA	071952142-49	20.820,00	18.390,00	1.169,90	19.559,90
FERNANDO FERREIRA GOMES	082011024-87	1.500,00	700,00	455,22	1.155,22
CLOVES JOSE SOUSA DA SILVA	083398992-87	6.590,00	2.787,41	2.756,17	5.543,58
EZEQUIEL PEREIRA DE ARAUJO	093124632-68	4.790,00	800,00	3.950,27	4.750,27
RENALDO FERREIRA DO CARMO	099194492-53	5.770,00	1.265,00	2.070,00	3.335,00
LUIZ AUGUSTO DA SILVA MELO	101576892-04	4.500,00	1.037,55	3.276,15	4.313,70
DJALMA CARDOSO DE ALMEIDA	102376902-68	7.300,00	650,00	1.805,07	2.455,07
ENILSON SARDINHA COSTA	105980732-72	22.700,00	15.241,21	3.662,76	18.903,97
EDA MARIA DE ALBUQUERQUE FELIX	118152212-91	2.930,00	2.906,36	0,00	2.906,36
MARIA TEREZA DA SILVA PENHA	124892552-15	11.010,00	8.165,00	2.164,39	10.329,39
EMILIO SERGIO CARVALHO MENINEA	144425312-34	10.385,00	3.662,60	4.763,98	8.428,58



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
MARIA ANGELA GEMAQUE ALVARO	165849372-91	1.700,00	1.582,40	0,00	1.582,40
ROBERTO ELIAS BRITO MOREIRA	168078472-20	7.020,00	6.000,00	240,00	6.240,00
JOSE DANUZIO PINTO POMPEU	172416342-68	14.631,00	7.738,34	6.637,16	14.375,50
HELIO ARAUJO DOS REIS E SILVA	181770692-68	24.010,00	20.931,00	478,35	21.409,35
MAX ELIAS CALIL GOMES	223217642-87	3.460,00	1.610,26	52,50	1.662,76
ROBERTO TAVARES DE QUEIROZ	332976652-20	3.450,00	1.950,00	146,40	2.096,40
LUIZ CLAUDIO DO MONTE MARTINS	426119032-04	1.200,00	962,26	0,00	962,26
SOLANGE DO SOCORRO OLIVEIRA PEROTES	450433372-49	3.160,00	1.578,51	1.353,79	2.932,30
DOUGLAS GOMES DE OLIVEIRA	611589922-20	6.700,00	1.200,00	5.498,46	6.698,46
MOISES DE MATOS LOPES	647732302-82	5.710,00	4.570,00	360,00	4.930,00
MARCIO FRANKLIN PONTES DA SILVA	649410782-68	8.680,00	7.589,00	887,00	8.476,00
KESIA BOHRY MOSCHEN	660143952-53	9.434,00	6.080,00	2.054,00	8.134,00
BRUNO ALENCAR DA COSTA	673521462-53	2.550,00	700,00	1.842,21	2.542,21
ITAMAR BATISTA VANZELER	676491142-87	31.020,00	29.980,00	974,90	30.954,90
WELLINGTON DENIS COSTA PEREIRA	696980402-00	39.311,40	36.680,00	2.631,40	39.311,40
DINEI MARTINS FREIRE	702499542-49	32.650,00	31.711,00	399,50	32.110,50
MARCOS EDUARDO ATHIAS RODRIGUES	790381152-53	5.650,00	5.650,00	0,00	5.650,00
MIRNA ARAUJO SILVA CARTONILHO	886507312-87	8.373,00	3.670,00	3.965,98	7.635,98
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO AMAPA	UG - 114607	168.345,00	77.214,20	54.870,44	132.084,64
MARCONI EDSON SILVA UCHOA	064587502-34	5.125,00	1.680,80	3.016,58	4.697,38
ADELSON SILVA UCHOA	066708572-68	2.450,00	357,00	1.777,12	2.134,12
FRANCISCO TOME TELES DE MENEZES	067626461-15	56.330,00	11.681,00	32.373,62	44.054,62
ANANIAS DO CARMO PICANCO	208913262-00	23.850,00	14.974,00	6.115,98	21.089,98
ARIETE MARIA SA DE SOUZA	209532592-34	8.170,00	4.963,00	2.353,99	7.316,99
JOSE RONALDO RODRIGUES	297522721-34	38.400,00	18.935,00	3.906,34	22.841,34
JEFFENICE MIRTES PICANCO COSTA	432939722-68	11.820,00	4.326,00	5.326,81	9.652,81
EDUARDO FISBHEN	826540267-87	22.200,00	20.297,40	0,00	20.297,40
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO MARANHÃO	UG - 114608	305.710,00	249.589,92	21.872,35	271.462,27
JOAO MARCIO FERNANDES MENDONCA	000836543-13	7.460,00	6.460,00	0,00	6.460,00
JORGE LUIS LISBOA CARDOSO	002453883-38	2.850,00	2.694,50	0,00	2.694,50
WELLINGTON GEORGES COSTA DA SILVA	005611943-78	14.600,00	10.990,98	0,00	10.990,98
MARCOS HENRIQUE DE SOUSA HONORATO	011262933-42	1.400,00	1.024,61	0,00	1.024,61
DIRCEU SILVA DE MELO	011371011-99	3.900,00	3.367,90	0,00	3.367,90
LEANDRO NUNES SAMPAIO	015309033-27	350,00	12,00	260,00	272,00
LUANA SANTANA DOS SANTOS	018160483-30	6.480,00	5.813,37	359,79	6.173,16
THAIANNE LARA BATISTA COSTA	018705163-11	9.880,00	6.616,00	2.117,27	8.733,27
JAL JYRRA ALVES DA COSTA	024557963-02	3.690,00	1.692,00	383,90	2.075,90
ALENICE AUSTRIACO LIMA	043840403-34	2.950,00	1.738,14	487,64	2.225,78
WILLIAM GENNYSON CORREIA DE ALMEIDA	064096443-53	6.200,00	4.073,00	0,00	4.073,00
ANTONIO LIMA TAVARES	069138223-91	9.310,00	7.889,67	298,60	8.188,27
JOSUE NUNES BRITO	080670583-34	17.080,00	15.772,00	0,00	15.772,00
FRANCISCO CARLOS MACEDO RODRIGUES	081717503-20	3.410,00	3.114,00	0,00	3.114,00
AUDIZIO ARAUJO DOS SANTOS	093914603-72	3.750,00	3.493,62	0,00	3.493,62
JOSE CARLOS DE CARVALHO PINTO	095190253-91	6.900,00	6.135,00	350,00	6.485,00
RAIMUNDO NONATO APOLIANO PINHEIRO	095337613-34	3.650,00	2.990,00	296,30	3.286,30
LUIS FERNANDO FARIAS	100436243-91	6.290,00	5.030,00	0,00	5.030,00
ZACARIAS MENESES CARVALHO	112149023-91	8.400,00	6.157,50	242,64	6.400,14
MARIA LUZENIR UCHOA DINIZ	126136573-91	2.100,00	1.255,50	300,00	1.555,50
ROBESPIERRE ROCHA FONTES	126206293-49	2.040,00	1.590,00	264,18	1.854,18
JONATAS MOTA ATAIDE	127698433-20	6.850,00	5.670,00	0,00	5.670,00
MARIA DE JESUS GUIMARAES MORAIS	136858053-04	8.220,00	7.079,00	415,69	7.494,69
JOAO FRANCISCO DO ESPIRITO SANTO ESTR	137193433-91	2.610,00	2.460,00	150,00	2.610,00
JOSE DE RIBAMAR JACOME ERICEIRA	147099533-68	4.670,00	3.338,00	0,00	3.338,00
JOSE NATAN ANDRADE	149730303-68	5.850,00	3.790,00	290,25	4.080,25
FRANCISCO AGUIAR DOS SANTOS	150188571-53	6.300,00	5.688,99	379,40	6.068,39



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
FRANCISCO DE SOUZA LIMA	175222773-53	22.830,00	21.950,00	149,30	22.099,30
LUIS MAGNO PADILHA	175668353-00	7.450,00	6.351,00	713,00	7.064,00
LILIO REMI LAGO	197875293-87	6.310,00	4.988,00	1.260,66	6.248,66
DEMIURGO LOPES TRINTA	204962737-87	6.700,00	6.077,24	518,00	6.595,24
JOSE RIBAMAR MATOS BORGES	215355663-53	8.460,00	8.310,00	150,00	8.460,00
SOSTONO ALVES DA SILVA	261061917-00	4.350,00	2.850,00	0,00	2.850,00
ELI MARTA VERAS BARROSO	270516413-87	4.650,00	4.353,00	0,00	4.353,00
BENVINDA MARIA REGO MOREIRA NETA	293779273-15	4.120,00	2.649,40	497,05	3.146,45
SHIRLEY CRISTINA SOARES NUNES	334457613-53	3.120,00	1.912,00	392,80	2.304,80
WALTER REIS LOPES JUNIOR	611043701-82	1.200,00	0,00	1.195,46	1.195,46
MARCONE EVARISTO ARAUJO PAIM	615847033-34	5.760,00	4.460,00	1.550,10	6.010,10
FERNANDO MORAIS DA COSTA	626839773-87	6.320,00	4.362,00	27,00	4.389,00
GUSTAVO DE MELLO PEREIRA	723016603-97	9.800,00	6.950,00	0,00	6.950,00
ELIZALDO PEREIRA QUIXABA	748098653-04	11.150,00	8.900,00	0,00	8.900,00
FRANCISCA JOSEANE MENDES DE SOUSA	753466053-04	8.400,00	8.400,00	0,00	8.400,00
ELCYLENE MENDES RODRIGUES	771560053-91	4.450,00	2.578,00	1.381,61	3.959,61
MELQUISEDEK RODRIGUES DE OLIVEIRA	811643863-87	10.950,00	10.380,00	0,00	10.380,00
CLEBIO ROCHA MATOS	822657553-20	1.200,00	944,00	0,00	944,00
ADALBERTO SOUSA PEREIRA	827998143-87	10.000,00	4.200,00	5.303,74	9.503,74
DEOGENES FERREIRA VIEIRA	910787503-78	11.300,00	9.070,00	1.938,30	11.008,30
SAULO CARVALHO PIRES	995144003-72	4.650,00	3.969,50	199,67	4.169,17
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUI	UG - 114609	141.356,00	87.282,85	26.421,01	113.703,86
RAFAEL DE ARAUJO COSTA	001685763-17	4.285,00	2.052,02	1.370,50	3.422,52
LEONARDO SANTANA PEREIRA	027495693-46	800,00	800,00	0,00	800,00
MANOEL SILVA DE MOURA NETO	030282163-53	5.000,00	3.943,53	402,10	4.345,63
ANTONIO JOSE CARVALHO DOS ANJOS	030365533-04	570,00	570,00	0,00	570,00
SEBASTIAO RIBEIRO FONTINELE	035705763-53	1.900,00	1.350,00	101,00	1.451,00
ANTONIO RAIMUNDO GONZAGA MARTINS	047705953-87	9.160,00	3.465,00	4.094,69	7.559,69
GILDECIO VIEIRA DE ARAUJO	053523043-53	2.170,00	1.378,00	230,09	1.608,09
IZALMI IOLZOFI DA SILVA LIMA	054288313-91	700,00	578,02	0,00	578,02
RAIMUNDO NONATO DE SOUSA	065628173-15	4.737,00	3.240,00	1.347,00	4.587,00
EURIPEDES FERREIRA SOBRINHO	065815363-34	3.430,00	1.873,00	654,99	2.527,99
JOSE DIRSO ALVES DE MENESES	066359703-04	400,00	392,12	0,00	392,12
BENEDITO RODRIGUES DA SILVA	066949263-91	800,00	784,00	0,00	784,00
JOSE FRANCISCO SANTANA	067075133-20	500,00	147,00	0,00	147,00
MARIA DO DETERRO LOPES ANTUNES	067152223-04	3.221,00	2.662,79	168,78	2.831,57
FRANCISCO COUTINHO DE AGUIAR	077894753-04	540,00	540,00	0,00	540,00
JOSE ROSA FILHO	078800223-68	4.860,00	4.459,52	398,11	4.857,63
VALDIMAR MARQUES DA SILVA	079219853-00	3.000,00	1.414,33	0,00	1.414,33
EDONIAS ALVES DE ANDRADE	079311583-34	6.610,00	1.875,00	1.965,97	3.840,97
IVANA MARIA MORANDI LUSTOSA	082414078-82	3.860,00	1.528,00	339,18	1.867,18
CARLOS BENEVIDES AMORIM	096923803-78	10.582,00	3.567,03	3.880,20	7.447,23
MARIA DO AMPARO CRUZ CARVALHO	099085953-34	2.250,00	1.469,61	297,11	1.766,72
RAIMUNDO NONATO MENDES DE SOUSA	099830823-49	6.360,00	5.131,00	915,62	6.046,62
PAULO DORMAN MARTINS DA SILVA	103715163-15	1.750,00	950,00	363,90	1.313,90
ENEAS ALEXANDRINO NOGUEIRA	106004773-04	268,00	0,00	268,00	268,00
LUIS RENATO DE MELO MORAIS	114435021-20	640,00	540,00	100,00	640,00
HORACIO FERNANDES LIMA NETO	118701333-15	6.380,00	3.830,65	1.010,72	4.841,37
SEVERINO FERREIRA LIMA	130191203-49	5.300,00	1.374,00	1.308,78	2.682,78
WILMA BARBOSA DE SOUSA LEITE	130885483-87	1.300,00	1.283,00	0,00	1.283,00
DANIEL PAZ E SILVA	133063083-15	2.130,00	955,00	690,00	1.645,00
JOSE RIBAMAR GOMES JUNIOR	149273903-06	982,00	171,02	0,00	171,02
GEZOALDO PORTO LIMA	151407761-20	300,00	172,42	0,00	172,42
PEDRO BARROS FEITOZA	151462434-68	3.365,00	2.640,00	577,72	3.217,72
CARLOS EUGENIO LAGES VERAS	182233703-87	2.650,00	1.789,41	564,56	2.353,97



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
ANTONIO GONCALVES DOS SANTOS	183507473-15	2.330,00	1.650,00	280,00	1.930,00
FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES MIRAND	183749483-53	2.210,00	1.370,00	610,50	1.980,50
HERMES RODRIGUES DE ARAUJO	199307633-68	3.680,00	3.054,00	489,80	3.543,80
RANIERI FERREIRA LEITE	217718983-72	6.073,00	5.452,68	0,00	5.452,68
ANTONIA RODRIGUES SILVA	244849201-82	4.950,00	2.699,98	1.900,39	4.600,37
MARIA ANITA DE SOUSA	270829541-15	3.820,00	3.127,50	528,04	3.655,54
GILVAN CARVALHO CORREIA	306455653-34	1.830,00	980,00	264,50	1.244,50
MIRIAM ELIONORA DE NAZARE DE OLIVEIRA	347469003-53	3.155,00	2.951,93	0,00	2.951,93
EYDER MENDES VILANOVA E SILVA	361737623-15	800,00	552,00	0,00	552,00
FRANCISCO DAS CHAGAS SOTERO	428385681-91	800,00	795,00	0,00	795,00
JOAO FERREIRA DE SOUSA	591219123-00	600,00	300,00	96,58	396,58
FLAVIO DE OLIVEIRA CIPRIANO	806655513-04	1.000,00	292,00	135,67	427,67
TIAGO GOMES VIANA	967983193-00	1.450,00	389,00	446,19	835,19
CLERISTON DE CASTRO RAMOS	970398023-68	1.378,00	920,00	413,52	1.333,52
JANNETE MARIA DE JESUS	977044073-68	6.480,00	5.823,29	206,80	6.030,09
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO CEARA	UG - 114610	139.639,00	29.377,88	82.297,44	111.675,32
JOSE MARCOS	010164663-15	1.650,00	910,00	730,93	1.640,93
JOSE BENONI ALMEIDA VITORIANO	017855243-72	450,00	0,00	29,00	29,00
JOSE FALCAO TORRES	017867843-00	25.100,00	5.500,00	18.895,66	24.395,66
JOSE ARARUNA DA SILVA	019675333-34	720,00	120,00	600,00	720,00
JOSE ALBERTO FACANHA	021821493-68	350,00	0,00	168,94	168,94
GERALDO SANTOS LANDOVSKY	022855809-32	800,00	170,00	37,90	207,90
FRANCISCO ERIVALDO COSTA	033815953-34	6.620,00	1.550,45	4.998,67	6.549,12
JOSE ROBERTO BEZERRA TAVARES	034423303-00	500,00	240,00	220,00	460,00
FRANCISCO CONRADO CHAVES	043141743-15	1.200,00	480,00	496,57	976,57
JOSE ORION DE VASCONCELOS	045717203-78	600,00	200,00	400,00	600,00
FRANCISCO LUIZ DA SILVA	046202593-49	3.750,00	970,00	2.655,46	3.625,46
JULIO CESAR DE BRITO PINHEIRO	052167373-91	100,00	0,00	98,70	98,70
FRANCISCO JAIRO ROCHA MACEDO	058980213-53	3.750,00	136,00	487,67	623,67
ANTONIO MAURICIO LINS DE CARVALHO	060767183-15	6.446,00	1.200,00	3.215,25	4.415,25
LUIZ WALTER LEITE DE CASTRO	061178723-72	664,00	0,00	454,50	454,50
JOSE ADEMAR ARAUJO	061947703-25	1.700,00	300,00	778,00	1.078,00
JOSE ARODO NOBRE	070667163-53	1.150,00	600,00	445,90	1.045,90
JOSE FIRMINO DA SILVA	071834533-91	5.326,00	540,00	4.693,50	5.233,50
JOSE DA SILVA DO NASCIMENTO	073469303-63	1.435,00	540,00	883,04	1.423,04
RAIMUNDO VIEIRA DE LIMA	073663023-68	4.270,00	1.250,00	1.829,04	3.079,04
RAIMUNDA DE CASTRO FERNANDES	081211843-04	1.963,00	392,00	1.559,90	1.951,90
CICERO PEREIRA DE OLIVEIRA	092207803-30	2.020,00	1.080,00	854,17	1.934,17
RAIMUNDO NONATO CHAVES	092487304-34	960,00	600,00	345,72	945,72
JOAO LUIZ DOS SANTOS MELO	092579263-20	4.820,00	300,00	4.496,84	4.796,84
JOSE TADEU GONCALVES	101940021-87	3.300,00	520,00	1.548,17	2.068,17
RICARDO GURGEL DE CARVALHO LIMA	110022633-87	420,00	300,00	119,87	419,87
FRANCISCO JOSE FERREIRA	114531171-72	6.050,00	1.650,00	1.443,39	3.093,39
RAIMUNDO ROGACIANO MONTENEGRO	117676503-53	3.980,00	887,30	3.001,97	3.889,27
JOSE FELIX PEREIRA FILHO	135340253-34	5.100,00	1.596,13	1.210,88	2.807,01
JOSE AIRTON DA SILVA	139487173-20	6.140,00	1.980,00	4.042,94	6.022,94
JOAO DO CARMO FELIPE	162191713-49	4.100,00	120,00	2.926,64	3.046,64
JOSE AIRTON MELO CAVALCANTE	165935533-87	1.619,00	840,00	770,43	1.610,43
ABEL RAMALHO DA COSTA FILHO	218175297-49	400,00	0,00	400,00	400,00
JOSE DEUSIMAR DE ANDRADE PEREIRA	219906543-04	4.550,00	0,00	1.025,41	1.025,41
RICARDO DE FRANCA CYRINO	228914473-87	1.800,00	506,00	1.250,00	1.756,00
ANTONIO CESAR FERREIRA LIMA	261468513-53	200,00	0,00	118,00	118,00
WASHINGTON LUIZ RODRIGUES SILVA	375088907-44	6.746,00	300,00	3.926,28	4.226,28
PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA DE LIMA	389115157-87	500,00	0,00	439,80	439,80
BENEDITO LUIS DE LIMA	466401347-72	535,00	30,00	499,88	529,88



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
NILTON JOSE DE ANDRADE	467761684-15	1.860,00	980,00	867,03	1.847,03
LEANDRO FEITOSA LEITE NOBREGA	600508413-51	850,00	0,00	640,00	640,00
THEO LEVI SILVA DE SALES	616038053-20	885,00	540,00	339,67	879,67
FABIO CARNEIRO LOBO	633358911-04	260,00	0,00	260,00	260,00
FRANCISCO CARLOS SARAIVA	662734637-00	7.100,00	1.170,00	3.127,97	4.297,97
JOANA DARCI BALBINO DA SILVA	692628104-15	3.020,00	880,00	1.630,90	2.510,90
JOSE NEWTON SERRA LOPES	749369643-87	680,00	0,00	670,00	670,00
OROZIMBO FERREIRA NETO	768158208-82	3.200,00	0,00	2.662,85	2.662,85
UNIDADE ESTUDUAL DO IBGE NO RIO G. NORTE	UG - 114612	32.368,60	15.850,55	13.576,56	29.427,11
ROGERIO HENRIQUE DA COSTA CAMPELO	035082054-60	1.370,00	452,25	675,98	1.128,23
FRANCISCO SINESIO FERREIRA VILACA	048260164-76	845,00	340,00	445,50	785,50
MOYSES MARIO DE PAIVA JUNIOR	103286294-72	1.923,40	660,00	1.026,25	1.686,25
EDSON MOREIRA DE AGUIAR	106334054-34	4.300,00	1.553,00	2.681,07	4.234,07
RENIVAN TAVARES	106499804-68	2.436,00	717,20	1.290,26	2.007,46
DECIO DE SA FIGUEIREDO NETO	106725594-04	340,00	0,00	320,00	320,00
ERASMO FREIRE BEZERRA	129785584-15	425,00	0,00	425,00	425,00
JOSE EUZEBIO DOS SANTOS FILHO	129956814-91	161,00	0,00	161,00	161,00
SEVERINO BATISTA DE ARAUJO	156658954-15	2.163,20	591,00	1.092,00	1.683,00
JAILSON FILGUEIRA PEREGRINO DA SILVA	156948284-53	300,00	0,00	299,33	299,33
WILSON FIGUEIREDO FILHO	199855334-53	895,00	670,00	203,00	873,00
ZULEIDE ARCOVERDE DE MELO	217295304-00	1.170,00	1.080,00	87,64	1.167,64
MANOEL GOMES DE MEDEIROS NETO	241429054-49	1.120,00	388,00	460,00	848,00
YALE CLECINO MARTINS	271880004-68	1.160,00	0,00	981,00	981,00
JOSE WANDERLEY DOS SANTOS	322516704-59	710,00	566,00	0,00	566,00
GILVAN ALVES DA SILVA	328679994-72	550,00	185,00	285,70	470,70
RAIMUNDO REJANE DE CARVALHO	336435044-20	980,00	120,00	680,00	800,00
MARIA JOSE VEIGA DE MEDEIROS	355313474-72	510,00	200,00	141,84	341,84
JOSE GENARIO DE CASTRO	384480257-68	40,00	30,00	0,00	30,00
TEMISTOCLES BARROS DA ROCHA	429893454-34	4.860,00	3.819,90	1.031,99	4.851,89
LUCINEIDE GOMES PERES	443522634-00	1.380,00	1.104,20	39,84	1.144,04
VALERIA MARIA LIMA DA COSTA ROCHA	447143354-72	2.380,00	1.839,00	488,44	2.327,44
RAFAEL BRUNO GOMES DE LIRA	762210912-68	1.570,00	755,00	760,72	1.515,72
LUIS FERNANDO VENTURA DA CONCEICAO	915950537-00	780,00	780,00	0,00	780,00
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NA PARAIBA	UG - 114613	128.481,00	74.005,70	21.300,60	95.306,30
OBEDO VERISSIMO DA SILVA	040482724-11	4.600,00	3.000,00	524,49	3.524,49
KLENIO FIGUEIREDO MORAIS	044106904-50	3.470,00	2.990,00	306,21	3.296,21
ELTON DE SOUZA LEITE	052674184-80	5.050,00	2.860,00	160,00	3.020,00
ANTONIO VALDECY MARTINS	058404064-49	400,00	400,00	0,00	400,00
CESAR PATRICIO DE SANTANA ROSA	063603824-66	600,00	200,00	27,50	227,50
ANTONIO FELIX DOS SANTOS	067808904-30	3.970,00	2.880,00	372,80	3.252,80
IVAN VITORIANO DA SILVA	090719704-34	9.800,00	2.920,35	1.783,22	4.703,57
JOSE FELIX DE LIMA	114204641-91	5.795,00	2.980,00	1.764,49	4.744,49
JOSE ALVES SANTIL	115488432-53	4.990,00	3.670,00	531,84	4.201,84
OSVALDO DE SOUSA	132385234-49	9.980,00	5.300,00	2.438,66	7.738,66
IRAILDO VITORIANO DA SILVA	132871504-30	9.160,00	1.780,00	2.535,03	4.315,03
JOAO LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA DE MI	132894704-15	330,00	260,00	0,00	260,00
RUBENS RIBEIRO DE OLIVEIRA	139258574-00	1.100,00	880,00	21,00	901,00
JOSE ROBSON VALENTE DE MORAIS	139438044-53	3.190,00	2.065,00	552,00	2.617,00
MAURO DIAS VELOZO	140948274-04	620,00	460,00	43,88	503,88
JOAO COELHO DE LEMOS	176706404-72	15.060,00	9.739,50	1.154,54	10.894,04
FRANCISCO DE ASSIS NOBREGA	205092274-49	7.880,00	4.410,00	2.147,94	6.557,94
ERIOGENIL ALVES DE ARAUJO	219397214-15	150,00	150,00	0,00	150,00
JOSE EGRIMAR DE MELO	225280834-91	3.496,00	2.080,00	320,40	2.400,40
GILDETE ALVES FORMIGA	238189994-49	5.580,00	3.810,00	599,59	4.409,59
GILBERTO CAVALCANTE DE MEDEIROS	250884084-04	7.100,00	6.690,00	20,50	6.710,50



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
DIMAS TADEU DE MEDEIROS	296841884-04	5.310,00	3.410,00	876,11	4.286,11
DAVILA MARIA ANDRADE FIGUEIREDO VIEIR	299302784-00	8.150,00	5.190,00	1.830,85	7.020,85
DAMIAO GONDIN ALVES DOS SANTOS	380415704-10	12.700,00	5.880,85	3.289,55	9.170,40
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM PERNAMBUCO	UG - 114614	187.097,67	115.702,04	58.028,51	173.730,55
LUIS GUSTAVO FERREIRA PEIXOTO	028939124-51	9.155,00	5.560,00	2.999,76	8.559,76
JOAO ALEXANDRE DA SILVA	030440834-43	2.720,00	1.500,00	1.143,00	2.643,00
JOSE GEOVAN LIMA DE SIQUEIRA	034875484-10	4.132,00	2.790,00	1.210,00	4.000,00
CRISTOVAO JACKSON ALVES	035317684-25	1.000,00	240,00	754,96	994,96
ALINE PEREIRA DE OLIVEIRA ALMEIDA	040565814-10	1.310,00	700,00	579,15	1.279,15
DANIELY MENDONCA DA SILVA	041226364-50	4.710,00	2.490,00	1.372,53	3.862,53
RICARDO JORGE DE MELO FORTUNATO	042701594-48	480,00	340,00	139,71	479,71
AGNALDO ISRAEL MASCENA PIRES	046709734-87	3.410,00	1.720,00	1.414,81	3.134,81
MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS	047675434-87	706,42	0,00	609,00	609,00
GUSTAVO SIQUEIRA ARAUJO	051818024-78	6.535,10	3.270,00	2.308,90	5.578,90
ANTONIONY DOS SANTOS SOUZA	053015964-38	850,00	720,00	40,12	760,12
FRANCISCO ESMERALDO NUNES JANUARIO	059608494-37	660,00	400,00	260,00	660,00
GENIVALDO GONCALVES DE QUEIROZ JUNIOR	060324364-97	1.140,00	540,00	594,15	1.134,15
TERESINHA FERREIRA DA SILVA	068858704-63	1.500,00	0,00	1.280,92	1.280,92
JOSE AMAURY DE ARAUJO	080468404-91	6.761,15	5.330,00	791,79	6.121,79
PEDRO SALVADOR DA ROCHA	081050064-72	4.980,00	4.600,00	378,99	4.978,99
GLEBSON BASTOS QUIRINO	081593514-53	3.420,00	2.520,00	484,17	3.004,17
PEDRO JORGE LEITAO DE MELO	081642074-20	7.290,00	4.100,00	1.294,60	5.394,60
ALFREDO ARTUR GONCALVES DE OLIVEIRA	099117904-87	300,00	300,00	0,00	300,00
JOSE FRANCISCO OLINDA DE SOUZA	100585674-53	2.100,00	1.134,05	956,33	2.090,38
MARCOS JOSE DE LIMA CARVALHO	122411644-53	7.050,00	2.250,00	4.418,87	6.668,87
ASARIAS FREITAS DE LIMA	123328364-20	4.650,00	3.860,00	790,00	4.650,00
OTONIEL ALVES ALCANTARA	123356494-34	2.500,00	1.350,00	1.036,00	2.386,00
ALDO BANDEIRA CAVALCANTI	126897774-87	7.344,00	4.824,00	2.302,45	7.126,45
LUZINELMA VELOZO GONCALVES	127368564-49	5.250,00	2.890,00	1.101,54	3.991,54
JOSENILSON CAVALCANTI CATOLE	134472704-20	300,00	300,00	0,00	300,00
PEDRO FERREIRA FILHO	134949104-72	3.140,00	2.400,00	625,71	3.025,71
ADELMO COSTA ESTIMA	134995134-04	3.587,00	1.330,00	2.039,57	3.369,57
MARIA AURICELIA ANDRADA BEZERRA LIMA	135228414-68	6.970,00	6.410,00	495,38	6.905,38
EDMILSON AGUIAR DA SILVA	135544924-34	5.300,00	3.650,00	1.338,15	4.988,15
MAURO VIEIRA DO NASCIMENTO	147055084-91	7.320,00	3.234,99	3.796,81	7.031,80
MANOEL ROSENDO DE LIMA NETO	152215554-68	3.223,00	1.900,00	1.092,66	2.992,66
RICARDO ROBERTO DE LIMA	153288644-68	1.060,00	1.060,00	0,00	1.060,00
FRANCISCO JOSE DE CARVALHO	166157434-34	4.860,00	1.830,00	2.682,56	4.512,56
JOSE FERNANDO FERNANDES DE CARVALHO	174128974-20	9.632,00	5.350,00	3.833,55	9.183,55
AMARO AYRES FRAGA	178865704-72	5.330,00	3.430,00	1.866,09	5.296,09
FRANCISCO EUDES PEREIRA	183146784-49	9.110,00	5.630,00	3.063,55	8.693,55
IVO DE SOUSA	211589676-91	8.070,00	4.930,00	2.531,94	7.461,94
JOSE BALTAZAR SOARES DA SILVA	214738464-04	5.620,00	4.440,00	1.118,56	5.558,56
NORMELIA CARNEIRO DE LIRA	246331784-15	1.800,00	1.199,00	0,00	1.199,00
LUCIANO ALVES DA SILVA	271464618-23	80,00	0,00	74,00	74,00
LOURINALDO BEZERRA DOS SANTOS	274084694-00	9.030,00	5.950,00	2.378,11	8.328,11
HERCILIO TORRES BARBOSA FILHO	298282364-00	2.390,00	1.550,00	837,02	2.387,02
VANDALUCIA ALBUQUERQUE VANDERLEI	318098474-00	800,00	300,00	0,00	300,00
KARLA VALERIA ANNES DE SA LEITAO DA C	342411754-49	500,00	500,00	0,00	500,00
VITAL LEAO DE SA	402790064-20	5.152,00	4.180,00	965,52	5.145,52
ROSIANE BASTOS PEREIRA DE FRANCA	864402174-53	3.870,00	2.700,00	1.027,58	3.727,58
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM ALAGOAS	UG - 114615	52.235,00	47.506,76	2.749,38	50.256,14
MARLA BARROSO FRANCA	009397074-97	770,00	760,00	0,00	760,00
THOMAZIO BERGSON FARIAS CORREIA	013159394-36	2.000,00	1.996,00	0,00	1.996,00
VALDEMIR FERREIRA SILVA	031549374-71	300,00	300,00	0,00	300,00



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
LUCIANA DE OLIVEIRA CARVALHO	034492104-24	280,00	168,80	30,00	198,80
ALCIDES JERONIMO DE ALMEIDA TENORIO J	034898324-77	300,00	276,00	0,00	276,00
CARLOS EDUARDO NOIA ALVES LIMA	038864454-02	510,00	510,00	0,00	510,00
JOSE LUIZ DE OLIVEIRA LIMA	045155604-68	5.095,00	4.639,16	438,87	5.078,03
FLAVIO FERREIRA SILVA LIMA	048209044-85	1.100,00	1.010,00	17,96	1.027,96
PAULO DUARTE FERRO	049067804-15	370,00	370,00	0,00	370,00
PEDRO PINTO DA SILVA	061099774-20	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
JOSE ANTONIO DA SILVA	061219934-72	1.600,00	600,00	731,50	1.331,50
CREMILSON CAMPOS VIANA	067991674-15	4.040,00	4.030,00	0,00	4.030,00
NEUTON TAVARES BARBOSA	071419634-72	3.500,00	3.371,80	111,03	3.482,83
VICENTE PEDROSA DE LIMA	072887084-38	530,00	530,00	0,00	530,00
JOSE CARLOS FERREIRA DA SILVA	110980584-53	3.685,00	3.620,00	47,00	3.667,00
WASHINGTON BARRETO OLIVEIRA	133688264-68	3.670,00	2.970,00	59,39	3.029,39
SILVIO BEZERRA SOBRAL	133956704-06	2.035,00	2.035,00	0,00	2.035,00
MANOEL CARLOS BARBOZA	134094094-91	1.420,00	1.220,00	0,00	1.220,00
JOSE LUCINDO DA SILVA	134154924-00	4.460,00	4.290,00	140,00	4.430,00
MARIA LUCIA CORREIA MATA	134317224-15	300,00	300,00	0,00	300,00
CARLOS ROBERTO CAVALCANTE TENORIO	134416474-91	6.480,00	6.280,00	200,00	6.480,00
EDIVALDO FLORENCIO DE OLIVEIRA	151781704-82	3.630,00	3.380,00	0,00	3.380,00
HAROLDO ALVES DE FARIAS	163853734-87	1.220,00	414,00	573,63	987,63
MARCOS MARANHÃO LIMA	164290104-06	340,00	322,00	0,00	322,00
MARIA TELMA VICENTE ARAGAO	223224424-53	560,00	130,00	350,00	480,00
VICENTE PETRUCIO DA SILVA	272006714-87	420,00	420,00	0,00	420,00
SERGIO DE SOUZA ALVES	591280037-72	270,00	264,00	0,00	264,00
ROSILENE DOS SANTOS	954455874-87	350,00	300,00	50,00	350,00
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM SERGIPE	UG - 114616	29.675,00	18.299,80	7.658,97	25.958,77
FRANCISCO NICOLAU DE BRITO SOBRINHO	000138265-90	630,00	454,00	99,40	553,40
LEONARDO GOMES DE OLIVEIRA	021808355-66	1.400,00	0,00	1.059,47	1.059,47
CARLA JULIANA SANTOS ALENCAR	023612365-32	2.020,00	887,00	80,00	967,00
JOSE EXPEDITO DOS SANTOS FREIRE	068426235-53	6.325,00	3.686,30	2.432,49	6.118,79
CEZAR OLIVEIRA FREITAS	085630125-68	5.310,00	3.670,00	1.166,68	4.836,68
MANOEL MESSIAS ALVES	102218595-00	2.010,00	1.355,00	443,28	1.798,28
MUCIANO MENEZES JUNQUEIRA	127043425-04	620,00	320,00	97,30	417,30
LEONARDO SOUZA LEO LEITE DE SA	189811434-04	2.350,00	1.595,50	686,14	2.281,64
FRANCISCO NUNES DE ANDRADE	198716605-10	470,00	220,00	0,00	220,00
ELIANA LISBOA PORTO	199147095-91	500,00	498,00	0,00	498,00
REJANE COSTA DO NASCIMENTO	199545145-20	2.450,00	1.684,00	394,23	2.078,23
NEY DA FONSECA MELLO	662508207-44	750,00	0,00	560,00	560,00
ALESSANDRO ROCHA SANTANA	913008005-34	4.840,00	3.930,00	639,98	4.569,98
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NA BAHIA	UG - 114617	418.950,00	175.565,12	172.433,77	347.998,89
OLIVIO BARBOSA VIEIRA	001896945-30	2.730,00	1.140,00	1.212,24	2.352,24
ADEMIR SILVA SOUSA	001901985-83	7.495,00	4.319,15	1.738,86	6.058,01
MATHEUS RIBEIRO BRANDAO CANARIO	002445965-81	3.630,00	1.967,94	837,40	2.805,34
RONNEY ALEXANDRE SILVA COSTA	004170535-17	6.505,00	1.680,00	4.092,18	5.772,18
BRUNO DOURADO BASTOS	004402825-35	1.530,00	1.400,00	128,88	1.528,88
CLEBSON SANTOS DE BRITO	008158595-03	8.975,00	4.579,19	3.201,36	7.780,55
THIAGO PIMENTEL SANTIAGO	009991635-58	5.162,00	3.640,00	1.476,07	5.116,07
VERONICA PEREIRA SANTOS	011013725-67	2.440,00	680,00	1.491,39	2.171,39
SAAD ARNAUT BRITO MORAES	011587385-60	4.160,00	3.178,00	700,98	3.878,98
JOAO CALDAS NETO	013157978-95	4.910,00	520,00	4.276,40	4.796,40
SAULO ALVES DE ALMEIDA	014976115-55	2.630,00	660,00	877,20	1.537,20
JOERALDO DOS SANTOS FRAGA FILHO	015249915-62	707,00	43,70	418,00	461,70
FERNANDO YUTAKA YAMAGUCHI	019394888-50	400,00	0,00	337,46	337,46
ALEXANDRE SILVA SOUSA	021599645-30	450,00	0,00	324,50	324,50
ITALO AGUIAR DE SIQUEIRA	023973615-07	4.685,00	1.870,00	2.046,66	3.916,66



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
MURILO ROMAO GAMA	025588935-64	5.530,00	3.037,00	1.627,97	4.664,97
POLYANA OLIVEIRA FERREIRA	028997905-60	7.440,00	2.959,21	1.411,50	4.370,71
MAGNO FERREIRA DA SILVA MOTA	029222835-00	2.620,00	1.650,00	640,45	2.290,45
OSORIO DE OLIVEIRA BITTENCOURT FILHO	037563785-00	4.180,00	300,00	3.220,03	3.520,03
GERSON FERNANDES DE ARAUJO	037638465-49	150,00	150,00	0,00	150,00
RICARDO TEODORO DA CRUZ CARDOSO GOMES	038266855-39	946,00	476,84	357,08	833,92
FELISBERTO JOSE DE SANTANA	042002095-00	1.840,00	1.840,00	0,00	1.840,00
LUIZ MARCIO OLIVEIRA DE CARVALHO	048457905-30	3.888,00	1.430,00	2.210,12	3.640,12
VALDOLINO MINEIRO CUNHA	049856135-68	3.650,00	2.060,00	1.521,51	3.581,51
JOAO BATISTA MENDES MORAES	050290155-15	220,00	0,00	220,00	220,00
GUSTAVO LEFUNDDES BLUMETTI	056955115-34	3.040,00	2.507,17	314,90	2.822,07
DACILIO CHAVES CAMPOS	058209525-53	9.530,00	800,75	5.884,12	6.684,87
ABELARDO DA SILVA NORMANHA	062615315-87	7.840,00	3.790,00	3.831,97	7.621,97
JAILSON ARAUJO	063397275-49	1.985,00	230,00	1.405,23	1.635,23
JOSE ERNESTO DE OLIVEIRA	068952555-91	2.800,00	0,00	1.964,90	1.964,90
EDVERGES RAMOS DE ALBUQUERQUE	070225815-68	930,00	0,00	193,14	193,14
IVETE MARIA DIAS LAGO	070981895-53	3.580,00	2.380,00	898,95	3.278,95
ODILON RIBEIRO DE SANTANA	074370805-91	905,00	805,00	84,00	889,00
ANTONIO CARLOS DA SILVA PEREIRA	076132615-49	1.355,00	630,00	707,38	1.337,38
RAIMUNDO GOMES DA SILVA	083250815-20	4.260,00	2.040,00	1.884,25	3.924,25
ANIBAL BORGES BRITTO	085240685-15	1.050,00	51,40	717,50	768,90
DIONIR PEREIRA	086511325-49	4.500,00	110,04	1.761,83	1.871,87
MARIA JOSE COSTA LEITE DOS SANTOS	092801115-15	3.404,00	1.670,00	1.696,02	3.366,02
ADERIVALDO LIMA DA SILVA	094273685-00	6.635,00	4.620,21	973,47	5.593,68
JOSE RAIMUNDO LIMA DE CERQUEIRA	097087745-53	4.198,00	1.706,98	1.690,99	3.397,97
DOMINGOS DE JESUS LIMA	101806055-34	14.600,00	3.360,00	3.423,80	6.783,80
EVARISTO ROQUE LOPES DAS VIRGENS	105928225-91	500,00	0,00	451,88	451,88
ROBERTO CONCEICAO SANTANA	107833265-72	6.120,00	2.759,11	1.991,81	4.750,92
LUIZ MAFRA DE SANTANA	116013965-20	8.233,00	4.761,56	2.805,87	7.567,43
HERMANO JOSE DE CASTRO	117418055-20	3.415,00	2.485,00	821,89	3.306,89
FERNANDA DA SILVA BASTOS	120727295-72	3.330,00	1.110,78	1.306,54	2.417,32
PAULO MOREIRA JUNIOR	122819995-72	200,00	0,00	200,00	200,00
CRISTOVAL PADUA DE FRANCA	126403795-34	8.415,00	840,00	7.003,39	7.843,39
REYNALDO AUGUSTO FONTENELLE FILHO	128692105-82	2.973,00	1.150,00	1.071,88	2.221,88
EDIL DA SILVA DOURADO	132994685-53	2.605,00	1.100,00	1.187,11	2.287,11
HERMES ARAUJO BARROS	136674245-15	840,00	380,00	268,52	648,52
ESMERALDO DE ARAUJO SANTOS	139535595-91	5.220,00	2.800,00	2.291,52	5.091,52
JOSE ESTEVES RIBEIRO NETO	140580065-87	1.925,00	1.240,00	589,42	1.829,42
ELIZABETE CONCEICAO LEAL DE OLIVEIRA	143157505-49	4.800,00	2.992,50	1.102,30	4.094,80
MARIA APARECIDA PEREIRA MANTOVANI	147964735-72	4.470,00	2.510,00	1.339,78	3.849,78
ISRAEL VIEIRA DE CASTRO	148607835-49	7.616,00	3.540,00	3.643,19	7.183,19
ANA MARIA LOBO DE MELO	148652895-34	11.186,00	6.743,00	3.118,90	9.861,90
SANDOVAL MARTINS MANCIOLA FILHO	156191335-91	4.290,00	3.284,69	537,86	3.822,55
CARLOS VIEIRA DE SOUZA	162193765-87	2.360,00	634,08	1.366,89	2.000,97
JERONYMO CARNEIRO DA SILVA FILHO	162822215-87	4.350,00	70,00	2.084,38	2.154,38
JOAO JOSE DOS SANTOS OLIVEIRA	163165335-00	670,00	222,40	389,60	612,00
MANOEL MACHADO JUNIOR	167733655-20	714,00	0,00	670,38	670,38
MARIA CLARA FERREIRA	167785374-34	1.050,00	20,00	56,97	76,97
OSVALDO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO	169467075-91	5.380,00	1.189,20	3.293,57	4.482,77
RAIMUNDO FALEIRO LOPES	176760535-87	2.560,00	800,55	640,85	1.441,40
IRINEU SANTOS DOS REIS	177612475-87	8.280,00	3.640,00	2.455,69	6.095,69
GILTONEI EVERTON SANTOS BARROS	187235355-04	3.000,00	0,00	1.855,00	1.855,00
ZENY PEREIRA AZEVEDO	192095335-34	6.910,00	3.780,00	3.118,96	6.898,96
RAILDA SOUZA RIBEIRO MELO	193311695-15	3.840,00	3.240,00	452,17	3.692,17
ARTUR CONSTANTINO FIGUEIREDO MACHADO	195394955-04	2.060,00	1.506,55	249,07	1.755,62



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
BERNARDO THADEU DE ALMEIDA NUNES	200145206-30	900,00	0,00	94,00	94,00
ANTONIO LUIZ FROES PEREIRA	202913025-72	500,00	208,00	133,10	341,10
MARIA JOAQUINA BATISTA MARQUES PERALV	220699095-49	4.295,00	2.235,00	966,62	3.201,62
ERICA DOS SANTOS BRITES GUIMARAES	229017285-53	5.608,00	3.552,49	1.382,04	4.934,53
EMANOEL GUTEMBERG PINA DANTAS	230281145-34	865,00	0,00	141,94	141,94
HUMBERTO SOARES PRAZERES	232653885-49	3.985,00	2.662,15	1.144,52	3.806,67
MARCIO BRITO BONIFACIO	233396754-49	4.410,00	45,00	1.974,84	2.019,84
JOSE DERALDO MIRANDA SANTOS	238606265-15	2.343,00	520,60	1.185,74	1.706,34
MARIA APARECIDA SOUZA FEITOZA BRANDAO	239223705-00	1.718,00	582,95	648,52	1.231,47
SANDRA COSTA NEVES DE ALMEIDA	241629225-00	3.240,00	2.780,00	298,43	3.078,43
EDIVALDO BORGES DE SANT ANNA JUNIOR	272758505-59	4.271,00	1.920,00	2.027,00	3.947,00
KATIA REGINA LOPES DOURADO	278679516-87	7.267,00	3.640,00	3.494,12	7.134,12
HEBER HENRIQUE CAMARGO	327196618-48	8.898,00	2.400,25	5.595,94	7.996,19
MARILIA OLIVEIRA GAMA BRITO MENDONCA	345351445-91	3.515,00	1.560,00	1.516,86	3.076,86
NILO ANTONIO MONTEIRO DE MENDONCA	347983315-20	14.465,00	3.705,90	8.847,17	12.553,07
WESINER MEYER PITTA	351893985-87	7.323,00	3.087,97	3.419,44	6.507,41
ELIETE OLIVEIRA ALMEIDA	352821505-49	4.881,00	3.581,00	869,56	4.450,56
MARIA THEREZA CERQUEIRA SILVA	356469345-91	2.550,00	0,00	2.007,90	2.007,90
RUTE ANUNCIACAO CRUZ	378506605-87	1.900,00	1.569,32	320,00	1.889,32
PAULO CESAR CAVALCANTE DA SILVA	452743047-53	5.973,00	2.370,00	3.582,88	5.952,88
BENI JOSE MUNIZ	470275418-15	4.917,00	40,00	4.690,00	4.730,00
MARCOS ROGERIO PAIXAO PESTANA	500304425-91	6.419,00	2.879,29	2.600,04	5.479,33
CREIVAL PINTO FILGUEIRAS JUNIOR	508220397-53	1.670,00	0,00	1.557,07	1.557,07
TARCISIO COUTINHO COSTA	606922605-44	3.068,00	2.145,00	678,42	2.823,42
GILDA VALVERDE DE LIMA	640159475-68	2.600,00	600,00	1.678,42	2.278,42
YOLA ESTER DE QUEIROZ FERREIRA	668590005-97	100,00	74,50	0,00	74,50
DEISE HELENA MOSCHEN COSTA TEIXEIRA	713665477-72	450,00	0,00	448,35	448,35
EDIGAR ALVES GOUVEIA	770080658-68	4.750,00	2.400,00	2.187,00	4.587,00
HAMILTON GONCALVES DA SILVA JUNIOR	827876975-34	1.790,00	1.118,17	158,60	1.276,77
JOAO REGINALDO DA SILVA NETO	830831895-91	4.250,00	3.230,78	650,09	3.880,87
RONALD BERNARDO SAMPAIO DE OLIVEIRA	838762785-20	3.392,00	2.100,00	1.290,03	3.390,03
DIONISIO COSTA CRUZ JUNIOR	886626755-49	3.050,00	150,00	747,03	897,03
NILTON DE SOUZA RIBAS JUNIOR	922409924-68	8.490,00	178,50	5.745,95	5.924,45
CLAUDIA GONCALVES XAVIER	933515265-04	4.790,00	3.276,25	1.339,17	4.615,42
MANOEL FABIO LOPES SANTOS	941587975-00	4.910,00	3.870,00	403,59	4.273,59
IVAN JACUIPENSE MASCARENHAS FILHO	970697015-00	600,00	0,00	443,31	443,31
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS	UG - 114618	162.816,22	47.051,92	98.641,55	145.693,47
RAPHAEL ANTUNES DO AMARAL SANTOS	015698476-81	155,00	0,00	100,00	100,00
MARCOS ROBERTO APOLINARIO	015808376-89	1.050,00	29,40	1.020,00	1.049,40
DANIELLI MACIEL FERNANDES	016870796-92	121,00	0,00	120,78	120,78
GERALDO MARIANO DA SILVA	031074406-71	2.274,30	92,42	2.154,30	2.246,72
JULIO CESAR TERCETTI BELLI	034582686-85	260,00	0,00	222,30	222,30
ROBERTO GONCALVES DE SOUZA	035417556-44	840,00	840,00	0,00	840,00
TATIANA OLIVEIRA MAIA ANICETO	036673336-25	3.317,50	1.141,19	1.821,61	2.962,80
ALIDA APARECIDA DE CARVALHO CAETANO	039642986-62	122,00	67,40	42,00	109,40
MARIA JOSE MENK	040751918-18	580,00	0,00	580,00	580,00
JULIO CESAR DE OLIVEIRA MOREIRA	040994656-75	320,00	320,00	0,00	320,00
SARA DE ALVARENGA ANDRADE	044876346-01	270,00	0,00	268,58	268,58
JOELSON DE OLIVEIRA CARVALHO	045540987-02	595,00	402,99	90,80	493,79
CHRISTIANE AVILA DE LIMA MASCARENHAS	046899796-26	1.050,00	234,40	727,00	961,40
KLEO FIDELIS	047012386-94	950,00	572,12	350,00	922,12
CATIA APARECIDA RODRIGUES	047460696-11	324,00	105,84	160,88	266,72
RAFAEL MARQUES DOS SANTOS	049515486-58	890,00	50,00	839,30	889,30
PAULO CICERO BORGES LOPES	050425586-08	700,00	139,00	504,99	643,99
ANDERSON OLIVEIRA DE CARVALHO	050821506-42	150,00	40,20	0,00	40,20



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
JAINÉ APARECIDA COTA	052710836-75	2.093,00	880,00	1.207,25	2.087,25
FABRÍCIO BONIFÁCIO DE OLIVEIRA	056505146-66	180,00	123,91	28,00	151,91
JOÃO GONÇALVES FILHO	058243366-52	270,00	270,00	0,00	270,00
ADILIO ALVES LEAL	063279606-50	2.660,00	322,37	1.753,17	2.075,54
SERGIO DE OLIVEIRA SOFIATI	065167686-09	875,00	215,40	540,00	755,40
BENEDITO AUGUSTO BARROS LIARTH	066497423-68	780,00	0,00	780,00	780,00
FABIANE FAGUNDES DA SILVA	067415386-31	1.129,00	0,00	1.123,85	1.123,85
EDSON RODRIGUES DE OLIVEIRA	070137296-63	2.228,00	427,20	1.740,00	2.167,20
SELMA EVANGELISTA JERONIMO	073633666-40	1.240,00	225,00	1.015,00	1.240,00
ANDRÉ FILIPE SOUTO COSTA	075972446-65	2.670,00	80,10	2.128,10	2.208,20
DOUGLAS GARCIA DE MENEZES SILVA	076256176-96	1.118,00	782,29	282,93	1.065,22
BALTAZAR GLECIO DA SILVA	076900716-35	503,13	145,40	239,41	384,81
CARLOS GUILHERME MENDES BOTELHO	080417666-33	920,00	820,00	0,00	820,00
DANIELA RIBEIRO RODRIGUES	089435356-00	200,00	0,00	79,00	79,00
GISLENE MARIA FERREIRA RAMOS	096256746-91	180,00	0,00	176,31	176,31
WODSON SOUTO LEPESQUEUR	096422691-04	1.035,00	140,40	813,60	954,00
ERNEI BARBOSA SILVA	099884086-68	4.920,00	1.733,49	2.740,00	4.473,49
DELMIR SILVA REIS	105254298-08	709,00	60,00	648,50	708,50
OLIVEIROS MAGNO DA SILVA	105357994-20	55,00	40,00	0,00	40,00
MAURILIO JOSÉ DE ALVARENGA	121258226-87	140,00	0,00	122,00	122,00
ORLANDO ANTONIO DA SILVA	124084686-04	1.359,99	749,47	553,99	1.303,46
EUNICE NERY DA SILVA	132929431-91	327,00	0,00	324,03	324,03
JOSÉ TARCÍZIO JUNQUEIRA	147830376-04	1.900,00	387,75	1.189,95	1.577,70
JOSIAS NOGUEIRA GIFFONI	166307856-49	2.860,00	873,46	1.423,83	2.297,29
OSCAR TONA JUNIOR	166682866-15	1.819,00	1.040,61	619,00	1.659,61
HELIO SOARES PEREIRA	173669841-91	255,00	0,00	228,78	228,78
ROGERIO RODRIGUES DA SILVA	178577596-00	1.525,00	105,00	1.319,98	1.424,98
JULIO CESAR BRITO NASCIMENTO	179593656-87	1.225,00	195,00	778,00	973,00
CLAUDIO MANOEL DE MOURA	181659586-15	2.227,00	1.972,04	233,90	2.205,94
JOSÉ CIRILO MAGALHÃES	181667766-34	1.100,00	0,00	1.100,00	1.100,00
PAULO ARAUJO QUEIROZ	182406406-30	891,50	118,71	771,50	890,21
MARIA DE FÁTIMA CAMARGOS GUIMARAES	190335916-34	1.193,00	406,00	561,00	967,00
SEBASTIAO CESAR ALMEIDA MACHADO	194089276-72	360,00	165,39	160,00	325,39
OTACILIO RODRIGUES ALVES	195416436-04	4.157,00	823,92	3.203,00	4.026,92
MARIA CECÍLIA DE SANTANA PARREIRAS	199492786-00	1.620,00	857,31	293,68	1.150,99
OTAMIR JOSÉ DE ANDRADE	203222836-04	2.700,00	196,15	2.311,40	2.507,55
JOSÉ TEOFILO FILHO	204377496-49	65,00	65,00	0,00	65,00
NELSON HISSAIO NISHICAVA	210015969-00	3.872,00	2.100,00	1.325,83	3.425,83
JEFFERSON ALVES DE OLIVEIRA	211725286-91	6.332,00	2.393,62	3.315,55	5.709,17
LUIS PEDRO GUIMARAES	212218046-34	1.590,00	732,45	762,16	1.494,61
JOSÉ EDUARDO FRANCO	212651516-87	1.241,00	14,50	1.096,00	1.110,50
JOEL RODRIGUES REIS	214286116-49	3.154,50	445,00	2.609,22	3.054,22
JOSÉ DA SILVA HERMOGENES	215003206-68	1.064,00	25,00	897,55	922,55
NEURA LOPES DE CARVALHO SILVA	219694426-20	429,00	0,00	429,00	429,00
PAULO WALTER DE LIMA	220268006-34	454,00	290,00	158,00	448,00
MARCIA MARIA PINTO DE MOURA BARROS	227747426-68	720,00	0,00	711,24	711,24
ANSELMO DE MOURA	230735276-72	2.640,00	1.100,23	1.179,96	2.280,19
ALBERTO MARTINS PEREIRA	237048886-72	1.005,00	469,90	473,73	943,63
SERGIO ANTONIO DO AMARAL RESENDE	237062796-49	270,00	0,00	254,82	254,82
MARIA DE FÁTIMA ARAUJO RIBEIRO	237695806-72	100,00	100,00	0,00	100,00
DONIZETTI DOMINGOS	237758156-00	4.396,00	701,54	3.111,90	3.813,44
ANTONIO SERGIO DE MELO QUEIROZ	239168266-20	380,00	0,00	367,45	367,45
EDSON MENDES NASCIMENTO	246567636-91	1.073,00	0,00	1.073,00	1.073,00
EVANDRO MENDES	258512686-20	890,00	280,00	609,85	889,85
MARCELO AGUIAR	262747796-04	489,00	0,00	489,00	489,00



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
CLAUDIO LUPIANO DIAS	267950606-59	1.776,00	100,00	1.506,00	1.606,00
JOSE GERALDO DE SOUZA	267962106-97	3.285,00	375,97	1.787,97	2.163,94
MARCELO GOMES MARTINS	279753396-87	510,00	510,00	0,00	510,00
MARCIO JOSE GUIMARAES	283250876-68	410,00	0,00	365,70	365,70
MARCOS TOLEDO FERNANDES	287537716-72	2.160,00	293,06	1.649,63	1.942,69
GILBERTO DOS SANTOS	297593237-53	80,00	80,00	0,00	80,00
MARLICE DE MATOS DA SILVA	303699326-68	710,00	200,00	493,57	693,57
JOAO ALMEIDA FILHO	304640646-00	2.710,00	1.670,00	410,57	2.080,57
MARIA LUCIA LAENDER PITA	304868606-59	3.565,00	1.445,55	861,76	2.307,31
MARCIO SILVA BALAO	316427211-15	265,00	80,00	178,60	258,60
CLAUDIA TITO GUIMARAES	328212126-15	860,00	0,00	722,87	722,87
ROBSON ALVARES DA SILVA CAMPOS	328261846-87	1.766,00	795,00	842,72	1.637,72
ANTONIO AUGUSTO CORREA	332195406-00	2.488,70	0,00	2.019,50	2.019,50
JOAQUIM CLAUDIO VIEIRA DE REZENDE	333293546-15	100,00	0,00	95,36	95,36
DENISE ARAUJO PERIM NEGRI	336471196-87	110,00	91,89	0,00	91,89
ADALCIO MARTINS VIEIRA	337084286-68	1.040,00	1.040,00	0,00	1.040,00
MARGARETH BARROS SANTOS	341671536-53	750,00	0,00	750,00	750,00
EDUARDO ANTONIO MENDES OLIVEIRA	348119586-91	2.240,00	138,10	2.097,90	2.236,00
ANTONIO SADI DA SILVA	359210996-00	1.422,00	842,00	540,22	1.382,22
HELICIO RESENDE JUNIOR	359975166-87	625,00	0,00	617,44	617,44
MARIA CRISTINA DE ALMEIDA	364520256-00	1.790,00	240,38	849,75	1.090,13
JOSE MARCILIO MATOS COSTA	374737606-10	4.190,00	1.126,37	2.111,52	3.237,89
GUTEMBERG JOSE DE FREITAS FILHO	385083626-68	479,00	0,00	479,00	479,00
ORSINI LOPES VIEIRA SOBRINHO	386521536-04	2.170,40	236,00	1.539,40	1.775,40
JOAO BATISTA FERREIRA	386603346-04	654,54	0,00	591,63	591,63
GILBERTO MARINHO GOMES	386892517-15	720,00	0,00	490,00	490,00
GILMAR MORAES DE FREITAS	387193636-72	1.515,00	0,00	1.091,86	1.091,86
DENISTON FERNANDES DIAMANTINO	402208936-91	390,00	0,00	325,00	325,00
HELVECIO ANTONIO COSTA AMORIM	402404526-15	6.140,00	1.985,85	4.063,06	6.048,91
SERGIO ABRITTA	411130716-72	443,80	283,15	78,73	361,88
GILBERTO ARANTES JUNQUEIRA	414975206-06	2.454,00	260,00	2.175,00	2.435,00
DEISE MARIA GUERREIRO RIBEIRO	418798136-53	730,00	475,15	200,00	675,15
CARLA MARIA ROCHA ALVES	425868016-87	2.194,00	376,48	1.671,18	2.047,66
JOSIANE DOS SANTOS BARBOSA	428624346-04	1.135,00	0,00	759,68	759,68
JULIO CEZAR COTTA	428931786-34	1.633,00	354,00	1.040,96	1.394,96
ADELIMARCIO LEONIDAS VIANA GONCALVES	430418686-87	1.103,86	767,43	333,86	1.101,29
IVAN BARSANTI JUNIOR	440784717-49	380,00	0,00	375,75	375,75
GUILHERME DE OLIVEIRA ASSIS	443232806-10	260,00	0,00	260,00	260,00
DIVA DE SOUZA E SILVA RODRIGUES	467275157-00	330,00	0,00	329,70	329,70
MARIA DAS DORES PEREIRA DOS SANTOS	469641506-68	820,00	793,10	0,00	793,10
MAURO GALVAO FONSECA	496811097-91	780,00	135,70	550,00	685,70
CARLOS HENRIQUE MEIRELES AVILA	504704937-04	330,00	250,00	80,00	330,00
IRAPUAN VIDAL JUNQUEIRA DA SILVA	506112597-53	340,00	240,00	100,00	340,00
EUGENIO PACELLI MORAIS RENNO	532671846-49	300,00	200,00	88,34	288,34
JULIO ANTONIO MOREIRA GOMES	547457807-53	100,00	0,00	98,00	98,00
EDERSON TADEU MOURAO	627612696-91	1.654,50	1.451,25	74,50	1.525,75
JOAO RODRIGUES PINTO	632698998-15	264,00	0,00	263,45	263,45
ANGELINA ORLANDO BORGES	677252446-20	1.453,50	905,00	497,05	1.402,05
ANDREA SATIE AMARAL HAYASHIDA RESENDE	689947886-20	260,00	0,00	219,00	219,00
MARIA BEATRIZ RIBEIRO BRITO	788630827-15	460,00	181,57	200,00	381,57
MARCOS MARINHO DE MEDEIROS	828406956-34	620,00	0,00	517,98	517,98
GIOVANI SOARES SILVA	846081886-15	739,00	660,00	74,40	734,40
GUSTAVO CASTANHEIRA BOLOGNANI	871406246-15	250,00	210,96	0,00	210,96
JIOJI NISHIDA	921444708-04	1.485,00	0,00	1.480,80	1.480,80
JOSE FERREIRA RODRIGUES	930320996-68	2.220,00	1.170,67	1.000,00	2.170,67



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
ANA LUIZA BERNARDES	984252186-91	1.597,00	178,72	1.336,18	1.514,90
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO ESPIRITO SANTO	UG - 114619	70.070,74	31.598,15	33.714,30	65.312,45
DANIEL ANICETO DE SOUZA DA SILVA	071517476-24	640,00	0,00	431,02	431,02
ANACLETO CARLOS GAVA	092387677-42	1.980,00	0,00	1.846,82	1.846,82
DAIANE BENEVIDES NASCIMENTO	098126047-07	970,00	36,85	855,70	892,55
JEFESSON MISSIAS BERNARDO	114591825-53	2.750,00	0,00	2.638,75	2.638,75
VINICIOS ABREU DA SILVA	118118007-42	3.350,00	0,00	3.270,99	3.270,99
CLAUDIO LUIS STORINO DE MELO	271725467-68	1.500,00	0,00	1.476,69	1.476,69
DALTON LUIZ CESAR DA LUZ	289152831-04	1.150,00	29,80	680,87	710,67
SIDNEY GOMES GUEDES	339468847-68	920,00	0,00	846,08	846,08
SERGIO GAGO AMARO	348106767-49	40,00	0,00	38,29	38,29
CARLOS ALBERTO D ALMEIDA	353684707-20	2.460,00	2.454,81	0,00	2.454,81
GILBERTO LOPES GHIDETTI	364808197-72	910,00	0,00	908,91	908,91
LUIZ CARLOS MORAES	416180927-15	800,00	0,00	800,00	800,00
JOAO COELHO DE LACERDA	416647017-53	8.467,00	2.455,00	5.261,85	7.716,85
AGNALDO LUIZ PAGANINI	418124507-10	4.305,00	4.185,00	116,29	4.301,29
JOAO ODILIO GUEDES FARIA	420677317-34	1.150,00	0,00	949,77	949,77
SEBASTIAO DAS GRACAS BORGES	420974607-04	1.467,00	0,00	1.442,04	1.442,04
NEIDIMAR TEIXEIRA NARCIZO	442905867-91	750,00	750,00	0,00	750,00
CARLOS ROBERTO SANTANA DE OLIVEIRA	451226107-97	1.649,00	0,00	1.392,08	1.392,08
CARMEM LUCIA VIEIRA AMENTA	488204587-72	18.839,00	18.833,90	0,00	18.833,90
ELIOMAR FERREIRA PIMENTEL	526896387-20	3.260,00	0,00	2.783,16	2.783,16
FERNANDO FRANCISCO DE PAULA	557966807-49	180,00	0,00	180,00	180,00
TERCIO ENGELHARDT	574421267-15	1.100,00	0,00	1.099,06	1.099,06
ELENI DIONIZIO DE OLIVEIRA	620857517-68	1.390,00	1.120,00	123,49	1.243,49
CARLOS MAGNO ROCHA LEITAO	682057677-34	1.110,00	0,00	802,62	802,62
ALICE ENEIDA DE SOUZA MILAGRE	703687407-49	130,00	0,00	129,66	129,66
GILSON VIGNATTI	809107267-87	1.050,00	150,00	400,05	550,05
ESTER HERINGER PEREIRA COSTA BELONI	809921027-15	1.429,12	323,08	1.039,02	1.362,10
MARCOS ANTONIO DE ARAUJO	815135857-20	1.100,00	0,00	980,40	980,40
ADELSON COELHO PASSOS	885027917-53	1.870,00	0,00	1.644,48	1.644,48
MARCIA VARGAS SANTOS MENEGUELLI	924203977-20	2.105,00	530,54	1.215,03	1.745,57
ILMAR VICENTE MOREIRA	939457367-49	340,00	0,00	249,56	249,56
ALUIZIO DE LOURDES LOPES	991279627-68	909,62	729,17	111,62	840,79
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO MATO GROSSO SUL	UG - 114620	28.743,40	13.104,11	13.986,54	27.090,65
EMILIO FLAVIO VIEIRA	074096788-60	95,00	0,00	95,00	95,00
JOSE TIAGO LEAL	086344321-49	220,00	0,00	140,00	140,00
SONIA MARIA MACHADO	102894451-91	1.660,00	1.001,25	586,62	1.587,87
LOURIVAL OLIVEIRA AZAMBUJA NETO	103878201-59	1.495,00	1.050,00	439,21	1.489,21
VICTOR SHOICHI GUENKA	108956801-06	7.286,00	1.605,41	5.424,97	7.030,38
JESUS GARCIA DE CAMARGO	110605141-68	2.691,40	1.514,00	1.130,70	2.644,70
JOVELINO ALVES DE SOUSA	139691451-04	750,00	0,00	735,00	735,00
CECILIA DE FATIMA ARGEMON FERREIRA	140759111-87	1.980,00	1.500,00	321,45	1.821,45
JAIRO ANTONIO DE QUEIROZ	142874711-72	1.800,00	450,00	1.023,71	1.473,71
ISABEL DE PAULA COSTA	165049091-72	600,00	0,00	596,00	596,00
BRUNO BILLERBECK CARRAPATEIRA JUNIOR	176819521-87	170,00	0,00	160,00	160,00
HONORIO MARCOS MACHADO	178715731-87	1.730,00	1.450,00	260,70	1.710,70
JAIR ALVES DOS SANTOS	203585631-00	750,00	380,00	304,03	684,03
JORGE MIRANDA QUEVEDO	250509901-49	1.416,00	456,45	914,41	1.370,86
JEIZE DO AMARAL CARVALHO PEITL	312659281-34	1.770,00	1.320,00	436,00	1.756,00
MARCIA MORENO JARA	860186711-15	3.440,00	2.377,00	954,81	3.331,81
TADEU JOSE DENARDI	897209388-20	260,00	0,00	260,00	260,00
ALEXANDER BRUNO PEGORARE	930804501-59	630,00	0,00	203,93	203,93
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM SAO PAULO	UG - 114622	403.387,00	99.497,36	233.161,92	332.659,28
IVAN NOGUEIRA DO AMARAL	000259808-66	2.425,00	970,40	1.331,09	2.301,49



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
DAGNALDO DE ALCANTARA RIOS	001590628-02	6.769,00	1.545,32	4.815,00	6.360,32
EDSON JOSE FERRAGINI LOPES	001627358-39	630,00	126,60	220,32	346,92
BENEDITO CELSO DE PAULA	001826508-12	2.200,00	650,00	1.079,41	1.729,41
ANTONIO INACIO DA SILVA NETO	001968378-20	2.405,00	0,00	1.557,81	1.557,81
FRANCISCO FERREIRA MARTINS	002475918-07	100,00	0,00	96,60	96,60
MILTO TAVARES DA SILVA	003804758-63	1.380,00	230,10	643,72	873,82
ANTONIO CASADO FILHO	004328468-08	1.550,00	936,72	382,80	1.319,52
CLEIDE PEREIRA DE MENEZES BALERO	005920168-11	3.600,00	3.366,40	0,00	3.366,40
MARCELEI CORREA	006300588-30	3.740,00	715,15	1.013,70	1.728,85
ROSEMARY UTIDA	006630178-58	3.350,00	718,70	2.232,23	2.950,93
JOSUE PINTO	007300308-57	500,00	0,00	325,82	325,82
JOSE QUIRINO FILHO	008327608-46	13.250,00	1.824,09	10.369,93	12.194,02
SERGIO SANCHES	008529868-90	5.843,00	1.789,05	3.116,51	4.905,56
NARCIZO FRANCISCO DE LIMA	009251698-03	1.940,00	448,05	987,47	1.435,52
FERNANDO MARTINELLI	010907288-08	2.510,00	880,00	1.484,73	2.364,73
REINALDO APOLINARIO DOS SANTOS	014355048-95	4.900,00	2.147,57	1.996,02	4.143,59
LUIZ FERNANDO NICOLINI LEMOS	015617888-56	2.650,00	52,80	1.986,36	2.039,16
AFONSO MARIA NOGUEIRA	015648568-01	1.142,00	90,80	541,30	632,10
ANTONIO CARLOS AMARO DA SILVA	016341408-42	8.894,00	748,20	6.506,37	7.254,57
RENEE DE JESUS PACHECO DE ALMEIDA ANT	017203498-19	750,00	356,00	258,30	614,30
MARCOS ANTONIO CECATO	017292568-13	285,00	0,00	285,00	285,00
BENEDITO ROBERTO DA SILVA	018558138-23	7.174,00	258,91	6.306,86	6.565,77
JULIO CESAR MORA	020368598-95	1.713,00	301,10	1.211,33	1.512,43
EVA NEIDE RAGOZONI	020386108-60	4.100,00	204,00	3.775,76	3.979,76
AILTON ULIANA	020847718-70	1.860,00	434,80	1.043,96	1.478,76
PRISCILA PEREIRA RODRIGUES PINTO	021092008-47	2.800,00	2.800,00	0,00	2.800,00
SONIA REGINA DA SILVA CALLEFI	022148888-02	7.445,00	2.845,70	4.081,34	6.927,04
WAGNER MARTINS MAGALHAES DA SILVEIRA	023229448-82	1.600,00	796,25	800,00	1.596,25
IEDO VECCHI MACHADO	023711808-40	2.700,00	921,00	922,56	1.843,56
SAMUEL CLAUDIO ALO DE ALVARENGA	027017108-80	190,00	125,40	49,39	174,79
NICOLAU TADEU ARCARO	027991788-04	1.700,00	675,41	0,00	675,41
MARISA ROTATORI	028562408-36	750,00	555,00	135,08	690,08
ROSIMEIRE MODOLO DE MATTOS	029479118-30	655,00	0,00	546,91	546,91
DILERMANDO TEIXEIRA FILHO	030450748-20	1.020,00	412,10	546,06	958,16
BENEVALDO JULIO CARDOSO	030462058-05	625,00	225,00	399,92	624,92
FABIO AUGUSTO AFFONSO	031563738-26	7.600,00	7.518,00	0,00	7.518,00
CLAUDIO JOAO THOMAZ	031713308-06	2.750,00	783,20	1.037,48	1.820,68
MAURICIO PILAR DA SILVA	033671868-30	1.990,00	342,60	884,68	1.227,28
ADEMIR CANDIDO DE OLIVEIRA	034413038-06	3.470,00	1.424,00	1.047,91	2.471,91
JOSE DE OLIVEIRA PEREIRA	035861908-40	1.630,00	0,00	1.463,84	1.463,84
MARIA JOSE ALVES FELIPPE	035881968-70	750,00	0,00	528,78	528,78
MARIO SERGIO DE ALENCAR	036434518-73	1.000,00	43,80	517,04	560,84
IVONE PROENCA CHAGAS	036733788-64	400,00	0,00	279,84	279,84
MONICA APARECIDA DONINI	036811848-79	2.380,00	213,60	1.342,32	1.555,92
ROBERTO MITSUO YAMAMOTO	036957618-73	700,00	0,00	504,85	504,85
JUREMA CAMILA HENTSCHEL LOBO DA COSTA	043088238-62	880,00	60,00	646,45	706,45
ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR	045956058-11	1.120,00	46,80	494,36	541,16
MARIO CESAR JARDIM	048188348-74	340,00	0,00	340,00	340,00
ROSA MARIA FORTI DA SILVA	049641388-01	869,00	0,00	767,62	767,62
ROMESSI FERRAZ DOS SANTOS	050176878-58	5.930,00	1.993,60	3.169,22	5.162,82
GERALDO JUNIOR CARNEIRO	052092218-22	3.620,00	900,00	2.255,70	3.155,70
MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA ROMAO	057050388-44	800,00	0,00	795,54	795,54
JOSE AYAN	058036672-34	690,00	54,00	618,65	672,65
ANTONIO IZIDIO DE SOUZA FILHO	065309168-06	170,00	0,00	154,80	154,80
YVETTE PILEGGI	066519638-56	2.200,00	2.140,00	0,00	2.140,00



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
GERALDO OLIVEIRA SANTANA	070824958-20	2.000,00	285,66	1.686,55	1.972,21
LUIZ ROGERIO GODDY	072433966-31	930,00	527,90	313,11	841,01
NILDO EDUARDO MARTINS	073978468-40	1.110,00	0,00	1.006,44	1.006,44
VERA LUCIA PULZI WEISER	075233668-13	850,00	42,80	544,33	587,13
ROSANA APARECIDA ALVES DE SOUZA	075909688-03	660,00	427,20	177,80	605,00
JOSE VITORINO DE SOUZA	080826198-30	480,00	0,00	259,43	259,43
ANA MARIA PEDRO SORIANO	081606958-10	2.120,00	481,30	1.369,88	1.851,18
SONIA REGINA MEDEIROS DE LIMA	086110648-28	3.670,00	1.068,00	2.133,88	3.201,88
MIRIAN GONCALVES DOS SANTOS	086466288-25	840,00	480,60	299,49	780,09
EDJANIO CORREIA DE OLIVEIRA	087480778-60	1.862,00	70,80	1.741,69	1.812,49
PATRICIA REGINA NUNES MARQUES	089899578-77	4.470,00	2.271,80	1.587,40	3.859,20
ELIZABETH CONCEICAO TURNES BORGES LIM	091608078-14	720,00	0,00	720,00	720,00
JOSE VANDERLEY MENDES SILVA	104513718-95	1.400,00	30,00	1.016,80	1.046,80
LUIZ MAURICIO GOMES ESTEVES	104613808-11	24.920,00	4.479,93	19.769,85	24.249,78
MARIA LUCIA DRUDI FERNANDES	107292678-49	2.300,00	0,00	1.635,73	1.635,73
IONE DE ALENCAR SILVA	113056368-56	110,00	0,00	97,45	97,45
MARIA VIRGINIA TERAN CREMONESI	123456258-80	2.050,00	96,80	1.697,13	1.793,93
PAULA MARQUES MEYER	145820648-33	980,00	122,00	679,30	801,30
MARCO ANTONIO COCHIOLITO	150419428-46	1.810,00	388,00	1.027,01	1.415,01
ANTONIO ROGERIO UEHARA SILVA	150769338-94	370,00	32,80	271,02	303,82
PAULO ROBERTO SEGATO	164486691-91	685,00	95,00	590,00	685,00
ANSELMO AUGUSTO	169906028-21	3.110,00	989,80	1.515,02	2.504,82
MARCOS ELI DE ALMEIDA BARBOSA	177193428-01	60,00	0,00	58,87	58,87
ALEXSANDRO ANGELO BARREIRA	182865708-55	2.030,00	705,50	1.276,50	1.982,00
MIGUEL SANTANA FILHO	206859556-72	3.072,00	1.690,00	1.069,18	2.759,18
MARCUS VINICIUS FARBELOW	215571998-17	380,00	24,40	60,00	84,40
PRISCILA BUENO ALVES	216238588-01	875,00	248,00	595,00	843,00
JONAS FIGUEIREDO PIOVEZAN	216616568-03	70,00	0,00	69,50	69,50
ABDIAS SILVEIRA ALVES RIBEIRO	218801158-91	1.090,00	359,80	569,75	929,55
BRUNO GARKAUSKAS RAMOS	218826788-50	2.240,00	338,20	1.828,41	2.166,61
RAFAEL GUTIERRE CARVALHO	223454258-81	3.600,00	688,50	2.832,32	3.520,82
ANA LUIZA SIGNORETO E SOUSA	224650008-70	1.110,00	187,20	649,81	837,01
VANESSA SOARES DE ABREU	225297788-41	160,00	0,00	156,50	156,50
ANGELA GUERRA DE SANTANA	227859838-40	860,00	400,00	80,74	480,74
ERIC NUSSBAUMER	229604278-31	510,00	0,00	354,85	354,85
LUCIANO LIESENBERG	252871168-96	800,00	0,00	181,64	181,64
LAUDO KIYOHITO NATSUI	254703658-40	1.790,00	188,80	1.580,40	1.769,20
EDNA SATOMI HANZAWA MITSUIKI	280751078-70	985,00	0,00	983,00	983,00
FERNANDO RODRIGUEZ FONTANA	282681468-00	783,00	98,50	670,69	769,19
JANIO ALMEIDA TEIXEIRA	285460508-05	230,00	0,00	225,92	225,92
CAROLINA DA COSTA ZIVIANI	287486848-56	2.850,00	585,50	1.651,20	2.236,70
VANDO DA PAZ NASCIMENTO	290645168-12	8.130,00	3.077,71	1.995,70	5.073,41
RICARDO VERZEGNASSI VERISSIMO	294134978-26	850,00	404,96	184,80	589,76
PAULO ROBERTO COSTA STRUMINSKI JUNIOR	296137898-20	260,00	82,20	150,00	232,20
MAISA VILLELA SANTOS REIS NOBREGA	298284218-10	3.070,00	451,50	2.048,64	2.500,14
LUIZ CARLOS XAVIER FILHO	298400239-34	4.040,00	999,00	2.628,52	3.627,52
FLORINDO JACINTO DA SILVA	299372308-10	1.663,00	335,20	1.276,95	1.612,15
ANDRE LUIZ DE PIERRE	300731698-70	3.069,00	430,80	1.316,81	1.747,61
LUCAS SCOMBATTI MARTINS	304982768-80	1.900,00	579,60	842,49	1.422,09
DENISE SERNAGLIA CAPOANO	306176888-26	6.800,00	1.014,64	3.125,05	4.139,69
MURILO FRISANCO SOSSAI	310809978-73	1.920,00	298,50	566,70	865,20
CAUE DIOGO MESQUITA SERVA CORAINI	311462768-42	200,00	0,00	145,96	145,96
RAPHAEL MOURA DE ALMEIDA	323522928-08	215,00	0,00	200,00	200,00
LUCAS VIEIRA FANTIN	323634368-06	400,00	0,00	384,00	384,00
ROMULO GASPARINI DA CUNHA	324136938-23	510,00	0,00	452,61	452,61



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
JULIO CESAR FERREIRA DA SILVA	326899258-77	1.319,00	0,00	1.233,50	1.233,50
FILIFE VIEIRA FERNANDES DOS SANTOS	331590748-03	1.170,00	149,10	907,27	1.056,37
ANTONIO APARECIDO FERREIRA	333873978-87	4.700,00	4.700,00	0,00	4.700,00
FERNANDA LOPES DE ARAUJO BARROS	337954898-73	200,00	36,90	115,12	152,02
VICTOR ALEXANDRE DE BIAGI	338705718-02	1.170,00	0,00	477,21	477,21
VITOR BERTO MICAS	340729578-28	2.320,00	237,10	1.813,79	2.050,89
NICOLE DA SILVA TOVARNITCHI	343908228-88	200,00	0,00	90,90	90,90
FABIO DE ALBUQUERQUE PINTO	346795168-60	1.135,00	0,00	1.117,90	1.117,90
ALESSANDRO AKIRA XAVIER	350392638-05	2.610,00	1.513,00	725,28	2.238,28
ELSON MACIEL COUTINHO	362101708-97	4.154,00	534,00	2.115,00	2.649,00
JOAO CARLOS RODRIGUES	363443628-04	1.335,00	35,00	1.061,41	1.096,41
BEATRIZ CAMPANELI	368882268-40	1.160,00	675,00	485,00	1.160,00
ARMANDO PONTES ANCHIETA	541000118-49	400,00	250,00	97,96	347,96
AGUINALDO SILVA	605034328-49	3.855,00	1.398,80	1.348,41	2.747,21
MIRIAN CABRAL BRAGA DE OLIVEIRA	665850317-68	2.400,00	0,00	1.195,41	1.195,41
HILDEBRANDO NEVES PUBLIO	670725778-15	470,00	42,15	317,00	359,15
ERONIDES PROTASIO DA SILVA	694086968-91	1.760,00	503,20	887,37	1.390,57
JOSE EDIMILSON DOS SANTOS	695071558-72	5.928,00	560,90	4.068,74	4.629,64
MATILDE TABANEZ DOS SANTOS PEREIRA	709729318-72	950,00	72,00	662,50	734,50
LINDOMAR RODRIGUES	712111107-10	11.754,00	3.759,19	6.177,11	9.936,30
HELIO RODRIGUES	724958478-20	850,00	0,00	297,20	297,20
JOSE APARECIDO MOCHETI	736660338-49	4.570,00	584,77	2.938,85	3.523,62
JOSE MARIA GURGEL FERNANDES	738077708-44	1.130,00	0,00	1.028,04	1.028,04
JOSE TEIXEIRA GUIMARAES	753197998-53	2.227,00	0,00	2.159,06	2.159,06
FERNANDO MACHADO	754552858-15	340,00	45,50	145,64	191,14
DEJAIR JOSE DELALIBERA	768577868-87	2.030,00	600,00	940,86	1.540,86
JOSE LUIZ CARDOSO	777051228-04	4.730,00	826,55	1.870,54	2.697,09
VALTER LUCENTE	778593328-68	930,00	120,00	778,35	898,35
JAIR DA SILVA FILHO	778908338-49	930,00	0,00	930,00	930,00
JULIO CESAR BIAGGIO	779447718-20	3.000,00	0,00	1.372,38	1.372,38
LUIZ CARLOS ESTEVAM FOGLIA	779832548-49	790,00	26,10	682,52	708,62
MAURICIO SINEZIO SARQUIS PINTO	779902008-30	4.640,00	0,00	4.295,77	4.295,77
JOSE ALDO BARRETO	780511698-91	2.380,00	117,60	1.926,72	2.044,32
SERGIO DE CAMPOS CRUZ	781213028-20	460,00	46,00	402,59	448,59
ENIVE VIOLIN	785212708-87	904,00	0,00	765,28	765,28
SERGIO MAJEWSKI	793298298-72	2.515,00	0,00	1.960,07	1.960,07
NELSON HISSAO KOMIYAMA	799843988-20	1.520,00	0,00	1.282,60	1.282,60
ALVARO FERNANDES GONCALVES	807203668-87	7.511,00	2.614,25	3.370,16	5.984,41
PAULO FREITAS BRITO	811674908-00	2.500,00	0,00	1.692,29	1.692,29
PAULO ROBERTO DEVIDES	825600308-10	670,00	75,00	513,44	588,44
JOSUE ULIANA	835083928-72	1.208,00	0,00	1.188,14	1.188,14
ANTONIO TADEU FURLANI	835391408-59	1.212,00	88,00	1.012,00	1.100,00
VLADEMIR DE AZEVEDO	843668778-72	60,00	0,00	60,00	60,00
JOSE CARLOS COGO	862101738-53	303,00	0,00	302,12	302,12
JOSE ROBERTO OSEAS DA SILVA	862493808-25	1.590,00	135,60	418,29	553,89
ODAIR ROBERTO ZILLI	862586808-87	1.340,00	0,00	1.277,98	1.277,98
MIRIAM APARECIDA ESPAGNOLO	864531578-53	1.730,00	208,00	1.362,31	1.570,31
GILBERTO FONTOLAN COSTA	870462378-91	1.897,00	637,30	911,59	1.548,89
LUIS CARLOS BORDIN	873926238-34	1.220,00	93,80	559,57	653,37
MANOEL MAURICIO SANTANA LINS	880320438-53	7.000,00	1.424,00	4.936,35	6.360,35
OCTAVIO CARRILLO JUNIOR	885490978-53	3.900,00	1.773,90	948,81	2.722,71
SONIA ANTONIA SOARES	925598248-88	2.880,00	274,90	967,99	1.242,89
CARLOS ALBERTO DA SILVA	925945068-34	3.235,00	276,40	2.776,58	3.052,98
EDSON DA SILVA	928404428-68	2.110,00	347,30	1.757,49	2.104,79
MARCOS ANTONIO TENORE	931578438-34	4.970,00	510,40	3.368,14	3.878,54



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
IVAN DONIZETTI MARAFON	932163278-68	3.330,00	947,35	2.057,38	3.004,73
REYNALDO BELIZIARIO GOMES OLIVEIRA	938403738-91	3.870,00	1.902,38	833,78	2.736,16
CARLOS ROBERTO DA SILVA	961586548-68	1.903,00	229,10	1.617,91	1.847,01
NELSON BELENTANI	970277158-72	420,00	117,90	224,82	342,72
EDISON PEREIRA	974674728-20	2.030,00	1.180,00	417,62	1.597,62
DAVI JOSE LOURENCO GOMES	981485838-20	1.040,00	11,80	928,81	940,61
BENEDITO DONIZETE DE ALMEIDA LEITE	990746488-00	3.300,00	1.068,00	2.031,17	3.099,17
VERA LUCIA CAPPOBIANCO DA SILVA	995301128-15	819,00	0,00	703,27	703,27
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PARANA	UG - 114623	368.521,00	55.559,25	238.150,53	293.709,78
LUCAS EDUARDO BOFF	008090909-45	1.105,00	381,40	299,56	680,96
MARCO AURELIO FERRAZ DOS SANTOS	017358809-30	8.185,00	872,82	6.416,88	7.289,70
PRISCILA DE MOURA PORTELA	018583069-22	1.780,00	605,20	1.010,43	1.615,63
MARCELO BERWANGER	023854759-01	4.855,00	0,00	4.011,96	4.011,96
RODRIGO CATANI	025356049-73	5.400,00	0,00	5.127,38	5.127,38
HENRY MAZER	026325959-59	1.460,00	233,62	919,70	1.153,32
LUCIANA DE BARROS	027725899-51	2.270,00	382,30	1.673,92	2.056,22
DIVONEI ROSENILSON DA SILVA	028634359-22	2.000,00	0,00	1.887,88	1.887,88
SHARON CALEFFI	029199379-60	4.040,00	565,50	2.636,71	3.202,21
LUIZ CARLOS RUSINEK	033210039-10	1.910,00	320,00	1.330,72	1.650,72
FRANCIELI MALLMANN	034732629-35	4.134,00	534,00	2.264,43	2.798,43
ALEXANDRO JOSE CASTAGNARO	036551929-40	1.100,00	213,60	808,63	1.022,23
MARCOS ROBERTO LEITE	036751519-99	10.750,00	1.229,38	8.558,45	9.787,83
DIOGO TULER FORLANI	036957819-80	2.515,00	0,00	1.793,08	1.793,08
PAULO CARDOZO LAVADO	038344109-93	2.840,00	747,60	1.797,75	2.545,35
ALEXANDRE SCHENATTO	040618859-95	8.372,00	1.353,00	2.614,26	3.967,26
MAX NUNI CESCA BATTISTI	042899919-04	3.966,00	467,25	2.918,49	3.385,74
TATIANE ARAUJO GIRALDI	045579049-39	6.110,00	934,50	4.720,96	5.655,46
ALFEU CELSO CAMPIOLO	047159939-53	7.380,00	1.854,40	4.126,60	5.981,00
ELISANGELA BORGIA	049509039-50	3.082,00	25,50	1.956,38	1.981,88
MARCOS VINICIUS VICENTE	049655399-23	4.700,00	89,00	3.820,98	3.909,98
RONALDO DE SOUZA SANTOS	050782649-30	700,00	0,00	619,44	619,44
ALEX JUNIOR POLAK	052115749-82	1.400,00	17,00	1.291,06	1.308,06
RICARDO GALINDO SOARES	052513249-01	2.025,00	606,50	979,10	1.585,60
TALISSA CRESPLAN LAZZAROTTO	053439999-13	2.080,00	58,38	1.702,87	1.761,25
THAYARA CHRISTINA OSSWALD DE OLIVEIRA	056742679-36	4.800,00	211,99	3.820,36	4.032,35
DOUGLAS FELIPE DE OLIVEIRA	056891779-03	1.470,00	60,00	1.177,23	1.237,23
ROGERIO GONCALVES ALVES	057350459-89	5.194,00	2.256,15	1.497,56	3.753,71
LAERCIO ARAI	057711029-20	11.775,00	1.216,05	7.379,21	8.595,26
FRANCISCO RODRIGUES NEVES	062028379-34	8.780,00	1.302,37	4.066,48	5.368,85
ANDRESSA SCHAFASCHECK	064275579-55	3.790,00	0,00	3.325,60	3.325,60
JOAO DA SILVA	067767449-04	2.390,00	427,20	905,93	1.333,13
ORLANDO SERGIO RIZENTAL DA LUZ	081452709-44	6.075,00	519,37	3.668,61	4.187,98
ANDRE TOYOFUJI KANEKO	112447338-65	1.300,00	0,00	1.081,80	1.081,80
DEVAIR JESUS DE SOUZA	140647409-63	2.750,00	453,90	984,97	1.438,87
BERENILDO FERNANDES CHAGAS	140872359-04	6.151,00	884,40	4.689,83	5.574,23
WILSON BARBOSA	143433559-34	3.050,00	0,00	2.345,87	2.345,87
ANTONIO MAIOLI	151529369-68	1.000,00	311,50	562,68	874,18
JORGE LUIZ STRAPASSON	170217669-04	580,00	5,90	297,48	303,38
MATEUS DE MELO RODRIGUES	171063709-91	2.950,00	0,00	1.068,89	1.068,89
BATISTA CARNEIRO	177383509-20	6.006,00	312,00	4.489,78	4.801,78
HIRAN HERNANE HURPIA	185693878-65	3.770,00	534,00	2.908,55	3.442,55
JOSE MILTON MANTOANI	187718749-68	2.570,00	558,20	570,59	1.128,79
ADMOCIR DE SANT ANA SILVA	192728129-68	5.825,00	1.569,70	3.639,58	5.209,28
ANTONIO MOZAIR DE SOUZA	197281159-20	4.120,00	778,75	2.763,52	3.542,27
SEBASTIAO APARECIDO DE AZEVEDO	198790089-87	2.910,00	498,40	1.918,77	2.417,17



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
HILARIO BEDENDO PRICINATO	201062979-53	910,00	446,40	0,00	446,40
BELMIRO BACHETT	205262539-91	2.480,00	850,00	1.151,38	2.001,38
OLINDO FRAZETO FILHO	208985171-68	3.790,00	1.177,99	1.563,93	2.741,92
JOSE LEOCADIO PEDROSO	214112479-49	500,00	0,00	499,35	499,35
ANA LIVIA KASSEBOEHMER	218216698-00	5.490,00	915,70	2.393,37	3.309,07
CLOVIS DOS SANTOS	236882209-78	3.720,00	1.188,00	1.654,88	2.842,88
ALBERTINO FRANZONI	237004759-34	6.180,00	1.513,00	3.684,84	5.197,84
ADISON TULIO AYRES DO NASCIMENTO	253463699-53	7.890,00	923,64	5.744,95	6.668,59
PAULO CAMARGO FRANCA	257182909-20	1.550,00	0,00	1.483,67	1.483,67
JOSE DOS SANTOS MIRANDA	275913449-00	1.230,00	113,52	971,65	1.085,17
GUILHERME ERNESTO TONIN	279867729-72	4.430,00	1.357,96	1.896,58	3.254,54
ANTONIO ZUBER NETO	285945339-34	8.956,00	314,42	7.352,18	7.666,60
EDEMILSON MAINARDES GONCALVES	287280179-00	1.120,00	867,80	0,00	867,80
FABIO FUJIMOTO	294891048-09	5.960,00	1.483,36	3.691,69	5.175,05
RAFAEL DE OLIVEIRA RIBEIRO	297406268-74	7.850,00	1.068,00	6.170,31	7.238,31
RUDIMAR ANTONIO STEFANELLO	298045409-59	4.930,00	1.095,19	2.335,33	3.430,52
JORGE MRYCZKA	307622869-20	1.150,00	0,00	725,08	725,08
AUGUSTO DOS SANTOS PEREIRA	321231358-79	7.955,00	4.080,91	2.013,47	6.094,38
LUIZ CARLOS RODRIGUES	323499129-49	7.800,00	240,00	5.833,41	6.073,41
ZIDO RADDATZ	333001869-00	5.265,00	720,60	2.849,58	3.570,18
DARLENE DONA	334454359-87	570,00	0,00	570,00	570,00
UZIAS MARCELINO DA SILVA	335003399-72	300,00	0,00	246,06	246,06
LUIZ CARLOS LUBCZYK	337795119-91	8.516,00	1.335,00	6.025,90	7.360,90
CARLOS HENRIQUE PETROSKI	348539879-91	2.710,00	720,90	1.498,66	2.219,56
HELENA JOSE DA SILVA DE OLIVEIRA	350417659-87	5.320,00	0,00	4.490,97	4.490,97
ANTONIO NORBERTO SCHNEIDER	362004339-68	6.420,00	747,60	4.365,80	5.113,40
MARIA APARECIDA DOMINGOS	366426499-15	1.855,00	339,80	1.238,05	1.577,85
JOSE DE NEZ	370921709-15	1.560,00	311,50	654,81	966,31
JOSE CARLOS KOECHE	391284319-87	7.722,00	854,40	5.045,80	5.900,20
VALDIR MATUCHAKE ASCARI	396072089-00	2.660,00	427,20	2.149,68	2.576,88
LUIZ FERNANDO ROCHA	403992819-91	2.378,00	1.377,31	554,78	1.932,09
DELMO DE CARVALHO	480222849-04	8.370,00	174,42	6.493,84	6.668,26
ERLETE LUIZA SCHECHELI	514564439-68	2.880,00	910,00	1.771,56	2.681,56
MARCELO ESPLUGUES	514659149-00	11.500,00	900,00	8.254,25	9.154,25
ROMEU UBIRAJARA MOREIRA	536250809-15	1.890,00	1.043,00	217,03	1.260,03
SERGIO RICARDO BRAGA DA SILVA	568232401-30	490,00	246,75	238,74	485,49
PAULO ROBERTO DE FREITAS	603317559-04	340,00	0,00	340,00	340,00
ISRAEL VALERIO DA SILVA	620053249-49	460,00	0,00	424,82	424,82
SIRVAL INACIO DA SILVA	675633769-68	9.440,00	1.249,55	7.176,19	8.425,74
ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA COSTA	727919348-04	4.399,00	564,00	2.768,80	3.332,80
JAIR IMAY	749451069-91	1.900,00	178,00	1.502,79	1.680,79
CRISTIANO DONHA LIBERATO	847688789-20	7.170,00	1.044,50	4.963,16	6.007,66
CRISTINA HIROKO SAKATA	858132149-68	2.880,00	0,00	2.859,15	2.859,15
LUIS ALBERTO MACEDO JUNIOR	882190629-91	1.680,00	320,00	1.136,99	1.456,99
LUIZ CARLOS GARCIA	951500728-34	4.540,00	1.068,00	2.696,14	3.764,14
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM SANTA CATARINA	UG - 114624	424.665,00	170.654,12	192.438,97	363.093,09
GREGORIO FERNANDES PIMENTA DOS ANJOS	002057251-47	8.900,00	721,00	1.209,35	1.930,35
JAIR AGUILAR QUARESMA	003893349-79	970,00	30,00	493,02	523,02
GILSON WERLE	004344219-60	24.130,00	10.344,36	12.194,84	22.539,20
EDMILSON BALDUINO MARINHO JUNIOR	004975009-73	4.500,00	1.975,00	2.488,82	4.463,82
TALITA SCHRODER	009979089-04	2.360,00	1.719,62	633,71	2.353,33
ARLAINE SITTA LENZI	015435061-35	1.665,00	888,76	742,36	1.631,12
WAGNER PEREIRA IZIDORO	023069129-39	4.230,00	1.960,00	2.155,95	4.115,95
PAULO RENATO ALBERNAZ GONCALVES	025255469-89	970,00	820,00	150,00	970,00
GUSTAVO PEREZ LEMOS	026405699-02	13.790,00	3.876,30	7.762,34	11.638,64



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
PATRIK DAGOSTIM COSTA	026816719-22	9.995,00	4.851,00	3.999,86	8.850,86
VILMAR LUIZ DREY	027364819-50	2.970,00	987,98	934,96	1.922,94
TIMOTEO ABIAS STUTZER	043852699-63	5.730,00	2.720,19	2.594,38	5.314,57
LEANDRO VINICIUS DE AZEVEDO	048175799-60	15.875,00	8.625,00	4.472,44	13.097,44
CLAUDIO HELIO RADTKE JUNIOR	053439869-35	690,00	270,00	389,49	659,49
CLEITON FERNANDO REMOR	056298879-39	2.060,00	880,00	916,77	1.796,77
RONALDO LUIZ PEDROSO	057254669-65	1.880,00	1.080,00	679,57	1.759,57
ACELINO ORTIZ DOS SANTOS	154135359-53	12.127,00	3.060,00	7.364,26	10.424,26
AMILTON MARINHO MACHADO	155136029-20	16.420,00	7.940,00	8.473,72	16.413,72
SADY ROQUE SILVESTRIN	162496409-59	16.400,00	5.870,00	7.509,46	13.379,46
SIRLEY MULLER LENCINA	194215759-20	5.500,00	3.220,00	1.226,64	4.446,64
GOMERCINDO DE DEUS E SILVA	196336459-72	50,00	0,00	48,23	48,23
IVO PEREIRA	216230829-00	13.075,00	6.411,87	4.501,59	10.913,46
AIRTON RIBEIRO DOS SANTOS	219751169-68	24.130,00	12.440,00	11.128,86	23.568,86
ALEXANDRE MAGNO CAMARGO	245378610-53	12.310,00	4.220,00	7.529,79	11.749,79
VALDIR SPADOTTO	251153599-87	16.420,00	7.013,00	9.255,73	16.268,73
GILBERTO JOEL SEGUNDO POSTALLI LANZAR	258014309-20	8.600,00	3.423,60	4.275,04	7.698,64
JOSE WAGNER DOS ANJOS	258558167-53	1.350,00	46,10	805,32	851,42
SOLDEMIR ANTONIO ZANELLA	292982109-49	17.165,00	7.667,00	7.653,39	15.320,39
MAURICIO BATISTA	293146749-91	800,00	0,00	599,57	599,57
CLACIR VIRMES	294783249-34	4.830,00	3.184,00	1.408,58	4.592,58
BERNARDETE MARIA KRINDGES	295404109-91	16.828,00	5.122,00	8.054,36	13.176,36
ROQUE BOHNENBERGER	297244819-72	1.850,00	0,00	1.503,02	1.503,02
ROBERTO DE SOUZA	298558459-00	7.013,00	450,00	5.520,97	5.970,97
DONATO PAULO DA SILVEIRA	299895669-68	900,00	0,00	574,40	574,40
ALCEU JOSE VANZELLA	312266470-49	400,00	0,00	240,99	240,99
MARIANGELA RIBEIRO BRELINGER	342295669-72	20.220,00	8.140,00	10.900,69	19.040,69
MARIO SERGIO VIEIRA	343396129-87	3.800,00	760,00	1.122,62	1.882,62
ISAAC TEGNALT CARRER	343822919-68	2.210,00	900,00	879,01	1.779,01
JORGE LUIZ CARDOSO NUNES	343896369-87	1.091,00	586,00	399,95	985,95
ALVARO ANTONIO WATZKO	352318409-63	980,00	30,00	918,07	948,07
JORGE LUIZ BUSSOLO NUNES	376435929-34	357,00	0,00	351,00	351,00
DARCIO FRANCISCO BORGES	379033499-53	3.070,00	1.426,70	1.409,97	2.836,67
GILMAR ORSI	380736419-68	12.750,00	5.710,42	4.119,30	9.829,72
ONEIDE MARGARETE LAZZARIN	400467539-15	5.030,00	1.540,00	3.448,41	4.988,41
CESAR LUIS SOARES MONTEIRO	402882937-20	800,00	70,00	307,86	377,86
ODILON MAURICIO WALTER	428351609-06	11.710,00	8.411,50	2.144,83	10.556,33
MARIA GORETTI DA SILVEIRA	429631769-53	5.500,00	665,10	1.565,05	2.230,15
NADIA CARL REINERT LOPES	437608569-34	1.600,00	850,00	606,57	1.456,57
CARLOS ROBERTO RONCATTO FILHO	441323108-25	6.930,00	2.778,61	1.395,78	4.174,39
PEDRO SIMAS	450865679-04	5.500,00	1.267,50	805,61	2.073,11
VERONI JOSE CRISTOVAO	461456139-04	2.200,00	112,90	1.162,08	1.274,98
JORGE LUIZ DA SILVA TEIXEIRA	470826159-49	600,00	600,00	0,00	600,00
GILBERTO DA SILVA	506946779-49	1.802,00	880,00	921,90	1.801,90
MARISTELA ZANINI POMPERMAYER	510820399-34	23.140,00	9.218,00	12.959,11	22.177,11
ADRIANA BANDEIRA SEIBERT	516034119-68	11.702,00	5.244,00	5.204,52	10.448,52
REGINA CELIA COUTINHO LE	538739127-91	23.290,00	9.549,63	11.174,98	20.724,61
SERGIO HIDEITI SHIMIZU	928987188-15	3.500,00	96,98	1.149,88	1.246,86
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL	UG - 114625	88.577,81	22.732,71	51.652,94	74.385,65
KELLEN MEDINA HEDLUND	000493390-79	140,00	0,00	123,46	123,46
RICARDO BOTTEGA	001088000-32	820,00	60,00	494,30	554,30
DANIEL DOS SANTOS	002125160-60	1.525,00	157,60	860,39	1.017,99
LAIANE CASTRO LOPES	002270730-10	550,00	94,00	390,17	484,17
JONAS HUBNER	006305460-45	320,00	26,80	205,36	232,16
EMMANUEL TEIXEIRA FERREIRA	007558680-05	360,00	174,20	128,59	302,79



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
PAULO RICARDO HAMESTER	009260880-92	250,00	176,35	69,52	245,87
PAULO RICARDO GARCEZ BARRETO	009982340-36	1.240,00	240,00	861,69	1.101,69
ANGELO MIGUEL DOS SANTOS XAVIER	010767760-19	130,00	0,00	112,36	112,36
GUSTAVO PEREIRA BERTAZZO	014010190-05	378,00	0,00	222,12	222,12
THIAGO BENIZ BIEGER	014215050-96	130,00	130,00	0,00	130,00
SUELEN FUQUES SEVERO	014276910-02	125,00	0,00	124,55	124,55
CLEOVANE SELBACH	016058220-27	150,00	50,00	99,42	149,42
BRUNO DIEGO DE MELLO	017668910-98	110,00	0,00	89,12	89,12
PATRICIA VOGEL	018304000-70	210,00	120,65	77,94	198,59
VALDIR JOSE FRONER	091001050-15	398,00	0,00	385,93	385,93
LUIZ SERGIO MELLO PERIN	093651170-20	2.026,81	324,00	1.587,01	1.911,01
NEIVO SPESSATTO	104603300-04	355,00	100,50	196,39	296,89
CLAUDIA REGINA GONCALVES DO NASCIMENT	104686017-83	160,00	126,00	0,00	126,00
LAURO LINDOLFO STEFFAN	163573450-91	900,00	720,00	157,03	877,03
PAULO MUSZINSKI	171987040-34	860,00	20,10	699,05	719,15
JORGE LUIS FEITEN	185290700-20	3.450,00	669,51	1.339,89	2.009,40
CARLOS ROSANO SCHMIDT	185482880-00	2.130,00	0,00	1.429,24	1.429,24
CIRIO ERNESTO SABIN	188363800-34	50,00	0,00	41,41	41,41
FABIO EINSFELD	192115110-20	1.949,00	780,00	1.143,21	1.923,21
DOMELVIRO MORAES TRINDADE	200656120-00	160,00	89,89	69,64	159,53
ADEMIR BARBOSA KOUCHER	200729610-15	130,00	124,15	0,00	124,15
OSMAR DE MARTINI	207750240-15	634,00	241,20	334,00	575,20
MARIO DE AVILA	210595780-34	1.010,00	160,00	754,97	914,97
ENIO LUIZ PERRANDO	215762110-53	70,00	0,00	69,70	69,70
RENATO KLUMB	218832380-72	160,00	50,00	110,00	160,00
ADENIR HOFART	220399530-00	1.655,00	447,00	540,85	987,85
ERCI DA SILVA FRAGA	221476160-87	1.685,00	830,40	643,34	1.473,74
NEI OLIVEIRA PEREIRA	224367070-49	932,00	221,45	406,97	628,42
LUIZ FLAVIO DE LIMA DIAS	226363740-00	260,00	94,00	98,09	192,09
FLAVIO ANTONIO FREIRE DA ROSA	235365430-49	1.490,00	90,00	1.351,00	1.441,00
CLAUDIO RANGEL BAPTISTA	237767220-53	505,00	0,00	499,67	499,67
JOSE ANTONIO INSABRALDE DOS SANTOS	239096920-87	1.687,00	420,00	1.185,38	1.605,38
JONES DOMINGO BIANCHETTI	240780770-72	890,00	254,40	338,91	593,31
MARIA DO CARMO RODRIGUES TRUGILLO	248250420-15	3.138,00	812,71	1.434,77	2.247,48
JOSE ERNANI MARTINS DOS SANTOS	248254840-34	220,00	8,00	166,37	174,37
JORGE BENHUR BILHAR	253302090-72	4.290,00	1.501,45	2.358,61	3.860,06
ARTHUR KRZYZANIAK	253812100-00	590,00	0,00	587,11	587,11
MARCO AURELIO MARQUES	262971400-49	1.100,00	1.082,20	0,00	1.082,20
VERA LUCIA FREITAG	266038020-15	200,00	24,40	79,25	103,65
SILVIO FEROLETO	267086550-04	200,00	0,00	81,75	81,75
PAULO RENATO PINTO LEMOS	271755450-53	150,00	0,00	145,12	145,12
JOAO PEDRO PERUFO	281542580-72	964,00	45,00	686,86	731,86
ROGERIO MICHELON KRAUSE	288987700-06	4.228,00	1.176,05	2.029,86	3.205,91
ELINTON DA SILVA VASCONCELOS	290425500-15	2.170,00	741,45	1.001,96	1.743,41
RENATO FELBERMAYER DE FREITAS	293163240-68	300,00	293,75	0,00	293,75
CLAUDIO ROBERTO DA ROSA SANTOS	293476960-72	90,00	0,00	40,00	40,00
ANA LUCIA DOS SANTOS SILVA BONI	294708460-87	208,00	0,00	176,00	176,00
GUSTAVO REGINATTO	297691750-72	520,00	183,60	235,14	418,74
INACIA GOMES PINTO DE ARAUJO	300445610-91	710,00	0,00	547,75	547,75
LUIZ EDUARDO BRAGA	300734800-53	2.175,00	953,50	884,38	1.837,88
JOAO ALBERTO BERNARDI	306152080-53	1.858,00	207,70	1.044,70	1.252,40
IVON ADOLFO SCHAEGLER	308998000-25	2.344,00	1.810,00	463,52	2.273,52
LUIZ CARLOS FAVA	312368390-72	1.510,00	0,00	1.267,41	1.267,41
JOSE ROBERTO ALVES	317128600-97	1.000,00	0,00	907,26	907,26
GETULIO MOACIR RAMOS DURGANTE	333133420-00	1.485,00	0,00	1.162,39	1.162,39



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
APOLONIO VELVITES FERREIRA	334169820-53	7.433,00	223,65	6.971,25	7.194,90
CARLOS AUGUSTO COSTA NUNES	335758780-72	815,00	136,30	575,46	711,76
MILTON PAULO JUSTEN BOELKE	357211970-72	2.467,00	0,00	2.238,43	2.238,43
ANGELINO GOMES SOARES NETO	359252640-53	1.740,00	1.175,05	409,56	1.584,61
LUIZ MAURICIO DIHL BITELO	369285180-49	2.050,00	0,00	1.937,74	1.937,74
ADMAR HELINTON DORNFELD	371950340-20	170,00	0,00	168,64	168,64
MORGANA MARY DA ROSA	372546930-04	535,00	432,85	99,40	532,25
ADEMIR MOREIRA GONZALEZ	389736500-68	270,00	25,75	225,61	251,36
CARLOS ALBANO THOMAS	390670680-04	1.713,00	554,00	619,13	1.173,13
RUBENS VOLNEI BENATO	407111700-10	3.314,00	1.388,45	1.326,88	2.715,33
MARIA CRISTHINA WEBSTER	416794070-15	2.995,00	1.351,80	1.340,52	2.692,32
ELIS REGINA MANHABOSCO ALLEGIANZZI	471773900-06	1.060,00	174,30	828,52	1.002,82
MILENA VARGAS CAMBRAIA	473392250-72	120,00	0,00	115,94	115,94
MATEUS NASCENTE DA CONCEICAO	784598770-00	346,00	123,50	99,00	222,50
LUIS BENTO DALCORTIVO JUNIOR	809686860-87	505,00	182,50	293,79	476,29
TATIANA GAUTERIO DA SILVA	830622030-72	350,00	108,00	194,60	302,60
DANIEL DE PIETRO DA ROCHA	925471840-87	1.093,00	245,00	607,92	852,92
EDENILSON FOGOLARI FAGUNDES	940431160-04	1.060,00	660,00	294,29	954,29
CARLA PATRICIA RODRIGUES RIBEIRO	953158027-87	740,00	0,00	563,99	563,99
JULIANO SANTANA MARTINS	972955580-04	197,00	42,00	120,09	162,09
LEILA CLAUDETE SCHMITZ	976046580-91	170,00	77,55	81,30	158,85
UNIDADE ESTUDUAL DO IBGE NO MATO GROSSO	UG - 114626	497.925,00	286.771,55	146.135,35	432.906,90
OLINTO DE SOUZA MACHADO NETO	000974851-28	4.060,00	1.260,00	2.457,35	3.717,35
WILLIAM FOSCHIERA	011299341-95	14.650,00	1.900,00	8.997,00	10.897,00
ANTONIO RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS	019120218-54	3.800,00	243,05	1.250,00	1.493,05
ARISTOTELES TEOBALDO NETO	042297136-73	2.020,00	1.180,67	500,00	1.680,67
PEDRO SPOLADORE FERREIRA DOS REIS	047529669-99	13.650,00	2.150,00	5.664,64	7.814,64
ALTAIR BENEDITO PEDROSO DA SILVA	052995271-87	3.000,00	480,00	707,21	1.187,21
ANTONIO PEREIRA DA SILVA	063876591-91	1.500,00	0,00	1.500,00	1.500,00
VICENTE DAS GRACAS SILVA	065150531-34	3.300,00	750,00	1.298,00	2.048,00
IVAN DA SILVA MAIA	078498001-25	65.910,00	46.810,00	18.363,77	65.173,77
DOMINGOS DA COSTA E SILVA	103006001-00	53.200,00	42.100,00	12.305,02	54.405,02
EVELINO MARTINS DA CRUZ	107173401-63	3.680,00	2.600,00	129,00	2.729,00
HELITO SERRA	108572651-72	600,00	0,00	540,00	540,00
SATURNINO JOSE DA SILVA	109222451-34	6.000,00	1.753,08	2.441,38	4.194,46
ATAHIDE CARVALHAES DE OLIVEIRA	110374311-20	5.635,00	1.670,00	2.742,00	4.412,00
MATEUS JOAO WEBER	115682240-87	1.000,00	513,00	198,34	711,34
DEAJAN DAVID MONTANHA	138069201-68	2.200,00	286,00	617,70	903,70
ARISTON JERONIMO DOS SANTOS	138552121-04	5.800,00	1.645,00	3.786,90	5.431,90
MANOEL NILSON RIBEIRO	138927621-04	55.740,00	38.140,00	11.176,37	49.316,37
REMILDO RODRIGUES DE SOUZA	139013111-49	5.270,00	2.877,35	1.677,78	4.555,13
BENEDITO CARLOS TEIXEIRA PINTO	163772149-87	10.100,00	2.376,60	5.095,01	7.471,61
RENATA BORTOLETTO SILVA	167907228-58	2.100,00	474,15	241,64	715,79
PEDRO JOSE DE ARRUDA	171663571-34	50.960,00	36.260,00	12.622,31	48.882,31
WANDERLEY SEBASTIAO DA SILVA FRAGA	172480001-91	4.000,00	3.198,40	300,00	3.498,40
ALCY SILVA	176418291-04	3.000,00	0,00	1.758,95	1.758,95
ERIVELTH CASASUS DE FIGUEIREDO	178821921-04	2.000,00	0,00	1.500,00	1.500,00
CAMILO GONCALO STABILITO	205952391-53	1.700,00	50,00	693,35	743,35
JUBER ALEXANDRINO LEITE	206965581-49	46.020,00	32.007,50	8.241,56	40.249,06
DARCY FRANCISCO DE BARROS	209212411-00	900,00	0,00	781,82	781,82
FERNANDO LOMBARDI GOUVEIA SAMPAIO	289231308-26	6.900,00	1.550,00	5.062,38	6.612,38
RICARDO LITRAN	352832700-68	7.400,00	1.400,00	3.880,61	5.280,61
ADALTRO LEANDRO DALTRO	362889771-87	16.500,00	7.599,39	7.102,61	14.702,00
CARLOS ANTONIO NETO SANTOS	363066817-87	59.600,00	44.400,00	11.394,09	55.794,09
MILLANE CHAVES DA SILVA	429545251-34	11.300,00	2.517,90	3.648,05	6.165,95



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
NILSON SANTANA FILHO	488817831-34	7.000,00	3.000,00	3.707,27	6.707,27
RODRIGO GROTTI NASCIMENTO	525200132-49	4.580,00	245,00	277,27	522,27
MICHAEL ETIENE DE SOUZA	570553941-04	4.150,00	780,00	1.243,81	2.023,81
LUCIANO DUARTE DE ASSIS MACEDO	652019731-91	1.300,00	1.198,80	0,00	1.198,80
ELTON MENDES FIOR	729587741-04	1.000,00	0,00	419,41	419,41
PEDRO NESSI SNIZEK JUNIOR	807593351-68	2.500,00	70,00	1.212,75	1.282,75
MARCELO MENDES MARQUES	928044971-00	3.900,00	3.285,66	600,00	3.885,66
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM GOIAS	UG - 114627	137.519,00	71.261,56	43.788,69	115.050,25
WAGNER CALDANA	001380898-25	1.780,00	760,00	971,85	1.731,85
ROBSON AMERICO DE OLIVEIRA	001955641-11	2.100,00	1.818,80	95,00	1.913,80
MARCO TULIO PEREIRA ARANTES	003791991-14	4.340,00	1.940,80	1.866,33	3.807,13
TIAGO STIVAL GOMIDE	017056201-83	340,00	100,00	152,75	252,75
RAFAEL GOMES PEREIRA	024604191-98	360,00	360,00	0,00	360,00
PEDRO GOMES GODINHO	047141301-10	1.100,00	900,00	161,20	1.061,20
DILMAR DE JESUS CAVALCANTE	060860201-91	1.270,00	140,00	1.130,00	1.270,00
JOVERCINO ALEXANDRE DOS SANTOS	074481801-00	3.250,00	2.434,00	747,58	3.181,58
ADILSON LELIS NUNES	075393471-04	1.160,00	947,30	132,00	1.079,30
JOSE BELISARIO MONTEIRO	081413391-68	2.840,00	2.652,00	99,42	2.751,42
JOAO FRANCISCO DE SOUZA	082169671-87	3.195,00	2.620,75	500,00	3.120,75
APARECIDA DA CRUZ RIBEIRO	083808561-04	1.750,00	310,00	642,15	952,15
ANTONIO GLADSTONE CARVALHO FRAGA	085984951-15	1.800,00	9,00	105,06	114,06
ELISBETH MENEZES DE LEMOS	093840301-04	3.890,00	2.335,40	1.409,78	3.745,18
EDIMILSON RODRIGUES DA SILVA	096573801-97	6.900,00	2.510,00	3.366,50	5.876,50
ALTAMIRO PAULINO SOARES	101209711-00	500,00	435,76	0,00	435,76
EZIMAR PEREIRA DA COSTA	117408841-91	2.810,00	2.427,00	330,00	2.757,00
CARLOS AUGUSTO CANEDO	118377721-34	1.470,00	380,00	890,00	1.270,00
JOAO TIBURTINO ALVES	118803171-68	1.360,00	927,00	302,37	1.229,37
WALDEVINO FERREIRA MATINADA	120632151-20	800,00	224,00	155,00	379,00
MARILIA TANDAYA GRANDI	123215242-00	1.370,00	570,00	800,00	1.370,00
CARLOS ROBERTO VIEIRA SILVA	125355161-87	3.430,00	2.516,00	722,98	3.238,98
ECINVAL NUNES DA FONSECA	126057601-97	3.220,00	2.390,00	590,04	2.980,04
VALPERINO GOMES DE OLIVEIRA FILHO	128778081-49	300,00	80,00	80,60	160,60
IOLANDO DE OLIVEIRA CABRAL	129487211-72	4.030,00	1.420,00	2.580,00	4.000,00
JOAO BATISTA CAVALCANTE	129964241-15	3.880,00	270,00	1.860,57	2.130,57
LUIZ FERNANDO DA SILVA	131437191-68	800,00	30,00	760,00	790,00
ELZA MARIA SOARES	133756011-15	2.210,00	848,40	1.179,99	2.028,39
HELIO AIRES ALVES CABRAL	134531061-72	3.600,00	3.125,00	385,00	3.510,00
ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA SILVA	136653911-72	4.100,00	2.817,15	874,60	3.691,75
CICERO MONTESQUIEU SILVA	154684531-34	3.000,00	1.656,00	1.300,00	2.956,00
ASSIS JERONIMO CORTES	160840716-00	800,00	0,00	104,42	104,42
DIORBERTO CARVALHO ARANTES	166289771-53	1.800,00	10,00	0,00	10,00
SEBASTIAO SERGIO SERRANO	167157721-34	4.860,00	3.173,26	1.486,35	4.659,61
JOSE NILTON DE BRITO	170597121-00	2.510,00	2.370,40	100,00	2.470,40
WILLIAM CARLOS PAPINI	170653131-15	1.621,00	10,00	1.415,53	1.425,53
CLAUDIMAR FERREIRA CASTRO	216567891-91	1.600,00	10,00	256,02	266,02
ROBLEDO SOARES TEIXEIRA	233763841-34	1.928,00	501,56	1.014,91	1.516,47
ANTONIO ALBERTO FACHINELLI	240364716-00	1.940,00	1.477,40	400,00	1.877,40
VIRLEI ALVARO DE OLIVEIRA	244001307-20	800,00	550,00	244,95	794,95
EVERTON ALVES TOLEDO	282047781-04	6.500,00	4.135,82	1.962,88	6.098,70
GISLAINE REGINA COSTA RHEINLANDER	291091158-62	4.720,00	3.365,00	1.228,24	4.593,24
MARILENE SOARES DE ARAUJO	319247001-15	3.350,00	2.020,00	1.269,97	3.289,97
CLAYTON EVANGELISTA DA ROCHA	349159581-91	1.000,00	0,00	295,45	295,45
MARINA LUZIA ROSA LUDEGERO	375401651-20	3.500,00	1.409,24	1.924,58	3.333,82
PAULO JORGE FAGUNDES	464536957-15	600,00	0,00	30,00	30,00
MARCOS ANTONIO PIRES DE ARAUJO	470384461-34	3.410,00	2.649,00	641,43	3.290,43



Continuação

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
ROGERIO ARANTES GAIOSO	521573001-63	575,00	175,00	270,00	445,00
EDGARD DA COSTA FREIRE	537721217-72	5.160,00	531,60	73,02	604,62
LUIZ CLAUDIO MESSIAS DA COSTA	599977531-00	2.270,00	2.020,80	167,40	2.188,20
OLIVIO ROMANO MERETI	705484988-49	360,00	320,40	0,00	320,40
JOAO PEREIRA DA CRUZ NETO	756330517-34	800,00	16,50	140,00	156,50
LEOCARMO VIEIRA DA SILVA	802680481-34	10.210,00	5.611,22	3.970,59	9.581,81
ALESSANDRO DE SIQUEIRA ARANTES	856342201-49	3.200,00	350,00	2.332,05	2.682,05
GEYSA LOPES MOREIRA	926621101-04	700,00	600,00	98,13	698,13
DILSON PEDRO DOS SANTOS JUNIOR	943380781-20	350,00	0,00	172,00	172,00
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO DISTRITO FEDERAL	UG - 114629	71.992,00	8.949,29	56.570,16	65.519,45
FRANCISCO CRISTIANO ORLANDO	038837277-09	2.250,00	0,00	1.743,72	1.743,72
JOSE DO ESPIRITO SANTO MATOS GUILHON	059438921-68	5.800,00	954,54	4.238,19	5.192,73
ERENIDES NUNES DE SOUZA	060028891-91	240,00	230,52	0,00	230,52
CARLOS ALFREDO GONCALVES LODI	072735921-53	7.050,00	840,00	5.311,17	6.151,17
GASPAR GONCALVES DE ANDRADE	085423331-87	2.450,00	204,21	1.970,90	2.175,11
ANTONIO JOSE VENANCIO	092918491-20	9.061,00	1.200,00	7.798,59	8.998,59
FRANCISCO INACIO DE CARVALHO	098775091-72	6.700,00	663,50	5.375,96	6.039,46
ANTONIO PEREIRA DA SILVA FILHO	143895091-87	7.450,00	1.025,38	6.058,87	7.084,25
AMILTON PEREIRA VILARINS	149931471-04	4.450,00	406,00	3.590,85	3.996,85
WILLIS BATISTA GONCALVES	153014601-10	1.196,00	0,00	1.157,33	1.157,33
BENTO DA SILVA BARROS	289772891-49	6.912,00	788,23	5.716,97	6.505,20
CARLOS ALBERTO VIANA	298600679-53	5.250,00	396,39	3.587,42	3.983,81
MIGUEL ALVES DE OLIVEIRA	299130716-15	4.700,00	631,26	3.280,20	3.911,46
ISAC GOMES DE OLIVEIRA	333874431-53	3.100,00	800,00	2.295,00	3.095,00
CAIUS CESAR SOUZA FERREIRA	339711611-20	2.228,00	379,26	1.782,16	2.161,42
ANTONIO RODRIGUES CARDOSO JUNIOR	478340806-87	1.250,00	250,00	998,14	1.248,14
LUCIANO DE LIMA GUIMARAES	727007421-68	1.905,00	180,00	1.664,69	1.844,69
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO DE JANEIRO	UG - 114631	73.250,97	14.240,22	48.174,97	62.415,19
ALESSANDRA MARIA SILVA PINTO	032793477-85	1.500,00	0,00	1.242,50	1.242,50
ALAN AZIZ DE MORAIS	302059057-49	1.274,00	0,00	1.153,40	1.153,40
MARINEIA MAGALHAES GOMES	320519307-59	770,00	0,00	534,01	534,01
ENILSON DE CARVALHO VIDAL	345485137-87	100,00	100,00	0,00	100,00
PAULO MAURICIO FERREIRA DIAS	346842637-20	1.898,00	0,00	1.795,70	1.795,70
SANDRA FARNEZI DA CONCEICAO	368658187-68	4.574,47	0,00	4.369,70	4.369,70
DOMINGOS FERNANDO ANDREONI	371466617-68	1.534,00	1.180,00	350,00	1.530,00
LEDI ANTONIO DOS SANTOS	380768537-53	150,00	147,22	0,00	147,22
NELYCI MADEIRA GONCALVES FERRAZ	391788897-15	304,00	20,00	272,00	292,00
JOSE ARMANDO DE OLIVEIRA	403879927-15	1.840,00	569,00	1.076,85	1.645,85
NAILDA ARANTES DA SILVEIRA	406727947-72	510,00	60,00	288,57	348,57
SERGIO PALHARES	408005477-72	10.100,00	1.385,00	6.334,57	7.719,57
RONY ANDRADE VIEIRA	418943087-00	2.750,00	420,00	1.649,88	2.069,88
WILSON RODRIGUES GOMES	422580307-49	290,00	90,00	198,78	288,78
ABELARDO FLORIANO DE PAULO	428160177-53	2.910,00	0,00	2.581,56	2.581,56
LUCIANO POSSIDENTE CAMPANARIO	444254227-91	2.030,00	1.740,00	290,00	2.030,00
ARTHUR MORAES SILVA	445486137-49	4.530,00	1.374,00	2.941,48	4.315,48
CARLOS LUIS NOGUEIRA GENTIL	449243057-15	4.585,00	1.320,00	2.455,05	3.775,05
PEDRO DA SILVA BRAGA	453414787-20	2.500,00	0,00	1.814,74	1.814,74
ALVARO DE LIMA MALDONADO FILHO	476566207-10	1.244,00	194,00	1.023,52	1.217,52
CELSO MENDES TARGUETA	502490297-15	600,00	0,00	578,24	578,24
JOAO FERREIRA DA SILVA NETO	510932277-53	180,00	0,00	164,00	164,00
IVONETE COELHO DE MELO	520465917-04	1.280,00	0,00	1.106,22	1.106,22
DEA DOLORES AMARAL ALVES	541381087-34	3.591,00	220,00	2.731,06	2.951,06
CID OLIVEIRA DE MACEDO	561850227-53	1.590,00	0,00	1.172,84	1.172,84
EVALDO DE SOUZA SANTANA	564748227-91	620,00	0,00	598,60	598,60
JOSE ROBERTO BITTENCOURT BOIA	567180637-20	255,00	0,00	165,00	165,00



Conclusão

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
MARIA CRISTINA SILVA THIMOTIO	590752107-44	3.140,00	340,00	2.359,49	2.699,49
CLAUDIO SANCHES ALVAREZ	592936087-15	307,50	238,00	67,50	305,50
CARLOS MESSIAS SILVA BARBOSA	632816197-20	360,00	360,00	0,00	360,00
CARLOS EDUARDO PORTELLA BERNARDE	632816787-34	990,00	0,00	635,00	635,00
DENISE GUIMARAES VIEIRA	642121227-15	2.994,00	1.711,64	1.197,52	2.909,16
EDSON MORSCH DE MELLO	675471417-49	7.180,00	341,36	5.400,57	5.741,93
GERSON LUIZ BASTOS PORTO RIBEIRO GARC	678270477-34	1.020,00	180,00	517,14	697,14
EDUARDO ERMELINO ALVES LOPES	767247947-49	200,00	200,00	0,00	200,00
MIRALDO FERNANDES RIBEIRO	808124147-72	3.550,00	2.050,00	1.109,48	3.159,48
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM TOCANTINS	UG - 114639	134.190,00	67.234,52	31.461,88	98.696,40
MANOEL OLIVEIRA CASTRO JUNIOR	007515173-13	10.760,00	6.298,98	2.105,48	8.404,46
PAULO HENRIQUE ALVES DAS NEVES	011520121-18	2.500,00	584,43	80,00	664,43
RENATO PABLO OLIVEIRA DE SOUSA	013768663-31	650,00	296,04	200,00	496,04
DHONATAN ARAUJO FAGUNDES	015563091-12	5.700,00	3.419,37	1.708,84	5.128,21
WILTON ANDRADE DE CARVALHO	017691283-52	4.300,00	1.105,00	2.488,28	3.593,28
GLERGER ALCANTARA SABIA	026579953-81	17.720,00	8.058,00	6.988,60	15.046,60
RAIMUNDO COSTA BARBOSA	059150401-44	1.300,00	8,00	155,01	163,01
JOSE RIBAMAR DE OLIVEIRA	094859611-20	14.550,00	9.050,82	2.783,72	11.834,54
MAXIMO LEVI LEITE GOMES	126288321-00	1.810,00	799,50	377,37	1.176,87
OLIVIO GOMES FERREIRA	130933631-87	5.650,00	2.603,00	873,50	3.476,50
MARIA FRANCISCA PEREIRA DOS SANTOS PA	131194431-15	1.000,00	812,26	96,57	908,83
ERILDO VICENTE DE OLIVEIRA	141319786-87	11.730,00	6.655,11	2.620,35	9.275,46
CELIO COSTA LACERDA	185264701-91	6.000,00	4.575,75	618,33	5.194,08
GERISVALDO PEREIRA DA SILVA	192127551-00	6.330,00	3.403,55	950,68	4.354,23
DESIREE THOMMEN DIAS	215515961-72	1.350,00	724,00	237,44	961,44
FERNANDO CEZAR RODRIGUES POVOA	327102081-72	2.350,00	1.591,49	239,53	1.831,02
GERALDO NORONHA JUNQUEIRA FILHO	551156167-34	925,00	230,00	673,65	903,65
JOAO FRANCISCO SEVERO SANTOS	693529500-97	2.835,00	2.035,00	206,15	2.241,15
LEONARDO RODRIGUES PAMPLONA	762380161-91	700,00	40,00	432,54	472,54
JOAO PAULO DANTAS ARANTES	955764011-15	13.070,00	6.493,82	2.185,16	8.678,98
MANUELA ALMEIDA BITENCOURT	958668841-00	2.400,00	0,00	36,00	36,00
SILVEIRINHA GUIMARAES LIMA	978731601-49	14.040,00	6.920,40	3.645,30	10.565,70
PAULO RICARDO DA SILVA AMARAL JESUS	997078291-68	6.520,00	1.530,00	1.759,38	3.289,38
Total Geral		6.188.058,38	2.992.140,17	2.131.596,23	5.123.736,40

Fonte: SIAFI 2012



Anexo III Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

Continua

Unidade Contratante														
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					CNPJ: 33.787.094/ 0001-40			UG/GESTÃO 114601						
Informações sobre os Contratos														
Ano de Contratação	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2007	L	O	6	CONFIANCA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA. (04.829.840/0001-12)	09/04/07	09/04/13		1						P
2010	L	O	15	MEGA JJ ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. (04.999.840/0001-60)	24/05/10	24/05/13		11						P
2008	L	O	2	EMBELCON EMPREENDIMENTOS LTDA ME (32.858.441/0001-15)	25/06/08	26/04/13		3						P
2008	L	O	12	MARINONIO TRANSPORTES LTDA (06.339.572/0001-86)	02/06/08	02/06/13		6						P
2009	V	O	9	MATRIX SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. (09.316.305/0001-81)	29/06/09	29/06/13		1						P
2012	L	O	35	IRANEIDE S RODRIGUES ME (84.038.678/0001-53)	17/10/12	16/10/13		2						A
2009	L	O	16	SHEKINAH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP (03.761.180/0001-12)	30/06/09	29/06/13		1						P
2010	L	O	4	ART SERVICE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA (00.544.298/0001-09)	01/06/10	31/05/13		7						P
2009	L	O	11	AUTENTICA ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS LTDA. (84.965.706/0001-88)	24/04/09	23/04/13		9						P
2009	L	O	17	CONSTROL CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (04.994.966/0001-42)	29/07/09	29/07/13		1						P
2009	L	O	6	KLARE LTDA (07.462.424/0001-17)	15/06/09	15/06/13		2						P
2010	V	O	13	HAVÁ VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA (08.578.865/0001-41)	02/10/10	02/10/13		1						P
2011	L	O	6	L. G. SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA. (06.028.733/0001-10)	05/12/11	05/12/12		5						E
2012	L	O	2	SILVIA HELENA FERNANDES JUCÁ - ME (09.484.770/0001-21)	01/05/12	01/05/13		2						A

Conclusão

Unidade Contratante														
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística						CNPJ: 33.787.094/ 0001-40			UG/GESTÃO 114601					
Informações sobre os Contratos														
Ano de Contratação	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	L	O	6	Brilhar Com. Serv. Limp. Manut. LTDA (10.648.254/0001-74)	21/11/11	21/11/13	1							P
2008	L	O	7	CLAREAR PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. (02.818.890/0001-79)	22/07/08	22/07/12	7							E
2010	L	O	24	Conservadora Integra Administração e Serviços Ltda (09.434.186/0001-61)	13/08/10	16/08/13	9,5							P
2011	L	O	8	Alfa Gestão de Serviços Ltda. (07.123.889/0001-43)	11/04/11	11/04/13	27							P
2011	L	O	9	Máxima Serviços e Obras Ltda (08.764.312/0001-83)	11/04/11	11/04/13	33							P
2009	L	O	15	Máxima Serviços e Obras Ltda (08.764.312/0001-83)	16/03/09	25/03/13	11							P
2009	L	O	1	C . A. MORAIS COMERCIO REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS (03.992.919/0001-05)	09/03/09	10/03/13	3							P
2010	L	O	24	BRASFORT ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA (36.770.857/0001-38)	29/11/10	28/02/13	21							P
2009	L	O	40	ANGELS SERVICOS TECNICOS LTDA (68.565.530/0001-10)	02/07/09	02/07/13	176							P
2009	V	O	60	BEST VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA (05.234.289/0001-27)	02/10/09	02/10/13	27							P
2009	L	O	4	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA (07.783.832/0001-70)	09/07/09	09/07/12	9							E
2009	L	O	15	MILLENIUM SERVIÇOS LTDA (04.994.627/0001-66)	24/09/09	24/09/13	9							P
2012	L	O	2	ALVORADA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME (13.096.822/0001-60)	01/08/12	01/08/17	2							A
2009	L	O	3	TAWRUS CONSERVAÇÃO, SERVIÇOS E EQUIP. ELETR. LTDA-ME (09.406.002/0001-50)	07/04/09	07/04/13	2							P

Fonte: IBGE/DE/CRM, jan/2013

LEGENDA:

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.



Anexo IV Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Continua

Unidade Contratante															
Nome: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA															
UG/Gestão: 114601					CNPJ: 33.787.094/ 0001-40										
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2012	Portaria	0	01/03/12	DISTRIBUIDORA FLORESTA E SERVIÇOS LTDA – EPP (34.925.479/0001-99)	03/12/12	03/12/13	2								A
2012	Carga e descarga	0	009/2012	Alliance Manutenção e Serviços LTDA-ME (11.023.253/0001-05)	20/06/12	20/06/13	2								A
2012	Motorista	0	001/2012	CCS - Serviços Especializados LTDA-ME (11.756.919/0001-26)	02/01/12	02/07/12	6								A
2010	Portaria	0	024/2010	MILLENUM SERVIÇOS LTDA (04.994.627/0001-66)	02/08/10	01/08/12	2								E
2009	Carga e descarga	0	009/2009	POLO PROFESSIONAL SERVIÇOS LTDA ME (04.163.678/0001-46)	03/08/09	03/08/12	2								E
2012	Portaria	0	008/2012	CSC TERCERIZAÇÃO E SERVIÇOS ME (07.633.003/0001-01)	03/08/12	03/08/13	10								A
2012	Copeiragem	0	015/2012	RIO GREEN SERVIÇOS LTDA (12.272.927/0001-60)	05/05/12	04/05/13	11								A
2012	Secretariado	0	009/2012	ADVENTURE TECNOLOGIA E SOLUÇÕES CORPORATIVAS (05.621.208/0001-41)	24/03/12	23/03/13							14		A
2011	Portaria	0	001/2011	DIGNA SERVIÇOS AUXILIARES LTDA – ME (08.380.194/0001-00)	01/01/11	28/02/13	30								P
2012	Operação Infra	0	016/2012	Álamo Engenharia S.A. (34.125.294/0001-08)	05/05/12	04/05/13	6								A
2011	Copeiragem	0	033/2011	LUKE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (10.879.545/0001-73)	18/04/11	17/04/12	11								E
2012	Operação Infra	0	016/2012	Álamo Engenharia S.A. (34.125.294/0001-08)	05/05/12	04/05/13	6								A
2010	Manobrista	0	065/2010	DIGNA SERVIÇOS AUXILIARES LTDA – ME (08.380.194/0001-00)	21/07/10	20/07/13	2								P
2009	Secretariado	0	013/2009	FW / BRAZIL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS GERAIS LTDA (07.581.273/0001-16)	23/03/09	23/03/12							12		E
2011	Ascensorista	0	063/2011	COTTA S TERCERIZACAO LTDA (09.606.978/0001-76)	26/08/11	25/08/13	4								P
2010	Operação Reprografia	0	131/2010	DIGNA SERVIÇOS AUXILIARES LTDA – ME (08.380.194/0001-00)	18/11/10	17/11/13	2								P
2010	Operação áudio e vídeo	0	132/2010	DIGNA SERVIÇOS AUXILIARES LTDA – ME (08.380.194/0001-00)	18/11/10	17/11/13	4								P



Continuação

Unidade Contratante															
Nome: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA															
UG/Gestão: 114601						CNPJ: 33.787.094/ 0001-40									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2011	Telefonista	0	004/2011	Parque Esperança Prestação de Serviços Ltda – ME (05.231.661/0001-41)	04/01/11	03/01/14	6								P
2011	Apoio	0	080/2011	TGWX Recursos Humanos Ltda ME (13.134.882/0001-20)	22/11/11	21/11/13	4								P
2007	Operação Infra	0	019/2007	Álamo Engenharia S.A. (34.125.294/0001-08)	04/05/07	04/05/12	6								E
2011	Recepcionista	0	057/2011	ANGELS SERVICOS TECNICOS LTDA (68.565.530/0001-10)	15/08/11	14/08/13	10								P
2011	Motoboy	0	043/2011	CAMILY CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA (08.268.712/0001-06)	19/06/11	18/06/13	2								P
2012	Manutenção Predial	0	044/2012	ANGELS SERVICOS TECNICOS LTDA (68.565.530/0001-10)	11/12/12	10/12/13	11								A
2012	Manutenção Predial	0	045/2012	ANGELS SERVICOS TECNICOS LTDA (68.565.530/0001-10)	11/12/12	10/12/13	3								A
2012	Manutenção Predial	0	046/2012	ANGELS SERVICOS TECNICOS LTDA (68.565.530/0001-10)	11/12/12	10/12/13	1								A
2012	Manutenção Predial	0	047/2012	ANGELS SERVICOS TECNICOS LTDA (68.565.530/0001-10)	11/12/12	10/12/13	1								A
2011	Motorista	0	028/2011	M A RESENDE DA COSTA LOCAÇÕES (04.387.843/0001-43)	22/03/11	21/03/13	27								P
2007	Manutenção Predial	0	009/2007	AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA (72.620.735/0001-29)	04/06/07	03/06/12	1								E
2011	Copeiragem	0	003/2011	UNIÃO DE SERVIÇOS GERAIS LTDA. (00.636.712/0001-00)	01/02/11	31/01/14	3								P
2011	Motorista	0	008/2011	BRASUL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA (06.959.859/0001-09)	01/09/11	31/08/13	5								P
2012	Portaria	0	002/2012	ZARCONE CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA. (01.757.138/0001-00)	02/04/12	01/04/13	4								A
2012	Manutenção Predial	0	42/2012	SERTA SERVIÇOS TECNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA. (01.548.339/0001-90)	12/11/12	12/11/13	2								A
2010	Motorista	0	047/2010	ATIMA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (07.229.507/0001-60)	16/12/10	16/12/12	7								E
2009	Recepção	0	004/2009	Conservadora Integra Administração e Serviços Ltda (09.434.186/0001-61)	01/02/09	02/02/13	2								P
2011	Portaria	0	003/2011	SILVIA HELENA FERNANDES JUCÁ – ME (09.484.770/0001-21)	09/07/11	09/07/13	4								P
2012	Portaria	0	008/2012	LUNIC LTDA – EPP (05.393.490/0001-57)	02/11/12	01/11/13	4								A



Continuação

Unidade Contratante															
Nome: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA															
UG/Gestão: 114601					CNPJ: 33.787.094/ 0001-40										
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2012	Portaria	0	01/03/12	DISTRIBUIDORA FLORESTA E SERVIÇOS LTDA – EPP (34.925.479/0001-99)	03/12/12	03/12/13	2								A
2007	Portaria	0	009/2007	AMAZON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. (04.558.234/0001-00)	01/09/07	01/09/12	8								E
2010	Recepção	0	003/2010	MISSÃO SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA (05.485.352/0001-06)	29/07/10	29/07/12	1								E
2009	Portaria	0	008/2009	FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS LTDA (06.234.467/0001-82)	13/05/09	13/05/13	2								P
2009	Portaria	0	010/2009	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (79.283.065/0003-03)	05/08/09	05/08/13	1								P
2012	Motorista	0	017/2012	A3 GESTÃO DE PESSOAS LTDA – ME (14.010.744/0001-00)	26/11/12	26/11/13	6								A
2008	Motorista	0	017/2008	EXECUTIVA SERVIÇOS PATRIMONIAIS LTDA. (06.156.739/0001-73)	06/10/11	06/10/12	3								E
2010	Motorista	0	001/2011	EXECUTIVA SERVIÇOS PATRIMONIAIS LTDA. (06.156.739/0001-73)	16/02/11	15/02/12	4								E
2009	Portaria	0	002/2009	Guerreiro Guimarães Serviços Ltda (07.356.612/0001-60)	12/01/09	12/01/13	4								P
2011	Manutenção Predial	0	S/nº	ART SERVICE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA (00.544.298/0001-09)	16/12/11	16/04/12	2								E
2009	Portaria	0	004/2009	ART SERVICE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA (00.544.298/0001-09)	20/07/09	20/07/13	4								P
2012	Portaria	0	004/2012	IVAN OLIVEIRA DE CARVALHO – ME (84.580.141/0001-10)	01/11/12	31/10/13	2								A
2011	Portaria	0	001/2011	C. DA SILVA VIERA – ME (03.296.965/0001-61)	11/04/11	11/04/12	2								E
2010	Recepção	0	021/2010	ORIENTAL SISTEMA E SERVIÇOS LTDA. (11.490.911/0001-60)	09/08/10	09/08/12	1								E
2011	Apoio	0	017/2011	GUIPESERVICE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA. (09.310.539/0001-11)	28/11/11	28/12/13	2								P
2011	Recepção	0	006/2011	ELLO SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA (06.888.220/0001-80)	12/06/11	13/06/13	4								P
2009	Motorista	0	007/2009	Sta Lucia Com Prod Limp Serv Cons Predial Ltda-ME (08.604.419/0001-64)	04/05/09	04/05/13	3								P

Conclusão

Unidade Contratante																				
Nome: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA																				
UG/Gestão: 114601						CNPJ: 33.787.094/ 0001-40														
Informações sobre os Contratos																				
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação							
							F		M		S									
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C								
2012	Motorista	0	009/2012	PLATAFORMA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.-EPP (02.738.552/0001-27)	03/12/12	03/12/13	10													A
2012	Portaria	0	003/2012	TAC MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA (07.951.388/0001-55)	02/01/12	02/01/13	4													A
2007	Portaria	0	003/2007	DINÂMICA ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS E OBRAS LTDA. (00.332.833/0008-26)	01/01/07	01/01/12	4													E
2011	Recepção	0	01/02/11	A C SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA (66.059.510/0001-42)	03/01/11	03/01/13	2													P
2011	Telefonista	0	004/2011	GOMES ALVIM SERVIÇOS LTDA ME (09.069.299/0001-05)	16/11/11	16/11/13	2													P
2012	Inspetoria Acadêmica	0	035/2012	FW / BRAZIL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS GERAIS LTDA (07.581.273/0001-16)	02/10/12	01/10/13	4													A
2012	Auxiliar Biblioteca	0	021/2012	DIGITAL BOARDS PESQUISA E AUDIOVISUAL (10.446.137/0001-28)	01/06/12	31/05/13	2													A
2012	Call Center	0	014/2012	AnGELS SERVICOS TECNICOS LTDA (68.565.530/0001-10)	17/09/12	16/09/13	10													A
2012	Apoio	0	007/2012	Pontual Assessoria Empresarial Ltda (02.780.863/0001-54)	14/05/12	13/05/13	9													A
2011	Apoio	0	012/2011	TGWX Recursos Humanos Ltda ME (13.134.882/0001-20)	08/08/11	08/08/12	11													E
2011	Motoboy	0	015/2011	Braga & Novaes Locadora de Veículos Ltda – ME (09.323.210/0001-95)	21/10/11	21/10/12	1													E
2011	Call Center	0	018/2011	KRT Comércio e Equipamentos e Produtos Ltda (12.849.578/0001-04)	09/11/11	09/11/12	11													E
2012	Motoboy	0	020/2012	CAMILY CONSTRUÇÕES E EMPREEND. LTDA (08.268.712/0001-06)	05/11/12	04/11/13	1													A

Fonte: IBGE/DE/CRM, jan/2013



Anexo V Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
	Exercício 2012	Exercício 2011
UF - ACRE	1	1
Rio Branco	1	1
UF - ALAGOAS	1	1
Maceió	1	1
UF - AMAZONAS	1	1
Manaus	1	1
UF - BAHIA	4	4
Paulo Afonso	1	1
Salvador	1	1
São Francisco do conde	1	1
Valença	1	1
UF - CEARA	6	6
Crato	1	1
Fortaleza	3	3
Itapagé	1	1
Jaguaribe	1	1
UF - DISTRITO FEDERAL	2	2
Brasília	2	2
UF - GOIÁS	1	1
Goiânia	1	1
UF - MARANHÃO	6	6
Chapadinha	1	1
Itapecuru Mirim	1	1
São Luis	4	4
UF - MINAS GERAIS	2	2
Belo Horizonte	2	2
UF - MATO GROSSO DO SUL	1	1
Campo Grande	1	1
UF - PARÁ	2	2
Belém	1	1
Almeirim	1	1
UF - PERNAMBUCO	2	2
Recife	2	2
UF - PIAUÍ	1	1
Teresina	1	1
UF - PARANÁ	1	1
Curitiba	1	1
UF - RIO DE JANEIRO	16	16
Rio de Janeiro	16	16
UF - RIO GRANDE DO NORTE	1	1
Natal	1	1
UF - RONDONIA	1	1
Porto Velho	1	1
UF - Roraima	1	1
Boa Vista	1	1
UF - RIO GRANDE DO SUL	1	1
Porto Alegre	1	1
UF - SANTA CATARINA	1	1
Florianópolis	1	1
UF - SÃO PAULO	1	1
São Paulo	1	1
UF - SERGIPE	1	1
Aracajú	1	1
UF - TOCANTINS	1	1
Araguaina	1	1
Total	55	55

Fonte: SPIUNET, jan/2013



Anexo VI Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União Locados de Terceiros

Continua

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
	Exercício 2012	Exercício 2011
UF - ACRE	1	2
Cruzeiro do Sul	1	1
Rio Branco	0	1
UF - ALAGOAS	4	4
Palmeira dos Índios	1	1
Maceio	1	1
Penedo	1	1
São Miguel dos Campos	1	1
UF - AMAZONAS	2	2
Itacoatiara	1	1
Manaus	1	1
UF - AMAPÁ	1	1
Macapá	1	1
UF - BAHIA	30	30
Alagoinhas	1	1
Bom Jesus da Lapa	1	1
Caetite	1	1
Camaçari	1	1
Cipó	1	1
Esplanada	1	1
Eunápolis	1	1
Feira de Santana	1	1
Guanambi	1	1
Ilheus	1	1
Ipiaú	1	1
Ipirá	1	1
Itaberaba	1	1
Itapetinga	1	1
Jacobina	1	1
Jaguaquara	1	1
Jeremoabo	1	1
Juazeiro	1	1
Remanso	1	1
Riachão do Jacuipe	1	1
Ribeira do Pombal	1	1
Salvador	1	1
Santa Maria da Vitória	1	1
Santo Amaro	1	1
Santo Antonio de Jesus	1	1
Seabra	1	1
Senhor do Bonfim	1	1
Serrinha	1	1
Teixeira de Freitas	1	1
Vitória da Conquista	1	1
UF - CEARÁ	5	5
Cratueus	1	1
Iguatu	1	1
Juazeiro do Norte	1	1
Quixada	1	1
Tianguá	1	1
UF - DISTRITO FEDERAL	3	3
Brasília	3	3
UF - ESPÍRITO SANTO	7	7
Cachoeiro de Itapemirim	1	1
Guarapari	1	1

Continuação

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
	Exercício 2012	Exercício 2011
Cariacica	1	1
São Mateus	1	1
Vila Velha	1	1
Vitória	2	2
UF - GOIÁS	16	16
Anápolis	1	1
Aparecida de Goiânia	1	1
Ceres	1	1
Formosa	1	1
Goiânia	1	1
Inhumas	1	1
Ipora	1	1
Itumbiara	1	1
Jaraguá	1	1
Jataí	1	1
Luziania	1	1
Morrinhos	1	1
Porangatu	1	1
Posse	1	1
Rio Verde	1	1
Município: Uruaçu	1	1
UF - MARANHÃO	11	10
Bacabal	1	1
Balsas	1	1
Caxias	1	1
Imperatriz	1	1
Pedreiras	1	1
Pinheiro	1	1
Presidente Dutra	1	1
Santa Inês	1	1
São Luis	1	0
Timon	1	1
Viana	1	1
UF - MINAS GERAIS	40	39
Além Paraíba	1	1
Barbacena	1	1
Belo Horizonte	1	1
Caratinga	1	1
Caxambu	1	1
Conselheiro Lafaiete	1	1
Contagem	1	1
Diamantina	1	1
Divinópolis	1	1
Formiga	1	1
Governador Valadares	1	1
Ipatinga	1	1
Itaobim	1	1
Ituiutaba	1	1
Janauba	1	1
João Monlevade	1	1
Juiz de Fora	1	1
Lavras	1	1
Manhuaçu	1	1
Mantena	1	1
Monte Carmelo	1	1



Continuação

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
	Exercício 2012	Exercício 2011
Montes Claros	1	1
Pará de Minas	1	1
Paracatu	1	1
Patos de Minas	1	1
Pedra Azul	1	1
Piumhi	1	1
Poços de Caldas	1	1
Ponte Nova	1	1
Rio Pomba	1	1
Salinas	1	1
São João Del Rei	1	1
São Lourenço	1	1
Teófilo Otoni	1	1
Tres Corações	1	1
Tupaciguara	1	0
Uba	1	1
Uberaba	1	1
Unai	1	1
Varginha	1	1
UF - MATO GROSSO DO SUL	3	2
Dourados	1	1
Ponta Porã	1	1
Três Lagoas	1	0
UF - MATO GROSSO	5	2
Barra das Garças	1	0
Cáceres	1	0
Cuiabá	1	1
Rondonópolis	1	0
Sinop	1	1
UF - PARÁ	9	7
Abaetetuba	1	1
Altamira	1	0
Belém	1	1
Bragança	1	1
Cameta	1	1
Capanema	1	1
Castanhal	1	1
Santarém	1	1
Xinguara	1	0
UF - PARAÍBA	7	5
Campina Grande	1	1
Itabaiana	1	1
itaporanga	1	1
João Pessoa	1	1
Patos	1	0
Pombal	1	1
Sousa	1	0
UF - PERNAMBUCO	10	10
Afogados da Ingazeira	1	1
Belo Jardim	1	1
Caruaru	1	1
Garanhuns	1	1
Jaboatão dos Guararapes	1	1
Limoeiro	1	1
Ouricuri	1	1
Palmares	1	1
Recife	1	1
Salgueiro	1	1
UF - PIAUÍ	11	11
Barras	1	1

Continuação

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
	Exercício 2012	Exercício 2011
Campo Maior	1	1
Canto do Buriti	1	1
Corrente	1	1
Floriano	1	1
Oeiras	1	1
Parnaíba	1	1
Picos	1	1
Piripiri	1	1
São Raimundo Nonato	1	1
Valença do Piauí	1	1
UF - PARANÁ	29	29
Apucarana	1	1
Assis Chateaubriand	1	1
Campo Mourão	1	1
Capanema	1	1
Cascavel	1	1
Cianorte	1	1
Colorado	1	1
Cornélio Procópio	1	1
Curitiba	1	1
Foz do Iguaçu	1	1
Francisco Beltrão	1	1
Guarapuava	1	1
Irati	1	1
Ivaiporã	1	1
Londrina	1	1
Medianeira	1	1
Maringá	1	1
Nova Londrina	1	1
Paraíso do Norte	1	1
Paranaguá	1	1
Paranavaí	1	1
Pato Branco	1	1
Ponta Grossa	1	1
Rio Negro	1	1
Rolândia	1	1
Telemaco Borba	1	1
Toledo	1	1
Umuarama	1	1
União da Vitória	1	1
UF - RIO DE JANEIRO	19	19
Barra do Pirai	1	1
Cabo Frio	1	1
Campos	1	1
Itaboraí	1	1
Itaguaí	1	1
Itaperuna	1	1
Niterói	1	1
Nova Friburgo	1	1
Nova Iguaçu	1	1
Petrópolis	1	1
Resende	1	1
Rio de Janeiro	5	5
São Gonçalo	1	1
Teresópolis	1	1
Volta Redonda	1	1
UF - RONDÔNIA	4	4
Cacoal	1	1
Ji Paraná	1	1
Porot Velho	1	1
Vilhena	1	1



Continuação

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
	Exercício 2012	Exercício 2011
UF - RIO GRANDE DO NORTE	4	4
Açú	1	1
Caicó	1	1
Pau dos Ferros	1	1
Santa Cruz	1	1
UF - RIO GRANDE DO SUL	33	33
Alegrete	1	1
Bagé	1	1
Bento Gonçalves	1	1
Cachoeira do Sul	1	1
Camacã	1	1
Canoas	1	1
Carazinho	1	1
Caxias do Sul	1	1
Cerro Largo	1	1
Cruz Alta	1	1
Erechim	1	1
Frederico westphalen	1	1
Guaporé	1	1
Ijuí	1	1
Lagoa Vermelha	1	1
Lageado	1	1
Novo Hamburgo	1	1
Osório	1	1
Passo Fundo	1	1
Pelotas	1	1
Rio Grande	1	1
Santa Maria	1	1
Santa Rosa	1	1
Santana do livramento	1	1
Santiago	1	1
Santo Ângelo	1	1
São Jerônimo	1	1
São Leopoldo	1	1
Taquara	1	1
Três Passos	1	1
Uruguaiana	1	1
Veranópolis	1	1
Viamão	1	1
UF - SANTA CATARINA	21	21
Ararangua	1	1
Blumenau	1	1
Brusque	1	1
Canoinhas	1	1
Chapecó	1	1
Concordia	1	1

Conclusão

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
	Exercício 2012	Exercício 2011
Criciúma	1	1
Curitibanos	1	1
Florianópolis	1	1
Itajaí	1	1
Jaraguá do Sul	1	1
Joaçaba	1	1
Joinville	1	1
Lages	1	1
Orleans	1	1
Palmito	1	1
Rio do Sul	1	1
São Lourenço do Oeste	1	1
São Miguel do Oeste	1	1
Tubarão	1	1
Viderira	1	1
UF - SERGIPE	6	6
Aracajú	1	1
Estancia	1	1
Município: Itabaiana	1	1
Lagarto	1	1
Nossa Senhora das Dores	1	1
Propriá	1	1
UF - SÃO PAULO	22	22
Andradina	1	1
Araçatuba	1	1
Bauru	1	1
Caieiras	1	1
Campinas	1	1
Diadema	1	1
Marília	1	1
Mauá	1	1
Osasco	1	1
Ourinhos	1	1
Presidente Prudente	1	1
Rio Claro	1	1
São José dos Campos	1	1
São Paulo	9	9
UF - RIO DE JANEIRO (SEDE)	2	2
Rio de Janeiro	2	2
UF - TOCANTINS	5	5
Dianópolis	1	1
Gurupi	1	1
Palmas	2	2
Tocantinópolis	1	1
Total Geral	310	301

Fonte: Banco de Dados Administrativos/BDA, Sistema de Imóveis/IBGE



Anexo VII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade do IBGE

Continua

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do- Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
114601	6001.01850.500-8	21	3	13.087,72	27/09/2012	6.405.018,43	0,00	0,00
114601	6001.01873.500-3	21	3	402.014,37	27/09/2012	9.707.278,11	0,00	239.957,60
114601	6001.01957.500-0	21	3	8.463,39	27/09/2012	5.101.063,89	0,00	0,00
114601	6001.01958.500-5	21	3	2.657.246,65	27/09/2012	3.539.543,82	0,00	0,00
114601	6001.02411.500-3	21	3	2.608,56	27/09/2012	1.753.235,91	0,00	0,00
114601	6001.02546.500-8	21	3	2.608,56	27/09/2012	251.617,99	0,00	0,00
114601	6001.02639.500-3	21	3	7.378,93	27/09/2012	34.479.408,92	10.400,00	141.719,00
114601	6001.02644.500-0	21	3	58.733,63	27/09/2012	288.896,41	0,00	0,00
114601	6001.03056.500-7	21	3	83.652,50	27/09/2012	221.102,87	0,00	0,00
114601	6001.03060.500-9	21	3	83.652,50	27/09/2012	245.851,87	0,00	0,00
114601	6001.04239.500-4	21	3	11.136.000,00	27/09/2012	11.329.887,77	0,00	70.709,00
114601	6001.04241.500-5	21	3	100.000,00	27/09/2012	267.574,02	0,00	0,00
114601	6001.04243.500-6	21	3	100.000,00	27/09/2012	267.574,59	0,00	0,00
114601	6001.04245.500-7	21	3	91.000,00	27/09/2012	267.574,59	0,00	0,00
114603	0139.00278.500-7	21	3	1.393.301,30	06/04/2011	1.393.301,30	0,00	0,00
114604	0255.00585.500-4	12	3	698,11	11/12/2012	307.886,94	0,00	0,00
114605	0301.00105.500-0	21	3	2.181,29	21/12/2011	494.036,37	0,00	7.730,00
114606	0409.00019.500-5	21	3	1.428,35	03/10/2012	19.401,52	0,00	0,00
114606	0427.00683.500-4	21	3	3.926,32	02/10/2012	910.444,39	0,00	7.145,00
114606	0483.00193.500-1	3	3	0,00	03/10/2012	80.075,64	0,00	0,00
114606	0501.00020.500-1	3	3	0,00	03/10/2012	51.981,03	0,00	0,00
114608	0761.00007.500-7	21	3	35.358,30	11/08/2000	35.358,30	0,00	0,00
114608	0921.00543.500-5	21	3	225.991,53	13/12/2012	514.523,10	453.920,05	0,00
114608	0921.00544.500-0	21	3	103.823,87	13/12/2012	408.544,56	0,00	0,00
114608	0921.00545.500-6	21	3	27.787,02	13/12/2012	33.452,77	0,00	0,00
114608	0921.00546.500-1	21	3	141.960,00	11/08/2000	141.960,00	0,00	0,00
114609	1219.00174500-9	21	3	547.552,03	10/12/2012	1.238.358,01	0,00	1.633,00
114610	1349.00006.500-2	21	3	19.193,27	15/08/2001	19.193,27	0,00	0,00
114610	1373.000013.500-3	21	3	66.738,75	17/08/2001	66.738,75	0,00	0,00
114610	1385.00030.500-0	21	3	103.927,60	17/08/2001	103.927,60	0,00	0,00
114610	1389.00525.500-3	21	3	380.781,36	17/08/2001	380.781,36	0,00	0,00
114610	1389.00526.500-9	21	3	266.793,95	17/08/2001	266.793,95	0,00	0,00
114610	1389.00527.500-4	21	3	933.720,00	15/08/2001	933.720,00	136.394,96	0,00
114610	1427.00012.500-0	21	3	15.880,80	20/08/2001	15.880,80	0,00	0,00
114610	1439.00042.500-8	21	3	33.745,16	16/08/2001	33.745,16	0,00	0,00



Continuação

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
114612	1761.00322.500-5	21	3	48.084,48	04/09/2012	428.536,39	203.220,49	0,00
114612	1759.00058.500-9	3	3	0,00	20/10/2011	377.182,00	0,00	0,00
114612	1761.00325.500-1	3	3	0,00	10/12/2012	746.162,77	0,00	0,00
114613	2051.00159.500-3	21	3	724.159,02	13/04/2011	763.986,27	25.383,70	0,00
114614	2531.00606.500-0	12	3	63.485,09	01/11/2012	839.668,55	0,00	0,00
114614	2531.00625.500-3	3	3	0,00	24/10/2012	214.203,64	0,00	0,00
114614	2531.00479.500-0	3	3	0,00	11/06/2012	45.445.086,52	0,00	0,00
114615	2785.00220.500-3	21	3	261.221,04	15/10/2012	490.030,44	0,00	0,00
114616	3127.00007.500-5	21	3	253.571,99	27/12/2000	253.571,99	0,00	0,00
114617	3781.00051.500-8	21	3	4.558,27	12/11/2012	550.000,00	0,00	0,00
114617	3849.00532.500-5	21	3	319.870,99	12/11/2012	2.750.000,00	0,00	0,00
114617	3883.00002.500-3	21	3	261,75	12/11/2012	226.000,00	0,00	0,00
114617	3957.00015.500-1	3	3	0,00	21/09/2012	236.454,56	0,00	0,00
114618	4123.00230.500-0	21	3	0,00	16/03/2011	6.947.380,06	52.451,76	0,00
114618	4123.00231.500-6	21	3	32.921,10	16/03/2011	1.056.938,92	0,00	0,00
114619	5629.00042.500-5	3	3	298.433,61	22/08/2000	298.433,61	0,00	0,00
114620	9037.00008.500-4	7	3	2.213,06	22/10/2012	46.848,04	0,00	0,00
114620	9051.00174.500-3	3	3	0,00	24/02/2010	51.539,87	0,00	0,00
114620	9051.00209.500-2	3	3	0,00	24/02/2010	123.550,09	0,00	0,00
114620	9051.00217.500-6	3	3	0,00	24/02/2010	95.502,41	0,00	0,00
114620	9051.00251.500-1	21	3	164.397,96	25/03/2011	885.782,84	0,00	0,00
114622	6761.00005.500-9	3	3	142.445,04	18/11/2011	142.445,04	0,00	0,00
114622	6771.00003.500-5	3	3	30.395,61	02/12/2011	30.395,61	0,00	0,00
114622	6953.00011.500-3	3	3	86.563,29	17/11/2011	86.563,29	0,00	0,00
114622	6969.00037.500-1	3	3	148.246,30	03/10/2011	148.246,30	0,00	0,00
114622	7107.00502.500-3	21	3	12.568.533,08	18/11/2011	12.568.533,08	29.055,25	0,00
114622	7097.00030.500-7	3	3	0,00	08/06/2012	110.984,23	0,00	0,00
114623	7535.00239.500-5	21	3	842.130,23	02/10/2012	1.778.752,63	59.956,16	0,00
114624	8047.00029.500-0	3	3	28.000,00	17/06/2003	28.000,00	0,00	0,00
114624	8105.00234.500-6	21	3	880.053,58	04/12/2012	1.312.642,53	0,00	0,00
114625	8585.00007.500-5	3	3	128.326,05	10/05/2007	128.326,05	0,00	0,00
114625	8801.00512.500-9	21	3	2.111.778,00	17/03/2008	2.529.243,75	80.877,17	0,00
114626	9033.00024.500-9	21	3	27.893,51	28/09/2012	56.950,20	0,00	0,00
114626	9067.00201.500-5	3	3	823.214,99	05/10/2012	1.378.556,66	0,00	0,00
114626	9119.00006.500-1	21	3	50.383,09	28/09/2012	63.674,19	0,00	0,00
114626	9139.00021.500-8	21	3	0,00	28/09/2012	23.641,39	0,00	0,00
114627	9373.00303.500-3	3	3	1.637.572,92	20/07/2011	1.637.572,92	0,00	0,00
114627	9373.00396.500-0	21	3	884.233,47	07/07/2010	1.003.896,85	0,00	0,00
114629	9701.17707.500-9	21	3	9.182.678,42	26/12/2000	9.182.678,42	0,00	0,00
114629	9701.17741.500-4	21	3	305.999,25	26/12/2000	305.999,25	0,00	0,00



Conclusão

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
114629	0003.003456.500-3	21	3	194.249,00	26/12/2010	194.249,00	0,00	0,00
114631	5865.00123.500-4	21	3	11.614,89	14/11/2012	11.614,89	0,00	0,00
114631	6001.01955.500-9	21	3	1.739.526,63	09/11/2012	5.925.209,86	27.408,53	0,00
114631	6001.02547.500-3	21	3	520.907,80	09/11/2012	1.079.938,14	0,00	0,00
114639	9241.00018.500-0	21	3	154.700,85	16/03/2011	154.700,85	0,00	0,00
114639	9621.00011.500-2	3	3	8.372,44	26/12/2000	8.372,44	0,00	0,00
114639	9621.00020.500-1	21	3	20.000,00	26/03/2003	20.000,00	0,00	0,00
114639	9733.00058.500-9	21	3	68.870,08	26/12/2000	68.870,08	0,00	0,00

Fonte: SPIUNET – Jan/2013

Nota: Os bens imóveis adquiridos antes de 1994, consequentemente em outras moedas, foram atualizados para valores em REAL (R\$) em 30/07/1994, usando a metodologia de moedas antigas do Banco Central do Brasil.



Anexo VIII – Gestão da Tecnologia da Informação – TI

Continua

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.



Continuação

Quesitos a serem avaliados	
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).



Conclusão

Quesitos a serem avaliados	
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	



Anexo IX – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? O menor consumo de energia e/ou água reduz custos. 					X
	Sim (X)		Não ()		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? O IBGE tem como prática adotar esse critério no procedimento licitatório, entretanto, a instituição não adquiriu veículos no exercício de 2012. 					X
	Sim (X)		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 				X	
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
13. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Foi elaborada uma cartilha. 	Sim (X)		Não ()		
14. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? No Planejamento Estratégico do IBGE está prevista a realização de campanhas de conscientização. 				X	
	Sim (X)		Não ()		
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



Anexo X – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					29813
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	031.474/2011-0	770/2012	9.1	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					29813
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. Determinar à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que:</p> <p>9.1.1. Regule e implemente, no prazo de cento e vinte dias, procedimentos visando a evitar e prevenir a acumulação de cargos e empregos públicos, em face das disposições contidas, em especial, no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, no art. 133 da Lei 8.112/1990 e no art. 6º da Lei 8.745/1993;</p> <p>9.1.2. Defina, de modo fundamentado, no prazo de cento e vinte dias, se o cargo de Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas enquadra-se na categoria do cargo técnico indicado no art. 37, inciso XV alínea "b", da Constituição Federal, passível de acumulação com outro de professor;</p> <p>9.1.3. Na hipótese de concluir pelo não enquadramento do cargo de Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas como cargo técnico indicado no art. 37, inciso XVI, alínea "b", da Constituição Federal, adote as medidas necessárias para regularizar a situação de servidores que estejam acumulando ilegalmente cargos, empregos ou funções públicas, atentando, em especial, para o disposto no art. 133 da Lei 8.112/1990;</p> <p>9.1.4. No prazo de noventa dias, obtenha do servidor Alexandre Pires Mata, titular do cargo de Tecnologista de Informações Geográficas e Estatísticas, evidências documentais que refutem ou confirmem a titularidade do servidor em cargo da Secretaria Estadual de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro;</p> <p>9.1.5. Diligencie à Secretaria Estadual de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro para obter informações acerca do indício de acumulação acima indicado, adotando as providências cabíveis, caso necessário, em especial a prevista no art. 133 da Lei 8.112/1990;</p> <p>9.1.6. Solicite do servidor José Carlos Pereira Rosa que apresente, no prazo de noventa dias, esclarecimentos quanto à possível acumulação do cargo de Técnico de Informações Geográficas e Estatísticas no IBGE e de professor aposentado do estado do Rio de Janeiro com o de professor no ensino médio da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro;</p> <p>9.1.7. Obtenha, no prazo de noventa dias, evidências documentais, inclusive junto à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, aptas a refutar ou confirmar a existência da acumulação de cargo do servidor acima mencionado no referido órgão, adotando, se necessário, as providências cabíveis, em especial a prevista no art. 133 da Lei 8.112/1990;</p>					



Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos	27586
Síntese da Providência Adotada	
<p>No que diz respeito ao item 9.1.1, o IBGE vem adotando todos os procedimentos possíveis a fim de evitar a acumulação de cargos junto aos seus servidores. No momento da nomeação, todos são obrigados a preencher um formulário indicando se existe ou não a acumulação e, em caso positivo, a área competente procede à análise da licitude ou não da referida acumulação. Ademais, desde 2007, o IBGE possui registro eletrônico de frequência de todos os servidores, o que garante o cumprimento da jornada de trabalho de todos e, por si só, dificulta a ocorrência de acumulação ilegal ou o desempenho de atividades junto a outras entidades. O IBGE utiliza, como todos os demais órgãos da Administração Pública Federal integrantes do SIPEC, o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE. Assim, quando ocorre acumulação com outras organizações públicas, o sistema detecta a situação e impede o cadastramento do novo cargo.</p> <p>Como, entretanto, não existe interface do SIAPE com sistemas de Administração de outras esferas de poder, a instituição fica prejudicada na possibilidade de estabelecer cruzamentos de dados que possam apontar possíveis acumulações de cargos. Desta forma, entende-se que todos os procedimentos padrões possíveis de serem vem sendo devidamente observados pelo IBGE com o objetivo de cumprir as determinações legais dadas as limitações expostas.</p> <p>Quanto ao item 9.1.2, vale destacar que consta do processo de cessão para o TRE da servidora ISABEL CRISTINA DOS SANTOS, lotada no IBGE, um despacho de 05/12/2011, da então Secretária de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (hoje denominada Secretária de Gestão Pública), impedindo a referida cessão, tendo em vista o contido no Art. 8º da Lei 6.999/82 que dispõe:</p> <p>Art. 8º Salvo na hipótese de nomeação para cargo em comissão, não serão requisitados ocupantes de cargos isolados, de cargos ou empregos técnicos ou científicos, e de quaisquer cargos ou empregos do magistério federal, estadual e municipal". (grifos postos)</p> <p>Em função do disposto, a conclusão contida no despacho da Secretária, no qual se comprova a natureza técnica do mencionado cargo, foi a seguinte:</p> <p>Desse modo, tendo em vista que a servidora é ocupante de cargo técnico, informamos que a cessão não poderá ser efetivada.</p> <p>Isto posto, com base na justificativa fornecida para o item 9.1.2, o entendimento do IBGE para o que foi apontado no item 9.1.3 é certamente o de que não há acumulação ilícita, não restando, portanto, medidas a serem adotadas por este Instituto.</p> <p>Em relação ao item 9.1.4, o IBGE abriu o processo administrativo nº 03604.006716/2011-71, obtendo do servidor ALEXANDRE PIRES MATA manifestação de que: a) não exerce outro cargo, emprego ou função pública; b) no período de 1994 a 2010 trabalhou sob o regime celetista junto à Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro; e c) no período de 2007/2009, recebeu gratificação por projeto desenvolvido pela Secretária de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Ressalte-se também, quanto ao item 9.1.5, que a Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria-Executiva (DE/CRH), encaminhou o Ofício CRH nº 32/2012, de 14/03/2012 (cópia anexa) à Secretária de Estado de Agricultura e Pecuária do Governo do Estado do Rio de Janeiro, obtendo em 27/03/2012 a resposta de que "ALEXANDRE PIRES MATA não é servidor desta Secretária de Estado de Agricultura e Pecuária." (Ofício SEAPEC/DPE nº 112, de 16/03/2012 – cópia anexa)</p> <p>Portanto, de posse da documentação obtida, o mencionado processo apurou que todas as exigências do TCU relacionadas ao servidor ALEXANDRE PIRES MATA foram atendidas, não ficando caracterizada a acumulação de cargos por parte do servidor.</p> <p>No que tange aos itens 9.1.6 e 9.1.7, foi aberto o processo administrativo nº 03604.006718/2011-60 e o servidor JOSÉ CARLOS PEREIRA ROSA informou que: a) não exerce outro cargo, emprego ou função pública; e b) exerceu o cargo público de professor na Secretária Estadual de Educação, aposentando-se em 30/03/2008, o que foi comprovado mediante apresentação por parte do mesmo da cópia do seu comprovante de proventos referente ao mês de outubro/2011.</p> <p>Ademais, assim que tomou ciência do contido no Acórdão 770/2012, a Coordenação de Recursos Humanos encaminhou o Ofício CRH nº 31/2012, de 14/03/2012 à Secretária Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro, obtendo em 20/03/2012 a resposta de que "o servidor JOSÉ CARLOS PEREIRA ROSA detém vínculo estatutário nesta Prefeitura, ocupando o cargo de Professor I - Geografia, desde a data de sua posse em 20/02/2003, com a matrícula 10/233348-2". (Ofício E/SUBG/CRH nº 25, de 19/03/2012)</p> <p>Diante disso, a Gerência de Processos Administrativos Disciplinares -DE/GEPAD convocou o servidor, tendo o mesmo comparecido em 11/04/2012 para tomar ciência da resposta da Prefeitura e do prazo de 30 dias que lhe foi concedido para garantir seu direito à ampla defesa e ao contraditório. Entretanto, como até a presente data o servidor não se manifestou, a DE/GEPAD está instaurando um Processo Administrativo de Rito Sumário a fim de regularizar a situação de acumulação de cargos em questão. Em 15/06/2012, o referido servidor apresentou comprovante de solicitação de Renúncia de Estipêndios, cessando assim os efeitos da acumulação ilegal de cargos, configurando a opção renúncia, a qualquer tempo, durante o curso do processo, a boa-fé do servidor – Lei 8.112/90, art 133, inciso III, § 5º, que afasta a adoção de procedimento disciplinar neste sentido.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
O IBGE não possui servidores com acumulação ilegal de cargos, já que todas as providências foram tomadas para este fim.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Torna-se difícil criar uma rotina para identificar a acumulação ilegal de cargos, dado que o Instituto não possui ferramentas para cruzar o SIAPE com outros sistemas do governo.	



Anexo XI – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	OS nº 246587	Constatação 012 R-001	Of. Nº 4550/2012/ NAC-1/CGU- Regional/RJ/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Descrição da Recomendação			
Que o IBGE adote imediatamente os mecanismos de controle adicionais (solicitação mensal de bilhetes de passagens intermunicipais/interestaduais e realização de visitas e inspeções físicas) previstos na OS CRH nº 0212010 para os servidores matrículas nºs 0765611, 1362142.0766818, 0772156, 1503461 e 0772651.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos			27586
Síntese da Providência Adotada			
<p>A concessão do Auxílio-Transporte aos servidores do Poder Executivo Federal é regulamentada pela Medida Provisória nº 2.165-36-2001 de 23/08/2001. Pelo artigo 6º da referida Medida Provisória, a concessão do Auxílio-Transporte é realizada mediante declaração firmada pelo servidor, presumindo-se verdadeiras as informações declaradas pelo servidor.</p> <p>Nas concessões do Auxílio-Transporte, conforme regulamentação interna, prevista na Ordem de Serviço CRH nº 02 de 05/03/2010, sempre observamos a opção de transporte menos onerosa para a Administração, nos utilizando das ferramentas que dispomos para tanto, como o site da Fetranpor que disponibiliza busca das opções de transporte (mas apenas ônibus) menos onerosa para determinado percurso.</p> <p>Ademais, conforme prevê a legislação supramencionada, realizamos o controle dos bilhetes quando da utilização de transporte especial, cobrando do servidor a apresentação dos comprovantes de passagens até o quinto dia útil do mês subsequente ao da utilização, realizando imediatamente o desconto quando não comprovada sua utilização.</p> <p>Sobre a utilização do Sistema do Bilhete Único pela Administração Pública Federal, por se tratar de sistema municipal de transporte, entendemos não ser possível pela falta de regulamentação sobre o assunto pela SEGEP/MP.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi feita a regularização dos casos apontados, assim como estão sendo cobrados os bilhetes de passagens especiais utilizados pelos servidores.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Há certa dificuldade em fiscalizar os endereços informados pelos servidores, já que, na medida em que isso é feito, é questionada a sua palavra.			



Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	OS nº 246587	Constatação 015 R-001	Of. N° 4550/2012/ NAC-1/CGU- Regional/RJ/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Descrição da Recomendação			
Aprimorar controles internos da Entidade, de forma que as contratações de serviços para seleção de pessoal (concursos públicos, e processos seletivos simplificados) adotem, preferencialmente, a modalidade de pregão, bem como contemplem: pesquisa prévia de preços de mercado; e planilha de custos detalhada da contratada.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Materiais			45191
Síntese da Providência Adotada			
A partir do exercício de 2011, o IBGE previu em seu orçamento a realização de concurso público não mais adotando a contratação de risco indicada pela CGU e realizando a contratação através de licitação por pregão eletrônico, cujo edital de licitação segue em anexo.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida imediatamente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve fatores positivos/negativos influenciando as providências adotadas.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	OS nº 246587	Constatação 014 R-002	Of. N° 4550/2012/ NAC-1/CGU- Regional/RJ/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Descrição da Recomendação			
Verificar, em futuras licitações para aquisição de software no IBGE, a viabilidade e a conveniência de adquirir os direitos relativos ao código fonte, de forma a não ficar restrito a um único fornecedor quando for necessário realizar alterações no software.			



Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação de Recursos Materiais	45191
Síntese da Providência Adotada	
<p>Com o objetivo de atender recomendação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, bem como às exigências do TCU e da CGU, o IBGE criou, através da Resolução do Conselho Diretor R.CD nº 02/2010 (anexo), o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações - CTIC, composto por representantes de todos os seus órgãos setoriais. As principais atribuições deste Comitê são:</p> <p>a) a elaboração, a revisão e a manutenção do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do IBGE - PDTI, com o objetivo de alinhar os investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicações, TIC, com o planejamento e metas institucionais.</p> <p>b) deliberar sobre diretrizes, normas, padrões e metodologias, planos, programas e projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação Institucionais.</p> <p>Com isso, o PDTI do IBGE passou a prever que todas as contratações de TIC precisam necessariamente estar previstas neste documento, que é atualizado anualmente, autorizado e publicado pelo Conselho Diretor do IBGE.</p> <p>O PDTI do IBGE existe desde 2009, mas foi formalmente oficializado em 2011 com a participação de todos os órgãos setoriais. Além disso, a atualização do PDTI para 2012 já está em andamento.</p> <p>Na nova versão do PDTI a ser submetida em breve ao Conselho Diretor, o IBGE incluirá a recomendação de que em futuras licitações para aquisição de software, o projeto básico passe a conter uma análise da viabilidade e da conveniência de adquirir os direitos relativos ao código fonte. Como consequência imediata dessa iniciativa, o IBGE deixará de ficar restrito a um único fornecedor quando, por necessidade, tiver que realizar alterações em softwares contratados anteriormente.</p> <p>Cabe lembrar que a contratação em análise por parte da CGU no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 246587 é anterior ao PDTI do IBGE, a partir de quando diversas recomendações e padronizações sobre contratações de TIC foram introduzidas.</p> <p>Além disso, a nossa Coordenação de Recursos Materiais da Diretoria-Executiva – DE/CRM emitiu uma norma técnica que instrui e esclarece definitivamente todas as áreas setoriais da Instituição sobre as recomendações relativas ao processo de inexigibilidade indicadas na Constatação 014 - Recomendação nº 001 do Relatório nº 246587.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
<p>Contratações de TIC realizadas com base na legislação específica e nas previsões contidas no PDTI e nas orientações do CTIC aprovadas pelo Conselho Diretor.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
<p>Melhor alinhamento dos investimentos em TIC com o planejamento e metas institucionais.</p>	



Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	OS nº 201108581	Constatação 054 R-001	Of. N° 4550/2012/ NAC-1/CGU- Regional/RJ/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Descrição da Recomendação			
O IBGE deverá, nas próximas celebrações de termos de cooperação, exigir do executor o encaminhamento do orçamento detalhado dos serviços a serem prestados, bem como justificativas quando houver variação de valor a ser firmado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos			27586
Síntese da Providência Adotada			
Com relação à recomendação de que este Instituto passe a exigir nas próximas celebrações de termos de cooperação, o orçamento detalhado dos serviços a serem prestados, bem como apresentar justificativas quando houver variação do valor firmado, informamos que o IBGE acatou tal recomendação e adotará a orientação em causa sempre que firmar compromissos na qualidade de concedente, o que até o momento não ocorreu.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida imediatamente			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	OS nº 201108581	Constatação 061 R-001	Of. N° 4550/2012/ NAC-1/CGU- Regional/RJ/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Descrição da Recomendação			
Realizar um estudo, com base no planejamento inicial realizado para a contratação de combustíveis, levando em conta os fatos imprevistos ocorridos na Operação do Censo de 2010, de modo a aprimorar os valores estimados para a contratação em tela, para que o limite de 25% previsto no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993 não seja ultrapassado.			



Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos			27586
Síntese da Providência Adotada			
Através do Memorando Circular DE/CRM nº 004/2011 , todas as Unidades foram orientadas para regularização dos contratos, assim como foram emanadas diretrizes para definição do consumo de combustíveis, da frota oficial do IBGE e dos veículos locados para desempenho das atividades desenvolvidas pela Instituição, evitando extrapolar o limite estabelecido no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Adoção da modalidade de contratação pelo sistema de gerenciamento de frota com utilização de cartão magnético, observando-se o limite estabelecido pela legislação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Facilidade no abastecimento e melhor controle dos gastos financeiros e do consumo, permitindo ao gestor do contrato observar o quantitativo contratado, evitando a extrapolação do mesmo.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório de Auditoria Preliminar nº 20118425	Item 2.1.1.1 -Constatação 004 R-001	Of. Nº 37747/2012/ NAC-1/CGU- Regional/RJ/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Descrição da Recomendação			
Tendo em vista os riscos decorrentes do não pagamento de direitos e encargos trabalhistas, verificar a pertinência de suspender a orientação às Unidades Estaduais de contratação direta dos serviços de limpeza por suprimento de fundos, expedida pela Coordenação de Recursos Materiais do IBGE, até que seja concluído um estudo técnico fundamentado para embasar a referida contratação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Materiais			45191
Síntese da Providência Adotada			
A DE/CRM emitirá um comunicado a todas as Unidades Estaduais, com vistas à suspensão das orientações até a conclusão dos estudos recomendados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aguardando estudo pormenorizado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Na dependência dos resultados a serem obtidos.			



Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Relatório de Auditoria Preliminar nº 20118425	Item 2.1.1.1 -Constatação 004 R-002	Of. Nº 37747/2012/ NAC-1/CGU- Regional/RJ/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Descrição da Recomendação			
Realizar estudo técnico pormenorizado, considerando não apenas a economicidade, mas também a legalidade e os riscos envolvidos em cada modalidade de contratação, com vistas a fundamentar orientação para as Unidades Estaduais do IBGE realizarem a contratação de serviços de limpeza, apresentando o resultado à CGU até 29/03/2013.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Materiais			45191
Síntese da Providência Adotada			
A DE/CRM realizará o estudo recomendado. Entretanto, em virtude da capilaridade do IBGE e da complexidade das análises a serem efetuadas, inclusive com relação a aspectos legais, solicitamos avaliar a possibilidade de estender o prazo para apresentação do estudo para maio/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aguardando estudo pormenorizado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Na dependência dos resultados a serem obtidos.			



Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Relatório de Auditoria Preliminar nº 20118425	Item 2.1.2.1 -Constatação 003 R-004	Of. Nº 37747/2012/ NAC-1/CGU- Regional/RJ/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Descrição da Recomendação			
<p>Ampliar a pesquisa de preços para subsidiar o valor estimado em procedimentos licitatórios para contratação de serviços para seleção de pessoal (concursos públicos e processos seletivos simplificados), considerando, além de cotações de empresas do ramo, os preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, de forma a obter melhores subsídios para estimar o valor de mercado da contratação pretendida.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Materiais			45191
Síntese da Providência Adotada			
<p>A DE/CRM orientará sua Gerência de Compras de Materiais e Serviços a ampliar a pesquisa na forma recomendada. Entretanto, há de ser observada a dificuldade de comparação de preços praticados por outros órgãos em virtude das especificidades e capilaridade do IBGE.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aguardando próximas licitações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Na dependência dos resultados a serem obtidos nas próximas licitações.			



Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Relatório de Auditoria Preliminar nº 20118425	Item 2.1.2.1 -Constatação 003 R-002	Of. N° 37747/2012/ NAC-1/CGU- Regional/RJ/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Descrição da Recomendação			
Orientar os pregoeiros da Entidade para que, ao término da etapa de lances, avaliem a possibilidade de apresentar contraproposta ao licitante que tenha ofertado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta para o IBGE.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Materiais			45191
Síntese da Providência Adotada			
A DE/CRM orientará sua Gerência de Compras de Materiais e Serviços para realização de negociação de preços ao final dos lances ofertados, buscando maior economicidade para a Administração.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aguardando próximas licitações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Na dependência dos resultados a serem obtidos nas próximas licitações.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	NA201118425/001	Recomendação 001	Of. N° 37747/2012/ NAC-1/CGU- Regional/RJ/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Descrição da Recomendação			
Solicitar à Friburgo Auto Ônibus, conforme previsto no Projeto Básico, a disponibilização de relatório com a utilização do cartão, para que os responsáveis pelo assunto no IBGE possam avaliar, periodicamente, a adequação dos gastos ao planejamento do trabalho.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Unidade Estadual do Rio de Janeiro			20870
Síntese da Providência Adotada			
O IBGE solicitou à empresa a adequação dos relatórios a fim de atender ao projeto básico acordado.			



Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhor gestão do contrato.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Melhoria no controle e na utilização dos gastos.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida Of. Nº
15	NA201118425/002	Recomendação 001	37747/2012/ NAC-1/CGU- Regional/RJ/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Descrição da Recomendação			
<p>Atentar para a correta instrução do processo de suprimento de fundos com a caracterização da emergencialidade ou excepcionalidade das despesas, de forma que o mecanismo somente seja utilizado nas situações em que não é possível realizar o procedimento regular de aquisição.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Orçamento e Finanças			45188
Síntese da Providência Adotada			
<p>Cabe destacar que o pedido de Suprimento de Fundos, realizado através de sistema próprio, contemplava, no campo Justificativa, um texto padronizado, com o objetivo de eliminar os constantes equívocos cometidos pelos solicitantes, que misturavam os conceitos de "finalidade" e "justificativa" do Suprimento de Fundos. Todavia, diante da recomendação da CGU, este campo foi liberado e a cada pedido o solicitante deverá indicar as razões que amparam a concessão do Suprimento de Fundos pretendido. Paralelamente, a DE/COF encaminhou cópia da recomendação em causa aos supridos, cujos processos deram base às observações da CGU.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida imediatamente			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As solicitações emitidas estão em conformidade com as recomendações.			

Anexo XII – Conclusões Contidas no Parecer da Auditoria Independente



SIAS 15/03 10:52 2013 0329

CT-0378/2013

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2013.

Ilmo. Sr.
 Dr. Carlos Alberto Pereira
 M.D. Diretor Presidente
SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTENCIA E SEGURIDADE – SIAS
 Nesta

Ref.: PLANO PREVIDENCIÁRIO SUPLEMENTAR À PREVIDÊNCIA SOCIAL
 CNPB: 1979.0011-38

Prezado Senhor,

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de resultados correspondentes, levantados em 31.12.2012, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais:

	Valores em R\$ 1,00
- Benefícios Concedidos _____	R\$ 52.790.324,72
- Contribuição Definida _____	R\$ 0,00
- Saldo de Contas dos Assistidos _____	R\$ 0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização _____	R\$ 52.790.324,72
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos _____	R\$ 21.751.944,51
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos _____	R\$ 31.038.380,21
- Benefícios a Conceder _____	R\$ 1.563.842,80
- Contribuição Definida _____	R\$ 0,00
- Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es) _____	R\$ 0,00
- Saldo de Contas – Parcela Participantes _____	R\$ 0,00
- Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado _____	R\$ 1.467.064,65
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados _____	R\$ 2.000.836,53
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores _____	R\$ -363.120,37
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes _____	R\$ -170.651,51
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado _____	R\$ 96.778,15
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados _____	R\$ 131.989,61
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores _____	R\$ -23.954,04
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes _____	R\$ -11.257,42
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura _____	R\$ 0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples _____	R\$ 0,00



- Provisões Matemáticas a Constituir _____	R\$	-1.702.607,31
- Serviço Passado _____	R\$	0,00
- Patrocinador(es) _____	R\$	0,00
- Participantes _____	R\$	0,00
- Déficit Equacionado _____	R\$	-1.702.607,31
- Patrocinador(es) _____	R\$	-900.594,57
- Participantes _____	R\$	-87.481,28
- Assistidos _____	R\$	-714.531,46
- Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias _____	R\$	0,00
- Patrocinador(es) _____	R\$	0,00
- Participantes _____	R\$	0,00
- Assistidos _____	R\$	0,00
- Total das Provisões Matemáticas _____	R\$	52.651.560,21
- Fundo Previdencial _____	R\$	46.527,57
- Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar _____	R\$	0,00
- Revisão de Plano _____	R\$	0,00
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial _____	R\$	46.527,57

Informamos que:

- ✓ Estes valores foram obtidos mediante atualização do apurado na reavaliação realizada em 31/07/2012 de acordo com a variação do INPC;
- ✓ Por tratar-se de plano concebido na modalidade de "Benefício Definido", poderá ter seu custo modificado em decorrência da não verificação das hipóteses, isto é, do comportamento da evolução salarial, adesão ou desligamento de participantes ou rentabilidade incompatível com a esperada;
- ✓ O Plano encontra-se aberto à adesão de novos participantes;
- ✓ A avaliação atuarial referente ao exercício de 2012 teve como base o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/07/2012;
- ✓ Como o cadastro de participantes e beneficiários foi analisado e criticado pela entidade e sendo desta a responsabilidade quanto à veracidade das informações prestadas, consideramos que os dados estejam aceitáveis;





- ✓ A avaliação atuarial abrangeu:
 - 16 participantes, sendo 10 do sexo masculino e 6 do sexo feminino, com idade média de 42,88 anos;
 - 215 participantes assistidos e 485 grupos de beneficiários de pensão.
- ✓ Foram adotadas as seguintes premissas e hipóteses indicadas pelos Patrocinadores e pela Entidade, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente:
 - *PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO: 0% a.a.*
Justificativa: Não há expectativa de crescimento de salários.
 - *HIPÓTESES SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS: 0% a.a.*
Justificativa: Não há expectativa de gerações futuras e novos entrados para a patrocinadora SIAS.
 - *HIPÓTESES SOBRE ROTATIVIDADE (%) :0% a.a.*
Justificativa: Esta taxa representa a rotatividade esperada na entidade SIAS a longo prazo.
 - *TAXA REAL ANUAL DE JUROS: 5,75% a.a.*
Justificativa: Perspectiva de rentabilidade futura suportar a taxa proposta; Adequação à Resolução nº 9, de 29 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Previdência Complementar.
 - *INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS): INPC*
"Justificativa: Mantemos o INPC como indexador do Plano CLT, já que os aposentados são reajustados pelos mesmos índices do INSS.
 - *PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS: 0% a.a..*
Justificativa: Não há previsão de aumento real.



- **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO: 0% a.a.**
Justificativa: Não há previsão de aumento real dos benefícios concedidos.
- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS: 1**
Justificativa: Considerando que esta hipótese é redutora dos valores apresentados, foi adotado fator equivalente com inflação de 0% ao ano.
- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE : 1**
Justificativa: Considerando que esta hipótese é redutora dos valores apresentados, foi adotado fator equivalente com inflação de 0% ao ano.
- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS: 1**
Justificativa: Considerando que esta hipótese é redutora dos valores apresentados, foi adotado fator equivalente com inflação de 0% ao ano.
- **TÁBUA DE MORTALIDADE (RISCO DE SOBREVIVÊNCIA): AT - 83 (MALE)**
Justificativa: Conforme característica da massa e atendendo ao disposto na Resolução CGPC Nº18, de 28 de março de 2006.
- **TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS: IAPB - 55**
Justificativa: Está sendo mantida desde o início do plano.
- **TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ: LIGHT MÉDIA**
Justificativa: Está sendo mantida desde o início do plano.
- **OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS (MORBIDEZ, RECLUSÃO E NATALIDADE): Tábua Experiência ATUAS**
Justificativa: Em virtude da reduzida massa de participantes, tendo sido as mesmas utilizadas no exercício anterior.



5

- **HIPÓTESES SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS: HX - Dados (2008 - taxa 5,75%)**
Justificativa: Novo HX calculado pela ATUAS com taxa de juros alterada.
- **OUTRAS HIPÓTESES NÃO REFERIDAS ANTERIORMENTE: Não há**
Justificativa:

- ✓ Relativamente às pensões aos benefícios em manutenção, adotamos a estrutura familiar informada;
- ✓ Foram mantidas as hipóteses e método formulados na reavaliação atuarial do exercício anterior, à exceção:
 - Taxa Real Anual de Juros: 5,75% a.a., em substituição a 6% a.a.;
 - Hipótese sobre a composição da família de Pensionistas: HX-dados 2008 (5,75% a.a.), para os benefícios a conceder, em substituição a HX-dados 2008 (6% a.a.);
- ✓ Na avaliação atuarial observamos os seguintes regimes financeiros:
 - Capitalização (Método Agregado): aposentadorias, pensões por morte e pecúlio por morte de participantes em gozo de aposentadoria;
 - Repartição de Capitais de Cobertura: auxílio-reclusão;
 - Repartição Simples: demais benefícios.
- ✓ Considerando o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2012 informado pela SIAS, constatamos que este ultrapassa o valor das Provisões Matemáticas;
- ✓ Esclarecemos que não fizemos qualquer análise relativamente ao Ativo Líquido do Plano;
- ✓ Recomendamos a instituição de Fundo Previdencial no valor de R\$ 46.527,57, referente à implantação dos Institutos;
- ✓ Tendo em vista os resultados obtidos, recomendamos a manutenção do plano de custeio para o exercício de 2013;



- ✓ O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 1/2012.

Prontos para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Christiano Telles Silveira
Atuário MIBA 946



SIAS 15/03 10:52 2013 0329

CT-0379/2013

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2013.

Ilmo. Sr.
Dr. Carlos Alberto Pereira
M.D. Diretor Superintendente
SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTENCIA E SEGURIDADE – SIAS
Nesta

Ref.: PLANO DE BENEFÍCIOS SUPLEMENTAR AO RJU
CNPB: 1991.0012-74

Prezado Senhor,

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de resultados correspondentes, levantados em 31.12.2012, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais:

	Valores em R\$ 1,00
- Benefícios Concedidos _____	R\$ 24.471.004,02
- Contribuição Definida _____	R\$ 0,00
- Saldo de Contas dos Assistidos _____	R\$ 0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização _____	R\$ 24.471.004,02
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos _____	R\$ 0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos _____	R\$ 24.471.004,02
- Benefícios a Conceder _____	R\$ 638.332,00
- Contribuição Definida _____	R\$ 0,00
- Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es) _____	R\$ 0,00
- Saldo de Contas – Parcela Participantes _____	R\$ 0,00
- Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado _____	R\$ 0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados _____	R\$ 0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores _____	R\$ 0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes _____	R\$ 0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado _____	R\$ 638.332,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados _____	R\$ 1.840.975,11
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores _____	R\$ 0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes _____	R\$ -1.202.643,11
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura _____	R\$ 0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples _____	R\$ 0,00



- Provisões Matemáticas a Constituir _____	R\$	0,00
- Serviço Passado _____	R\$	0,00
- Patrocinador(es) _____	R\$	0,00
- Participantes _____	R\$	0,00
- Déficit Equacionado _____	R\$	0,00
- Patrocinador(es) _____	R\$	0,00
- Participantes _____	R\$	0,00
- Assistidos _____	R\$	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias _____	R\$	0,00
- Patrocinador(es) _____	R\$	0,00
- Participantes _____	R\$	0,00
- Assistidos _____	R\$	0,00
- Total das Provisões Matemáticas _____	R\$	25.109.336,02
- Fundo Previdencial _____	R\$	7.767.703,27
- Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar _____	R\$	0,00
- Revisão de Plano _____	R\$	0,00
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial _____	R\$	7.767.703,27

Informamos que:

- ✓ Estes valores foram obtidos mediante atualização do apurado na reavaliação realizada em 31/07/2012 de acordo com a variação do INPC;
- ✓ Trata-se de Plano criado com o objetivo de assegurar, aos participantes alcançados pelo Regime Jurídico Único, coberturas de invalidez, reversão em pensão por morte e pecúlio por morte;
- ✓ Por tratar-se de plano concebido na modalidade de "benefício definido", relativamente à parte do plano avaliado segundo o regime de capitalização, poderá ter seu custo modificado em decorrência da não verificação das hipóteses, isto é, do comportamento da evolução salarial, de adesão ou desligamento de participantes ou rentabilidade incompatível com a esperada;
- ✓ Quanto ao benefício avaliado segundo o regime financeiro de repartição simples, poderá ter o custo modificado em função do envelhecimento ou rejuvenescimento da massa de participantes;
- ✓ A avaliação atuarial referente ao exercício de 2012 teve como base o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/07/2012;
- ✓ Como o cadastro de participantes e beneficiários foi analisado e criticado pela entidade e sendo desta a responsabilidade quanto à veracidade das informações prestadas, consideramos que os dados estejam aceitáveis;





- ✓ A avaliação atuarial abrangeu:
 - 8.380 participantes em atividade no plano, sendo 4.691 do sexo masculino e 3.689 do sexo feminino, com idade média de 60,58 anos;
 - 216 participantes assistidos e 40 grupos de beneficiários de pensão;

- ✓ Foram adotadas as seguintes premissas e hipóteses indicadas pelo Patrocinador e pela Entidade, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente:
 - “
 - **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO: 0% a.a.**
Justificativa: O IBGE entende não ser competente para prestar informações sobre crescimento real de salários, por serem necessárias, para isso, projeções com base em metas inflacionárias. No entanto, para subsidiar a SIAS no preenchimento dos quadros necessários, informo que não há, até o presente momento, previsão legal de aumento salarial para o período acima definido.(12 meses posteriores a 31/07/2012).

 - **HIPÓTESES SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS: 0% a.a.**
Justificativa: O IBGE solicitou o preenchimento, por intermédio de concurso público, de 613 (seiscentos e treze) vagas, sendo 348 (trezentos e quarenta e oito) a cargos de nível intermediário e 265 (duzentas e sessenta e cinco) a cargos de nível superior. Esse pedido ainda não foi aprovado, encontrando-se em análise no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

 - **HIPÓTESES SOBRE ROTATIVIDADE (%): 0% a.a.**
Justificativa: Considerando que as exonerações dos servidores públicos federais são voluntárias ou decorrentes de Processo Administrativo Disciplinar, o IBGE entende que este percentual é desprezível.

 - **TAXA REAL ANUAL DE JUROS: 5,5% a.a.**
Justificativa: Perspectiva de rentabilidade futura suportar a taxa proposta; Adequação à Resolução nº 9, de 29 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Previdência Complementar.

 - **INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS): INPC**
Justificativa: Mantemos o INPC como indexador do Plano RJU, já que os aposentados por invalidez proporcional após 19/02/2004 são reajustados pelos mesmos índices do INSS.

 - **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE**

**BENEFÍCIO DO INSS: NÃO APLICÁVEL**

Justificativa: Não aplicável.

- **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO: 0% a.a.**
Justificativa: Não há previsão de aumento real dos benefícios concedidos.
- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS: 1**
Justificativa: Considerando que esta hipótese é redutora dos valores apresentados, foi adotado fator equivalente com inflação de 0% ao ano.
- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE: 1**
Justificativa: Considerando que esta hipótese é redutora dos valores apresentados, foi adotado fator equivalente com inflação de 0% ao ano.
- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO RJU: 1**
Justificativa: Considerando que esta hipótese é redutora dos valores apresentados, foi adotado fator equivalente com inflação de 0% ao ano.
- **TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL (RISCO DE MORTE): AT -49 (male)**
Justificativa: Foi mantida esta tábua devido a sua finalidade de avaliação de benefícios de risco.
- **TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS: IAPB - 55**
Justificativa: Está sendo mantida desde o início do plano.
- **TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ: LIGHT MÉDIA**
Justificativa: Está sendo mantida desde o início do plano.
- **TÁBUA DE MORTALIDADE (RISCO DE SOBREVIVÊNCIA): AT - 83 (MALE)**
Justificativa: Conforme característica da massa e atendendo ao disposto na Resolução CGPC Nº18, de 28 de março de 2006.
- **HIPÓTESES SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS: HX - Dados (2008 - taxa 5,5%)**
Justificativa: Novo HX calculado pela ATUAS com taxa de juros alterada.



- **OUTRAS HIPÓTESES NÃO REFERIDAS ANTERIORMENTE: Não há**
Justificativa: “
- ✓ Relativamente à Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas, para as pensões em manutenção, adotamos a estrutura familiar informada;
- ✓ Foram mantidos as hipóteses e método formulados na reavaliação atuarial do exercício anterior, à exceção:
 - Taxa Real Anual de Juros: 5,5% a.a. em substituição a 6% a.a.;
 - Hipótese sobre a composição da família de Pensionistas: HX-dados 2008 (5,5% a.a.), para os benefícios a conceder, em substituição a HX-dados 2008 (6% a.a.);
- ✓ Na avaliação atuarial observamos os seguintes regimes financeiros:
 - Capitalização (Método Agregado): invalidez e reversão em pensão do benefício de invalidez, inclusive respectivas gratificações natalinas;
 - Repartição Simples: pecúlio por morte;
- ✓ Considerando o Patrimônio Líquido garantidor do Plano informado pela SIAS para 31/12/2012, constatamos que este ultrapassa o valor das Provisões Matemáticas;
- ✓ Esclarecemos que não fizemos qualquer análise relativamente ao Ativo Líquido do Plano;
- ✓ Recomendamos o registro em Fundo Previdencial de R\$ 7.767.703,27, em 31/12/2012, tendo em vista a característica do Plano;
- ✓ O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 2/2012.

Prontos para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Christiano Telles Silveira
Atuário MIBA 946



AUD/036/134/13



Rua da Assembléia, 10 Grupo 1312
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20011-901
Tel/Fax: (21) 2531-1021
www.auditasse.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores da

SIAS – SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE

Examinamos as demonstrações contábeis da SIAS – Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações da mutação do ativo líquido (por plano e consolidado), demonstração do ativo líquido por plano de benefícios, demonstração do plano de gestão administrativa (por plano e consolidado) e demonstrações das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraudes ou erros.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraudes ou erros. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SIAS – Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.



AUD/036/134/13



Rua da Assembléia, 10 Grupo 1312
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20011-901
Tel/Fax: (21) 2531-1021
www.auditasse.com.br

Ênfase:

Sobre a contabilização do ativo contingente relativo às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND.

A entidade registrou no exercício de 2010, o montante R\$ 35.791 mil, referente ao ativo contingente relacionado com as OFND, considerando que a decisão já havia sido transitada em julgado, e que para fins de determinação do valor a que cada entidade teria direito, a ABRAPP ter contratado consultoria especializada que emitiu laudo técnico e parecer. As demonstrações foram por nós auditadas e o respectivo parecer, emitido em 16 de março de 2011, não apresentava ressalva.

Em obediência a determinação da PREVIC através do Ofício nº 4706/2011/CGMC/DIACE/PREVIC de 14 de outubro de 2011, a entidade efetuou a reversão desse registro no balanço de 2011, em função de questionamentos relativos principalmente ao montante da causa. O registro da reversão ocorreu nas contas “investimentos/Outros realizáveis” no ativo e “outras deduções/variações negativas” no resultado do exercício, conforme descrito em nota 7, e), OFND.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2013.

Auditasse Auditores Independentes
CRC-RJ nº 237/O-0


Jorge Domingues
Contador CRC-RJ nº 020.628-6



AUD/037/137/13



Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2013.

Rua da Assembléia, 10 Grupo 1312
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20011-901
Tel/Fax: (21) 2531-1021
www.auditasse.com.br

Aos diretores da
SIAS - Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade
Rua do Carmo, 11 - 6º andar - Centro
20.011-020 - Rio de Janeiro - RJ

Ref.: Auditoria na gestão de recursos

Prezados Senhores,

Em conexão com a revisão especial das demonstrações contábeis da SIAS - SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE, do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria, complementada por procedimentos adicionais específicos, procedemos à revisão do cumprimento das normas regulamentares estabelecidas pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável, e quanto à pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle de seus investimentos adotados pela entidade para atendimento da mencionada Resolução. Esse processo compreendeu a obtenção de informações diretamente da administração da entidade e a inspeção, com base em testes, de documentação comprobatória ou outras evidências. Os procedimentos adicionais aplicados não representam um estudo específico para avaliar a eficácia do sistema de controle interno e não têm o propósito de expressar opinião se as informações fornecidas pela administração asseguram um efetivo controle interno da entidade.

A responsabilidade pela implantação do sistema de controle interno é da administração da entidade, conforme estabelecido na Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN. Conseqüentemente, o presente relatório se restringe às informações obtidas durante o processo de revisão mencionado anteriormente; assim, revisões específicas e mais amplas poderão eventualmente revelar outras informações, além daquelas descritas neste relatório.

Os procedimentos executados foram considerados como parte de nosso estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, com o objetivo de fornecer subsídios para determinação da natureza, oportunidade e extensão dos testes de auditoria aplicados em conexão com o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

No decorrer de nossos trabalhos, efetuados com base em testes, não identificamos descumprimentos de procedimentos técnicos, operacionais e de controle de seus investimentos estabelecido pela referida Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Os nossos comentários referem-se à situação da entidade quando de nossas indagações e nossos testes, que foram concluídos em 30 de janeiro de 2013. Não foram consideradas eventuais modificações porventura ocorridas após essa data.



AUD/037/137/13



Rua da Assembléia, 10 Grupo 1312
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20011-901
Tel/Fax: (21) 2531-1021
www.auditasse.com.br

O sumário dos procedimentos adotados e os respectivos resultados são os seguintes:

1. Gestão dos Recursos Garantidores

Com base na documentação examinada, constatamos que a entidade está cumprindo as diretrizes da política de investimentos e normativos da Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN na gestão de seus recursos.

2. Enquadramento das Aplicações

Verificamos que a entidade está observando os limites das aplicações de recursos dos planos de benefícios administrados pela entidade, de acordo com as determinações da Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN e com o estabelecido na Política de Investimentos de 2010 a 2014, aprovada pelo seu Conselho Deliberativo.

3. Comunicação com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)

Verificamos, com base nos respectivos protocolos, o cumprimento dos prazos estabelecidos pela Instrução PREVIC nº 02, de 18 de maio de 2010, para o envio dos demonstrativos de investimentos dos planos previdenciais à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

4. Controles individualizados por carteira utilizados na gestão de recursos

Efetuamos indagações e examinamos os controles, constatando que a entidade efetua mensalmente a reconciliação dos extratos das aplicações financeiras com seus controles individualizados, contatando a instituição custodiante na eventualidade de serem observadas divergências decorrentes da movimentação das posições mensais e dos saldos apurados.

5. Comunicação aos participantes e assistidos

O procedimento adotado pela administração da entidade para a comunicação com os participantes e assistidos tem sido a divulgação através de seu site na internet e envio de relatórios trimestrais.

6. Encargos financeiros nas operações de empréstimos a participantes

Através de indagações e exame dos contratos de empréstimos a participantes, constatamos que os índices utilizados não são inferiores à variação do INPC e à rentabilidade mínima estabelecida nos respectivos planos atuariais.

7. Atividades de custódia dos títulos e valores mobiliários

Através de indagações e análise da documentação pertinente, constatamos que as aplicações financeiras da entidade são custodiadas no Banco Itaú S.A. e que os extratos fornecidos pela referida instituição são regularmente reconciliados pela entidade.

8. Gerenciamento de riscos associados às atividades da entidade

Através de indagações e análise da documentação pertinente, concluímos que os procedimentos e controles sobre essas atividades são adequados e que a entidade mantém contrato com empresa especializada em estudo de avaliação de riscos.



AUD/037/137/13



Rua da Assembléia, 10 Grupo 1312
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20011-901
Tel/Fax: (21) 2531-1021
www.auditasse.com.br

9. Administração de recursos

Constatamos que a administração dos recursos é feita pela própria entidade. As decisões sobre a melhor política de direcionamento dos investimentos, com o objetivo de obter maior segurança e rentabilidade, são tomadas pelo Comitê de Investimentos, que foi instituído em 2004.

Este relatório é para uso exclusivo da administração da SIAS - Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade e da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

Atenciosamente,

Auditasse Auditores Independentes
CRC-RJ nº 237/O-0


Jorge Domingues
Contador CRC-RJ nº 020.628-6

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.

www.ibge.gov.br

www.twitter.com/ibgecomunica

www.facebook.com/ibgeoficial

Atendimento
0800 721 8181

